

Anuário Brasileiro da Educação Básica

2015



TODOS PELA EDUCACAO



MODERNA

Anuário Brasileiro da Educação Básica

2015





SUMÁRIO

■	Apresentação	4
■	Bem-vindo!	5
■	A Educação Brasileira em 2014	7
	▶ Artigo Antonio Carlos Caruso Ronca – A importância do Fórum e da Conferência Nacional de Educação 14	
■	Os Números da Educação Brasileira	17
■	Educação Infantil	18
	▶ Educação Infantil – unidades da federação 24	
	▶ Artigo Regina Scarpa – Educação Infantil e linguagem escrita: dupla sem polêmica 26	
■	Ensino Fundamental	28
	▶ Ensino Fundamental – unidades da federação 32	
■	Ensino Médio	34
	▶ Ensino Médio – unidades da federação 38	
	◆ POPULAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS 40	
■	Educação Especial/Inclusiva	44
	▶ Educação Especial – unidades da federação 48	
■	Alfabetização até 8 anos	50
■	Educação Integral	54
	▶ Educação Integral – unidades da federação 58	
	▶ Artigo Patricia Mota Guedes – Tempo integral ou Educação integral? 60	
■	Fluxo e Qualidade	62
	▶ Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 62	
	▶ Aprovação, reprovação e abandono 64	
	▶ Ideb – unidades da federação 68	
	◆ DE OLHO NA QUALIDADE 70	
	◆ PISA – PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES 74	

■	Escolaridade	76
▶	Escolaridade – unidades da federação	80
■	Alfabetização – 15 anos ou mais	82
▶	Alfabetização – 15 anos ou mais – unidades da federação	84
■	EJA – Educação de Jovens e Adultos	86
▶	EJA – Educação de Jovens e Adultos – unidades da federação	88
■	Educação Profissional	90
▶	Educação Profissional – unidades da federação	92
◆	ENEM	94
■	Educação Superior	96
▶	Educação Superior – unidades da federação	100
■	Professores – Formação	102
▶	Professores – Formação – unidades da federação	106
▶	Artigo Carlos Artexes Simões – Formação de gestores educacionais no Brasil	108
■	Professores – Remuneração e Carreira	110
▶	Docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam – unidades da federação	112
■	Gestão e Financiamento	115
■	Gestão Democrática	116
◆	O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)	118
◆	LINHA DO TEMPO	120
▶	Artigo Ursula Peres – Financiamento da Educação no Brasil e seus desafios	122
■	Glossário	129
■	Metodologia	146
■	Índice Remissivo	149



APRESENTAÇÃO

EXPEDIENTE

Organização

Priscila Cruz (Todos Pela Educação)
Luciano Monteiro (Editora Moderna)

Pesquisa e edição de texto

Fernando Leal e Paulo de Camargo

Todos Pela Educação

Coordenação geral e Gerência técnica

Alejandra Meraz Velasco

Gerência de conteúdo

Ricardo Falzetta

Produção técnica

Allan Gaia Pio

Caio de Oliveira Callegari

Paula Penko Teixeira

Gerência de Design e Produção Gráfica:

Sandra Botelho de Carvalho Homma

Projeto gráfico e Capa: Marta Cerqueira Leite

Edição de arte e editoração eletrônica:

APIS design integrado

Infografia: William H. Taciro, APIS design integrado

Ilustrações: Mario Kanno

Cartografia: Anderson de Andrade Pimentel

Revisão: OK Linguística, Paula Bosi, Isabela Furtado,
Todos Pela Educação

Coordenação de pesquisa iconográfica:

Luciano Baneza Gabarron

Pesquisa iconográfica: Maria Magalhães

Coordenação de bureau: Américo Jesus

Tratamento de imagens: Fábio N. Precendo,
Bureau São Paulo

Pré-impressão: Alexandre Petreca, Everton L.

de Oliveira Silva, Helio P. de Souza Filho,

Marcio H. Kamoto

Coordenação de produção industrial:

Viviane Pavani dos Santos

Impressão e acabamento:

Ricargraf

TODOS PELA EDUCAÇÃO

www.todospelaeducacao.org.br

EDITORA MODERNA LTDA.

Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho

São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904

Vendas e Atendimento: Tel. (0__11) 2602-5510

Fax (0__11) 2790-1501

www.moderna.com.br

2015

Impresso no Brasil

Esta quarta edição do Anuário Brasileiro da Educação Básica abre uma fase importante desta série de publicações: é a primeira após a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em junho de 2014 e que define as diretrizes e estratégias para o País alcançar melhores resultados na Educação, no prazo de dez anos.

Desde a segunda edição, este Anuário tem o conteúdo organizado com base nas 20 metas do PNE. Essa decisão foi tomada, ainda em 2013, para facilitar a leitura e o entendimento dos dados reunidos na publicação e, acima de tudo, por se acreditar que o plano, mesmo antes de entrar em vigor, viria a ser uma referência fundamental para a compreensão do cenário educacional brasileiro, assim como dos desafios que se colocam à frente dos gestores públicos e da sociedade em geral.

Agora, no momento em que o PNE se consolida como o principal instrumento norteador dos esforços pela melhoria do ensino nas escolas do País, o conteúdo da lei passa a permear de forma ainda mais evidente as páginas do Anuário, não apenas no que diz respeito às metas, mas também às estratégias previstas para alcançá-las durante a próxima década, até 2024.

Para fornecer o quadro mais completo possível, o Anuário conta com os números do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), apurados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e com os dados do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), disponibilizados pelo Ministério da Educação. E vai além, com tabulações próprias e abordagens estatísticas inéditas.

O Todos Pela Educação e a Editora Moderna têm a satisfação de oferecer uma ferramenta de grande utilidade a todos que desejam compreender e acompanhar a evolução da Educação brasileira, de forma a contribuir com as principais decisões que reflatam em melhorias na qualidade do ensino.

Boa leitura!

Bem-vindo!

O Anuário Brasileiro da Educação Básica foi idealizado para ser uma ferramenta de consulta para jornalistas, pesquisadores, gestores de políticas públicas e todos os que desejam compreender melhor o cenário do ensino público e privado no Brasil. Sua organização, com base nas 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE), tem esse mesmo objetivo, facilitando a consulta e a compreensão das informações aqui reunidas. Para cada uma das metas foi reservado um conjunto de páginas, que trazem os principais dados do tema abordado. Além disso, o texto de abertura, artigos de especialistas, infográficos especialmente elaborados para esta edição e o glossário ajudam a dar uma visão geral do quadro educacional brasileiro. Na página 146, você encontra uma breve explicação sobre a metodologia utilizada na elaboração dos gráficos e tabelas.

Gráficos e tabelas, complementados por textos, dão um panorama do tema tratado em cada uma das metas do PNE.

As desigualdades são uma preocupação constante no PNE e também são analisadas no contexto dos números apresentados no Anuário.

28 OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ENSINO FUNDAMENTAL

SÍNTESE
Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

Embora a porcentagem de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos que frequentam o Ensino Fundamental seja elevada (93,9%), esse indicador tem se mantido estável nos últimos anos e ainda distante da meta de universalização estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE). Para vencer essa distância, é preciso tratar da inclusão da população em situação de maior vulnerabilidade social e enfrentar as desigualdades regionais, de renda e de região – desafios que o PNE reflete nas estratégias previstas para o Ensino Fundamental (veja pág. 31).

No que diz respeito à conclusão na idade apropriada, outro aspecto da meta do PNE, o plano incorpora uma preocupação compartilhada por especialistas: que sejam desenvolvidas tecnologias pedagógicas e promovidas iniciativas que contribuam não apenas para manter os estudantes na escola, como também para melhorar o aproveitamento escolar de crianças e adolescentes.

Ensino Fundamental
Taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental (Em %)

Fonte: IBGE (2014) - Censo de 2013. Tabela: Matrículas em Educação Básica.

Anuário Brasileiro da Educação Básica 2015 29

Ensino Fundamental
Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental - Brasil - 2013 (Em %)

Fonte: IBGE (2014) - Censo de 2013. Tabela: Matrículas em Educação Básica.

Ensino Fundamental
Percentagem de 95 anos que concluíram o Ensino Fundamental - Brasil e Regiões - 2001-2013 (Em %)

Análise/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	46,5	49,6	51,9	55,1	56,2	58,4	60,2	61,4	63,4	64,6	67,4	67,4	69,4
Norte	22,8	26,8	29,4	30,0	30,0	31,2	31,8	32,1	32,1	32,1	32,1	32,1	32,1
Nordeste	25,0	28,0	31,6	34,3	38,1	40,6	42,0	44,8	46,1	51,6	54,9	58,3	
Sudeste	61,4	63,6	68,6	71,1	70,5	71,2	73,6	74,5	74,8	74,1	77,5	76,8	
Sul	60,3	66,0	64,7	71,3	66,5	68,6	70,6	69,3	72,7	69,9	72,9	76,2	
Centro-Oeste	46,2	49,3	54,0	57,1	59,8	60,1	62,7	64,5	70,5	74,2	71,4	75,4	

Fonte: IBGE (2014) - Censo de 2013. Tabela: Matrículas em Educação Básica.

Estudantes do 9º ano fazem trabalho em grupo em sala particular.

Sempre que necessário, explicações adicionais ajudam a entender os indicadores retratados. Os números na parte inferior remetem para notas técnicas no final do Anuário.

Os gráficos e tabelas trazem dados do Brasil, regiões e unidades da federação, a partir de 2001.

Acesse o Observatório do PNE (www.observatoriodopne.org.br) e acompanhe notícias, análises e o monitoramento dos indicadores referentes às 20 metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

*“Nossos livros e
nossos lápis são nossas
melhores armas.”*

Malala Yousafzai, 17 anos, mais jovem
ganhadora do Nobel da Paz





A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM 2014

A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) representa um marco importante para a sociedade brasileira. Agora é fundamental acompanhar a evolução dos indicadores e o cumprimento dos prazos atrelados às metas e estratégias que orientam melhorias na qualidade do ensino nessa próxima década (2014-2024).

Contagem regressiva

Na Educação, uma década é um tempo relativamente curto para que projetos sejam postos em prática e alcancem os resultados desejados. Trata-se de um setor em que não se conseguem transformações de um dia para o outro. Os processos requerem maturação, envolvem mudança de cultura e, em um País tão grande e diverso, exigem tempo e recursos para vencer distâncias e se adaptar às diferenças regionais.

Por isso, a aprovação da Lei 13.005, no dia 25 de junho de 2014, que define o Plano Nacional de Educação (PNE), acionou uma contagem regressiva para o País implementar políticas públicas que visem o cumprimento de metas e diretrizes educacionais até 2024, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Prazos intermediários estabelecidos no plano já começam a expirar em 2015 e 2016. Vale notar que não apenas as 20 metas, mas também muitas das 254 estratégias definidas pela lei embutem um cronograma bem definido.

Para que as iniciativas propostas no PNE se concretizem, é preciso se manter atento aos passos subsequentes que passam pela regulamentação da lei e sua integração com as principais ferramentas de planejamento das administrações: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, estas duas tramitadas todo ano precedidas por discussões e decisões que envolvem vereadores, deputados, secretários e dirigentes de Educação, sindicatos, organizações sociais, conselhos estaduais e municipais de Educação, entre outros atores da sociedade civil.

Planos Estaduais e Planos Municipais de Educação

O primeiro prazo intermediário estabelecido pelo PNE é condição para garantir a participação da sociedade e a adequação das metas às realidades específicas das unidades da federação e dos municípios. Até o dia 24 de junho de 2015, devem ser aprovadas as leis que criam os Planos Estaduais de Educação (PEEs) e os Planos Municipais de Educação (PMEs), contendo as diretrizes e as metas a ser atingidas até 2024. Esse planejamento envolve o diagnóstico das demandas locais, a realização de audiências públicas, a tramitação nas casas legislativas e a sanção pelo poder



Estudantes trabalham em grupo em escola de Belo Horizonte (MG)

executivo de cada um dos 26 estados, do Distrito Federal e dos 5.570 municípios brasileiros.

São os PEEs e os PME's que, em última instância, balizarão o cumprimento das metas do PNE, uma vez que a legislação brasileira estabelece diferentes responsabilidades para as três esferas de governo, em uma atuação mediada pelo princípio da colaboração. Pouco adianta o PNE traçar metas ousadas para a Educação Infantil ou para a Educação Integral, por exemplo, se prefeitos e governadores de todo o País não incorporarem ao planejamento local esses mesmos objetivos.

A criação dessa estrutura vertical e articulada também vai assegurar um maior controle social do trabalho dos gestores públicos, mantendo o espírito democrático que fundamentou o processo de criação e tramitação do PNE, com a participação dos mais diferentes atores da sociedade civil.

No início de maio, a pouco mais de um mês para o vencimento do prazo final, os dados da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase) do Ministério da Educação mostravam o tamanho do desafio. Apenas 82 dos 5.570 municípios e 3 das 27 unidades da federação tinham sancionado seus planos. Na mesma data, 1.735 municípios sequer tinham finalizado os diagnósticos que devem nortear a elaboração dos planos.

Ainda que todos os temas devam estar contemplados nos planejamentos locais, há prazos correndo que independem diretamente da aprovação dos planos municipais e estaduais.

A estratégia 1.4 da Meta 1 prevê, por exemplo, que, ao final do primeiro ano de vigência do PNE (junho de 2015), todos os municípios tenham estabelecido “normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches”. É um prazo exíguo, em uma área sensível para as administrações municipais, pelo grande impacto social e pelo volume de investimentos necessário.

Deve-se recordar ainda que a meta não apenas define a expansão da oferta de vagas em creches e a universalização do atendimento em pré-escolas até 2016, mas visa garantir a qualidade educativa. Para isso, o PNE definiu a implantação da avaliação nacional da Educação Infantil até o segundo ano de vigência do plano, aferindo estrutura física, pessoal, condições de gestão e recursos pedagógicos, entre outros indicadores.

No âmbito do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com redes administradas ainda por estados e por municípios (já que o processo de municipalização ainda não se completou), o cronômetro segue acelerado.

O PNE define, por exemplo, que, até meados do segundo ano de vigência do plano (2016), o Ministério da Educação (MEC) deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Educação uma pro-

DADOS GERAIS

Os números da Educação Básica mostram as dimensões dos ensinos público e privado no Brasil e, assim, também ajudam a avaliar o tamanho do desafio no horizonte dos gestores e educadores

Educação Básica Matrículas – 2013

	Todas as redes	Rede Pública	Rede privada
Educação Básica	50.042.448	41.432.416	8.610.032
Educação Infantil	7.590.600	5.374.108	2.216.492
Ensino Fundamental	29.069.281	24.694.440	4.374.841
Ensino Médio	8.312.815	7.247.776	1.065.039
Educação Profissional	1.102.661	437.553	665.108
Educação de Jovens e Adultos	3.772.670	3.623.912	148.758
Classes especiais e Escolas especializadas	194.421	54.627	139.794

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar.
Nota: ③.

posta “de direitos e objetivos de aprendizagem”, ou seja, uma base curricular para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.

Isso pressupõe que o ano de 2015 deverá ser dedicado a um grande debate nacional sobre o tema, certamente um dos mais complexos e importantes da Educação brasileira. A definição curricular terá grande impacto no cumprimento das metas de universalização e na melhoria das taxas de fluxo da Educação Básica.

Para 2015, está prevista outra meta fundamental e de difícil alcance. O PNE estabeleceu que neste ano a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais deverá ser elevada a 93,5%, até a erradicação do analfabetismo absoluto, no final do decênio (2024). Hoje, a taxa está em 91,5%.

Carreira docente

Na contagem regressiva de implementação do PNE, está em questão um dos pontos centrais da Educação brasileira: a valorização do professor. A meta 18, por exemplo, determina prazos sobre o tema que começam a vencer em 2016.

A lei estabelece que, em dois anos, os profissionais da Educação Básica e da Superior da rede pública estejam enquadrados em planos de carreira. Mais do que isso, determina que tais planos tomem como referência o Piso Salarial Nacional.

O prazo definido pelo PNE abre a oportunidade para que os entes federados criem ou reformulem planos de carreira que

Educação Básica Estabelecimentos – 2013

	Todas as redes	Rede Pública	Rede privada
Educação Básica	190.706	151.884	38.822
Educação Infantil	116.400	85.866	30.534
Ensino Fundamental	141.260	118.914	22.346
Ensino Médio	27.450	19.400	8.050
Educação Profissional	4.579	1.849	2.730
Educação de Jovens e Adultos	37.060	36.090	970
Classes especiais e Escolas especializadas	4.071	2.264	1.807

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar.

Notas: ① e ②.

Educação Básica Docentes – 2013

	Todas as redes
Educação Básica	2.148.023
Educação Infantil	474.591
Ensino Fundamental	1.409.991
Ensino Médio	509.403
Educação Profissional	73.904
Educação de Jovens e Adultos	254.479
Classes especiais e Escolas especializadas	29.827

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar.

Nota: ③.



O PNE busca assegurar que a maioria dos professores sejam efetivos

sejam mais atraentes para os jovens e, ao mesmo tempo, apresentem trajetórias de desenvolvimento profissional para os professores efetivos, valorizando a formação continuada em serviço e promovendo a aproximação dos salários com os das demais carreiras que exigem formação superior.

A meta 18 ainda traz outro prazo importante, relativo à inclusão dos profissionais da Educação no quadro efetivo do magistério. Até o terceiro ano de vigência do PNE, ou seja, até meados de 2017, 90% dos profissionais do magistério e metade dos profissionais não docentes deverão ocupar cargos efetivos (obtidos por meio de concurso público).

O PNE também estabelece a criação da prova nacional de referência para subsidiar estados e municípios na realização de concursos de admissão de profissionais do magistério, definindo parâmetros comuns para assegurar a aferição de conhecimentos e competências fundamentais dos educadores que serão responsáveis pela Educação de milhões de crianças e jovens.

Por fim, outra definição importante diz respeito à participação da comunidade na gestão educacional. O PNE determina o prazo de dois anos para “a efetivação da gestão democrática, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas”.

A consolidação da gestão democrática implica a implantação de conselhos e outras estruturas participativas e, sobretudo, a construção de uma cultura de participação da comunidade na escola, acompanhando o processo pedagógico, colaborando no estabelecimento de metas e tornando-se corresponsável pelos resultados.

Os prazos definidos pelo PNE refletem a urgência que o estágio atual do ensino merece, mas o seu cumprimento efetivo depende da prioridade que o País confere à Educação.

O Brasil tem um encontro marcado com a melhoria do ensino, mas o PNE não estabelece sanções para o descumprimento das metas. Por isso, os resultados alcançados dependem, em boa parte, de o PNE ser um dos orientadores do planejamento e da execução orçamentária de todas as esferas de governo, assim como do monitoramento e participação permanentes da sociedade. Apenas assim o País terá um PNE de fato prestigiado e realizado, garantindo Educação de qualidade e melhores oportunidades para todos os cidadãos.

O ano de 2015 deverá ser dedicado a um grande debate nacional sobre os direitos e objetivos de aprendizagem

A implantação do CAQ e do CAQi

Entre as definições fundamentais que impactam o conjunto das metas do PNE relativas à Educação Básica está a implantação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), que deve ocorrer em até dois anos, e do Custo Aluno Qualidade (CAQ), a ser estabelecido até 2017.

Esse novo parâmetro altera a lógica na definição dos investimentos em Educação. Em vez de considerar o orçamento total existente para o conjunto da Educação Básica, parte-se da definição *a priori* de um valor ideal a ser investido por aluno de forma a garantir as condições de oferta de um ensino de qualidade.

O CAQi é uma referência de investimento por aluno suficiente para garantir as condições mínimas de funcionamento da escola, levando em consideração aspectos como infraestrutura e recursos humanos.

A implantação do CAQ é o passo seguinte, estabelecendo o investimento mínimo permanente para que se eleve o padrão de qualidade da Educação. Os indicadores de referência devem levar em conta, segundo o PNE, investimentos em "qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da Educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar".

A criação do Fórum Nacional de Educação pela Conferência Nacional de Educação (Conae 2010) e a institucionalização desse espaço de interlocução no âmbito do Ministério da Educação pela Portaria 1.407/2010 e pela Lei 13.005/2014 constituem-se num importante avanço para a democratização da Educação em nosso País.

A Portaria MEC 1.407, de dezembro de 2010, chama a atenção para as razões da existência do fórum e das Conferências Nacionais de Educação: “A necessidade de institucionalizar mecanismos de planejamento educacional participativo que garantam o diálogo como método e a democracia como fundamento”.

Integrado pelas entidades mais representativas da área da Educação, o fórum tem, entre outras atribuições, o objetivo de acompanhar a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Nacional de Educação e a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE). Cabe também ao fórum convocar, planejar e coordenar a realização de Conferências Nacionais de Educação.

Da mesma forma, a Lei 13.005, que aprovou o PNE, atribui ao fórum funções vitais, como monitorar e avaliar periodicamente a execução e o cumprimento das metas do PNE, analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas, inclusive propondo a revisão do percentual do investimento público em Educação.

Desde 2008, quando foi realizada a primeira Conferência Nacional da Educação Básica, e depois, com as duas edições da Conferência Nacional de Educação, em 2010 e 2014, estavam presentes as noções de participação social e construção de um espaço democrático que permitissem aos diferentes atores a elaboração de propostas de políticas públicas que contribuíssem para a melhoria da qualidade da Educação Básica.

As duas Conferências Nacionais de Educação foram precedidas de intenso processo de mobilização. Antes da conferência de 2014, durante os anos de 2012 e 2013, foram realizadas conferências preparatórias e livres (digitais e/ou presenciais), conferências municipais e intermunicipais e ainda conferências estaduais e distrital de Educação. Dois milhões de pessoas participaram de todo esse processo.

Além disso, as duas Conferências Nacionais de Educação, tanto a de 2010 como a de 2014, ocorreram no estratégico momento de encerramento do PNE 2001-2010 e da elaboração do PNE 2014–2024, que foi aprovado em 2014.

Paulo de Sena Martins* observa níveis de participação bastante diferentes entre o primeiro e o segundo PNE. No primeiro, os debates ocorreram entre o governo federal, os parlamentares, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a Confederação Nacional dos Tra-

balhadores em Educação (CNTE). Já o segundo contou, além das instituições citadas anteriormente, com a participação do Poder Executivo, do Congresso Nacional, de organizações públicas e privadas, sindicatos, empresários e milhares de pessoas.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar essa diferença: a mobilização efetuada pelo Fórum Nacional de Educação e pela Conae; a importância que o tema da Educação está assumindo em nossa sociedade; o desejo cada vez mais crescente da população por influenciar os rumos da Educação; a presença de inúmeras entidades da sociedade civil que se mobilizaram para influir no projeto de lei que se discutia no Congresso Nacional. Prova disso é que, na primeira etapa de tramitação no Congresso Nacional, o PNE recebeu quase 3 mil emendas.

Analisando os temas centrais das duas conferências, pode-se concluir que o Plano Nacional de Educação esteve presente de forma significativa em ambas.

Em 2010, o tema central foi: “Construindo um Sistema Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas diretrizes e estratégias de ação”. Nesse caso, no documento referência, a ênfase recaiu sobre a noção do sistema articulado. Na conferência de 2014, o tema central foi: “O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração”. Nessa edição, foram priorizadas as questões referentes ao regime de colaboração.

Em torno da temática central foram definidos sete eixos que constaram do documento-referência e foram profundamente discutidos durante a Conae 2014, tratando de temas centrais da Educação, como o PNE e o Sistema Nacional de Educação (Eixo 1); a qualidade da Educação (Eixo 4) e o financiamento da Educação (Eixo 7).

O documento final da Conae 2014, com a explicitação dos sete eixos, tem se constituído em importante referencial para a elaboração de políticas públicas que possam organizar o Sistema Nacional de Educação e contribuir para a implementação do PNE.

A Conae contribuiu, e muito, para o encaminhamento no PNE de alguns temas extremamente polêmicos, como a questão do investimento em Educação, prevista na meta 20; a instituição do Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração; e o estabelecimento de leis específicas para a gestão democrática da Educação pública.

A aprovação do PNE constituiu um importante avanço para a melhoria da Educação. No entanto, o grande desafio que se apresenta para a sociedade é a implantação. Para responder a esse desafio, todos estão sendo chamados. E, nos próximos nove anos (pois já estamos a um ano do início da vigência), essa é a tarefa da Conae, do Fórum Nacional de Educação e de todas as entidades ligadas à Educação.




Antonio Carlos Caruso Ronca

Doutor em Educação, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE) e pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

“No entanto, o grande desafio que se apresenta para a sociedade é a implantação. Para responder a esse desafio, todos estão sendo chamados. E, nos próximos nove anos (pois já estamos a um ano do início da vigência), essa é a tarefa da Conae, do Fórum Nacional de Educação e de todas as entidades ligadas à Educação.”

Referência:

*SENA, P. A história do PNE e os desafios da nova lei. In: *Plano Nacional de Educação 2014–2024*: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: 2014.



“Todos nós temos talentos diferentes, mas todos nós gostaríamos de ter iguais oportunidades para desenvolver os nossos talentos.”

John Fitzgerald Kennedy (1917-1963),
ex-presidente dos Estados Unidos



OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Além de apontar os objetivos e a direção da Educação brasileira nos próximos anos, o Plano Nacional de Educação (PNE) se tornou naturalmente um parâmetro essencial para a análise dos indicadores da área. Com base nas metas estabelecidas e no amplo conjunto de dados disponíveis hoje no Brasil, gestores, pesquisadores e a sociedade em geral têm condições de construir um diagnóstico abrangente e discutir as políticas públicas mais eficazes a se adotar.

EDUCAÇÃO INFANTIL

META DO PNE

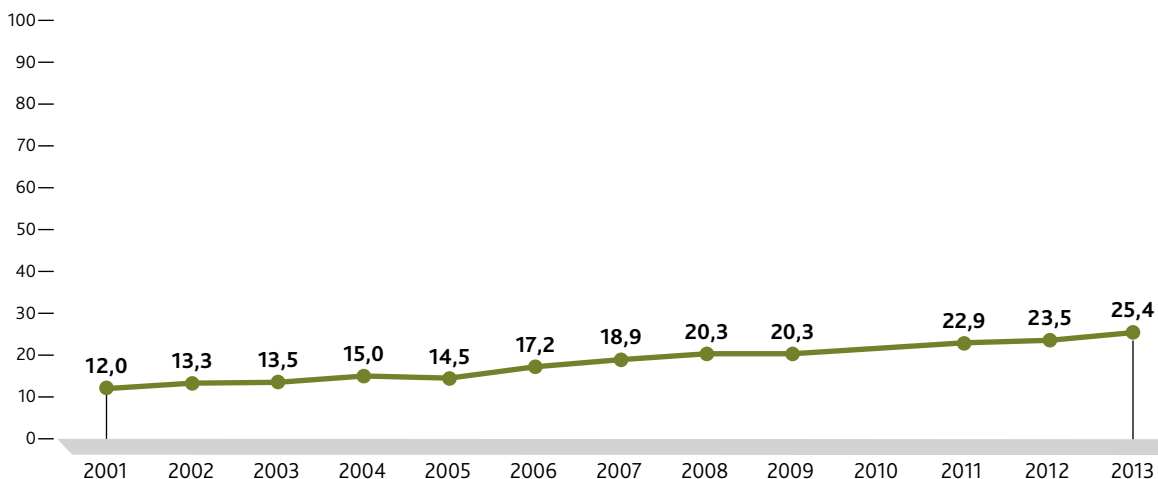
*Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de 4 e 5 anos e ampliar a oferta de **Educação Infantil** em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE.*

A taxa de atendimento na Pré-Escola cresceu 2,5 pontos percentuais e atingiu 84,9% em 2013. Na Creche, o atendimento chegou a 25,4%. Mas, para cumprir o que determinam a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, e o Plano Nacional de Educação, as redes municipais de ensino terão de acelerar a criação de vagas. Mantida a tendência de crescimento observada nos últimos 13 anos, o País chegaria a 2016 com 90% das crianças de 4 e 5 anos matriculadas na Pré-Escola. A meta definida em lei é a universalização.

No caso da Creche, o ritmo atual elevaria a taxa a pouco mais de 38%, em 2024. A meta é 50%. Um dos principais desafios dos municípios é dimensionar a demanda por vagas na Creche e construir unidades dentro de padrões que garantam bom atendimento e Educação de qualidade para as crianças. Também se faz evidente a desigualdade no atendimento, quando observados o nível socioeconômico e a raça/cor das famílias atendidas (*ver gráfico na pág. 20*).

Creche

Crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 2001-2013 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

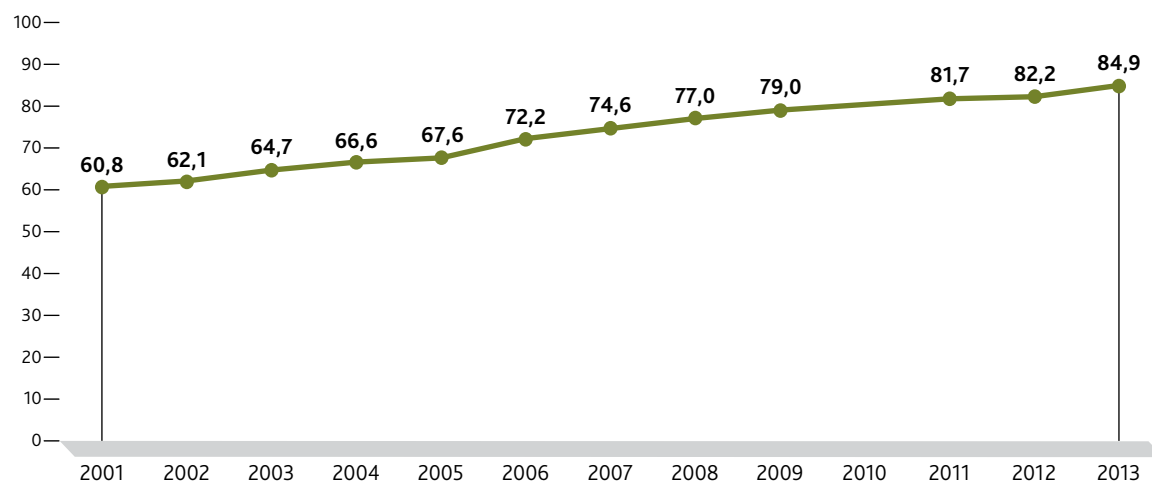
Notas: (4), (5) e (6).



Atividades de leitura são fundamentais para o desenvolvimento na infância

Pré-Escola

Crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 2001-2013 (Em %)

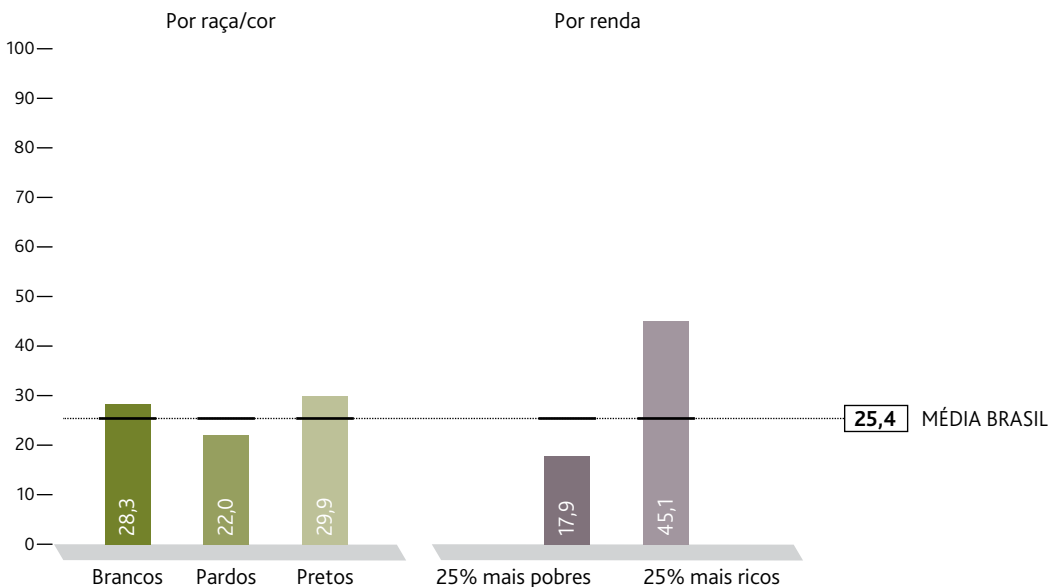


Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Creche

Crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 2013 (Em %)



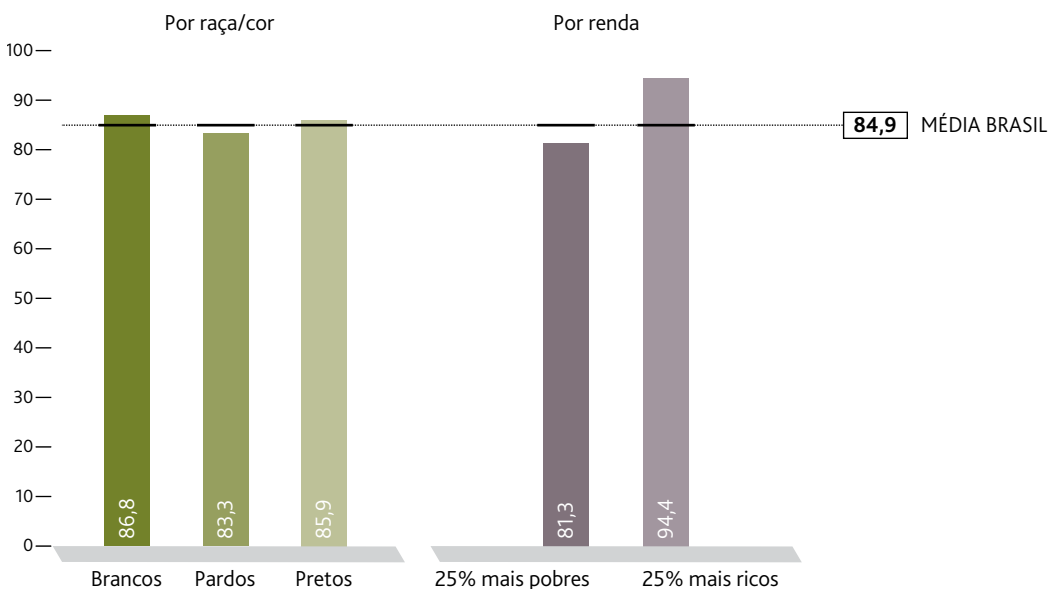
Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6), (7) e (8).

As discrepâncias em relação às médias do País evidenciam o tamanho das desigualdades no acesso à Creche e à Pré-Escola

Pré-Escola

Crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 2013 (Em %)

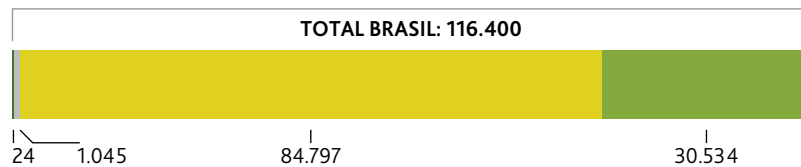


Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6), (7) e (8).

Educação Infantil

Estabelecimentos por dependência administrativa – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

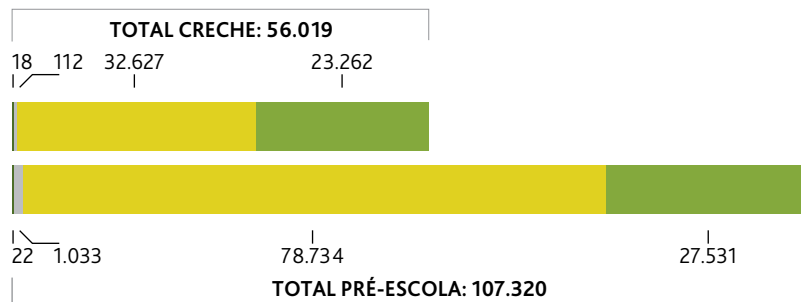
Distribuição das escolas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

■ Federal ■ Estadual
■ Municipal ■ Privada

Creche e Pré-Escola

Estabelecimentos por dependência administrativa – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

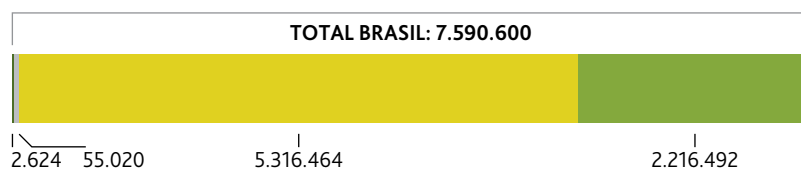
Notas: O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino. Estabelecimentos ativos.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

■ Federal ■ Estadual
■ Municipal ■ Privada

Educação Infantil

Matrículas por dependência administrativa – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Notas: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. Inclui matrículas de turma unificada na etapa correspondente.

Distribuição das matrículas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

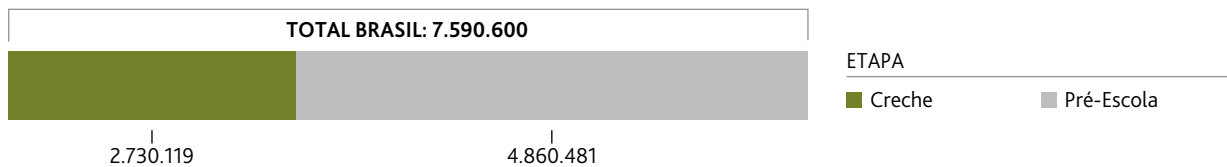
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

■ Federal ■ Estadual
■ Municipal ■ Privada

O total das matrículas em Educação Infantil, somando Creche e Pré-Escola, aumentou cerca de 4% entre 2012 e 2013, passando de 7.295.512 para 7.590.600. No entanto, é necessário analisar a porcentagem de crianças que frequentam a escola para se ter a dimensão de quanto essa etapa de ensino está avançando na direção da universalização preconizada pelo PNE.

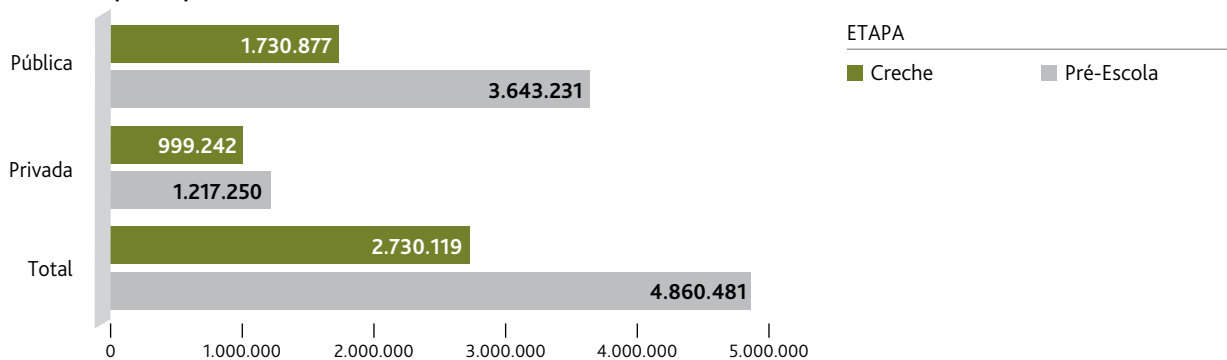
Assim, ficam evidentes como as desigualdades se refletem no acesso das crianças à escola desde a primeira infância. Por exemplo: considerando apenas as famílias que pertencem ao grupo dos 25% mais ricos, a meta de atendimento de ao menos 50% das crianças de até 3 anos estaria muito próxima de ser alcançada. Quando se trata dos 25% mais pobres, porém, a distância em relação à meta do PNE é bem mais expressiva: somente 17,9% estão matriculadas em creches.

Educação Infantil
Matrículas por etapa de ensino – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.
Notas: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
Inclui matrículas de turma unificada na etapa correspondente.

Educação Infantil
Matrículas por etapa de ensino e área administrativa – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Educação Infantil
Matrículas por etapa de ensino e região – 2013

	Educação Infantil	Creche	Pré-Escola
Brasil	7.590.600	2.730.119	4.860.481
Norte	600.605	114.678	485.927
Nordeste	2.151.038	591.177	1.559.861
Sudeste	3.333.824	1.401.112	1.932.712
Sul	1.000.300	449.677	550.623
Centro-Oeste	504.833	173.475	331.358

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

A importância da "busca ativa"

Diante das especificidades da Educação Infantil e da obrigatoriedade ainda recente de matrícula nessa etapa de ensino (para crianças de 4 e 5 anos), o PNE recomenda que os municípios realizem a chamada busca ativa de crianças em idade para começar a frequentar a escola. A ação deve ser organizada e realizada em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

Também são estratégias previstas pelo PNE o estabelecimento de metas e o levantamento da demanda por Creche e Pré-escola, a implementação de um sistema de avaliação da qualidade da Educação Infantil (até junho de 2016) e a redução das desigualdades.



Crianças se alimentam em creche comunitária em Betim (MG)

Educação Infantil

Estabelecimentos da rede pública, por etapa de ensino, segundo recursos disponíveis na escola – Brasil – 2013 (Em %)

Recursos	Creche	Pré-Escola
Parque infantil	41,9	24,3
Sala de leitura	13,5	12,7
Banheiro dentro do prédio	87,6	80,4
Banheiro adequado à Educação Infantil	45,0	24,1
Água filtrada	91,6	86,8
Abastecimento de água		
Rede pública	73,9	53,7
Poço artesiano	12,3	18,0
Cacimba/Cisterna/Poço	9,7	16,3
Outros	2,5	7,7
Inexistente	5,2	8,3
Esgoto sanitário		
Rede pública	43,8	27,5
Fossa	54,2	65,5
Inexistente	3,7	8,2
Acesso à energia elétrica	98,5	94,5

A infraestrutura das creches e pré-escolas públicas

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar 2013 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Mais de 85% das creches e pré-escolas da rede pública ainda carecem de salas de leitura

Creche**Crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 2001-2013 (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
BRASIL	12,0	13,3	13,5	15,0	14,5	17,2	18,9	20,3	20,3	22,9	23,5	25,4
Região Norte	8,7	9,3	9,6	7,1	6,9	9,4	8,8	10,0	10,5	10,0	9,5	10,9
Rondônia	5,3	5,2	5,7	4,8	5,8	9,3	7,5	7,9	9,9	7,8	10,3	10,3
Acre	4,3	4,5	4,5	3,8	4,2	5,1	7,4	8,2	6,3	9,3	7,7	8,8
Amazonas	6,3	8,3	6,4	4,6	5,5	8,1	7,1	7,4	9,2	6,5	6,2	6,3
Roraima	15,5	16,0	14,9	15,1	13,0	11,4	13,2	13,7	16,7	12,1	13,3	13,2
Pará	10,9	12,3	12,0	9,1	7,5	10,4	9,1	11,2	10,7	11,8	10,5	13,3
Amapá	16,1	6,2	12,3	3,8	6,3	8,1	9,6	10,6	5,5	8,4	5,4	10,5
Tocantins	4,2	4,0	8,9	5,6	7,5	9,5	11,7	12,5	16,5	13,3	15,2	13,1
Região Nordeste	12,4	12,6	13,2	14,0	13,9	15,6	16,6	17,4	18,0	19,9	20,6	21,9
Maranhão	9,6	9,5	10,8	10,0	10,2	12,2	15,1	13,8	14,0	18,9	19,4	18,2
Piauí	12,0	11,0	12,1	12,7	11,1	10,0	17,5	16,5	19,7	20,0	20,8	19,0
Ceará	18,7	17,2	18,0	16,6	18,8	20,6	20,3	24,4	21,9	26,4	26,8	24,8
Rio Grande do Norte	18,0	18,0	20,6	21,7	20,4	21,7	21,5	22,6	26,2	23,4	26,9	29,1
Paraíba	10,7	11,9	13,4	13,9	14,4	16,6	16,4	16,9	16,7	22,0	23,3	19,9
Pernambuco	13,2	13,8	12,8	15,7	15,3	17,2	18,2	18,7	18,3	18,4	18,9	23,5
Alagoas	9,2	8,8	7,5	9,1	9,3	12,0	12,3	11,8	15,4	15,0	15,9	22,2
Sergipe	13,3	12,5	15,6	17,3	14,2	17,5	15,5	17,0	16,6	17,0	15,8	24,6
Bahia	9,3	10,9	11,6	13,3	12,4	13,7	14,1	15,4	16,7	17,7	18,4	20,8
Região Sudeste	13,0	14,9	14,7	17,8	17,3	21,2	23,9	24,6	24,7	28,4	27,6	30,6
Minas Gerais	10,1	10,7	10,2	13,8	12,9	15,0	17,4	17,9	18,5	21,3	20,9	23,2
Espírito Santo	14,6	15,2	19,1	18,3	20,7	17,6	25,2	30,0	21,5	29,2	33,7	29,0
Rio de Janeiro	14,2	17,6	16,4	20,0	18,0	23,4	24,8	23,7	23,3	28,3	27,0	30,6
São Paulo	14,0	16,0	16,0	19,1	18,9	24,0	26,8	27,8	28,6	31,9	30,6	34,2
Região Sul	12,4	14,6	15,4	19,1	17,0	19,5	22,6	25,9	25,5	29,1	31,8	33,3
Paraná	11,7	14,7	13,9	18,8	17,6	19,2	21,9	26,0	23,2	26,5	27,9	31,9
Santa Catarina	16,1	19,7	22,4	26,6	21,8	24,6	29,1	33,1	35,7	36,4	37,4	39,4
Rio Grande do Sul	11,2	11,6	13,1	15,0	13,2	16,8	19,6	21,4	21,9	27,3	32,4	31,3
Região Centro-Oeste	7,5	9,8	8,7	9,9	10,7	12,7	14,8	16,9	16,0	17,2	20,5	20,1
Mato Grosso do Sul	8,1	12,6	10,4	12,6	16,1	18,6	22,3	21,7	22,8	22,7	27,8	24,8
Mato Grosso	7,1	8,2	8,6	8,6	9,3	11,2	13,4	15,8	18,2	19,2	19,1	17,7
Goiás	5,1	7,4	6,7	7,1	7,4	8,5	10,5	14,7	10,5	12,5	16,9	15,7
Distrito Federal	12,6	14,4	12,2	15,1	14,7	18,3	19,6	18,5	18,9	19,9	23,1	28,8
Regiões Metropolitanas												
Belém	12,6	13,7	16,0	15,1	14,8	14,7	17,6	18,5	14,8	21,0	17,2	18,9
Fortaleza	17,6	17,1	21,7	20,0	20,4	21,3	22,4	24,8	23,4	23,8	25,0	23,4
Recife	22,9	25,2	22,2	25,0	24,7	26,9	25,9	26,2	24,9	28,3	26,8	29,0
Salvador	18,6	20,8	21,4	23,3	24,4	23,4	24,3	26,3	26,7	26,0	28,3	30,3
Belo Horizonte	12,8	16,2	15,5	16,1	16,5	22,7	23,7	25,5	24,7	25,1	25,1	29,4
Rio de Janeiro	14,7	17,8	15,3	19,0	19,1	21,7	26,1	23,4	22,0	28,3	26,1	30,5
São Paulo	12,5	16,3	16,6	20,1	19,8	25,0	27,0	27,3	30,8	31,7	28,6	34,3
Curitiba	14,7	15,6	18,2	20,8	23,3	21,6	27,8	28,8	27,0	30,9	31,9	35,6
Porto Alegre	15,9	12,6	15,3	17,8	16,7	19,7	22,8	23,7	23,3	25,8	29,5	32,8

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Pré-Escola**Crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 2001-2013 (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
BRASIL	60,8	62,1	64,7	66,6	67,6	72,2	74,6	77,0	79,0	81,7	82,2	84,9
Região Norte	55,6	57,1	58,3	52,2	54,7	58,8	64,1	68,8	69,8	71,3	70,0	73,7
Rondônia	44,7	40,8	46,4	39,8	40,1	45,4	46,7	46,7	58,5	53,3	59,1	63,5
Acre	50,0	56,9	55,4	48,4	44,9	50,3	53,8	59,5	56,8	73,1	59,3	61,8
Amazonas	49,2	50,6	49,9	47,6	50,8	56,0	67,0	72,1	63,1	66,4	65,7	70,8
Roraima	74,1	56,1	69,1	63,9	67,5	79,3	78,6	84,5	78,5	77,4	71,3	77,6
Pará	64,5	66,5	66,6	58,0	59,9	61,3	67,2	71,9	76,5	76,9	73,8	78,3
Amapá	49,4	61,3	58,4	51,3	54,1	63,1	54,8	63,7	56,3	70,8	61,0	70,7
Tocantins	45,5	45,5	52,6	44,8	54,7	62,1	65,5	66,2	69,0	69,2	80,4	74,5
Região Nordeste	67,0	69,0	69,8	73,2	75,1	78,3	81,3	83,8	85,6	87,2	87,5	90,2
Maranhão	66,3	68,2	69,4	74,3	72,1	77,2	81,9	87,0	89,8	91,8	89,0	90,5
Piauí	69,7	61,1	68,7	76,3	77,8	76,0	73,4	88,5	91,3	92,1	92,6	96,1
Ceará	77,9	79,1	79,5	81,7	85,1	87,7	89,4	90,6	93,3	90,8	93,0	95,4
Rio Grande do Norte	73,3	76,3	75,1	84,5	78,1	87,0	87,2	86,5	84,5	85,2	90,4	91,7
Paraíba	66,8	70,5	71,6	70,1	80,4	81,0	83,8	85,4	86,0	84,8	85,0	92,2
Pernambuco	62,8	68,0	68,5	69,0	71,2	76,4	78,5	80,6	80,7	81,1	86,8	85,0
Alagoas	59,0	60,4	56,7	63,4	63,6	67,1	76,1	68,9	77,0	83,4	79,8	80,2
Sergipe	72,5	71,1	80,3	74,1	76,9	80,1	83,5	82,0	85,4	90,9	92,0	94,3
Bahia	62,3	65,0	65,2	70,1	73,3	74,9	78,7	82,6	83,1	86,2	83,7	89,6
Região Sudeste	63,6	64,5	68,0	71,7	71,8	77,8	79,2	80,4	83,5	85,6	85,6	87,9
Minas Gerais	55,6	57,3	60,9	67,1	64,9	69,9	72,1	76,1	77,4	80,1	84,1	85,6
Espírito Santo	58,6	64,8	62,0	69,8	68,6	80,5	77,7	78,9	80,7	84,0	92,0	86,5
Rio de Janeiro	72,4	72,2	76,3	78,2	76,2	81,3	78,4	82,1	82,7	85,2	85,2	86,7
São Paulo	64,9	65,6	68,9	72,0	73,9	80,5	83,3	82,1	86,9	88,6	85,9	89,6
Região Sul	47,7	49,1	53,3	53,7	54,3	59,2	61,4	64,5	64,4	71,4	75,4	77,3
Paraná	47,2	49,9	57,1	58,2	58,0	60,3	67,7	67,6	65,5	73,2	78,3	80,8
Santa Catarina	65,4	61,2	68,7	66,4	72,7	79,1	73,7	78,0	76,7	76,9	84,6	86,5
Rio Grande do Sul	37,8	40,9	40,3	42,1	40,3	49,1	47,9	53,0	55,5	66,3	66,6	67,9
Região Centro-Oeste	46,9	49,0	52,0	54,3	56,6	61,3	61,0	66,5	69,4	71,8	73,9	77,8
Mato Grosso do Sul	43,6	51,9	44,3	48,3	57,3	57,0	61,4	69,7	73,1	74,0	72,2	79,1
Mato Grosso	45,1	42,4	51,4	51,8	53,7	60,5	53,5	56,1	68,8	77,7	73,4	75,8
Goiás	43,5	44,5	51,9	52,5	50,9	57,9	59,0	64,4	63,3	66,4	72,8	77,2
Distrito Federal	60,0	64,5	60,5	66,4	71,6	74,4	73,8	81,3	81,7	75,2	78,7	81,0
Regiões Metropolitanas												
Belém	67,9	69,4	70,6	68,9	75,6	73,6	80,5	79,6	79,8	84,9	80,5	83,1
Fortaleza	82,6	85,1	84,7	87,0	85,1	89,8	89,2	91,0	93,2	85,8	89,7	91,2
Recife	83,1	85,4	83,8	83,7	85,3	88,6	86,9	88,8	89,7	86,7	89,6	86,5
Salvador	78,0	79,6	80,3	84,3	85,3	85,7	86,7	91,3	86,5	88,9	89,7	89,1
Belo Horizonte	61,8	67,0	68,8	74,3	68,8	73,4	77,6	81,6	81,7	77,9	88,3	88,8
Rio de Janeiro	70,2	70,2	73,3	74,8	75,9	77,4	77,7	81,0	80,4	85,5	82,9	85,6
São Paulo	64,2	65,5	68,4	71,6	73,5	79,8	84,7	78,7	83,6	88,2	82,0	89,1
Curitiba	50,6	46,4	57,9	64,6	60,1	69,0	70,2	68,4	70,7	69,4	80,7	77,8
Porto Alegre	33,9	38,2	39,2	38,4	37,9	44,7	43,5	50,1	48,7	56,4	58,9	61,1

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

A Educação Infantil vem se legitimando nas últimas décadas como uma importante etapa da Educação Básica. Atualmente, 84,9% das crianças com 4 e 5 anos do País estão na Pré-escola. Em 2016, de acordo com a meta do Plano Nacional de Educação, ela será obrigatória para todas as crianças dessa faixa etária. O avanço, no entanto, só será completo quando, além do acesso à escola, for garantida uma Educação de qualidade a essas crianças, adequada à etapa de desenvolvimento em que estão, conhecida como a idade dos “porquês”.

As crianças de 4 e 5 anos pensam e exploram o mundo com a curiosidade e o interesse de quem ainda não sabe a diferença entre aprender, jogar e imaginar. Por isso, é fundamental que o professor designado a trabalhar com essa faixa etária tenha ciência de seu papel e não subestime essa demanda. Ele precisa tornar-se um interlocutor atento e responsável por ampliar o universo cultural das crianças, respeitando a forma própria de ser e de pensar que as caracteriza. Um exemplo desse desafio está no acesso ao universo da escrita, que gera conflitos na identidade da Educação Infantil.

Vivemos a seguinte situação: enquanto as crianças pobres que frequentam as pré-escolas públicas muitas vezes são impedidas de se aproximar da língua escrita, as crianças ricas das pré-escolas particulares são quase que obrigadas a se alfabetizar antes de entrar no Ensino Fundamental. No entanto, entre a proibição e a obrigação, há uma criança que pensa e indaga o que é e o que representa a escrita e que constrói conhecimentos sobre esse objeto da cultura, sem pedir permissão para os adultos que a rodeiam. Desde pequena, essa criança quer aprender a escrever o próprio nome e o de familiares, explora as letras no teclado do computador, desliza o dedinho pelos tablets e smartphones, encontrando com muita facilidade aquilo que busca e encanta-se com todo tipo de livro – quando pode ter acesso a eles.

Será aceitável que as instituições públicas de Educação Infantil continuem ignorando a importância de envolver as crianças em práticas de leitura e escrita, negando o acesso às que mais precisam, em nome do receio de uma “escolarização” precoce? As crianças de 4 e 5 anos têm ideias próprias sobre a escrita e um projeto pessoal de aprender a ler e a escrever no ritmo delas. Quanto mais puderem interagir com o universo mágico da escrita, mais avançarão na compreensão das regras, dos usos e das diferentes funções sociais dele.

Em pesquisa que realizei recentemente, investiguei quais conhecimentos sobre a língua escrita tinham as crianças de famílias de baixa renda com pouco contato com livros e leitores no seu entorno extraescolar, ao final da Pré-escola. Também observei a relação desse nível de conhecimento com as diferentes propostas didáticas adotadas pelas escolas. Particparam 60 crianças de quatro escolas de

periferias urbanas consideradas de alta vulnerabilidade. Duas delas (escolas X) tinham como proposta a apresentação gradual e sequenciada de letras e atividades de cópia e suas professoras só aceitavam a reprodução fiel da escrita.

As outras duas (escolas Z) entendiam a língua escrita como um objeto cultural com o qual as crianças interagem exercendo diversas práticas sociais de leitura e escrita em distintos contextos de uso. Em todas as tarefas propostas, o grupo das escolas Z obteve melhores resultados, o que pode ser vinculado às diferentes oportunidades e experiências oferecidas às crianças.

Um exemplo prático dessa diferença foi a reação das crianças das escolas X quando convidadas a tentar escrever sem um modelo a ser copiado: mais da metade permaneceu em silêncio ou explicou que não sabia escrever e nem tentaria. Já nas escolas Z, as crianças não tinham receio algum de escrever segundo as próprias ideias e possibilidades. Isso significa que a incursão na liberdade da escrita gera efeitos positivos e é um ponto fundamental a ser trabalhado na formação continuada de professores.

Notei também uma possível relação entre a falta de conhecimento dos alunos das escolas X e a baixa frequência de atividades de leitura em voz alta, além do fato de que essas crianças tinham poucas chances de explorar livros na escola e não podiam levá-los para casa.

Chamou especial atenção a grande desigualdade intraescolar já existente na Pré-Escola no que diz respeito ao conhecimento sobre a linguagem escrita. Convivem na mesma sala crianças que ainda utilizam pseudoletas e não sabem escrever o nome, e crianças que já leem e escrevem convencionalmente. Isso pode indicar que, se por um lado, a heterogeneidade presente em sala pode ser um fator de troca entre as crianças e de aprendizagem, por outro, não estão sendo utilizados os recursos didáticos que contribuiriam para a diminuição dessas distâncias.

As reflexões que precisamos fazer são: as crianças têm tido a possibilidade de se comportar como sujeitos ativos na Educação Infantil? Têm liberdade de pensar, errar, formular perguntas e hipóteses? Ou permanecem em situação passiva, sem atribuir sentido ao que estão fazendo, reproduzindo apenas modelos prontos, que os adultos determinam? Se não investirmos na formação de professores de Educação Infantil com o objetivo de que compreendam como se dá a aproximação das crianças pequenas à escrita, estaremos deixando um espaço aberto para que realizem práticas conhecidas e que muitas vezes eles viveram como alunos. E aí, sim, veremos a cena que gostaríamos de evitar: crianças pequenas sentadas em mesas fazendo atividades de cópia e perdendo a confiança naquilo que pensam e sabem.



Regina Scarpa

Diretora Pedagógica
da Escola Vera Cruz e
Doutora em Educação pela
Universidade de São Paulo.

“Reflexões que precisamos fazer: as crianças têm tido a possibilidade de se comportar como sujeitos ativos na Educação Infantil? Têm liberdade de pensar, errar, formular perguntas e hipóteses?”

ENSINO FUNDAMENTAL

META DO PNE

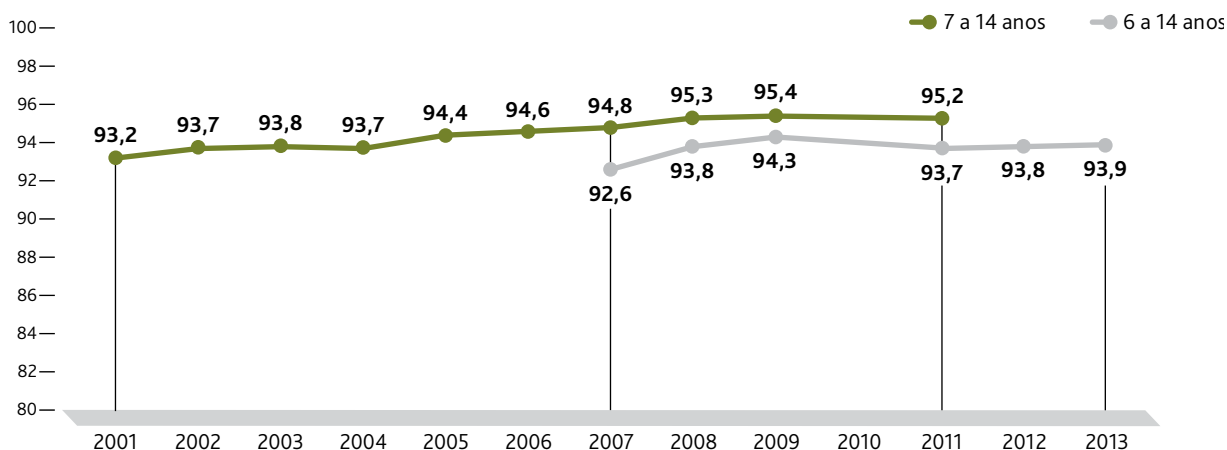
Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluem essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

Embora a porcentagem de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos que frequentam o Ensino Fundamental seja elevada (93,9%), esse indicador tem se mantido estável nos últimos anos e ainda distante da meta de universalização estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE). Para vencer essa distância, é preciso tratar da inclusão da população em situação de maior vulnerabilidade social e enfrentar as desigualdades regionais, de renda e de raça/cor – desafios que o PNE reflete nas estratégias previstas para o Ensino Fundamental (veja *pág. 31*).

No que diz respeito à conclusão na idade apropriada, outro aspecto da meta do PNE, o plano incorpora uma preocupação compartilhada por especialistas: que sejam desenvolvidas tecnologias pedagógicas e promovidas iniciativas que contribuam não apenas para manter os estudantes na escola, como também para melhorar o aproveitamento escolar de crianças e adolescentes.

Ensino Fundamental

Taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental (Em %)

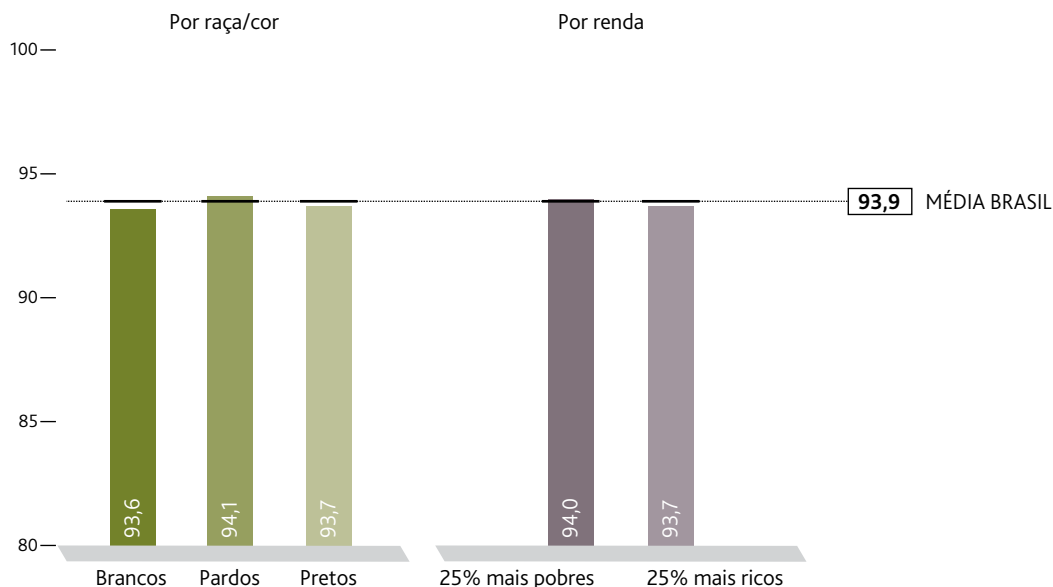


Fonte: Pnad - IBGE - Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (10).

Ensino Fundamental

Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental – Brasil – 2013 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6), (7) e (8).

Ensino Fundamental

Jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental – Brasil e Regiões – 2001-2013 (Em %)

Brasil/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Brasil	46,5	49,6	53,9	55,1	56,2	58,4	60,2	61,4	63,4	64,9	67,4	69,4
Norte	32,6	38,8	39,4	36,0	38,0	45,3	46,8	49,1	49,1	52,7	51,6	54,8
Nordeste	25,0	28,0	31,6	34,3	38,1	40,6	42,0	44,8	49,1	53,6	56,9	58,3
Sudeste	61,4	63,6	69,6	71,1	70,5	71,2	73,6	74,5	73,4	74,1	77,5	79,4
Sul	60,3	66,0	64,7	71,3	66,5	68,6	70,6	69,3	72,7	69,9	72,9	76,2
Centro-Oeste	46,0	49,3	54,0	57,1	59,6	60,1	63,7	64,5	70,5	74,3	71,4	72,4

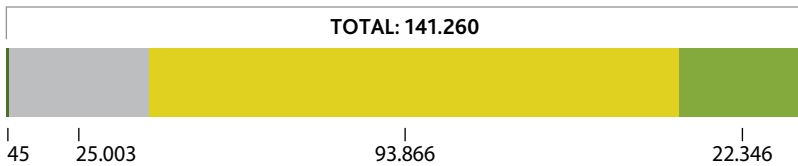
Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).



Estudantes do 9º ano fazem trabalho em grupo em escola particular

Ensino Fundamental
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2013



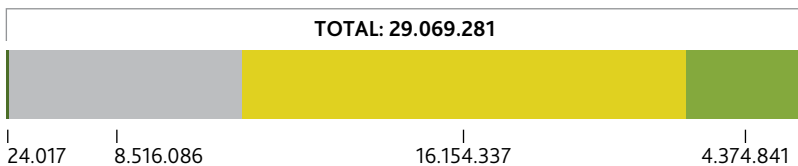
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Distribuição das escolas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

Ensino Fundamental
Matrículas por dependência administrativa – 2013

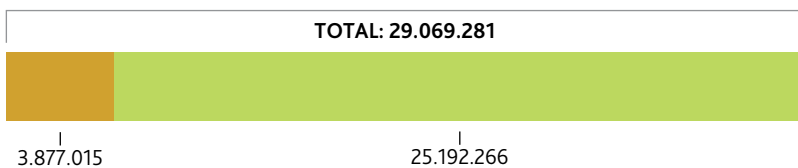


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Distribuição das matrículas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

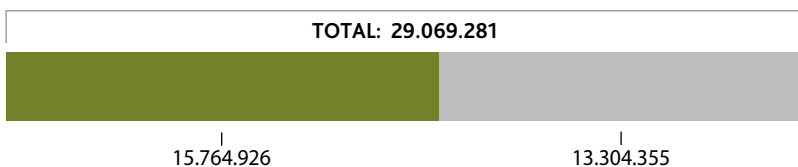
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada



- Ensino Fundamental de 8 anos
- Ensino Fundamental de 9 anos

Ensino Fundamental
Matrículas por etapa de ensino – 2013

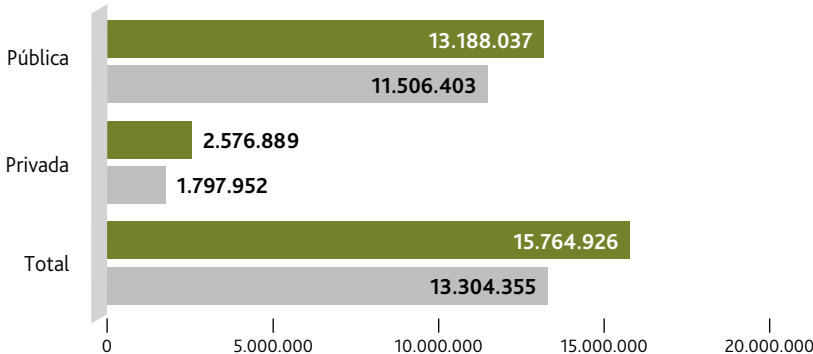


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

ETAPA

- Anos Iniciais
- Anos Finais

Ensino Fundamental
Matrículas por etapa de ensino e área administrativa – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

ETAPA

- Anos Iniciais
- Anos Finais

Ensino Fundamental

Matrículas por etapa de ensino e região – 2013

	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Anos Finais
Brasil	29.069.281	15.764.926	13.304.355
Norte	3.195.061	1.864.059	1.331.002
Nordeste	8.827.838	4.865.307	3.962.531
Sudeste	11.127.426	5.776.581	5.350.845
Sul	3.744.349	2.053.464	1.690.885
Centro-Oeste	2.174.607	1.205.515	969.092

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.**Ensino Fundamental**

Estabelecimentos da rede pública segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2013 (Em %)

Recurso disponível	
Biblioteca e/ou sala de leitura	43,9
Só biblioteca	25,7
Só sala de leitura	12,9
Sala de leitura e biblioteca	5,3
Acesso à internet	47,6
Laboratório de informática	50,3
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	19,4
Quadra de esportes	32,1
Laboratório de ciências	8,2
Água filtrada	85,9
Banheiro dentro do prédio	81,7
Abastecimento de água	
Rede pública	55,1
Poço artesiano	17,9
Cacimba/cisterna/poço	15,4
Outros	9,0
Inexistente	7,1
Esgoto sanitário	
Rede pública	29,6
Fossa	63,1
Inexistente	8,6
Acesso à energia elétrica	93,2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

A infraestrutura das escolas públicas de Ensino Fundamental

O desafio da inclusão

Entre as estratégias do PNE para o Ensino Fundamental, pelo menos quatro tratam dos alunos da Educação Especial/Inclusiva e das populações do campo, indígenas e quilombolas, além de uma que aborda especificamente beneficiários de programas de transferência de renda e outra voltada para filhos de profissionais dedicados a atividades itinerantes. Isso comprova que a única forma de passar do atual patamar de atendimento para a universalização do Ensino Fundamental é a inclusão de todos os segmentos.

Ensino Fundamental**Taxa líquida de matrícula – 2001-2011 – 7 a 14 anos (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
BRASIL	93,2	93,7	93,8	93,7	94,4	94,6	94,8	95,3	95,4	95,2
Região Norte	92,6	92,5	93,1	92,4	93,2	93,5	94,1	94,7	95,2	94,6
Roraima	93,0	92,4	92,9	91,8	93,3	93,2	93,7	93,5	95,5	93,7
Acre	93,3	95,2	94,4	90,3	90,5	91,8	88,8	92,4	93,9	92,4
Amazonas	92,4	92,6	93,0	93,7	95,0	94,9	95,0	95,7	95,3	94,3
Roraima	93,6	84,1	94,1	95,6	95,2	94,7	95,6	95,3	97,1	96,9
Pará	92,4	92,8	92,9	91,7	92,2	92,8	94,3	94,7	94,8	94,8
Amapá	96,7	92,1	92,9	94,1	94,2	94,7	93,5	94,1	95,4	94,4
Tocantins	92,1	92,8	93,8	92,9	94,1	94,7	94,6	95,0	96,2	95,8
Região Nordeste	91,0	91,9	92,0	91,9	92,7	93,4	94,6	95,4	95,5	95,3
Maranhão	87,5	88,9	87,3	89,1	89,6	91,8	93,8	95,5	96,8	95,5
Piauí	92,9	92,5	94,2	93,8	92,6	95,4	96,2	96,0	96,5	96,8
Ceará	92,4	93,2	92,1	93,3	93,3	93,8	95,1	95,6	95,9	95,1
Rio Grande do Norte	93,3	93,4	94,9	94,4	94,6	94,0	94,9	95,3	94,8	93,8
Paraíba	93,2	93,3	95,5	94,1	94,1	93,7	94,0	95,9	94,2	94,0
Pernambuco	90,1	92,1	92,5	92,7	93,3	93,3	94,6	94,7	94,6	94,8
Alagoas	90,9	91,7	90,2	92,0	94,2	92,0	94,2	94,6	93,9	94,3
Sergipe	91,4	91,2	94,4	92,5	94,3	94,4	93,6	96,6	95,0	96,0
Bahia	90,9	91,7	92,1	90,2	92,3	93,6	94,8	95,5	95,8	96,0
Região Sudeste	94,7	95,2	95,1	95,3	95,9	95,8	95,5	95,9	95,9	95,6
Minas Gerais	95,3	95,9	96,1	95,8	96,3	95,2	95,6	95,8	96,0	96,5
Espírito Santo	92,2	93,0	94,0	94,6	93,2	94,6	93,7	95,5	95,4	94,9
Rio de Janeiro	92,0	93,3	93,1	92,8	94,2	94,2	96,0	96,0	97,0	96,6
São Paulo	95,5	95,7	95,4	96,0	96,6	96,8	95,4	96,0	95,4	94,8
Região Sul	94,3	94,5	94,6	94,2	94,7	94,7	93,8	94,3	94,3	94,2
Paraná	93,8	94,4	93,7	94,0	94,0	94,1	92,2	93,6	93,0	92,9
Santa Catarina	95,1	94,8	95,1	94,2	95,2	95,2	95,1	94,1	94,3	94,4
Rio Grande do Sul	94,4	94,6	95,2	94,5	95,2	95,1	94,8	95,3	95,7	95,4
Região Centro-Oeste	94,0	93,8	93,8	94,0	94,1	94,8	94,6	94,4	95,0	95,0
Mato Grosso do Sul	94,2	93,5	95,2	94,6	94,0	94,6	94,5	95,5	94,8	94,5
Mato Grosso	93,1	92,3	92,0	92,6	93,6	94,4	93,0	93,1	95,5	94,8
Goiás	94,3	94,7	94,1	93,8	94,5	94,8	95,1	94,0	94,5	94,5
Distrito Federal	94,3	94,2	93,9	95,8	94,2	95,4	95,6	96,0	95,9	96,9
Regiões Metropolitanas										
Belém	92,8	93,3	93,4	93,3	94,6	93,9	95,3	94,8	95,9	94,0
Fortaleza	92,8	94,3	92,1	92,8	93,7	93,7	94,8	95,4	96,0	94,8
Recife	91,0	92,5	91,8	94,5	94,3	94,1	95,6	95,2	94,9	93,9
Salvador	91,9	92,9	93,6	92,8	92,7	94,0	94,2	96,3	95,6	95,9
Belo Horizonte	96,4	97,1	96,2	97,0	96,6	96,3	94,6	96,3	96,7	97,1
Rio de Janeiro	91,8	92,8	92,7	92,7	94,2	94,0	95,5	95,6	96,5	95,9
São Paulo	96,0	95,6	95,5	95,9	96,9	96,8	95,0	95,8	94,9	94,4
Curitiba	93,4	95,9	93,9	94,2	94,2	93,3	91,8	96,0	92,8	93,0
Porto Alegre	93,2	93,9	95,1	94,8	95,3	94,8	95,4	95,6	95,5	94,7

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (10).

Ensino Fundamental**Taxa líquida de matrícula – 2007-2013 – 6 a 14 anos (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	2007	2008	2009	2011	2012	2013
BRASIL	92,6	93,8	94,3	93,7	93,8	93,9
Região Norte	91,9	92,8	93,3	92,6	93,0	93,4
Rondônia	91,0	91,5	93,8	92,2	93,8	93,9
Acre	87,3	90,6	93,3	90,9	90,7	92,2
Amazonas	93,2	93,9	93,6	92,8	92,3	93,2
Roraima	94,9	93,1	96,2	94,5	93,9	95,8
Pará	91,7	92,6	92,3	92,6	93,3	93,5
Amapá	89,5	90,9	94,3	91,7	91,4	90,6
Tocantins	93,6	94,0	95,7	94,0	94,4	94,2
Região Nordeste	92,7	94,0	94,2	93,7	93,6	93,3
Maranhão	91,1	92,8	94,1	92,8	93,8	92,6
Piauí	94,5	94,4	95,0	95,3	94,2	95,1
Ceará	93,8	94,8	95,4	94,4	93,8	94,2
Rio Grande do Norte	93,9	94,4	94,1	92,6	93,2	94,5
Paraíba	92,0	94,8	92,8	92,4	94,0	92,5
Pernambuco	93,2	93,5	93,6	92,9	92,8	91,6
Alagoas	91,3	91,5	92,5	93,1	91,5	92,9
Sergipe	91,6	95,3	92,9	93,8	95,8	94,2
Bahia	92,7	94,4	94,7	94,4	93,9	93,6
Região Sudeste	93,0	94,2	94,9	94,3	94,6	94,5
Minas Gerais	92,9	94,4	95,5	95,1	94,8	95,6
Espírito Santo	92,3	94,1	93,2	93,1	93,6	93,7
Rio de Janeiro	94,7	95,2	95,9	95,1	95,8	95,9
São Paulo	92,4	93,8	94,5	93,8	94,1	93,6
Região Sul	91,7	92,9	93,3	92,8	92,8	93,7
Paraná	90,4	92,8	92,5	92,3	92,4	94,6
Santa Catarina	92,7	92,8	93,5	93,2	92,4	92,3
Rio Grande do Sul	92,6	93,1	93,9	93,2	93,4	93,6
Região Centro-Oeste	92,9	93,5	94,0	93,6	93,6	93,7
Mato Grosso do Sul	92,4	94,9	94,5	94,1	93,2	94,5
Mato Grosso	92,1	92,4	94,6	92,3	92,8	94,3
Goiás	93,8	93,1	93,2	93,0	93,7	92,8
Distrito Federal	92,1	94,3	94,7	95,8	94,6	94,4
Regiões Metropolitanas						
Belém	93,2	93,3	94,1	92,5	94,5	93,9
Fortaleza	94,0	94,6	95,4	94,0	93,7	94,8
Recife	94,2	94,0	94,1	92,9	92,9	92,2
Salvador	92,3	95,2	94,5	94,7	94,7	93,7
Belo Horizonte	92,5	94,4	95,6	95,3	94,9	96,6
Rio de Janeiro	94,2	94,6	95,4	94,7	95,5	95,9
São Paulo	92,1	93,5	93,5	92,9	93,9	92,9
Curitiba	90,9	95,2	92,4	92,2	91,7	94,9
Porto Alegre	92,1	93,3	93,3	92,3	94,2	93,3

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (10).

Com a obrigatoriedade do Ensino Fundamental de nove anos, a taxa líquida de matrícula de 6 a 14 anos é o indicador a ser levado em conta para avaliar os esforços do País rumo à universalização dessa etapa de ensino

ENSINO MÉDIO

META DO PNE

*Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no **Ensino Médio** para 85%.*

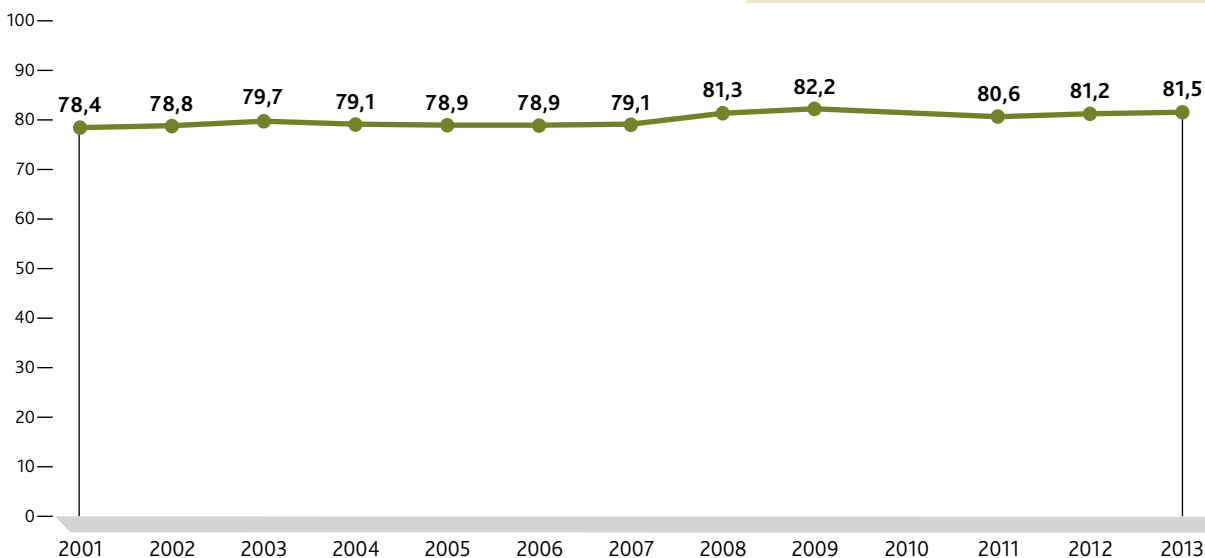
O cenário do Ensino Médio no Brasil só pode ser entendido com base na análise de dois indicadores complementares. Como mostra o gráfico abaixo, 81,5% dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados na escola. No entanto, apenas 55,5% cursam o Ensino Médio (veja taxa líquida de matrícula na página ao lado). Há, portanto, uma distância de quase 30 pontos percentuais em relação à meta estabelecida pelo PNE.

Para atrair os jovens ao Ensino Médio e mantê-los na escola, o plano deixa evidente, por meio das estratégias que recomenda, o esforço de aproximar essa etapa de ensino à realidade dos estudantes, o que envolve, por exemplo, a revisão do currículo escolar. O PNE também aborda questões relativas a outro entrave a ser superado, o das desigualdades sociais e econômicas.

Ensino Médio

Taxa de atendimento de jovens de 15 a 17 anos – Brasil – 2001-2013 (Em %)

Percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola, independentemente de ano/série



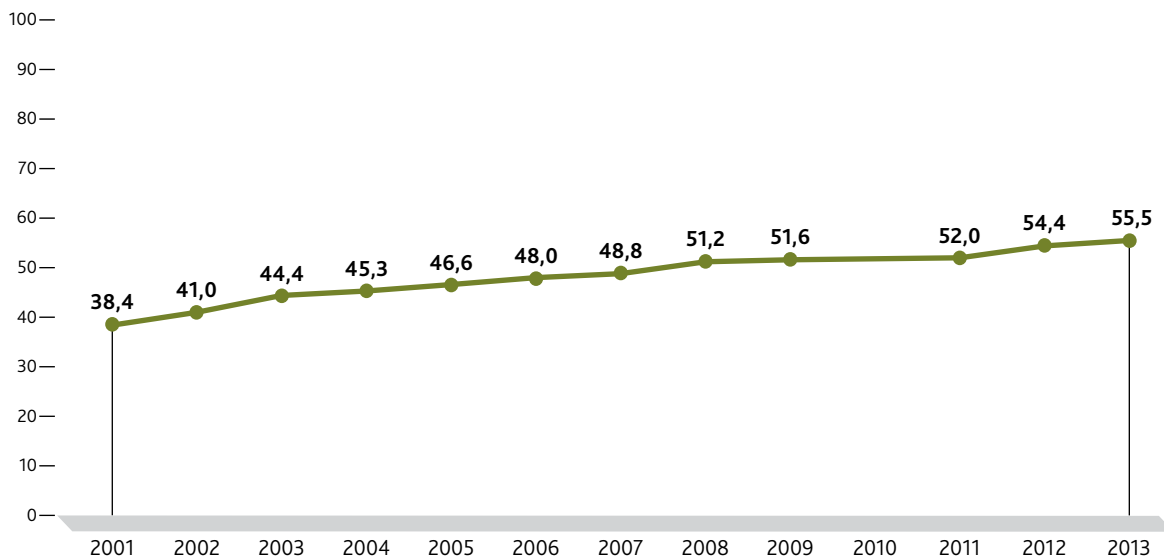
Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (11).

Ensino Médio

Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – Brasil – 2001-2013 (Em %)

Percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola no ano/série correspondente à idade

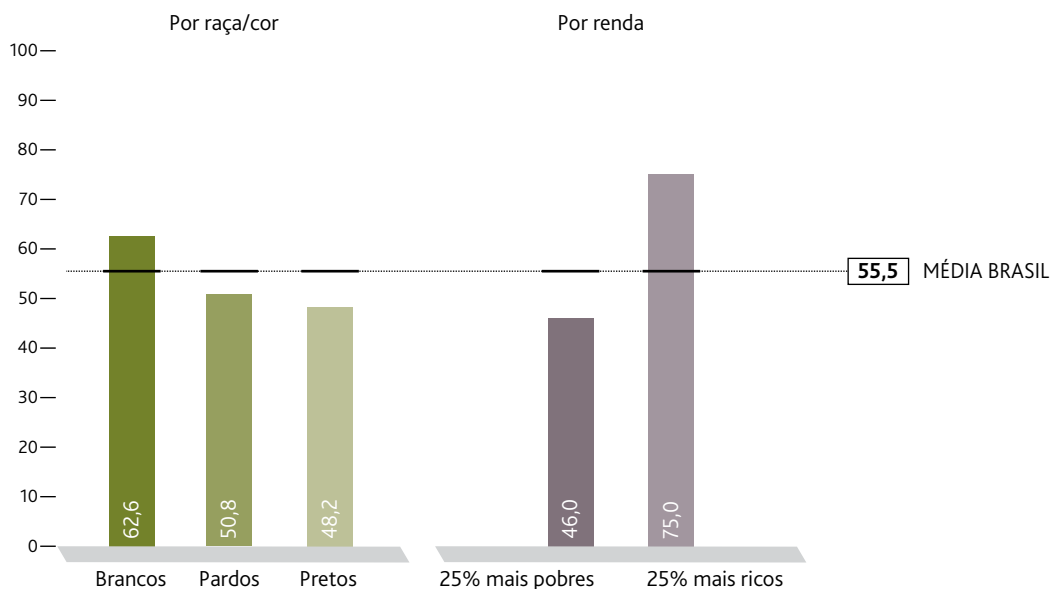


Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (11).

Ensino Médio

Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – Brasil – 2013 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6), (7) e (8).

Ensino Médio

Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio (Em %)

Brasil – 2001-2013

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Brasil	32,0	34,5	36,3	37,9	39,6	43,8	44,6	47,1	50,2	51,1	51,8	53,3

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

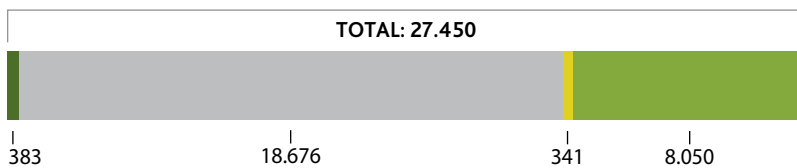
Ensino Médio

Jovens de 15 a 17 anos por etapa de ensino em que estão matriculados ou que estão fora da escola – 2013

	População	%
Ensino Fundamental	2.425.672	22,8
Ensino Médio	5.903.692	55,5
Alfabetização de jovens e adultos	10.103	0,1
Educação de Jovens e Adultos – Fundamental	130.326	1,2
Educação de Jovens e Adultos – Médio	29.257	0,3
Ensino Superior	181.359	1,7
Pré-Vestibular	20.707	0,2
Não estudam e não concluíram o Ensino Médio	1.523.220	14,3
Não estudam, mas concluíram o Ensino Médio	420.453	3,9
Total	10.644.789	100,0

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.
Notas: (4), (5), (6) e (11).

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2013



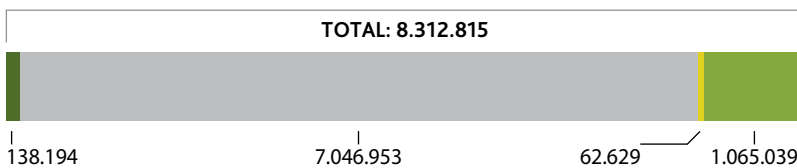
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Distribuição das escolas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por dependência administrativa – 2013



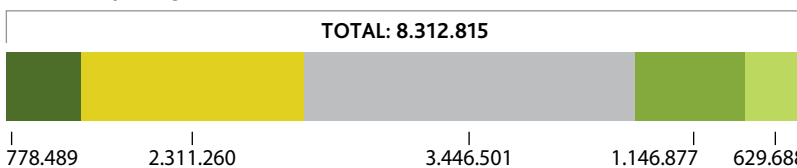
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Distribuição das matrículas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por região – 2013

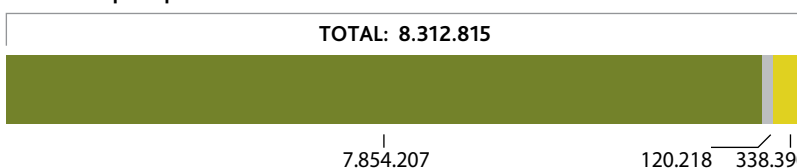


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

REGIÕES

- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por tipo de ensino – 2013

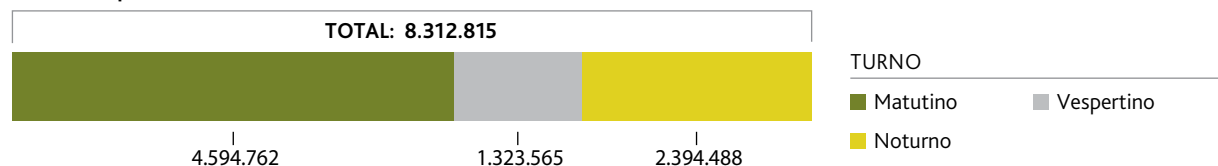


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

TIPO

- Ensino Médio
- Normal/Magistério
- Integrado à Educação Profissional

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado Matrículas por turno – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Notas: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula, e (12).

Ensino Médio Estabelecimentos da rede pública segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2013 (Em %)

Recurso disponível	Em %
Biblioteca e/ou sala de leitura	87,7
Só biblioteca	56,4
Só sala de leitura	19,6
Sala de leitura e biblioteca	11,6
Acesso à internet	93,2
Laboratório de informática	91,5
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	39,4
Quadra de esportes	75,5
Água filtrada	91,8
Laboratório de ciências	44,4
Banheiro dentro do prédio	97,5
Abastecimento de água	
Rede pública	88,5
Poço artesiano	12,5
Cacimba/cisterna/poço	3,8
Outros	1,5
Inexistente	0,3
Esgoto sanitário	
Rede pública	58,6
Fossa	43,9
Inexistente	0,6
Acesso à energia elétrica	99,9

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

É preciso renovar o Ensino Médio

O percentual de jovens que conseguem concluir o Ensino Médio até os 19 anos ainda é baixo e vem crescendo em ritmo lento. Esse indicador mostra que uma parcela significativa da população com idade entre 15 e 17 anos abandona a escola precocemente ou fica retida na etapa anterior, o Ensino Fundamental. Por isso, o PNE prevê a criação de um programa nacional de renovação do Ensino Médio, a fim de atrair os jovens com práticas pedagógicas interdisciplinares e estruturadas pela relação entre teoria e prática. Mas é preciso levar em conta que políticas voltadas ao Ensino Médio podem ser inócuas caso não haja a mesma atenção com os Anos Finais do Ensino Fundamental.

Ensino Médio**Taxa líquida de matrícula – 2001-2013 (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
BRASIL	38,4	41,0	44,4	45,3	46,6	48,0	48,8	51,2	51,6	52,0	54,4	55,5
Região Norte	28,3	31,0	34,5	29,0	31,8	35,6	37,8	40,4	40,2	42,6	43,9	46,5
Rondônia	35,6	36,7	39,1	36,2	35,4	38,5	41,5	41,9	47,8	45,2	47,3	53,2
Acre	29,3	30,6	43,7	29,0	36,3	44,2	41,7	43,7	48,5	41,7	46,6	45,9
Amazonas	31,4	35,7	36,7	30,9	35,0	38,5	36,2	40,3	41,2	41,2	44,8	45,5
Roraima	36,3	39,8	46,9	39,8	39,8	47,7	51,1	54,1	52,9	55,3	56,6	62,0
Pará	24,1	25,2	29,4	23,6	25,8	28,6	34,1	35,6	32,5	39,3	39,9	41,9
Amapá	27,9	41,8	39,1	41,4	49,3	49,0	50,6	56,3	51,6	49,6	48,7	51,0
Tocantins	29,8	31,9	36,5	36,5	38,7	46,1	46,0	53,1	56,8	52,9	49,7	58,5
Região Nordeste	22,1	23,9	27,2	29,0	32,0	34,7	36,2	37,7	40,4	44,2	46,0	47,7
Maranhão	18,3	19,4	22,7	27,6	31,3	34,5	36,2	35,7	41,4	44,8	45,5	53,4
Piauí	22,7	16,1	26,8	24,3	27,8	33,8	33,6	36,8	36,5	41,6	45,4	46,1
Ceará	26,4	30,3	31,3	35,4	40,5	44,5	44,1	47,1	50,6	53,8	55,3	54,3
Rio Grande do Norte	30,9	30,9	34,7	35,8	39,3	35,3	39,9	35,9	42,0	47,7	45,0	43,2
Paraíba	19,7	19,7	23,1	25,0	24,6	30,4	32,9	37,9	37,8	43,6	44,2	44,9
Pernambuco	23,5	25,4	28,3	27,9	31,7	33,9	35,2	33,5	38,8	43,5	45,5	52,0
Alagoas	14,5	19,0	18,1	21,8	22,9	27,9	26,0	33,0	34,3	33,9	39,7	36,9
Sergipe	21,5	24,8	30,6	30,1	27,7	30,1	34,7	37,0	38,5	43,1	43,1	45,5
Bahia	21,1	24,1	27,3	28,5	31,7	33,0	35,3	37,2	37,6	40,8	43,3	42,9
Região Sudeste	49,8	53,8	57,1	59,2	59,0	59,3	60,0	62,7	61,3	59,4	62,8	62,8
Minas Gerais	40,3	45,4	49,7	51,6	53,4	52,6	53,0	57,6	55,4	55,6	60,3	61,3
Espírito Santo	42,1	46,7	47,6	51,8	44,7	50,8	43,6	51,3	53,3	53,3	56,7	55,8
Rio de Janeiro	44,0	45,3	48,2	48,1	48,1	51,1	55,0	54,2	51,4	50,5	52,7	53,8
São Paulo	57,2	62,2	64,6	67,4	66,9	66,8	67,1	69,6	68,9	65,6	69,0	68,0
Região Sul	48,0	50,1	51,8	53,2	53,3	53,9	52,9	55,4	56,6	53,9	55,2	57,7
Paraná	47,7	49,6	52,3	51,9	51,3	51,3	55,8	56,4	58,2	57,2	58,8	58,8
Santa Catarina	52,5	55,1	55,9	57,5	63,0	61,2	52,6	58,4	59,1	52,3	56,2	59,8
Rio Grande do Sul	45,7	47,6	48,9	52,1	49,4	51,9	49,8	52,6	53,5	51,5	51,2	55,3
Região Centro-Oeste	38,3	41,0	44,7	46,1	46,6	48,4	50,4	52,0	54,7	56,7	58,9	57,0
Mato Grosso do Sul	34,0	38,2	43,8	41,5	42,6	43,7	39,5	46,8	46,7	47,7	43,9	49,0
Mato Grosso	40,1	38,5	37,8	44,4	45,7	47,0	48,4	50,4	54,0	59,6	60,5	62,9
Goiás	36,5	40,9	44,0	47,0	46,1	48,4	53,9	53,7	54,8	56,2	61,0	55,6
Distrito Federal	45,2	48,5	56,0	50,4	53,4	54,7	55,7	55,8	63,3	63,0	67,2	59,6
Regiões Metropolitanas												
Belém	31,0	32,2	34,0	34,7	38,0	39,3	44,2	49,8	42,7	50,1	50,2	50,9
Fortaleza	36,3	40,6	39,6	46,2	48,2	50,0	48,6	51,8	52,3	55,6	55,9	50,7
Recife	33,6	37,9	38,0	41,0	42,9	45,7	46,1	45,1	48,8	53,3	53,0	53,3
Salvador	35,6	36,3	40,7	40,0	40,9	43,0	45,7	45,5	41,8	47,2	44,9	47,4
Belo Horizonte	51,0	54,8	57,4	59,8	60,9	59,1	57,9	63,5	61,3	59,0	64,0	62,6
Rio de Janeiro	46,3	46,8	50,7	50,4	50,2	53,2	55,8	58,2	52,1	52,5	55,1	56,1
São Paulo	60,1	62,3	63,9	68,1	67,1	67,8	70,1	71,2	69,0	64,7	69,8	69,3
Curitiba	42,8	48,1	55,6	53,4	53,5	51,4	52,1	62,1	58,3	52,6	55,2	60,1
Porto Alegre	48,5	48,7	50,4	50,1	49,5	51,0	50,7	53,3	52,8	51,3	50,9	53,2

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (11).

Ensino Médio**Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – 2001-2013 (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
BRASIL	32,0	34,5	36,3	37,9	39,6	43,8	44,6	47,1	50,2	51,1	51,8	53,3
Região Norte	16,9	22,8	23,6	22,1	25,2	28,2	31,3	35,5	35,5	35,1	38,6	39,8
Rondônia	22,6	26,6	32,4	31,7	35,1	39,9	34,7	49,9	45,9	46,4	44,4	41,0
Acre	30,4	28,8	33,4	20,9	29,7	35,9	28,5	29,0	34,1	37,1	45,0	50,6
Amazonas	23,2	25,5	20,1	29,9	29,1	32,8	37,7	35,9	34,6	33,0	35,4	41,3
Roraima	17,1	36,1	39,5	30,8	41,4	45,9	54,7	45,3	55,4	60,0	65,5	61,2
Pará	11,6	18,2	21,5	15,4	18,5	19,1	22,7	29,2	30,0	29,6	35,3	34,0
Amapá	13,1	25,0	35,7	26,6	31,9	47,4	49,2	53,7	38,2	52,4	38,8	48,0
Tocantins	18,1	29,2	17,4	30,4	28,1	35,4	43,0	44,8	49,5	44,8	46,5	50,4
Região Nordeste	17,0	17,2	18,8	21,4	23,2	26,9	28,7	30,8	37,1	41,4	41,9	44,2
Maranhão	11,7	24,2	18,2	23,0	23,3	19,8	25,6	29,7	34,9	35,0	38,2	41,2
Piauí	17,6	12,6	18,0	14,0	20,0	22,4	21,8	28,8	34,3	35,8	35,3	44,0
Ceará	21,0	21,2	22,3	28,9	29,0	30,5	35,4	41,1	41,1	55,8	52,2	53,6
Rio Grande do Norte	15,7	22,4	18,8	25,0	34,4	44,2	35,9	38,3	35,2	57,6	42,3	51,9
Paraíba	16,4	15,5	13,3	10,7	19,9	25,0	29,9	26,5	30,6	36,8	47,1	46,7
Pernambuco	21,5	16,0	22,8	24,3	25,9	28,9	30,7	30,9	40,7	41,5	44,8	48,2
Alagoas	14,7	4,9	12,5	13,0	15,2	20,8	13,2	18,1	37,3	33,7	35,8	37,5
Sergipe	19,8	14,6	23,5	17,6	23,1	32,5	20,5	35,9	32,4	37,0	41,4	40,0
Bahia	15,2	14,7	17,3	20,8	19,5	24,3	29,1	25,9	36,9	36,4	37,1	36,5
Região Sudeste	43,9	46,2	48,4	50,3	52,2	56,6	56,9	58,9	59,8	59,1	60,9	61,5
Minas Gerais	37,7	37,9	37,6	38,4	44,9	45,7	45,0	47,1	48,4	49,0	52,5	55,2
Espírito Santo	36,3	38,2	41,9	50,3	44,8	43,1	49,1	45,7	52,1	55,6	61,2	62,6
Rio de Janeiro	36,7	39,0	40,9	44,4	45,1	51,7	46,6	52,5	54,1	50,3	52,0	55,0
São Paulo	50,0	53,4	56,9	58,2	59,0	65,5	66,7	68,3	68,3	67,6	68,7	66,6
Região Sul	38,8	42,7	44,8	50,8	50,6	55,6	51,2	54,8	60,5	55,8	56,4	57,7
Paraná	39,7	45,8	47,1	56,0	53,1	59,3	54,9	59,9	62,3	54,3	59,3	62,5
Santa Catarina	45,5	45,5	51,3	51,0	60,7	53,0	56,5	59,0	69,1	69,8	62,3	63,5
Rio Grande do Sul	34,0	38,1	38,0	45,4	41,3	53,7	44,5	47,8	53,1	48,7	50,0	48,5
Região Centro-Oeste	27,8	34,7	35,3	38,1	40,2	41,5	45,2	48,0	49,5	58,4	51,4	53,9
Mato Grosso do Sul	35,4	31,4	35,6	34,5	40,4	33,0	45,1	44,0	48,7	51,4	51,0	40,6
Mato Grosso	29,9	34,0	27,1	31,1	32,3	38,7	36,7	42,6	43,2	63,6	50,0	52,1
Goiás	20,1	33,1	32,8	40,3	37,3	41,1	44,4	48,1	46,0	55,3	45,1	54,7
Distrito Federal	34,7	42,7	50,2	44,8	55,7	53,3	54,7	58,2	64,7	66,5	67,5	65,9
Regiões Metropolitanas												
Belém	18,4	23,4	27,8	31,1	33,4	28,0	37,3	41,2	43,4	42,3	46,5	46,7
Fortaleza	27,9	33,9	38,8	43,5	37,0	39,8	47,0	48,7	48,7	47,3	50,6	60,7
Recife	28,3	28,1	34,5	38,2	38,2	39,4	45,5	38,9	53,0	57,8	53,5	53,6
Salvador	28,4	27,0	24,9	36,2	30,9	39,3	38,0	42,7	41,4	41,8	41,9	44,8
Belo Horizonte	43,3	41,3	49,2	48,0	54,8	56,8	53,8	57,1	53,1	55,3	55,4	56,9
Rio de Janeiro	37,8	41,0	45,6	47,7	45,0	58,0	49,3	54,6	53,3	51,8	52,5	59,8
São Paulo	51,6	55,3	58,3	58,0	62,0	67,6	66,8	70,5	64,2	66,2	72,5	67,3
Curitiba	46,0	55,1	48,0	63,0	54,5	57,9	59,0	65,8	66,7	59,4	61,8	58,2
Porto Alegre	36,7	43,4	42,2	45,4	45,3	51,2	51,9	47,1	50,2	49,2	50,0	46,0

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

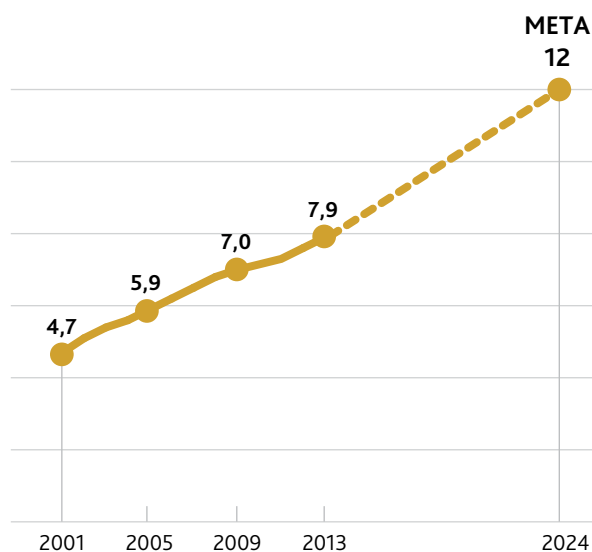
Notas: (4), (5) e (6).

POPULAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

A vulnerabilidade das famílias que vivem na zona rural e dos mais pobres é reconhecida pela Meta 8 do Plano Nacional de Educação (PNE), que visa elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo em 2024, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Campo

Em anos de estudo

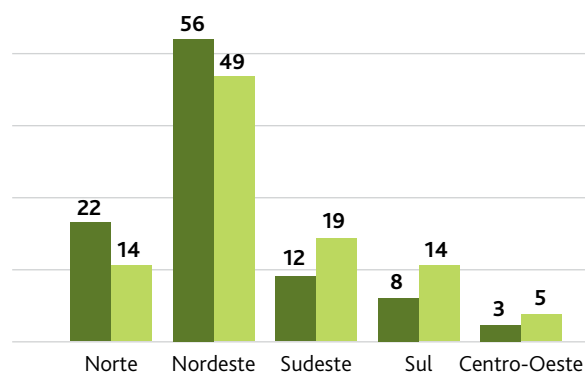


Distribuição das escolas no campo e da população rural por região – 2013 (Em %)

Total de estabelecimentos no Brasil: 70.816

Total da população rural no Brasil: 30.681.466

● % de escolas no campo ● % da população rural



Fontes: IBGE e MEC/Inep/DEED - Sinopse Estatística da Educação Básica. *Não houve Pnad em 2010

Número de matrículas no campo por modalidade e etapa de ensino - Brasil - 2007-2013

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental		
	Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais
2007	887.873	112.043	775.830	5.249.104	3.663.520	1.585.584
2008	895.857	114.065	781.792	5.099.125	3.510.030	1.589.095
2009	904.768	120.569	784.199	4.931.030	3.344.056	1.586.974
2010	861.752	129.750	732.002	4.746.484	3.169.426	1.577.058
2011	863.155	136.646	726.509	4.579.018	3.015.379	1.563.639
2012	859.526	143.681	715.845	4.388.806	2.853.680	1.535.126
2013	876.194	160.701	715.493	4.245.634	2.725.522	1.520.112

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar 2013 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE). 2) Ensino Médio: inclui matrículas no Ensino Médio integrado à Educação Profissional e no Ensino Médio normal/magistério.

Dos 50 milhões de matrículas nas escolas do País, 12% estão na área rural, onde vivem 15% dos brasileiros

NO CAMPO

● Total de matrículas: 5.970.541 (11,9%)

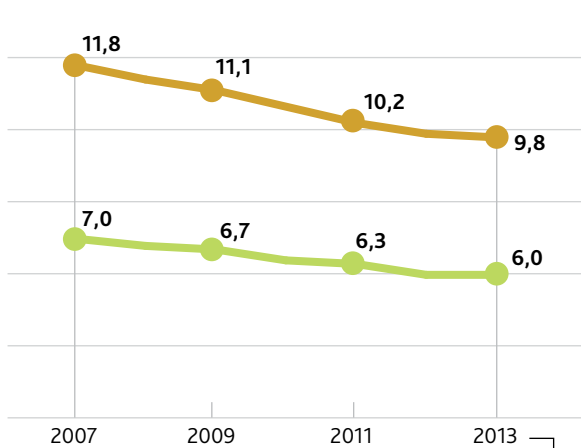
● Urbana: 44.071.907 (88,1%) ●



População rural até 17 anos e matrículas na Educação Básica no campo

Em milhões

- População rural até 17 anos
- Matrículas da Educação Básica no campo

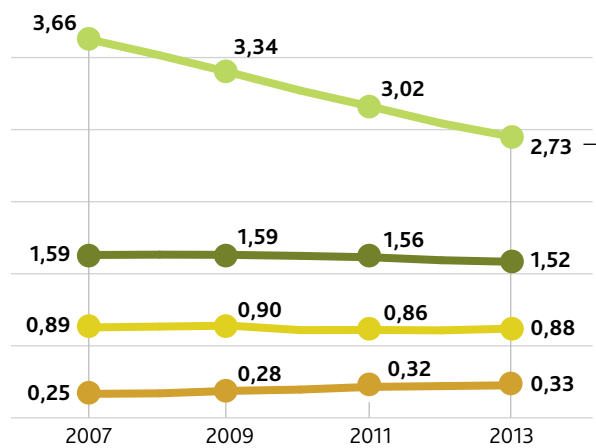


Entre 2007 e 2013, a população jovem em domicílios rurais ficou 17% menor, enquanto o número de matrículas teve redução de 15%.

Matrículas por etapa da Educação Básica no campo

Em milhões

- Ed. Infantil
- Ens. Fund. Anos Iniciais
- Ens. Fund. Anos Finais
- Ens. Médio



Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental concentram a maior parte da redução da Educação Básica no campo, enquanto o número de matrículas no Ensino Médio aumentou 33% em seis anos.

	Ensino Médio	Educação Profissional (Concomitante e Subsequente)	Educação de Jovens e Adultos	Educação Especial	Total geral	-1,8% foi a queda no total de matrículas entre 2012 e 2013
	247.543	33.395	574.843	4.561	6.997.319	
	252.661	32.678	535.363	4.360	6.820.044	
	276.361	31.864	532.876	3.476	6.680.375	
	289.075	34.787	502.978	2.882	6.437.958	
	315.062	34.443	499.423	2.784	6.293.885	
	322.479	34.593	471.064	2.361	6.078.829	
	330.172	31.205	484.950	2.386	5.970.541	

3) Educação Especial classes comuns: as matrículas já estão distribuídas nas modalidades de ensino regular e/ou Educação de Jovens e Adultos. 4) Educação de Jovens e Adultos: inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial, EJA presencial de nível fundamental Projovem (Urbano) e EJA integrada à educação profissional de nível fundamental e médio.

POPULAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

As populações indígenas e as Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ) não têm metas específicas no PNE, mas a ampliação da oferta de Educação para esses grupos "a partir de uma visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade cultural" é contemplada por estratégias que, distribuídas por diferentes metas, visam reduzir as desigualdades no acesso e no sucesso escolar.

EM ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

● Total de matrículas: 227.430 (0,5%)

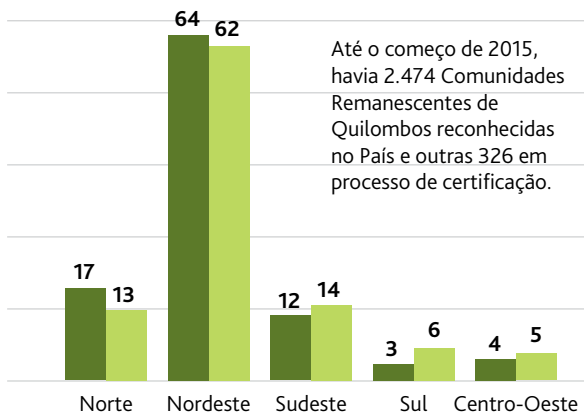
● Outras: 49.815.018 (99,5%) ●



Estabelecimentos em áreas remanescentes de quilombos e CRQs por região (Em %)

Total de estabelecimentos no Brasil: 2.235

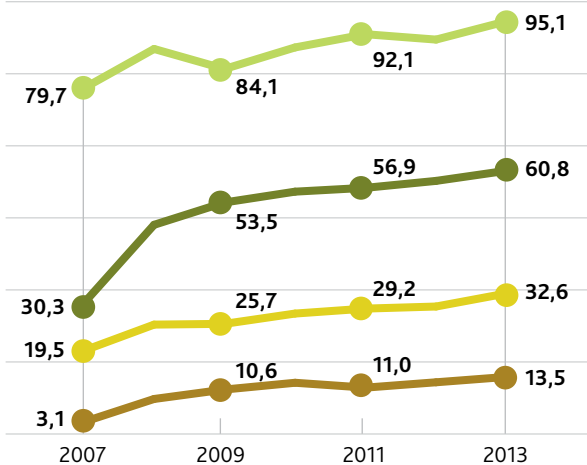
- % das escolas (2013)
- % das CRQs certificadas (fevereiro de 2015)



Evolução das matrículas por etapa da Educação Básica em áreas remanescentes de quilombos

Em milhares

- Ed. Infantil
- Ens. Fund. Anos Iniciais
- Ens. Fund. Anos Finais
- Ens. Médio



Matrículas em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos por modalidade e etapa de ensino – Brasil – 2007-2013

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Educação Profissional (Concomitante e Subsequente)	Educação de Jovens e Adultos	Educação Especial	Total geral
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais					
2007	19.509	110.041	79.698	30.343	3.155	48	18.914	115	151.782
2008	25.492	137.114	88.726	48.388	8.432	749	24.977	102	196.866
2009	25.670	137.656	84.141	53.515	10.601	534	26.055	63	200.579
2010	28.027	145.065	89.074	55.991	12.152	55	25.052	134	210.485
2011	29.164	148.982	92.110	56.872	11.036	634	24.669	17	214.502
2012	29.640	149.336	90.876	58.460	12.262	127	21.588	34	212.987
2013	32.650	155.860	95.074	60.786	13.492	124	25.282	22	227.430

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar 2013 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE). 2) Ensino Médio: inclui matrículas no Ensino Médio integrado à Educação Profissional e no Ensino Médio normal/magistério.

EM ÁREAS INDÍGENAS

● Total de matrículas: 238.113 (0,5%)

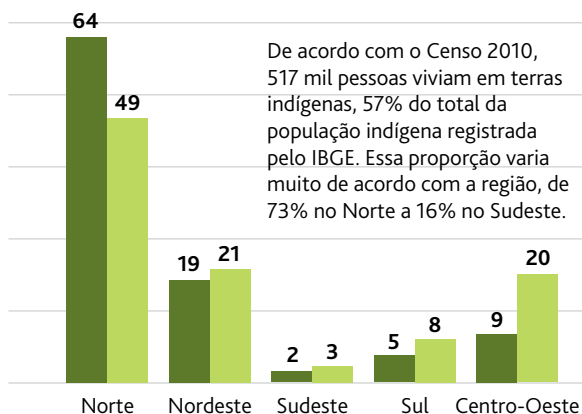
● Outras: 49.804.335 (99,5%) ●



Distribuição dos estabelecimentos e da população em áreas indígenas por região (Em %)

Total de estabelecimento no Brasil: 3.059

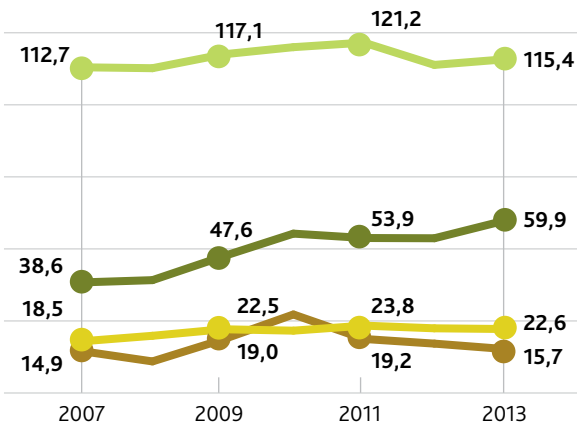
- % das escolas (2013)
- % da população em terras indígenas (2010)



Matrículas por etapa da Educação Básica na Educação indígena

Em milhares

- Ed. Infantil
- Ens. Fund. Anos Iniciais
- Ens. Fund. Anos Finais
- Ens. Médio



Matrículas na Educação Indígena por modalidade e etapa de Ensino – Brasil – 2007-2013

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Educação Profissional (Concomitante e Subsequente)	Educação de Jovens e Adultos	Educação Especial	Total geral
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais					
2007	18.389	151.323	112.673	38.650	14.987	0	23.403	103	208.205
2008	20.281	151.788	112.358	39.430	11.466	1.367	20.766	203	205.871
2009	22.537	164.727	117.119	47.608	19.021	152	23.343	165	229.945
2010	22.048	175.032	119.597	55.435	27.615	1.021	20.997	80	246.793
2011	23.782	175.098	121.167	53.931	19.193	1.639	23.794	93	243.599
2012	22.856	167.338	113.495	53.843	17.586	824	26.022	243	234.869
2013	22.612	175.348	115.420	59.928	15.721	567	23.834	31	238.113

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar 2013 – Elaboração: Todos Pela Educação.

3) Educação especial classes comuns: as matrículas já estão distribuídas nas modalidades de ensino regular e/ou educação de jovens e adultos. 4) Educação de jovens e adultos: inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial, EJA presencial de nível fundamental Projovem (Urbano) e EJA integrada à educação profissional de nível fundamental e médio.

EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

META DO PNE

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

O PNE define a meta de promover a universalização do atendimento escolar a crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por meio de um sistema educacional inclusivo. Portanto, ao mesmo tempo em que é essencial observar o comportamento das matrículas ao longo do tempo e por etapa de ensino, é muito importante avaliar, na realidade cotidiana, as outras dimensões desse atendimento, entre elas a formação dos profissionais das escolas, como prevê o plano em suas estratégias.

Monitoramento é desafio

Os dados disponíveis atualmente não são suficientes para o monitoramento dessa meta. As pesquisas populacionais, domiciliares e escolares oficiais não utilizam definições técnicas compatíveis entre si. Dessa forma, não é conhecido o universo da população cujo atendimento deve ser monitorado. Indicadores auxiliares, como os exibidos nas tabelas desta página e da seguinte, permitem uma análise contextual da situação. Mas é fundamental que os órgãos responsáveis pelas pesquisas desenvolvam indicadores que permitam a contagem mais precisa das crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que permanecem fora da escola.

Educação Especial/Inclusiva

População de 4 a 17 anos com dificuldade permanente de ouvir e que frequenta a escola – Brasil e regiões – 2010 (Em %)

Região	Dificuldade permanente de ouvir							
	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	89	662.614	90	520.837	86	94.604	84	47.167
Norte	87	81.698	89	66.959	83	10.593	75	4.144
Nordeste	89	262.131	91	211.955	86	37.022	78	13.153
Sudeste	90	209.015	91	158.382	87	30.279	88	20.353
Sul	89	68.472	89	51.496	88	11.035	85	5.939
Centro-Oeste	89	41.298	89	32.045	86	5.675	89	3.578

Conhecer o universo de crianças e jovens com deficiência é essencial para aprimorar o monitoramento da meta determinada no PNE

Educação Especial/Inclusiva

População de 4 a 17 anos com dificuldade permanente de enxergar e que frequenta a escola (Em %)

Brasil e regiões – 2010

Dificuldade permanente de enxergar								
Região	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	93	3.060.793	93	2.644.654	90	362.226	84	53.907
Norte	92	286.180	92	249.915	89	33.054	73	3.210
Nordeste	93	1.220.182	93	1.067.449	90	141.823	80	10.909
Sudeste	93	1.068.738	94	916.920	91	123.675	87	28.142
Sul	91	282.717	92	235.919	89	39.062	85	7.734
Centro-Oeste	92	202.976	92	174.451	91	24.612	83	3.912

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva

População de 4 a 17 anos, com dificuldade permanente de caminhar e que frequenta a escola (Em %)

Brasil e regiões – 2010

Dificuldade permanente de caminhar								
Região	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	77	349.919	86	238.467	74	66.630	53	44.818
Norte	74	41.084	83	31.379	67	6.664	41	3.041
Nordeste	77	131.530	86	96.744	73	25.006	41	9.779
Sudeste	79	118.158	87	72.969	77	23.182	62	22.006
Sul	77	38.029	85	23.421	74	7.910	59	6.697
Centro-Oeste	78	21.118	86	13.954	75	3.868	59	3.295

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva

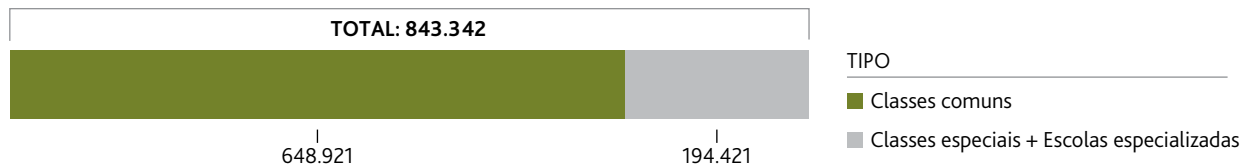
População de 4 a 17 anos com deficiência mental/intelectual e que frequenta a escola (Em %)

Brasil e regiões – 2010

Deficiência mental/intelectual permanente				
Região	Não		Sim	
	%	População	%	População
Brasil	91	41.182.993	70	324.979
Norte	88	4.127.553	65	30.767
Nordeste	92	12.718.914	66	105.089
Sudeste	92	15.938.393	74	120.920
Sul	90	5.377.840	74	45.867
Centro-Oeste	90	3.020.293	76	22.336

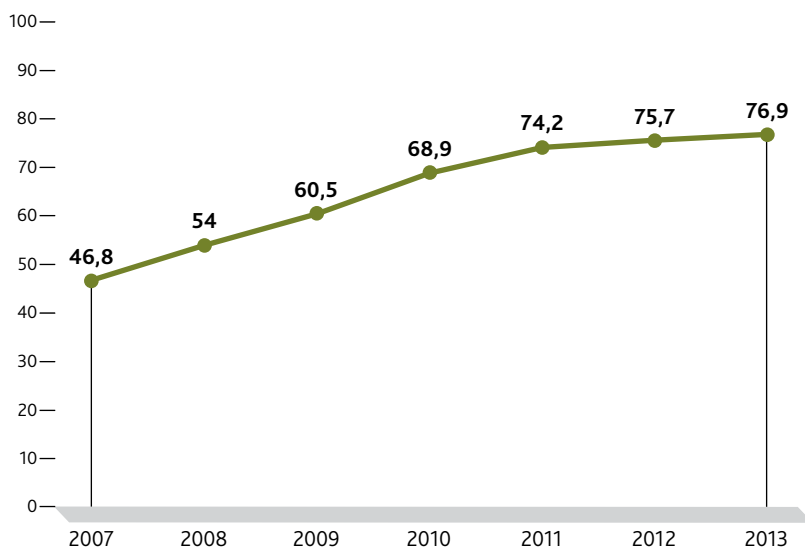
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva Matrículas – Brasil – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação Especial/Inclusiva Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – Brasil – 2007-2013 (Em %)

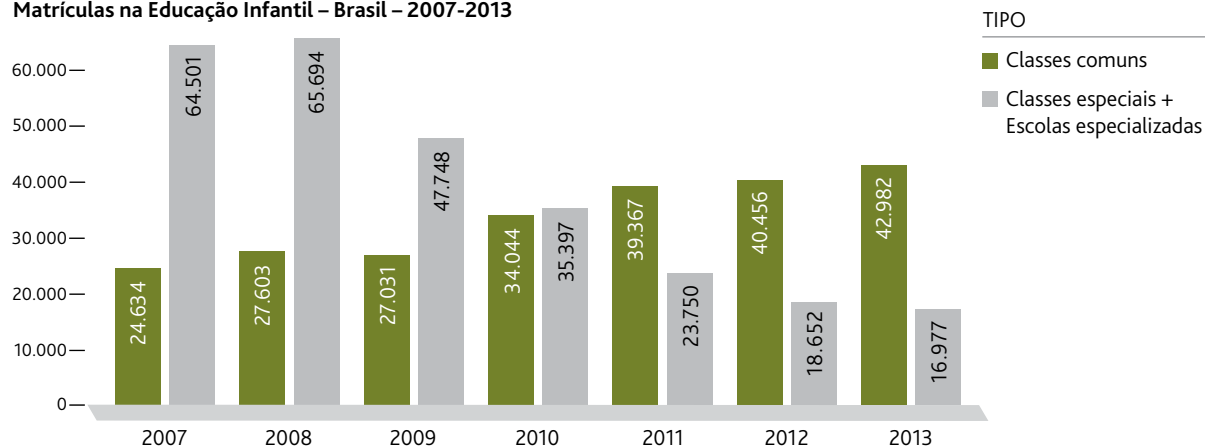


Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.



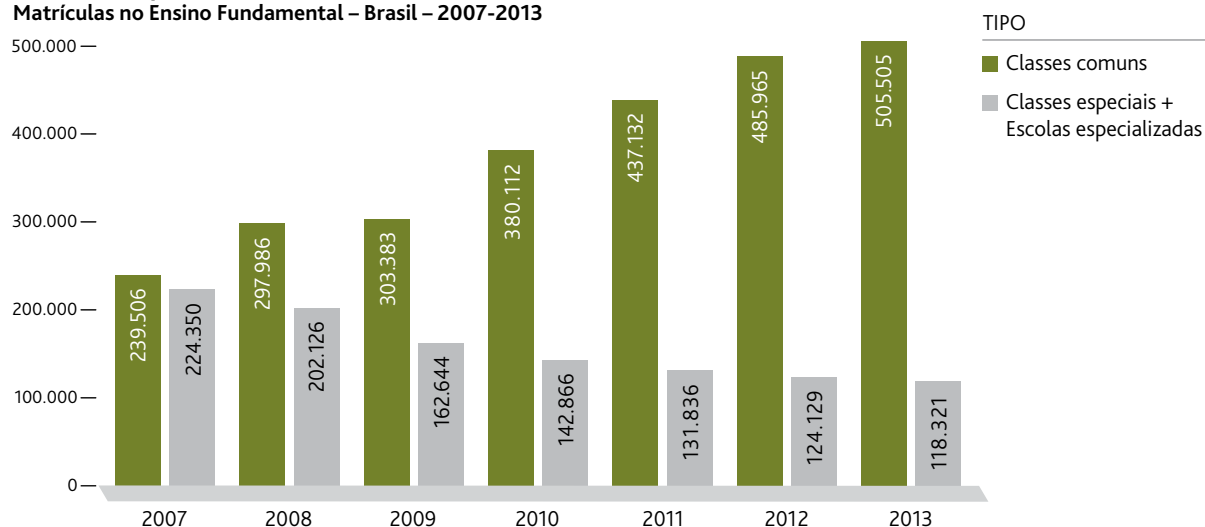
Professora trabalha com alunos em sala multifuncional em Sobral (CE)

Educação Especial/Inclusiva Matriculas na Educação Infantil – Brasil – 2007-2013



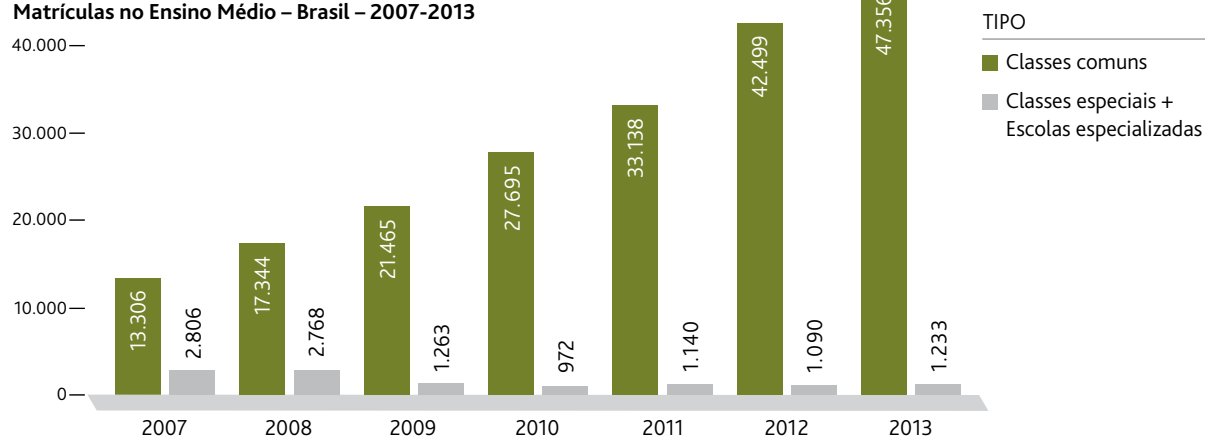
Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação Especial/Inclusiva Matriculas no Ensino Fundamental – Brasil – 2007-2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação Especial/Inclusiva Matriculas no Ensino Médio – Brasil – 2007-2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação Especial/Inclusiva**Matrículas em classes comuns, classes especiais e escolas especializadas – Brasil – 2013**

Por unidades da federação

Unidade da federação	Total	Classes comuns	Classes especiais	Escolas especializadas
BRASIL	843.342	648.921	30.453	163.968
Região Norte	68.551	60.198	1.860	6.493
Rondônia	8.510	6.695	95	1.720
Acre	6.435	6.435	0	0
Amazonas	10.152	7.543	815	1.794
Roraima	1.824	1.824	0	0
Pará	28.283	27.030	517	736
Amapá	3.641	3.081	433	127
Tocantins	9.706	7.590	0	2.116
Região Nordeste	199.200	180.173	6.983	12.044
Maranhão	26.934	22.752	759	3.423
Piauí	11.619	11.281	69	269
Ceará	31.965	29.812	1.112	1.041
Rio Grande do Norte	12.829	12.808	2	19
Paraíba	15.279	14.505	84	690
Pernambuco	28.598	22.612	3.965	2.021
Alagoas	13.636	13.245	84	307
Sergipe	6.057	5.159	404	494
Bahia	52.283	47.999	504	3.780
Região Sudeste	337.081	241.878	12.203	83.000
Minas Gerais	98.097	62.598	1.223	34.276
Espírito Santo	15.686	15.685	1	0
Rio de Janeiro	49.098	35.830	7.745	5.523
São Paulo	174.200	127.765	3.234	43.201
Região Sul	167.445	110.718	6.677	50.050
Paraná	78.544	37.908	5.234	35.402
Santa Catarina	22.398	21.068	343	987
Rio Grande do Sul	66.503	51.742	1.100	13.661
Região Centro-Oeste	71.065	55.954	2.730	12.381
Mato Grosso do Sul	15.869	11.132	93	4.644
Mato Grosso	15.658	11.135	82	4.441
Goiás	23.985	22.124	288	1.573
Distrito Federal	15.553	11.563	2.267	1.723

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Educação Especial/Inclusiva**Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – Brasil – 2007-2013 (Em %)**

Por unidades da federação

Unidade da federação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BRASIL	46,8	54,0	60,5	68,9	74,2	75,7	76,9
Região Norte	47,7	56,5	64,0	75,6	83,5	85,6	87,8
Rondônia	42,1	52,5	54,2	65,1	73,6	75,1	78,7
Acre	55,1	69,7	78,1	85,4	92,5	100	100
Amazonas	29,2	44,3	47,2	56,8	66,1	71,1	74,3
Roraima	63,3	85,9	100	100	100	100	100
Pará	53,1	57,5	70,7	84,4	92,8	94,7	95,6
Amapá	53,2	68,2	67,6	79,7	81,7	84,0	84,6
Tocantins	50,6	57,4	61,6	72,9	78,6	77,0	78,2
Região Nordeste	53,0	59,3	68,8	79,6	86,8	88,9	90,4
Maranhão	50,1	54,3	64,5	76,1	81,4	82,9	84,5
Piauí	42,8	45,9	64,8	81,1	96,3	96,4	97,1
Ceará	63,0	65,9	71,4	76,6	86,4	88,5	93,3
Rio Grande do Norte	59,3	83,0	94,7	97,0	98,9	99,8	99,8
Paraíba	58,1	70,9	73,4	86,5	92,3	94,3	94,9
Pernambuco	33,4	39,7	47,2	62,7	73,0	77,7	79,1
Alagoas	60,8	71,6	81,2	91,5	95,5	95,4	97,1
Sergipe	39,1	49,4	54,0	66,7	78,1	81,5	85,2
Bahia	57,6	62,4	75,3	85,6	90,0	91,4	91,8
Região Sudeste	48,5	55,6	59,1	64,5	67,2	70,4	71,8
Minas Gerais	35,8	44,6	42,2	50,2	55,9	61,7	63,8
Espírito Santo	43,2	54,4	46,0	100	99,7	100	100
Rio de Janeiro	35,6	44,8	48,0	59,8	68,6	71,8	73,0
São Paulo	58,7	63,7	68,9	69,8	70,1	72,1	73,3
Região Sul	38,2	43,0	51,4	62,2	69,0	65,8	66,1
Paraná	37,8	35,9	37,8	50,9	58,3	50,0	48,3
Santa Catarina	35,8	41,9	90,8	92,0	93,1	93,9	94,1
Rio Grande do Sul	40,4	51,3	53,9	64,3	71,6	75,9	77,8
Região Centro-Oeste	45,4	56,4	63,3	70,5	75,1	78,7	78,7
Mato Grosso do Sul	43,1	52,3	56,3	63,5	68,3	69,6	70,1
Mato Grosso	36,7	41,6	47,4	52,7	58,9	67,1	71,1
Goiás	53,0	67,2	81,4	89,3	91,4	94,0	92,2
Distrito Federal	44,9	55,0	57,1	65,3	71,1	72,7	74,3

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

ALFABETIZAÇÃO ATÉ 8 ANOS

META DO PNE

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Aplicada pela primeira vez no final de 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) deve se tornar o principal instrumento de mensuração dos avanços do País em relação a essa meta do PNE.

Num primeiro momento, entretanto, o MEC optou por divulgar os resultados apenas para as escolas, com o objetivo primordial de contribuir para a melhoria das práticas de ensino.

Os resultados de desempenho, expressos por meio da distribuição dos alunos por níveis de proficiência, são acompanhados de indicadores contextuais (nível socioeconômico das famílias dos alunos e situação da formação docente), dados de participação na prova, descrições dos níveis e comparativos com escolas similares do mesmo território.

Para que se possa fazer uma análise da situação do País no esforço de alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental, os dados disponíveis continuam sendo os resultados da Prova ABC, realizada em 2011 e 2012.

Saiba mais sobre a ANA

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) busca aferir os níveis de alfabetização em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e em Matemática dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas.

Inserida no contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), a ANA parte do conceito de que a criança pode ser considerada alfabetizada quando se apropria da leitura e da escrita como ferramentas essenciais para seguir aprendendo e para se expressar.

Os resultados consolidados da ANA vão oferecer um panorama inédito sobre a alfabetização no Brasil

Porcentagem de alunos por faixa de proficiência em leitura – Brasil e regiões – 2012

3º ano												
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos		Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
Brasil	28,1	2,2	32,3	2,3	39,7	2,5	24,6	1,9	30,8	2,1	44,5	2,3
Norte	43,9	5,0	32,7	3,3	23,4	3,3	40,9	5,1	31,8	3,1	27,3	4,2
Nordeste	45,0	3,6	31,2	2,5	23,7	2,6	38,4	3,1	30,9	2,1	30,7	2,5
Sudeste	16,8	3,9	30,4	5,5	52,8	5,9	14,6	3,4	28,9	4,9	56,5	5,5
Sul	14,6	2,8	38,5	3,8	46,9	4,7	13,0	2,5	35,9	3,6	51,2	4,4
Centro-Oeste	26,0	6,4	32,3	3,9	41,7	4,5	22,6	5,6	29,6	3,4	47,8	4,6

2º ano												
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos		Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
Brasil	43,3	2,5	34,3	2,3	22,4	2,5	38,5	2,2	35,2	2,2	26,2	2,5
Norte	65,0	5,5	24,8	4,5	10,3	2,0	60,8	5,7	26,8	4,6	12,4	2,5
Nordeste	59,7	2,9	27,9	2,9	12,4	2,5	52,4	3,8	31,2	2,4	16,4	2,5
Sudeste	24,6	3,7	41,1	4,8	34,3	5,6	21,7	3,2	40,7	4,9	37,7	5,7
Sul	43,4	5,3	36,6	3,9	20,0	3,5	38,9	5,0	36,4	3,7	24,7	3,6
Centro-Oeste	48,3	5,1	32,4	3,7	19,3	3,5	41,3	4,9	32,4	3,3	26,3	4,2

Fonte: Prova ABC 2012 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: As porcentagens de alunos em cada nível na tabela resultam de um processo amostral e, portanto, é apresentada a margem de erro das estimativas.

A margem de erro é calculada com um nível de 95% de confiança e equivale a 1,96 vez o erro-padrão da estimativa. Em 95% das reamostragens, o valor verdadeiro da porcentagem de alunos em cada nível estará dentro do intervalo de confiança, cujo limite inferior é a porcentagem de alunos menos a margem de erro, e o limite superior, a porcentagem de alunos mais a margem de erro.



O domínio da leitura tem impacto positivo sobre toda a trajetória escolar do aluno

Porcentagem de alunos por faixa de proficiência em escrita – Brasil e regiões – 2012

3º ano												
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 50 pontos		De 50 a 75 pontos		Mais de 75 pontos		Menos de 50 pontos		De 50 a 75 pontos		Mais de 75 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
Brasil	42,2	2,3	31,9	1,8	25,9	2,6	38,9	2,5	31,0	1,6	30,1	2,7
Norte	62,1	4,6	24,5	3,2	13,4	2,9	58,1	5,0	25,9	3,1	16,1	3,3
Nordeste	62,6	3,5	24,2	2,3	13,2	2,3	55,5	3,2	25,6	2,0	18,9	2,4
Sudeste	28,4	4,8	36,3	4,1	35,2	5,8	27,5	5,6	33,7	3,5	38,8	6,3
Sul	28,7	3,8	38,7	3,4	32,6	4,7	26,7	3,4	37,3	3,2	36,0	4,4
Centro-Oeste	34,9	4,3	34,6	2,8	30,5	4,9	31,0	4,0	32,9	2,8	36,2	5,0

2º ano												
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 50 pontos		De 50 a 75 pontos		Mais de 75 pontos		Menos de 50 pontos		De 50 a 75 pontos		Mais de 75 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
Brasil	63,8	3,3	24,7	2,1	11,4	2,7	59,7	3,1	26,3	2,0	14,0	2,5
Norte	83,1	3,0	13,0	2,3	3,8	1,0	79,3	3,4	15,4	2,3	5,3	1,5
Nordeste	78,8	2,9	15,7	2,1	5,5	2,5	72,4	2,7	18,4	1,9	9,2	1,9
Sudeste	51,4	8,0	31,8	5,2	16,7	6,7	48,5	7,4	33,4	4,9	18,1	6,1
Sul	57,9	5,2	29,3	3,2	12,8	3,3	55,0	4,9	29,6	3,0	15,3	3,2
Centro-Oeste	59,1	5,2	27,6	3,3	13,3	2,9	52,9	4,9	28,1	3,1	19,0	4,0

Fonte: Prova ABC 2012 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: As porcentagens de alunos em cada nível na tabela resultam de um processo amostral e, portanto, é apresentada a margem de erro das estimativas. A margem de erro é calculada com um nível de 95% de confiança e equivale a 1,96 vez o erro-padrão da estimativa. Em 95% das reamostragens, o valor verdadeiro da porcentagem de alunos em cada nível estará dentro do intervalo de confiança, cujo limite inferior é a porcentagem de alunos menos a margem de erro, e o limite superior, a porcentagem de alunos mais a margem de erro.

Para compreender os resultados da Prova ABC, é importante ter em mente o que significa o patamar de 175 pontos na escala do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Por exemplo, em leitura, os alunos que alcançaram essa pontuação identificam o tema e os personagens de um texto, e estabelecem relações de causa e consequência entre as informações contidas no enredo. Na matemática, efetuam adição e subtração de números naturais com diferentes quantidades de algarismos e leem horas em relógios digitais relacionando, por exemplo, 20 horas com 8 horas da noite. Quando se trata da escrita, o patamar de 75 pontos equivale a habilidades como desenvolver bem o tema e os elementos organizacionais do gênero solicitado (adequação ao tema/gênero) e organizar bem as partes do texto, demonstrando bom domínio dos recursos de coesão e coerência textual.

Porcentagem de alunos por faixa de proficiência em matemática – Brasil e regiões – 2012

3º ano												
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos		Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
Brasil	32,8	2,5	37,9	2,2	29,2	2,4	29,1	2,2	37,6	2,0	33,3	2,2
Norte	52,6	5,3	33,5	3,6	14,0	2,9	48,7	5,5	34,8	3,7	16,5	3,0
Nordeste	51,2	4,4	35,2	3,3	13,6	2,2	44,6	3,7	37,3	2,8	18,1	2,2
Sudeste	19,1	4,3	37,8	5,0	43,0	5,5	16,6	3,6	36,0	4,5	47,4	5,0
Sul	19,7	3,8	44,0	4,2	36,3	5,3	17,9	3,5	42,4	3,8	39,7	4,8
Centro-Oeste	31,4	4,4	42,5	2,8	26,1	3,8	27,2	4,0	41,0	3,0	31,8	4,5

2º ano												
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos		Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
Brasil	54,1	2,9	33,9	2,1	12,0	1,9	49,9	2,6	35,7	1,9	14,3	1,9
Norte	71,8	3,3	23,1	3,0	5,1	1,6	69,2	3,3	25,1	2,9	5,8	1,6
Nordeste	68,9	2,9	23,8	3,3	7,3	2,5	63,6	3,7	27,8	2,8	8,7	2,2
Sudeste	36,6	6,0	44,5	4,2	18,9	4,5	33,5	5,3	44,6	3,9	21,8	4,3
Sul	58,4	5,4	31,6	4,4	10,0	3,1	53,1	5,2	33,7	4,2	13,1	3,1
Centro-Oeste	57,3	4,3	34,8	3,5	8,0	2,3	51,0	4,4	37,7	3,1	11,3	3,2

Fonte: Prova ABC 2012 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: As porcentagens de alunos em cada nível na tabela resultam de um processo amostral e, portanto, é apresentada a margem de erro das estimativas.

A margem de erro é calculada com um nível de 95% de confiança e equivale a 1,96 vez o erro-padrão da estimativa. Em 95% das reamostragens, o valor verdadeiro da porcentagem de alunos em cada nível estará dentro do intervalo de confiança, cujo limite inferior é a porcentagem de alunos menos a margem de erro, e o limite superior, a porcentagem de alunos mais a margem de erro.

Entenda como foi feita a Prova ABC

A Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização (Prova ABC) foi realizada pelo movimento Todos Pela Educação em parceria com a Fundação Cesgranrio, o Instituto Paulo Montenegro e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em 2012, a prova foi aplicada em escolas urbanas, públicas e privadas, com Ensino Fundamental, envolvendo alunos de 2º e 3º anos. Ao todo, foram avaliados cerca de 54 mil estudantes, 2 mil de cada unidade da federação.

A avaliação ocorreu em 600 municípios de todo o Brasil, incluindo todas as capitais. Em cada escola, foram selecionadas duas turmas: uma do 2º ano e uma do 3º ano do Ensino Fundamental. Metade dos alunos realizou a prova de leitura e, a outra metade, a prova de matemática (20 questões cada). E todos os alunos fizeram a prova de escrita.

Por conter 20% de suas questões fornecidas pelo banco de itens do Inep/MEC, os resultados da Prova ABC em leitura e em matemática puderam ser calibrados na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e são divulgados em três faixas de proficiência: percentual de alunos abaixo dos 125 pontos, entre 125 e 175 pontos e acima dos 175 pontos. Os resultados em escrita são divulgados também em três faixas de proficiência: abaixo dos 50 pontos, entre 50 e 75 pontos e acima de 75 pontos.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

META DO PNE

*Oferecer **Educação em tempo integral** em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.*

Entre 2012 e 2013, mais 8 mil escolas começaram a oferecer a possibilidade de permanência dos alunos durante sete horas ou mais – crescimento quase três vezes superior ao registrado entre 2011 e 2012. Com isso, 34,4% das escolas passaram a contar com matrículas em tempo integral.

O crescimento do número de matrículas também se intensificou, em relação ao ano anterior. Entre 2012 e 2013, mais de 1,1 milhão de novas matrículas em tempo integral foram registradas, aproximando-se dos 5 milhões e chegando a 12% do total. Contudo, a meta de oferecer metade das vagas em tempo integral ainda se mostra distante.

É importante lembrar também que o desafio não se esgota na ampliação do tempo na escola, mas na efetiva oferta de uma Educação integral, ou seja, que contemple o pleno desenvolvimento da criança e do jovem, em todas as suas dimensões.

Educação integral

Escolas públicas da Educação Básica com pelo menos uma matrícula em tempo integral
Brasil e regiões – 2011-2013

Região	2011		2012		2013	
	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral
Brasil	26,1	40.707	28,3	43.816	34,4	52.226
Norte	11,4	2.564	13,6	3.033	20,2	4.417
Nordeste	16,9	11.117	19,8	12.698	27,5	17.021
Sudeste	40,1	16.196	39,9	16.146	43,9	17.722
Sul	38,9	7.777	43,8	8.791	46,6	9.307
Centro-Oeste	40,3	3.053	41,4	3.148	49,3	3.759

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nordeste e Centro-Oeste apresentaram o maior crescimento de escolas com matrículas em tempo integral

Educação integral**Matrículas em tempo integral em escolas públicas da Educação Básica**

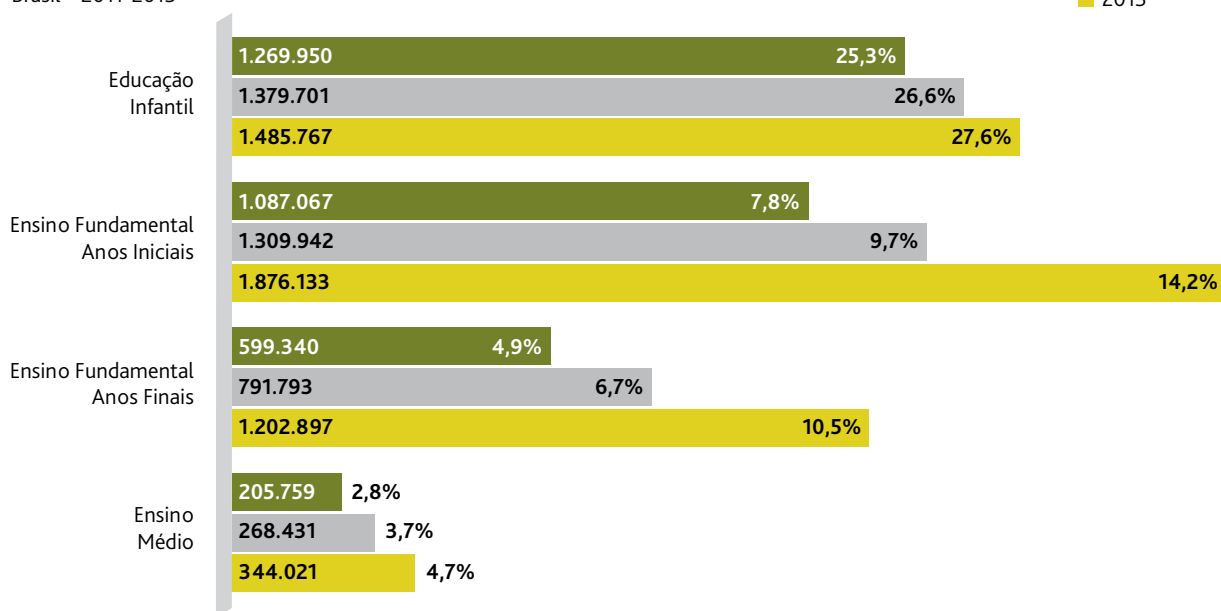
Brasil e regiões – 2011-2013

	2011		2012		2013	
	%	Total	%	Total	%	Total
Brasil	7,5	3.211.811	9,0	3.817.926	12,0	4.955.607
Norte	5,0	238.907	6,2	292.141	9,8	460.065
Nordeste	5,7	758.197	8,0	1.029.764	13,0	1.644.494
Sudeste	8,7	1.422.009	9,7	1.543.036	11,1	1.741.381
Sul	9,9	557.831	12,2	682.441	13,9	756.294
Centro-Oeste	7,7	234.867	9,0	270.544	11,9	353.373

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação integral**Total e percentual de matrículas em tempo integral em escolas públicas por etapa de ensino**

Brasil – 2011-2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

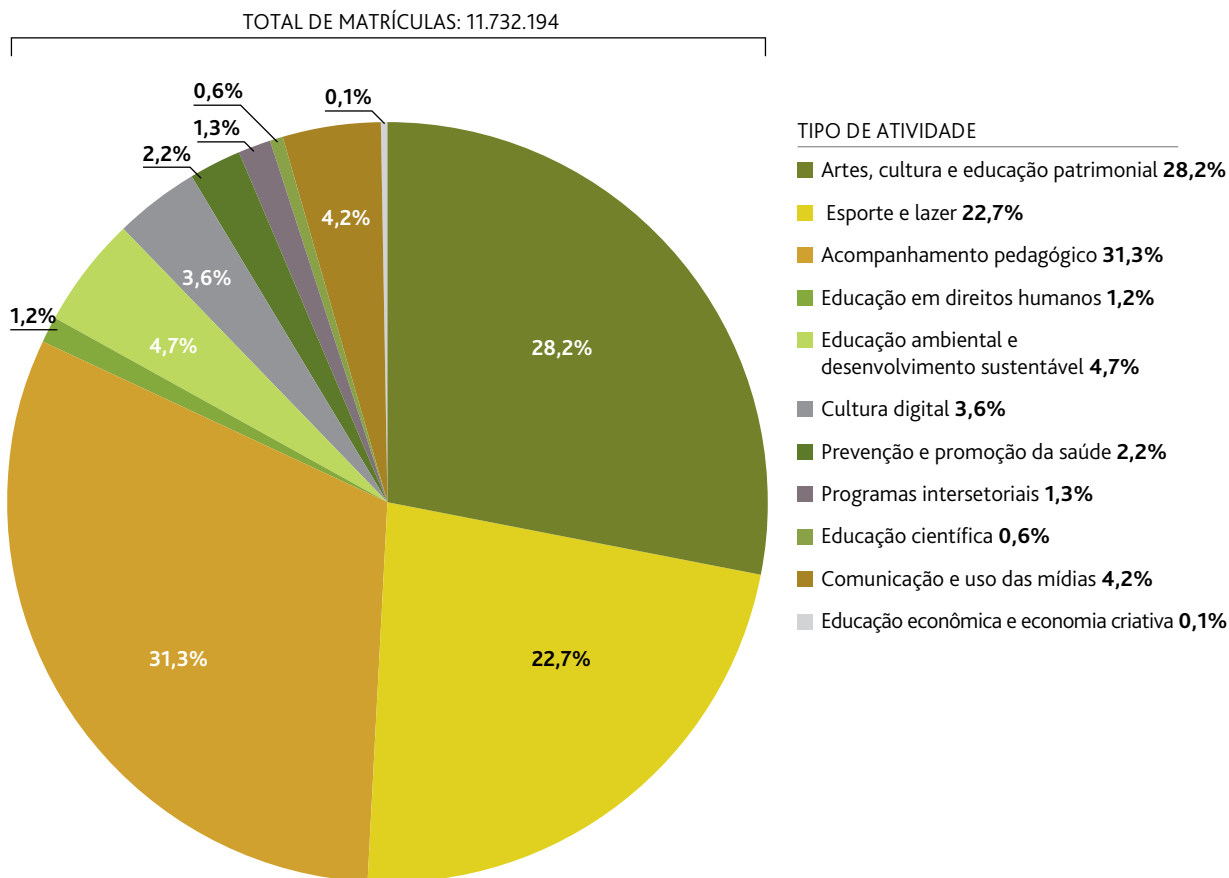
Educação Integral**Escolas da rede pública que oferecem matrículas em tempo integral segundo os recursos disponíveis no estabelecimento – Brasil – 2013 (Em %)**

Recursos	Porcentagem (%)
Auditório	10,0
Biblioteca e/ou sala de leitura	56,5
Cozinha	98,4
Laboratório de ciências	11,5
Laboratório de informática	57,2
Quadra de esportes	38,4
Refeitório	50,4
Banheiro dentro do prédio	96,5

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação integral

Atividades complementares – Brasil – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

O desafio da expansão do tempo integral passa ainda pela melhoria da infraestrutura escolar, uma vez que a falta de equipamentos também é um fator limitante para a oferta de atividades diversificadas e educativas durante a permanência estendida.

Apenas 11,5% das escolas que oferecem tempo integral contam, por exemplo, com laboratório de ciências, e quase metade não possui biblioteca ou sala de leitura. Do mesmo modo, apenas 50,4% dessas escolas possuem refeitório.



Crianças praticam capoeira na escola, no Rio de Janeiro

Matrículas em turmas de atividade complementar por tipo de atividade
Alunos da Educação Integral da rede pública – Brasil – 2013

Matrículas em artes, cultura e educação patrimonial		%	Matrículas	Total
Música	História da música e teoria musical	0,7	22.952	3.303.856
	Canto coral	8,5	280.172	
	Ensino coletivo de cordas (piano, violão, guitarra, violino), flauta doce, trompete, etc.	6,0	198.116	
	Banda fanfarra, percussão	16,3	538.500	
	Hip-hop	2,2	73.305	
Artes plásticas	História da arte	0,3	8.714	
	Pintura, grafite, desenho, escultura, colagem, desenho gráfico, mosaico, etc.	12,4	409.301	
Cinema		1,5	49.305	
Artes cênicas	Leitura e teatro	12,5	411.704	
	Danças	19,8	652.592	
	Práticas circenses e ópera	0,5	16.266	
Capoeira		10,3	338.909	
Educação patrimonial		1,2	39.649	
Outra categoria de arte e cultura		8,0	264.371	

Matrículas em esporte e lazer		%	Matrículas	Total
Recreação	Brincadeiras, jogos não estruturados, recreação/lazer, festas, etc.	21,1	562.465	2.667.565
Atividades desportivas	Futebol e futsal	29,3	782.889	
	Ginástica olímpica, localizada, aeróbica e rítmica, tênis de mesa	5,5	147.377	
	Voleibol, basquetebol, handebol, basquete de rua, natação	9,7	257.510	
	Artes marciais (tae kwon do, jiu-jitsu, judô, caratê, etc.)	16,7	446.784	
	Xadrez tradicional e xadrez virtual	7,4	196.923	
	Ioga	0,1	2.529	
	Atletismo, corrida de orientação e ciclismo	3,1	82.981	
	Tênis de campo	0,2	5.099	
Etnojogos	0,2	6.245		
Outra categoria		6,6	176.763	

Matrículas em acompanhamento pedagógico (reforço escolar)		%	Matrículas	Total
Matemática		35,1	1.288.145	3.675.133
Português		15,9	582.809	
Letramento e alfabetização		31,1	1.143.129	
Ciências		1,7	63.532	
História e Geografia		1,4	50.979	
Línguas estrangeiras e indígenas		1,5	53.732	
Leitura e produção de texto		6,1	223.327	
Filosofia e Sociologia		0,1	3.876	
Tecnologias de apoio à alfabetização		1,4	49.785	
Etnolinguagem		0,3	10.452	
Outra categoria		5,6	205.367	

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 13.

Educação integral**Escolas públicas da Educação Básica com pelo menos uma matrícula em tempo integral**

Por regiões e unidades da federação – 2012 e 2013

Unidade da federação	2012		2013	
	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral
BRASIL	28,3	43.816	34,4	52.226
Região Norte	13,6	3.033	20,2	4.417
Rondônia	19,4	239	32,7	396
Acre	17,2	287	19,1	314
Amazonas	15,2	808	20,2	1.067
Roraima	6,5	47	5,3	39
Pará	8,5	938	15,8	1.698
Amapá	20,2	154	22,0	170
Tocantins	34,7	560	47,2	733
Região Nordeste	19,8	12.698	27,5	17.021
Maranhão	9,2	1.154	16,5	2.027
Piauí	8,2	486	13,6	738
Ceará	32,2	2.290	43,5	3.009
Rio Grande do Norte	41,5	1.362	41,4	1.317
Paraíba	20,9	1.057	32,3	1.559
Pernambuco	31,8	2.429	39,7	2.941
Alagoas	24,7	684	32,8	892
Sergipe	12,9	250	26,1	496
Bahia	16,6	2.986	23,4	4.042
Região Sudeste	39,9	16.146	43,9	17.722
Minas Gerais	40,1	5.229	43,6	5.600
Espírito Santo	23,3	695	30,1	888
Rio de Janeiro	47,2	3.070	52,2	3.395
São Paulo	39,9	7.152	43,4	7.839
Região Sul	43,8	8.791	46,6	9.307
Paraná	46,9	3.353	47,3	3.403
Santa Catarina	48,9	2.584	50,6	2.653
Rio Grande do Sul	37,5	2.854	43,2	3.251
Região Centro-Oeste	41,4	3.148	49,3	3.759
Mato Grosso do Sul	60,8	754	61,7	774
Mato Grosso	37,5	863	46,2	1.057
Goiás	37,9	1.293	47,4	1.628
Distrito Federal	37,1	238	46,3	300

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação integral**Matrículas em tempo integral em escolas públicas da Educação Básica e por etapa de ensino**

Por regiões e unidades da federação – 2013

Unidade da federação	Educação Básica		Educação Infantil		Ensino Fundamental / Anos Iniciais		Ensino Fundamental / Anos Finais		Ensino Médio	
	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total
BRASIL	12,0	4.955.607	27,6	1.485.767	14,2	1.876.133	10,5	1.202.897	4,7	344.021
Região Norte	9,8	460.065	6,8	34.810	13,6	233.982	12,5	154.568	4,2	30.379
Rondônia	14,8	63.317	11,4	4.888	14,1	20.726	20,8	23.585	19,9	11.954
Acre	10,1	25.876	7,6	2.313	15,3	14.471	13,8	8.554	0,6	257
Amazonas	10,5	114.443	2,9	3.274	14,6	58.195	13,2	39.204	7,0	12.282
Roraima	1,3	1.719	6,1	819	0,7	347	0,0	0	2,0	421
Pará	6,9	151.911	4,8	11.787	10,9	89.851	8,5	47.341	0,4	1.436
Amapá	10,4	21.574	1,9	386	20,6	15.168	10,3	5.803	0,5	180
Tocantins	21,7	81.225	24,2	11.343	27,5	35.224	28,0	30.081	5,7	3.849
Região Nordeste	13,0	1.644.494	12,0	186.148	17,9	716.780	15,7	541.605	9,1	186.238
Maranhão	9,4	181.184	2,6	7.191	14,5	93.074	13,9	73.968	2,2	6.375
Piauí	8,2	67.348	1,1	1.297	10,8	28.076	14,9	31.073	4,2	5.523
Ceará	16,8	317.018	9,0	24.697	24,1	136.411	21,1	107.040	12,4	43.637
Rio Grande do Norte	15,7	113.859	5,9	5.985	26,1	59.629	25,6	46.160	1,1	1.364
Paraíba	17,5	151.336	26,9	25.727	22,4	60.560	22,2	50.431	11,9	13.864
Pernambuco	18,0	334.059	12,4	22.522	21,6	125.654	15,4	80.841	30,4	103.487
Alagoas	9,8	76.814	17,4	15.223	16,0	41.699	8,3	18.764	0,6	685
Sergipe	9,8	45.675	9,9	5.270	14,3	22.638	11,3	14.989	3,6	2.437
Bahia	10,8	357.201	21,3	78.236	14,3	149.039	13,0	118.339	1,7	8.866
Região Sudeste	11,1	1.741.381	33,9	754.890	12,1	565.108	7,0	312.326	2,9	86.490
Minas Gerais	10,9	442.232	29,5	139.502	13,8	173.877	7,7	93.451	3,2	23.722
Espírito Santo	8,2	66.490	15,2	21.810	8,8	22.397	8,4	17.350	1,3	1.512
Rio de Janeiro	16,8	445.926	40,5	126.890	20,7	171.309	14,8	111.571	7,4	34.269
São Paulo	9,6	786.733	36,0	466.688	8,5	197.525	3,9	89.954	1,7	26.987
Região Sul	13,9	756.294	54,7	396.492	12,4	223.819	6,9	105.171	2,8	28.443
Paraná	13,1	285.726	59,5	163.044	12,1	84.643	4,7	29.691	1,8	7.442
Santa Catarina	15,4	195.515	54,7	132.519	8,6	34.827	4,4	14.319	5,7	13.486
Rio Grande do Sul	13,7	275.053	48,4	100.929	15,0	104.349	10,7	61.161	2,1	7.515
Região Centro-Oeste	11,9	353.373	32,0	113.427	13,6	136.444	10,9	89.227	2,3	12.471
Mato Grosso do Sul	11,8	69.092	42,7	36.481	10,0	20.471	6,0	9.641	2,7	2.361
Mato Grosso	13,4	104.507	27,5	30.246	18,4	42.786	13,9	26.692	2,2	3.319
Goiás	13,5	153.739	34,9	43.523	15,3	62.236	12,8	41.766	2,8	6.169
Distrito Federal	5,5	26.035	9,3	3.177	7,0	10.951	7,9	11.128	0,8	622

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

A ampliação da oferta de Educação em tempo integral já é tendência em grande parte das redes públicas brasileiras. Mais recentemente essa política foi impulsionada pela aprovação do Plano Nacional de Educação, que prevê oferta em 50% das escolas públicas e 25% das matrículas da Educação Básica, no mínimo. Até junho de 2015, municípios e estados precisam delinear em seus planos de Educação como responderão concretamente a esse desafio.

Experiências confirmam o potencial da Educação integral para avançar a qualidade da aprendizagem e reduzir as desigualdades que marcam nosso País. Mas a sociedade brasileira precisa avançar no debate sobre a qualidade dessa oferta. Educação integral, no sentido mais completo, significa a ampliação não apenas do tempo, mas também dos espaços e dos tipos de aprendizagem, dentro e fora da escola, com base na concepção de um desenvolvimento pleno do ser humano. Por isso, reconhecer e articular os diversos saberes da escola, da família, da comunidade e da cidade é parte condicionante do processo.

Isso não quer dizer que ampliar o tempo não seja importante. Sem dúvida, a maioria dos estudantes brasileiros cumpre uma jornada média muito abaixo das sete horas previstas na LDB e da média dos países desenvolvidos. Esse, por sinal, é um traço comum entre a maioria das nossas escolas públicas e particulares. Nas redes particulares, entretanto, é muito mais comum que as famílias paguem por atividades extras como aulas de língua estrangeira, esportes, música, passeios culturais e viagens. Todas essas experiências têm um papel formativo, são horas a mais de aprendizagem fora da escola. Ao planejar a Educação integral na rede pública, precisamos entender que a exposição a essas situações de ensino é um direito de cada e todo brasileiro, independentemente do nível socioeconômico da família.

De maneira geral, a participação em programas de Educação integral impacta mais os alunos com menor desempenho e/ou de famílias mais pobres e com menor escolaridade. Há também redução significativa da reprovação e do abandono. Mas as avaliações apontam que os resultados dependem muito de como se dá a ampliação do tempo. Resultados do PISA 2012 mostram que estudantes que participam de atividades formativas fora da escola têm melhor desempenho na solução de problemas complexos, habilidade que envolve a chamada “inteligência fluida”. Programas que têm uma proposta curricular diversificada, com mais tempo para áreas como artes, esportes e projetos, têm efeito positivo sobre o desempenho acadêmico. Evidências como essas têm estimulado muitos países que já conquistaram a jornada mínima de sete horas a diversificar e a flexibilizar os currículos, além de estimular a parceria das escolas com organizações da sociedade civil, universidades,

empresas e outros equipamentos públicos. Em países europeus como França, Dinamarca, Inglaterra e Portugal, reformas no Ensino Médio têm seguido essa tendência, no esforço de reduzir a evasão escolar na região para 10% até 2020.

No Brasil, a política de Educação Integral de Belo Horizonte – o Programa Escola Integrada – passou por uma avaliação de impacto que reforça esses achados. O estudo acompanhou coortes de estudantes ao longo de três anos e mostrou ganhos de notas em português e em matemática, sobretudo para os que tinham nível de proficiência mais baixo. Foram também identificados efeitos positivos sobre hábitos como leitura, (menos) tempo de televisão, frequência a atividades culturais e prática de esportes, assim como motivação para o estudo e melhorias nas habilidades sociais. Ele revelou ainda que, quanto mais longeva a participação da escola no programa, maiores os ganhos dos alunos. Esse dado sugere que a qualidade da oferta de Educação integral não é conquista rápida ou automática, com base em decreto ou lei. Envolve exercício diário, de erros e acertos, de aprendizagem coletiva, para que todos os envolvidos consigam transpor o planejamento para a prática.

Os resultados da Educação Integral dependem, portanto, não apenas do desenho, mas da qualidade da implementação. Recentemente, um grupo bem diverso de representantes de governo, organizações sociais, fundações, institutos e academia, coordenado pelo Todos Pela Educação em parceria com a Fundação Itaú Social, refletiu sobre os desafios e possíveis caminhos para a Educação integral. O trabalho rendeu um documento-manifesto que mapeia áreas estratégicas: financiamento, infraestrutura, gestão de parcerias, intersetorialidade, proposta curricular, contratação e formação de todos os profissionais envolvidos, participação das famílias e mobilização da sociedade civil. O documento pode ser obtido neste endereço: <http://migre.me/pGJSA>.

Parte dessa pauta se refere à capacidade institucional, à infraestrutura e ao fortalecimento técnico das equipes de governo, escolas e organizações parceiras. Outro bloco trata do engajamento de educadores, famílias e dos estudantes e comunidade em geral. A experiência mostra que, quanto mais as propostas são amplamente compartilhadas e discutidas, maiores são o envolvimento de quem está na ponta e a imunidade aos ciclos políticos.

Os indicadores da Educação Básica não dão conta da qualidade da Educação integral no País. Mas provocam todos, poder público e sociedade civil, a refletir sobre o tema. Afinal, por trás dos números há escolhas diárias de governos, escolas e comunidades, vitais para a conquista do desenvolvimento integral de fato como direito de todos.



Patricia Mota Guedes

Gerente de Educação da
Fundação Itaú Social.

“A qualidade da oferta de Educação integral envolve exercício diário, de erros e acertos, de aprendizagem coletiva, para que todos consigam transpor o planejamento para a prática.”

FLUXO E QUALIDADE

META DO PNE

*Fomentar a **qualidade** da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do **fluxo escolar** e da aprendizagem.*

A análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) por etapa de ensino é reveladora de contrastes significativos e desafiadores. A evolução positiva registrada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem ritmo menor nos Anos Finais do Ensino Fundamental e se transforma em estagnação no Ensino Médio.

Os indicadores de fluxo e qualidade, vistos em conjunto, apontam para um sistema com melhora discreta ao longo do tempo, em que parte importante das crianças e jovens ainda acumula defasagens, fica retida por reprovação ou abandona a escola antes da conclusão da série.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 2005-2013

Por região e dependência administrativa

REDE PÚBLICA					
Região	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9
Norte	2,9	3,3	3,8	4,2	4,3
Nordeste	2,7	3,3	3,7	4,0	4,1
Sudeste	4,4	4,6	5,1	5,4	5,6
Sul	4,3	4,6	5,0	5,4	5,6
Centro-Oeste	3,8	4,2	4,8	5,1	5,3

REDE PRIVADA					
Região	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil	5,9	6,0	6,4	6,5	6,7
Norte	5,5	5,6	5,9	6,1	6,1
Nordeste	5,4	5,5	5,8	6,0	6,2
Sudeste	6,3	6,3	6,8	6,8	6,9
Sul	6,2	6,3	6,7	7,0	7,2
Centro-Oeste	5,9	5,9	6,4	6,7	6,8

Ensino Fundamental – Anos Finais – 2005-2013

Por região e dependência administrativa

REDE PÚBLICA					
Região	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil	3,2	3,5	3,7	3,9	4,0
Norte	3,0	3,3	3,5	3,6	3,6
Nordeste	2,6	2,9	3,1	3,2	3,4
Sudeste	3,6	3,9	4,1	4,2	4,3
Sul	3,6	3,9	4,1	4,1	4,1
Centro-Oeste	3,2	3,6	3,9	4,0	4,2

REDE PRIVADA					
Região	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil	5,8	5,8	5,9	6,0	5,9
Norte	5,4	5,3	5,3	5,6	5,5
Nordeste	5,3	5,4	5,5	5,6	5,6
Sudeste	6,1	6,1	6,0	6,2	6,1
Sul	6,1	6,1	6,2	6,2	6,3
Centro-Oeste	5,5	5,7	5,8	5,9	5,9

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Ensino Médio – 2005-2013

Por região e dependência administrativa

REDE PÚBLICA					
Região	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil	3,1	3,2	3,4	3,4	3,4
Norte	2,7	2,7	3,1	3,1	3,0
Nordeste	2,7	2,8	3,1	3,0	3,0
Sudeste	3,2	3,4	3,5	3,6	3,6
Sul	3,4	3,6	3,8	3,7	3,6
Centro-Oeste	2,9	3,0	3,2	3,3	3,3

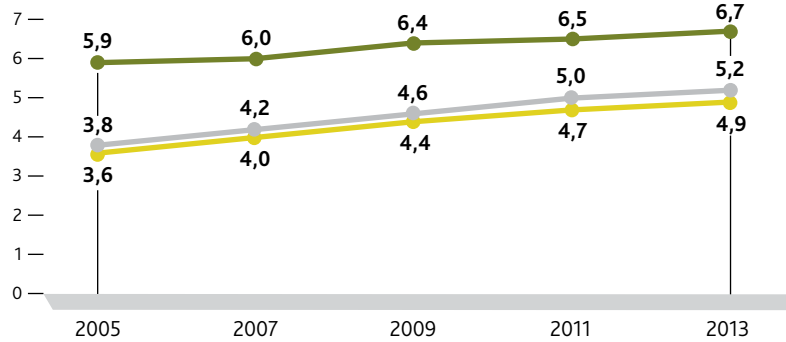
REDE PRIVADA					
Região	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil	5,6	5,6	5,6	5,7	5,4
Norte	5,0	5,1	5,4	5,2	5,0
Nordeste	5,2	5,1	5,2	5,4	5,2
Sudeste	5,7	5,7	5,6	5,8	5,4
Sul	5,9	5,8	5,9	6,0	5,7
Centro-Oeste	5,7	5,5	5,8	5,6	5,6

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Brasil

Por dependência administrativa – 2005-2013

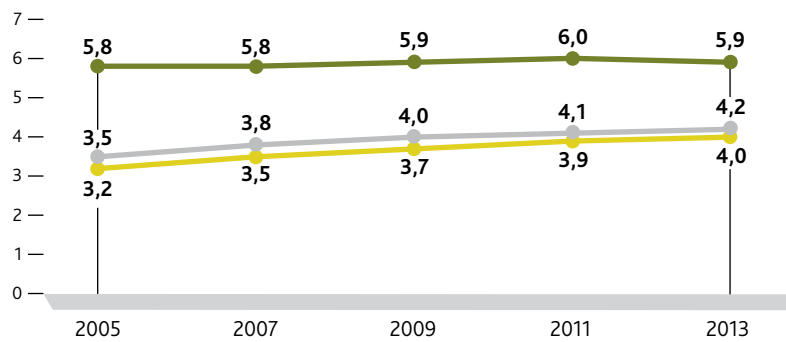
Ensino Fundamental – Anos Iniciais



— Total
— Pública
— Privada

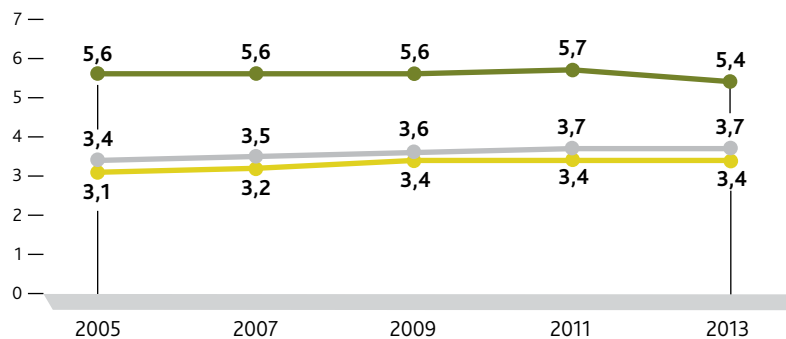
Até 2021, a meta definida é o índice **6,0**

Ensino Fundamental – Anos Finais



Até 2021, a meta definida é o índice **5,5**

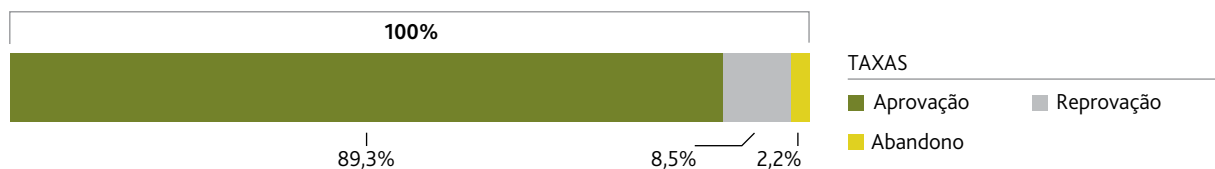
Ensino Médio



Até 2021, a meta definida é o índice **5,2**

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

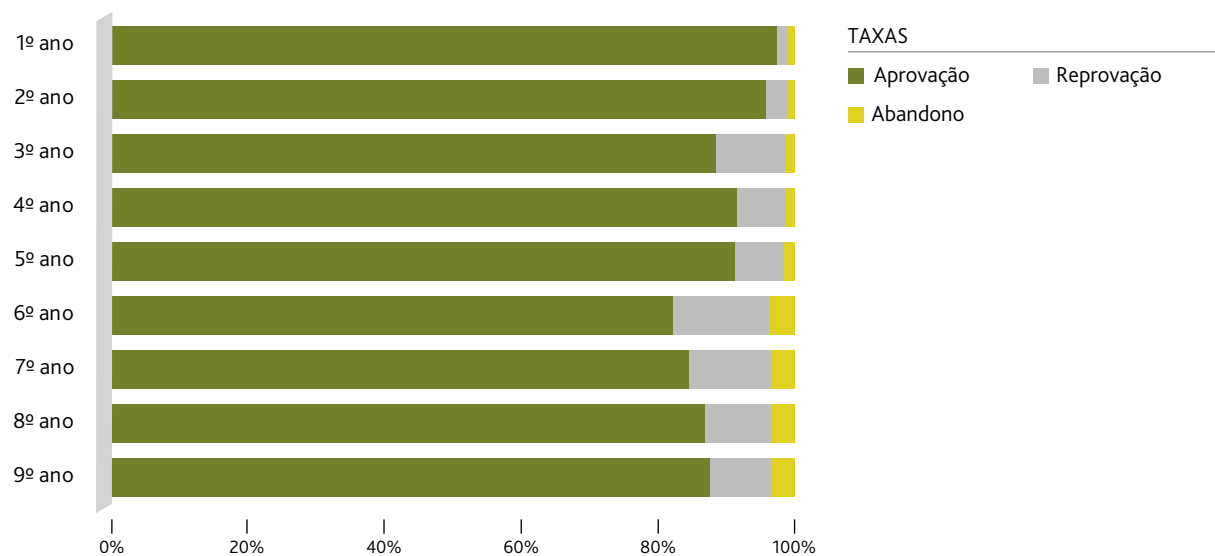
Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil Ensino Fundamental – Total – 2013 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil Ensino Fundamental – Por série – 2013 (Em%)

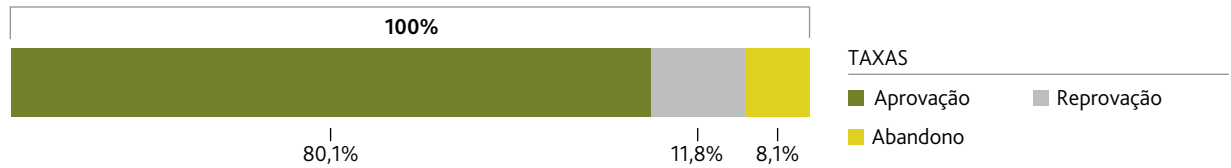
EF	Aprovação	Reprovação	Abandono
1º ano	97,4	1,5	1,1
2º ano	95,8	3,3	0,9
3º ano	88,5	10,3	1,2
4º ano	91,6	7,2	1,2
5º ano	91,2	7,3	1,5
6º ano	82,2	14	3,8
7º ano	84,5	12	3,5
8º ano	86,8	9,8	3,4
9º ano	87,6	8,9	3,5



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Entre 2012 e 2013, a taxa de reprovação no Ensino Fundamental caiu de 9,1% para 8,5%. Já a taxa de abandono passou de 2,7% para 2,2% no mesmo período

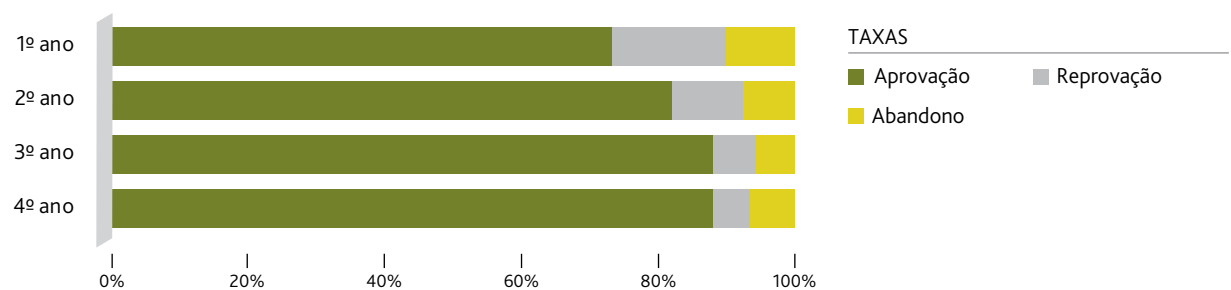
Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil
Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Total – 2013 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil
Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Por série – 2013 (Em %)

EM	Aprovação	Reprovação	Abandono
1º ano	73,2	16,7	10,1
2º ano	82	10,5	7,5
3º ano	88	6,4	5,6
4º ano	88	5,4	6,6



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Condições para o alcance das metas

Além de estabelecer metas específicas e mensuráveis para o Ideb, que contempla as dimensões de fluxo e de aprendizagem, o PNE busca que União, estados e municípios criem as condições necessárias para o alcance dos objetivos.

Entre essas medidas estão o desenvolvimento de tecnologias educacionais, a garantia de transporte gratuito para todos os estudantes do campo, a universalização do acesso à internet em banda larga de alta velocidade e a articulação dos programas educacionais com os de outras áreas, como saúde, trabalho, assistência social, esporte e cultura.

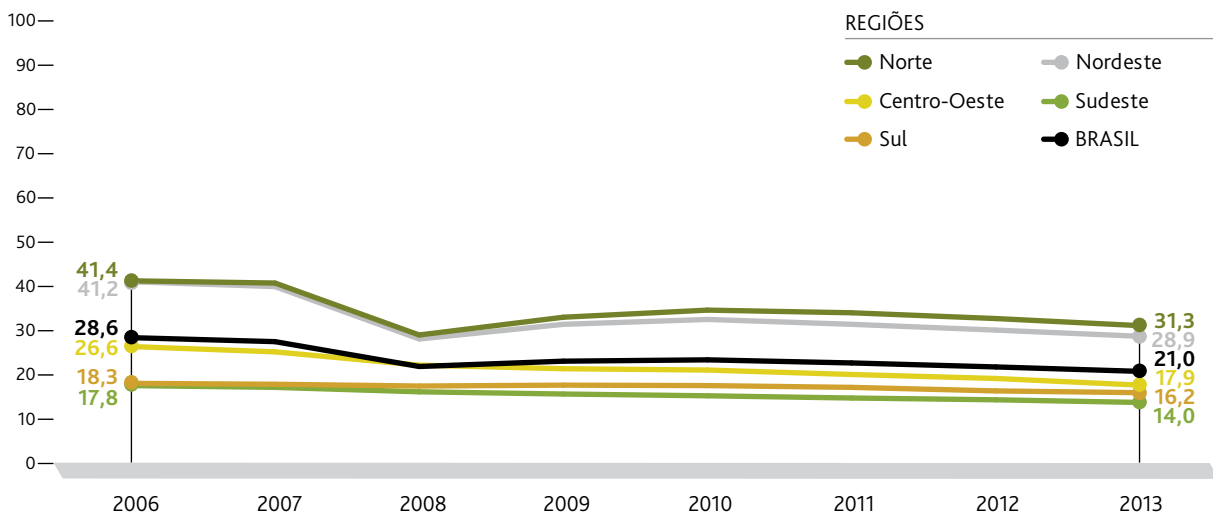
O PNE também prevê o estímulo ao processo contínuo de autoavaliação das escolas, que oriente, em especial, a elaboração do planejamento estratégico, a melhoria da qualidade educacional, a formação dos profissionais da Educação e o aprimoramento da gestão democrática.

Ainda segundo o Plano, é necessário desenvolver currículos e propostas específicas para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas.

Fluxo – Taxa de distorção idade-série
Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2006-2013 (Em %)

Defasagem de mais de 2 anos entre a idade adequada e o ano que o aluno está cursando

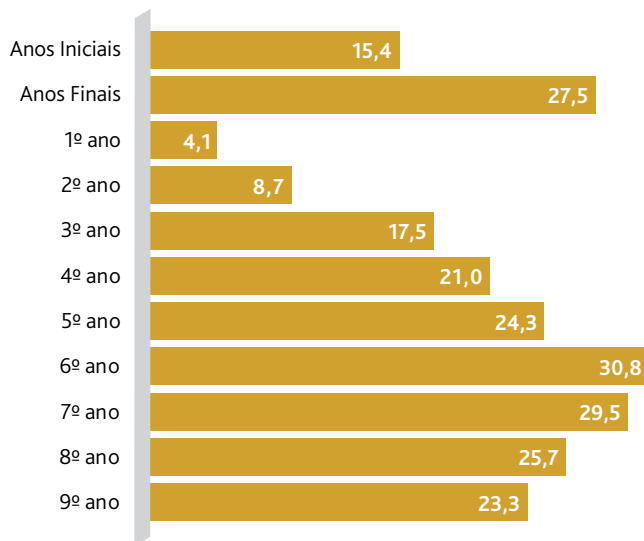
Brasil/Região	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	28,6	27,7	22,1	23,3	23,6	22,9	22,0	21,0
Norte	41,4	40,9	29,2	33,2	34,8	34,2	32,9	31,3
Nordeste	41,2	40,1	28,3	31,6	32,7	31,6	30,3	28,9
Sudeste	17,8	17,4	16,4	15,9	15,5	15,0	14,6	14,0
Sul	18,3	18,1	17,7	17,9	17,8	17,4	16,6	16,2
Centro-Oeste	26,6	25,4	22,4	21,6	21,3	20,3	19,4	17,9



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxa de distorção idade-série – Brasil
Ensino Fundamental – Por ano – 2013 (Em %)

Defasagem de mais de 2 anos entre a idade adequada e o ano que o aluno está cursando



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

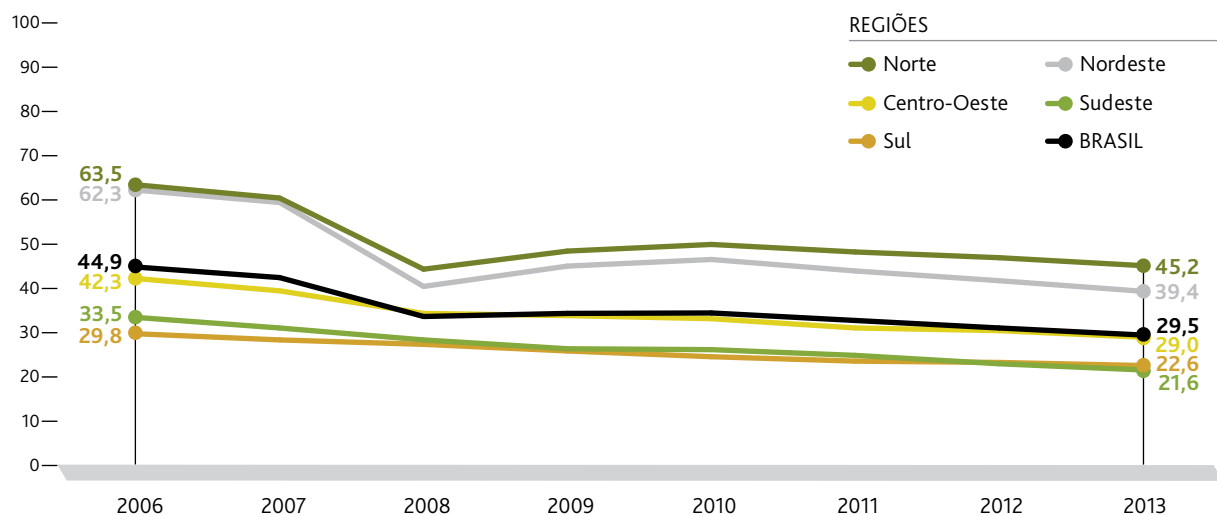
A distorção idade-série é maior no 6º ano do Ensino Fundamental, marcada pela transição entre duas etapas da trajetória escolar do aluno (Anos Iniciais e Anos Finais)

Fluxo – Taxa de distorção idade-série

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Brasil e regiões – 2006-2013 (Em %)

Defasagem de mais de 2 anos entre a idade adequada e o ano que o aluno está cursando

Brasil/Região	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	44,9	42,5	33,7	34,4	34,5	32,8	31,1	29,5
Norte	63,5	60,5	44,4	48,5	50,0	48,3	47,0	45,2
Nordeste	62,3	59,5	40,5	45,1	46,6	44,0	41,8	39,4
Sudeste	33,5	31,1	28,4	26,4	26,2	24,9	23,0	21,6
Sul	29,8	28,4	27,4	25,9	24,6	23,6	23,3	22,6
Centro-Oeste	42,3	39,5	34,4	33,9	33,2	31,1	30,5	29,0

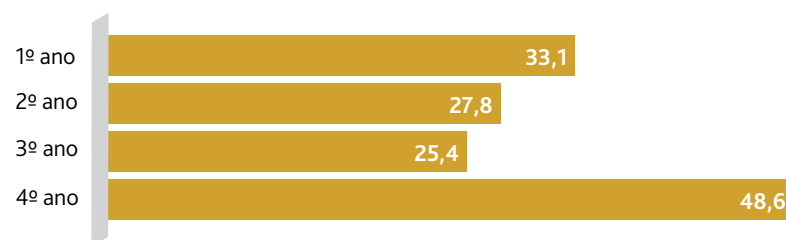


Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxa de distorção idade-série – Brasil

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Por ano – 2013 (Em %)

Defasagem de mais de 2 anos entre a idade adequada e o ano que o aluno está cursando



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

A distorção idade-série está diretamente relacionada aos problemas de fluxo registrados em todo o sistema de ensino. Esse indicador permite afirmar, por exemplo, que 27,5% dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental têm idade superior à esperada para as séries cursadas. O mesmo ocorre com 29,5% dos adolescentes do Ensino Médio.

Os efeitos dessa defasagem estão presentes em avaliações como o Pisa, que medem conhecimentos esperados de alunos de 15 anos. Isso acontece porque uma parcela importante desses alunos ainda está retida nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 2005 e 2013

Por unidades da federação

Unidade da Federação	Ensino Fundamental - Anos Iniciais		Ensino Fundamental - Anos Finais		Ensino Médio	
	2005	2013	2005	2013	2005	2013
BRASIL	3,8	5,2	3,5	4,2	3,4	3,7
Região Norte	3,0	4,3	3,2	3,8	2,9	3,1
Rondônia	3,6	5,2	3,4	3,9	3,2	3,6
Acre	3,4	5,1	3,5	4,4	3,2	3,4
Amazonas	3,1	4,7	2,7	3,9	2,4	3,2
Roraima	3,7	5,0	3,4	3,7	3,5	3,4
Pará	2,8	4,0	3,3	3,6	2,8	2,9
Amapá	3,2	4,0	3,5	3,6	2,9	3,0
Tocantins	3,5	5,1	3,4	3,9	3,1	3,3
Região Nordeste	2,9	4,3	2,9	3,7	3,0	3,3
Maranhão	2,9	4,1	3,0	3,6	2,7	3,0
Piauí	2,8	4,5	3,1	4,0	2,9	3,3
Ceará	3,2	5,2	3,1	4,4	3,3	3,6
Rio Grande do Norte	2,7	4,4	2,8	3,6	2,9	3,1
Paraíba	3,0	4,5	2,7	3,5	3,0	3,3
Pernambuco	3,2	4,7	2,7	3,8	3,0	3,8
Alagoas	2,5	4,1	2,4	3,1	3,0	3,0
Sergipe	3,0	4,4	3,0	3,2	3,3	3,2
Bahia	2,7	4,3	2,8	3,4	2,9	3,0
Região Sudeste	4,6	5,9	3,9	4,6	3,6	3,9
Minas Gerais	4,7	6,1	3,8	4,8	3,8	3,8
Espírito Santo	4,2	5,4	3,8	4,2	3,8	3,8
Rio de Janeiro	4,3	5,2	3,6	4,3	3,3	4,0
São Paulo	4,7	6,1	4,2	4,7	3,6	4,1
Região Sul	4,4	5,8	3,8	4,3	3,7	3,9
Paraná	4,6	5,9	3,6	4,3	3,6	3,8
Santa Catarina	4,4	6,0	4,3	4,5	3,8	3,8
Rio Grande do Sul	4,3	5,6	3,8	4,2	3,7	4,0
Região Centro-Oeste	4,0	5,5	3,4	4,5	3,3	4,1
Mato Grosso do Sul	3,6	5,2	3,4	4,1	3,3	3,6
Mato Grosso	3,6	5,3	3,1	4,4	3,1	3,0
Goiás	4,1	5,7	3,5	4,7	3,2	4,0
Distrito Federal	4,8	5,9	3,8	4,4	3,6	4,0

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar.

Quantidade e porcentagem de municípios que atingiram a meta do Ideb – 2013

Por unidades da federação

Unidade da federação	Rede pública - Anos Iniciais						Rede pública - Anos Finais					
	2013						2013					
	Sim		Não		Não divulgado		Sim		Não		Não divulgado	
	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%
BRASIL	3.797	68,7	1.506	27,2	225	4,1	2.125	38,2	3.253	58,5	182	3,3
Região Norte	265	58,9	178	39,6	7	1,6	107	23,8	340	75,6	3	0,7
Rondônia	46	88,5	5	9,6	1	1,9	21	40,4	30	57,7	1	1,9
Acre	20	90,9	1	4,5	1	4,5	12	54,5	10	45,5	0	0,0
Amazonas	45	72,6	17	27,4	0	0,0	39	62,9	22	35,5	1	1,6
Roraima	9	60,0	5	33,3	1	6,7	0	0,0	14	93,3	1	6,7
Pará	59	41,0	85	59,0	0	0,0	21	14,6	123	85,4	0	0,0
Amapá	2	12,5	14	87,5	0	0,0	0	0,0	16	100,0	0	0,0
Tocantins	84	60,4	51	36,7	4	2,9	14	10,1	125	89,9	0	0,0
Região Nordeste	999	55,8	732	40,9	60	3,4	573	32,0	1.144	63,8	75	4,2
Maranhão	56	25,8	148	68,2	13	6,0	34	15,7	167	77,0	16	7,4
Piauí	107	48,2	99	44,6	16	7,2	71	32,0	140	63,1	11	5,0
Ceará	174	94,6	10	5,4	0	0,0	138	75,0	46	25,0	0	0,0
Rio Grande do Norte	101	60,5	62	37,1	4	2,4	40	24,0	112	67,1	15	9,0
Paraíba	145	65,3	66	29,7	11	5,0	74	33,2	143	64,1	6	2,7
Pernambuco	113	61,1	70	37,8	2	1,1	95	51,4	87	47,0	3	1,6
Alagoas	45	44,1	56	54,9	1	1,0	12	11,8	87	85,3	3	2,9
Sergipe	34	45,3	37	49,3	4	5,3	5	6,7	65	86,7	5	6,7
Bahia	224	53,7	184	44,1	9	2,2	104	24,9	297	71,2	16	3,8
Região Sudeste	1.264	75,8	368	22,1	36	2,2	881	52,8	761	45,6	26	1,6
Minas Gerais	789	92,5	44	5,2	20	2,3	674	79,0	157	18,4	22	2,6
Espírito Santo	65	83,3	13	16,7	0	0,0	20	25,6	58	74,4	0	0,0
Rio de Janeiro	37	40,2	55	59,8	0	0,0	18	19,6	74	80,4	0	0,0
São Paulo	373	57,8	256	39,7	16	2,5	169	26,2	472	73,2	4	0,6
Região Sul	864	75,0	177	15,4	111	9,6	256	21,6	859	72,6	69	5,8
Paraná	308	77,2	88	22,1	3	0,8	103	25,8	294	73,7	2	0,5
Santa Catarina	241	82,3	27	9,2	25	8,5	33	11,2	259	88,1	2	0,7
Rio Grande do Sul	315	68,5	62	13,5	83	18,0	120	24,4	306	62,3	65	13,2
Região Centro-Oeste	405	86,7	51	10,9	11	2,4	308	66,1	149	32,0	9	1,9
Mato Grosso do Sul	73	92,4	6	7,6	0	0,0	20	25,3	59	74,7	0	0,0
Mato Grosso	119	84,4	17	12,1	5	3,5	102	72,3	35	24,8	4	2,8
Goiás	212	86,2	28	11,4	6	2,4	186	75,9	54	22,0	5	2,0
Distrito Federal	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0

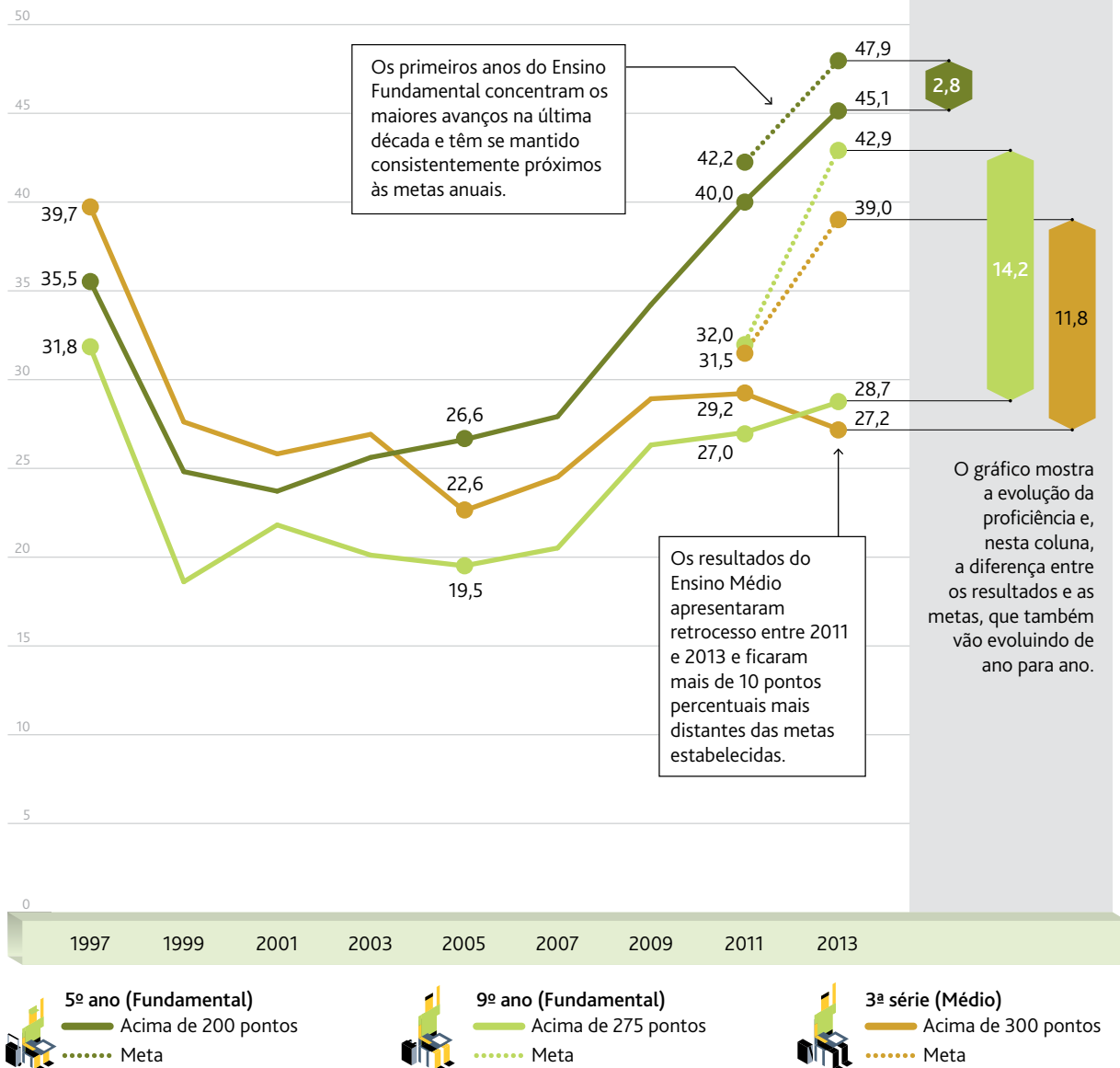
Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

DE OLHO NA QUALIDADE – BRASIL

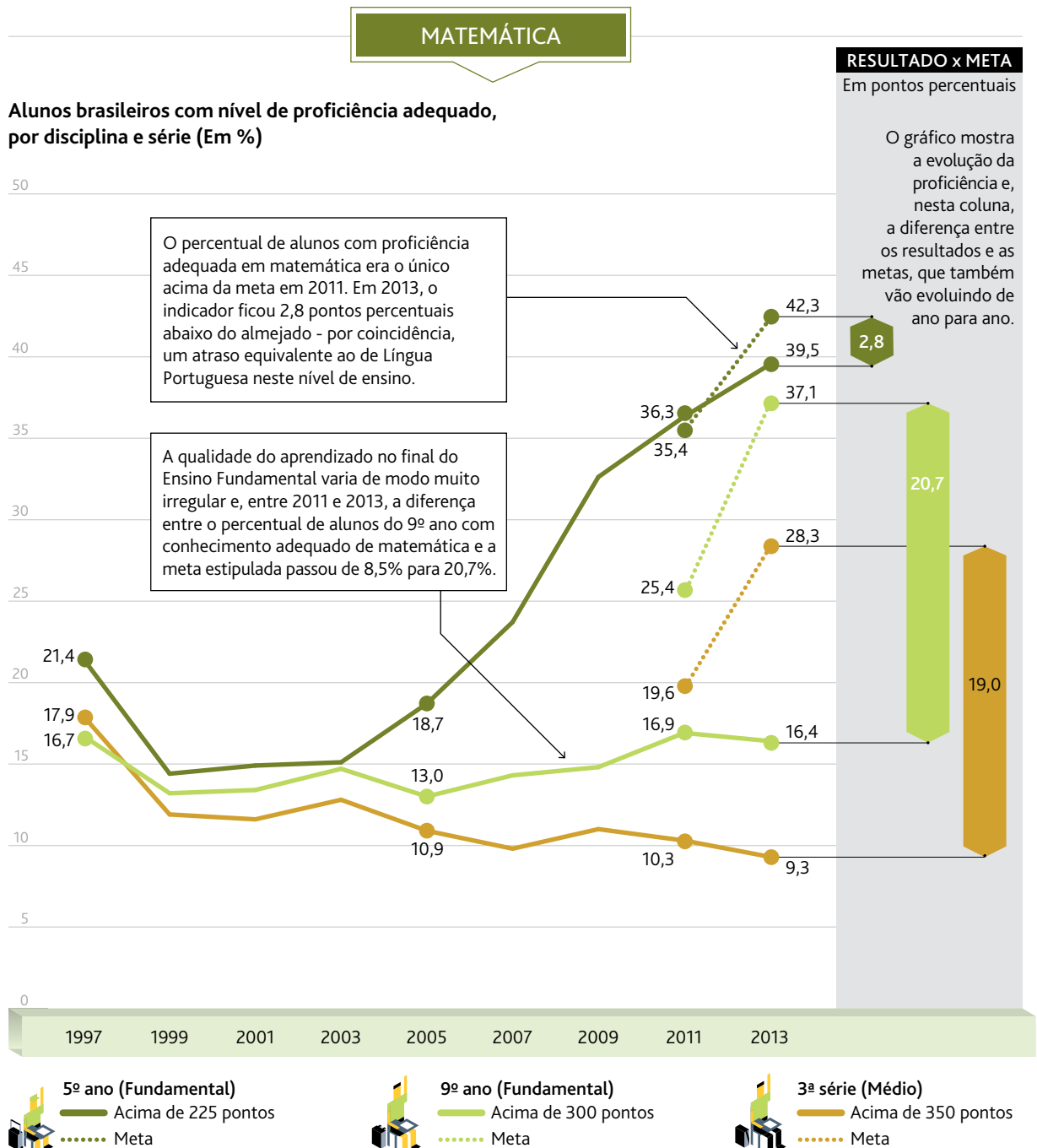
Com base nos dados da Prova Brasil e do Saeb, é possível calcular, dentro de um intervalo de confiança, o percentual de alunos com aprendizado adequado para a série ou ano que estão cursando, em língua portuguesa, com ênfase nas habilidades de leitura, e em matemática, com destaque para a resolução de problemas. Nos gráficos destas duas páginas, os dados refletem o quadro do País como um todo.

LÍNGUA PORTUGUESA

Alunos brasileiros com nível de proficiência esperado ou acima, por disciplina e série (Em %)



A Meta 3 do Todos Pela Educação prevê que, até 2022, pelo menos 70% dos estudantes estejam aprendendo o que é adequado para seu ano. Para saber se avançaram nessa direção em ritmo adequado, as avaliações são comparadas a metas anuais. Os gráficos mostram que as distâncias entre os resultados medidos e almejados aumentaram em todos os níveis de ensino entre 2011 e 2013.



DE OLHO NA QUALIDADE – BRASIL

Nos gráficos destas duas páginas, é possível verificar a situação da proficiência dos alunos em matemática e língua portuguesa, nas cinco regiões brasileiras. Também fica evidente a comparação entre os resultados regionais e os dados totais do País.

Avaliação por ciclos de ensino

A Prova Brasil é aplicada a todos os alunos de 5º e 9º anos da rede pública. Já o Saeb avalia de maneira amostral também os alunos das escolas particulares e os do Ensino Médio.

Porcentagem de alunos acima do nível considerado adequado pelo Todos Pela Educação, para o Brasil e regiões



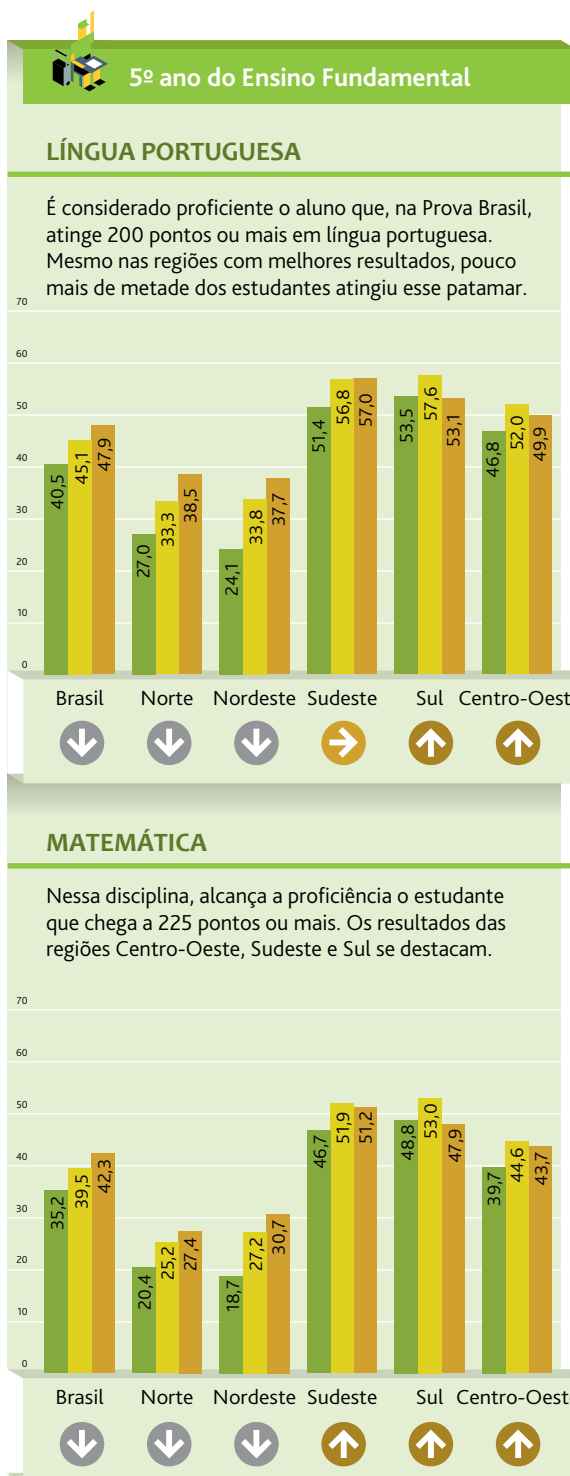
↑ Superou: porque o limite inferior do intervalo de confiança do índice observado está acima da meta.

→ Atingiu: porque a meta está dentro do intervalo de confiança.

↓ Não atingiu: porque o limite superior do intervalo de confiança do índice observado está abaixo da meta.

* Dados da Prova Brasil 2013. Inclui todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.

** Dados do Saeb. Para o Brasil, inclui escolas federais, estaduais, municipais e privadas da área urbana e área rural com mais de 10 alunos. Para estados e regiões, inclui escolas estaduais, municipais e privadas com mais de 10 alunos apenas da área urbana. A utilização deste recorte da amostra do Saeb para estados e regiões é importante para manter a mesma metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

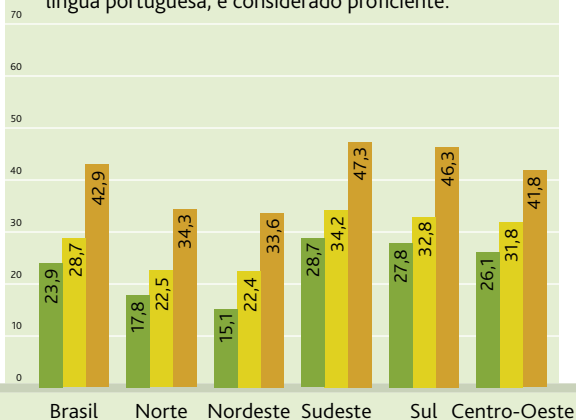




9º ano do Ensino Fundamental

LÍNGUA PORTUGUESA

Nesta etapa de ensino, os resultados caíram em todas as regiões. No 9º ano, o aluno que, na Prova Brasil, atinge ou supera 275 pontos em língua portuguesa, é considerado proficiente.



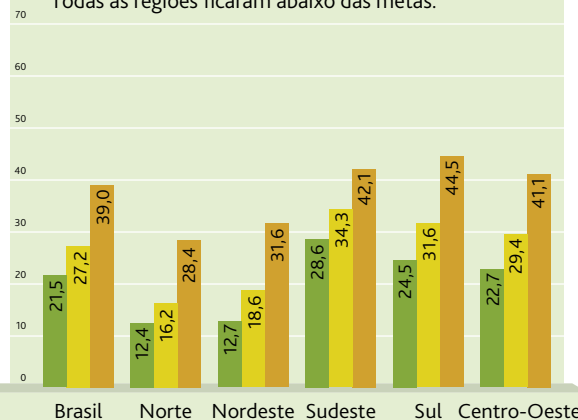
Brasil Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste



3ª série do Ensino Médio

LÍNGUA PORTUGUESA

É considerado proficiente o aluno que, no Saeb, atinge ou supera 300 pontos em língua portuguesa no 3º ano do Ensino Médio. Todas as regiões ficaram abaixo das metas.

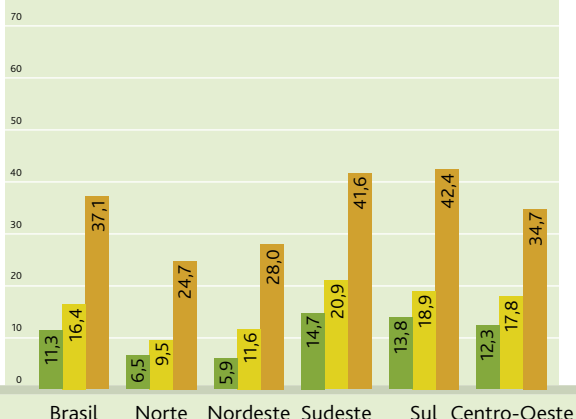


Brasil Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste



MATEMÁTICA

Em matemática, a distância entre resultados e metas é mais significativa. É considerado proficiente o aluno que, na Prova Brasil, atinge 300 pontos ou mais.

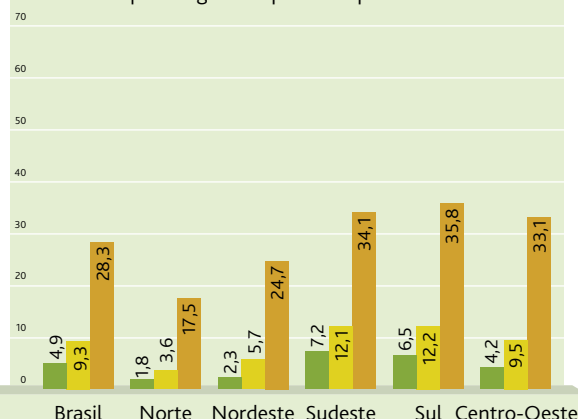


Brasil Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste



MATEMÁTICA

Os resultados mais baixos em matemática são verificados nessa etapa de ensino. Nenhuma das regiões alcançou a meta. Considera-se proficiente o aluno que atinge ou supera 350 pontos no Saeb.



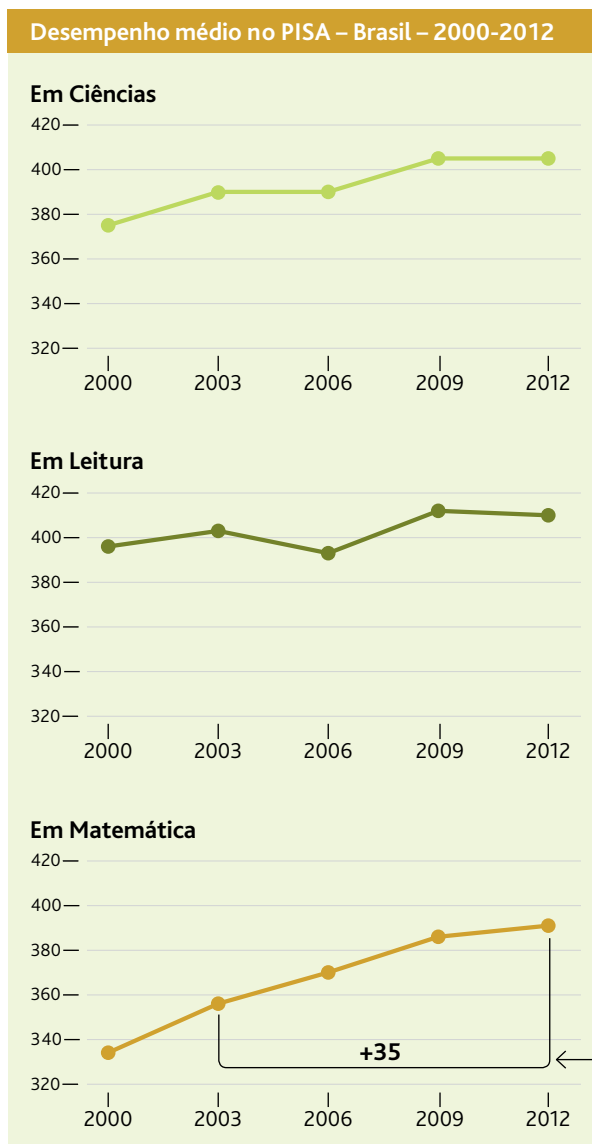
Brasil Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste



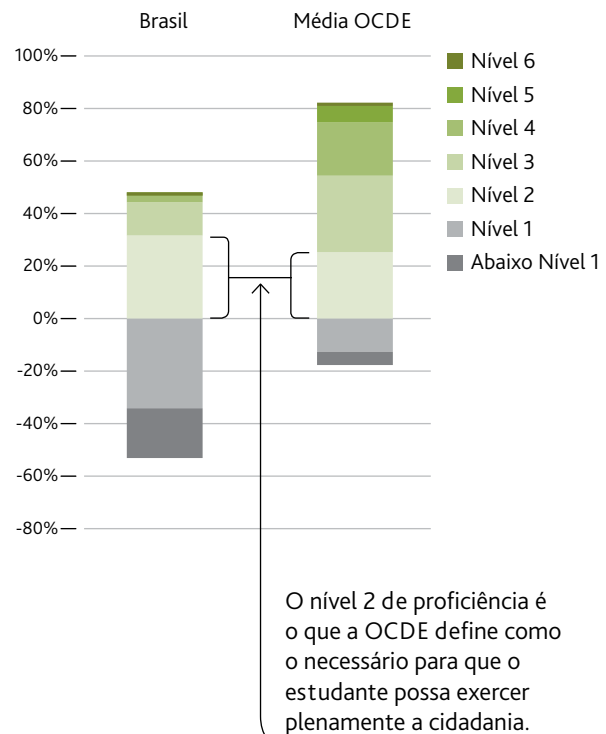
PISA - PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES

O Brasil participa desde a primeira edição, em 2000, do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês). De lá para cá, o desempenho dos estudantes brasileiros tem registrado uma melhora significativa, apesar de o País ainda ocupar as últimas colocações nos *rankings* do exame.

Promovido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Pisa é uma avaliação trienal aplicada a estudantes de 15 anos em cerca de 70 países. Cada edição tem foco em uma área. Em 2000 e em 2009, o Pisa mirou a proficiência em leitura. A matemática foi o tema central em 2003 e novamente em 2012. Em 2006, a prioridade foi ciências, e esse tema se repete em 2015.



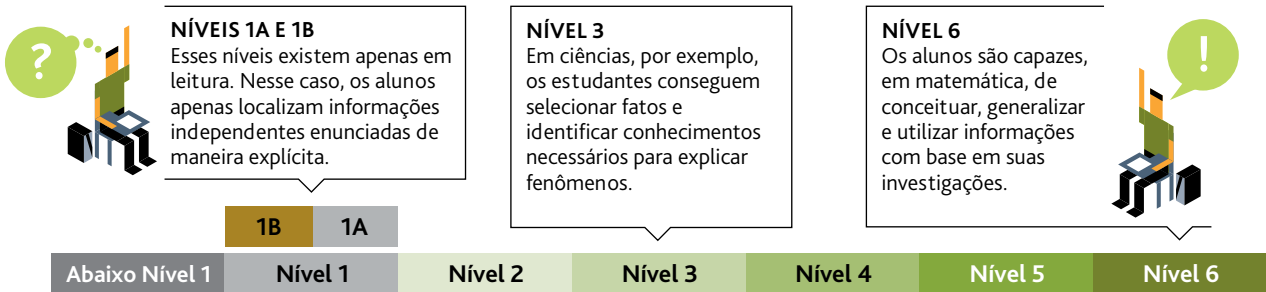
Distribuição dos estudantes por níveis de proficiência em ciências – Brasil e média dos países da OCDE – 2012



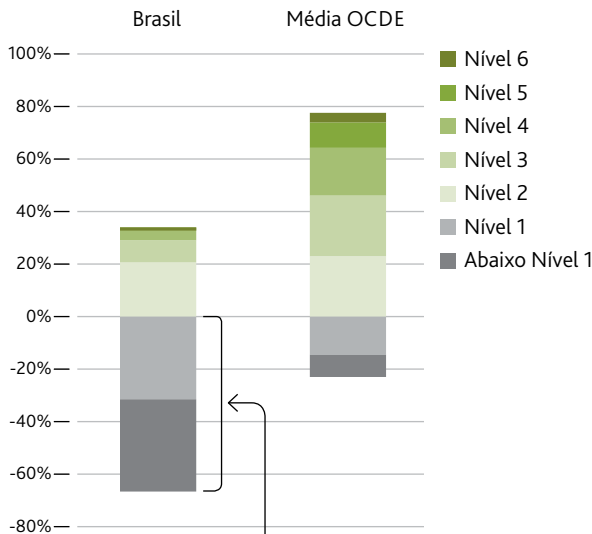
O Brasil avançou 35 pontos na avaliação de matemática entre as edições de 2003 e 2012 do Pisa.

Entenda a escala de proficiência

O Pisa resume o que os estudantes conseguem fazer em ciências, matemática e leitura

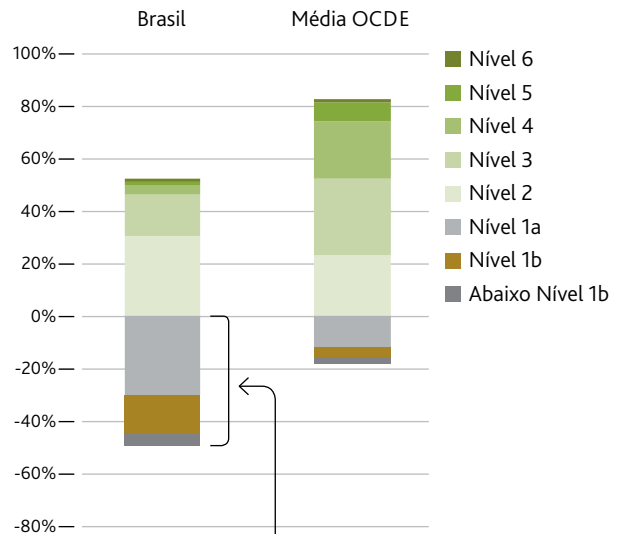


Distribuição dos estudantes por níveis de proficiência em matemática – Brasil e média dos países da OCDE – 2012



Ao todo, 67,1% dos alunos brasileiros estão abaixo da linha básica da proficiência em matemática, ou seja, abaixo do nível 1 ou no nível 1.

Distribuição dos estudantes por níveis de proficiência em leitura – Brasil e média dos países da OCDE – 2012



Em leitura, quase metade dos estudantes do País (49,2%) sabe apenas o básico, pois ainda não alcançou o nível 2 de proficiência.

MUNDO



Alguns países e regiões se destacam de forma recorrente no Pisa, em leitura, matemática e ciências. É o caso, por exemplo, da cidade chinesa de Xangai, da Coreia do Sul, da Finlândia, de Cingapura e do Canadá. Na América Latina, o Chile é o país mais bem colocado. A OCDE realiza estudos para buscar compreender quais fatores são comuns aos países cujos estudantes se saem bem no Pisa. A valorização dos professores, a redução das desigualdades e uma Pré-Escola de qualidade são aspectos que aparecem com frequência.

ESCOLARIDADE

META DO PNE

*Elevar a **escolaridade** média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).*

Entre 2012 e 2013, o avanço no tempo de escolaridade média da população brasileira registrou um ritmo um pouco mais lento do que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos, passando de 9,8 para 9,9 anos. Há, portanto, uma distância considerável em relação à meta estabelecida pelo PNE.

Quando se analisam os dados conforme as regiões, é possível perceber uma tendência de lenta redução da desigualdade. Pode-se notar, por exemplo, que o Norte avançou mais, enquanto a região Sudeste mostrou estagnação.

Ao mesmo tempo, o crescimento no período entre 2012 e 2013 também foi mais significativo na zona rural, embora ainda haja 2,3 anos a menos de escolaridade nesse segmento populacional, quando comparado à população urbana.

Por fim, a escolaridade média avançou principalmente entre os 25% mais pobres, passando de 7,9 para 8,1 anos, enquanto ficou estagnada em 12,2 anos na população que pertence ao último quartil de renda.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos

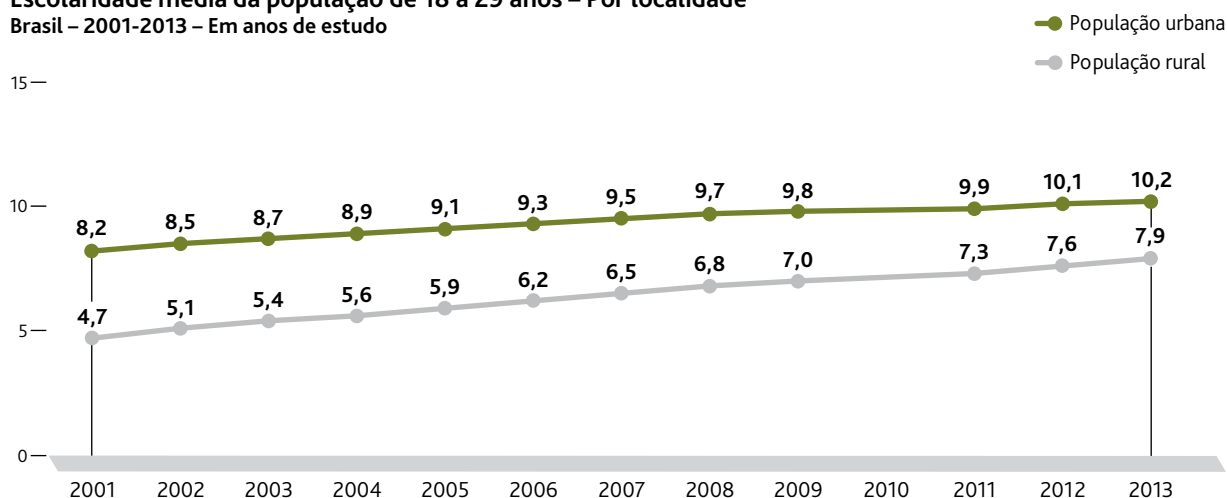
Brasil e regiões – 1995-2013 – Em anos de estudo

Região	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Brasil	6,6	6,8	6,9	7,1	7,3	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,9	9,0	9,2	9,4	9,6	9,8	9,9
Norte	6,6	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,7	7,9	7,4	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,7	8,9	9,2
Nordeste	5,1	5,3	5,4	5,6	5,8	6,2	6,5	6,8	7,0	7,2	7,5	7,8	8,1	8,3	8,6	8,9	9,0
Sudeste	7,4	7,6	7,6	7,9	8,1	8,5	8,8	9,1	9,3	9,5	9,7	9,8	10,0	10,1	10,2	10,4	10,4
Sul	7,2	7,3	7,4	7,7	8,0	8,4	8,6	8,9	9,2	9,4	9,6	9,6	9,9	10,0	10,1	10,2	10,3
Centro-Oeste	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,8	8,2	8,4	8,6	8,9	9,1	9,2	9,5	9,7	10,0	10,1	10,3

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: ④, ⑤ e ⑥.

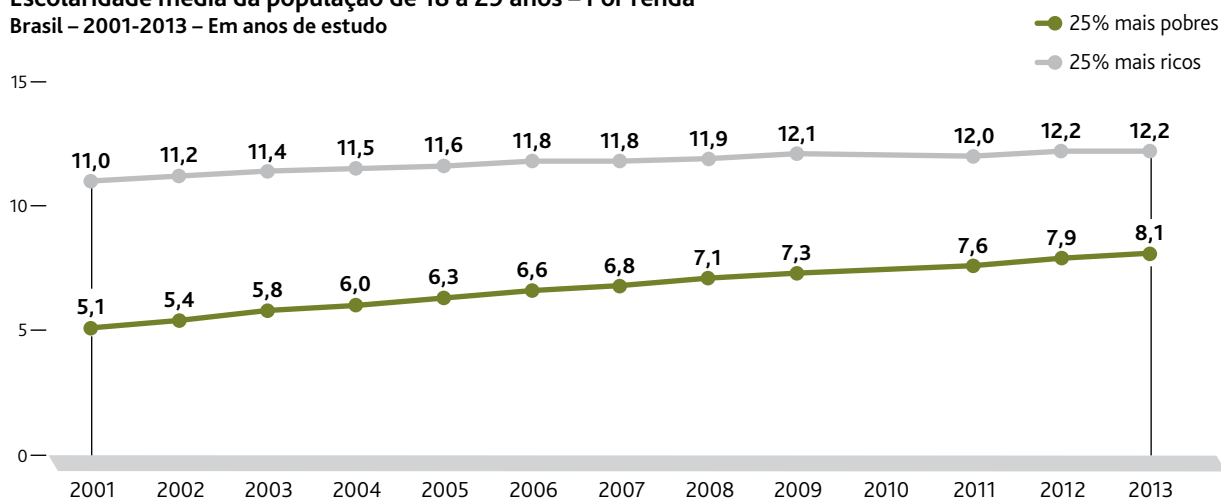
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Por localidade
 Brasil – 2001-2013 – Em anos de estudo



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Por renda
 Brasil – 2001-2013 – Em anos de estudo



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (8).

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Por raça/cor
 Brasil e regiões – 1995-2013 – Em anos de estudo

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Branços	7,5	7,7	7,8	8,1	8,3	8,7	8,9	9,2	9,3	9,5	9,8	9,9	10,1	10,3	10,4	10,6	10,7
Pardos	5,5	5,7	5,7	6,0	6,2	6,6	6,9	7,2	7,4	7,7	7,9	8,1	8,4	8,6	8,9	9,1	9,2
Pretos	5,4	5,6	5,8	6,1	6,2	6,6	7,2	7,5	7,7	8,0	8,2	8,3	8,7	8,8	8,8	9,0	9,2

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (7).

Os dados segmentados revelam desigualdades que persistem no cenário educacional do País

Rendimento médio do trabalho das pessoas de 18 a 29 anos ocupadas
 Por raça/cor – Brasil – 2001-2013

Ano	Renda média Total	Renda média Brancos	Renda média Pretos	Renda média Pardos
2001	R\$ 793,56	R\$ 979,25	R\$ 611,86	R\$ 572,32
2002	R\$ 765,62	R\$ 952,55	R\$ 621,73	R\$ 548,55
2003	R\$ 713,22	R\$ 885,26	R\$ 573,31	R\$ 519,94
2004	R\$ 712,90	R\$ 884,81	R\$ 587,31	R\$ 527,83
2005	R\$ 761,11	R\$ 933,35	R\$ 669,62	R\$ 575,45
2006	R\$ 810,64	R\$ 996,92	R\$ 683,05	R\$ 615,52
2007	R\$ 860,96	R\$ 1.053,90	R\$ 717,86	R\$ 665,71
2008	R\$ 901,81	R\$ 1.090,77	R\$ 824,20	R\$ 702,13
2009	R\$ 929,29	R\$ 1.117,21	R\$ 797,16	R\$ 739,83
2011	R\$ 1.025,84	R\$ 1.232,16	R\$ 872,52	R\$ 833,74
2012	R\$ 1.076,88	R\$ 1.292,36	R\$ 909,80	R\$ 885,58
2013	R\$ 1.102,34	R\$ 1.308,33	R\$ 996,82	R\$ 913,25

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (14).

A relação entre escolaridade e renda é reveladora do impacto da Educação na redução das desigualdades



Rendimento médio do trabalho das pessoas de 18 a 29 anos ocupadas
Por nível de instrução – Brasil – 2007-2013

Nível de instrução	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Sem instrução	R\$ 402,04	R\$ 448,32	R\$ 488,82	R\$ 606,63	R\$ 689,44	R\$ 806,09
Fundamental incompleto ou equivalente	R\$ 508,68	R\$ 528,84	R\$ 531,82	R\$ 613,43	R\$ 649,97	R\$ 662,41
Fundamental completo ou equivalente	R\$ 673,79	R\$ 691,24	R\$ 695,40	R\$ 785,06	R\$ 815,87	R\$ 862,46
Médio incompleto ou equivalente	R\$ 631,82	R\$ 666,47	R\$ 670,36	R\$ 748,27	R\$ 795,50	R\$ 816,51
Médio completo ou equivalente	R\$ 886,14	R\$ 901,06	R\$ 896,89	R\$ 982,88	R\$ 1.013,47	R\$ 1.036,53
Superior incompleto ou equivalente	R\$ 1.189,08	R\$ 1.228,28	R\$ 1.226,96	R\$ 1.256,47	R\$ 1.304,76	R\$ 1.275,89
Superior completo	R\$ 2.381,59	R\$ 2.416,44	R\$ 2.407,28	R\$ 2.453,12	R\$ 2.476,20	R\$ 2.458,63

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (14).

Taxa de atendimento por grupo de idade e por faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita*
Brasil – 2013 (Em %)

	4 e 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Total	84,9	98,4	81,5	28,0	10,6
Sem rendimento e menos de ¼ salário mínimo	79,2	97,5	78,2	22,6	6,4
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	81,2	97,9	78,9	21,2	5,5
Mais de ½ até 1 salário mínimo	85,9	98,6	81,3	23,3	8,1
1 salário mínimo ou mais	91,9	99,4	85,8	34,9	14,7

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (4).



CEU Jaraguá, em São Paulo (SP)

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 1995-2013
 Por unidades da federação e regiões metropolitanas – Em anos de estudo

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
BRASIL	6,6	6,8	6,9	7,1	7,3	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,9	9,0	9,2	9,4	9,6	9,8	9,9
Região Norte	6,6	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,7	7,9	7,4	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,7	8,9	9,2
Roraima	6,8	6,8	7,0	7,6	7,6	7,2	7,8	7,8	7,7	7,6	7,9	8,5	8,6	9,0	9,1	9,3	9,3
Acre	7,3	6,7	7,2	7,7	7,5	7,4	7,8	7,6	7,0	7,4	7,6	8,2	8,2	8,6	8,7	9,1	9,0
Amazonas	7,2	7,0	7,3	7,3	7,7	7,8	8,1	8,5	8,1	8,5	8,6	8,8	8,7	9,0	8,7	9,2	9,3
Roraima	6,9	7,1	8,3	7,9	8,0	7,5	8,2	8,6	8,3	8,5	8,9	9,2	9,6	9,8	10,2	10,4	10,0
Pará	6,4	6,7	6,7	6,7	7,0	7,0	7,4	7,5	6,8	7,1	7,4	7,6	7,9	8,1	8,2	8,5	8,8
Amapá	7,4	7,1	6,9	7,5	7,7	8,5	8,4	8,7	8,7	9,0	9,5	9,3	9,6	9,3	9,7	9,6	9,8
Tocantins	5,6	5,9	6,1	6,2	6,5	7,1	7,5	7,5	7,9	8,3	8,2	8,7	9,2	9,6	9,4	9,5	9,7
Região Nordeste	5,1	5,3	5,4	5,6	5,8	6,2	6,5	6,8	7,0	7,2	7,5	7,8	8,1	8,3	8,6	8,9	9,0
Maranhão	4,9	5,0	4,9	5,2	5,5	6,0	6,2	6,6	6,9	6,9	7,2	7,7	7,8	8,1	8,3	8,5	8,7
Piauí	5,1	4,9	5,0	5,1	4,9	5,7	5,9	6,2	6,6	6,7	7,2	7,3	7,5	8,1	8,5	8,6	8,9
Ceará	5,0	5,1	5,3	5,5	5,8	6,4	6,9	7,2	7,4	7,7	8,1	8,4	8,6	8,8	9,1	9,3	9,4
Rio Grande do Norte	5,7	6,1	6,2	6,1	6,5	6,6	6,9	7,0	7,2	7,6	7,9	8,0	8,3	8,3	9,0	9,2	9,4
Paraíba	5,1	5,5	5,3	5,8	6,1	5,7	5,9	6,5	6,4	6,9	7,1	7,3	7,8	8,0	8,5	8,9	9,1
Pernambuco	5,5	5,9	5,7	6,2	6,2	6,5	6,7	6,9	7,3	7,4	7,6	7,7	8,1	8,4	8,5	8,9	9,2
Alagoas	4,8	5,1	5,2	5,1	5,3	5,1	5,3	5,5	5,8	6,1	6,5	7,1	7,1	7,6	8,2	8,3	8,3
Sergipe	5,5	5,5	5,4	6,1	6,2	6,6	6,6	7,1	7,1	7,3	7,6	8,1	8,5	8,5	8,7	8,9	9,0
Bahia	5,0	5,2	5,3	5,5	5,7	6,2	6,6	6,9	7,0	7,4	7,7	7,9	8,2	8,3	8,6	8,9	8,9
Região Sudeste	7,4	7,6	7,6	7,9	8,1	8,5	8,8	9,1	9,3	9,5	9,7	9,8	10,0	10,1	10,2	10,4	10,4
Minas Gerais	6,4	6,6	6,5	6,9	7,1	7,8	8,0	8,3	8,5	8,8	9,0	9,1	9,3	9,6	9,6	9,9	10,0
Espírito Santo	6,7	6,9	6,7	6,9	7,5	7,6	8,2	8,4	8,7	8,9	9,1	9,2	9,2	9,6	9,7	10,0	9,9
Rio de Janeiro	7,8	7,9	7,9	8,1	8,3	8,4	8,8	9,1	9,2	9,4	9,6	9,7	9,9	10,0	10,0	10,1	10,2
São Paulo	7,8	8,0	8,1	8,4	8,6	9,0	9,2	9,5	9,7	9,9	10,1	10,2	10,4	10,5	10,6	10,7	10,7
Região Sul	7,2	7,3	7,4	7,7	8,0	8,4	8,6	8,9	9,2	9,4	9,6	9,6	9,9	10,0	10,1	10,2	10,3
Paraná	6,9	7,0	7,2	7,5	7,9	8,4	8,7	9,0	9,2	9,4	9,7	9,7	10,0	10,0	10,1	10,3	10,3
Santa Catarina	7,2	7,4	7,4	7,8	7,8	8,6	8,6	8,9	9,3	9,7	9,7	9,8	10,1	10,3	10,3	10,5	10,5
Rio Grande do Sul	7,3	7,5	7,6	7,9	8,1	8,2	8,6	8,9	9,1	9,1	9,4	9,5	9,7	9,7	9,8	10,0	10,1
Região Centro-Oeste	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,8	8,2	8,4	8,6	8,9	9,1	9,2	9,5	9,7	10,0	10,1	10,3
Mato Grosso do Sul	6,3	6,7	6,7	7,0	7,3	7,8	8,2	8,2	8,3	8,5	8,8	9,1	9,3	9,4	9,6	9,9	9,7
Mato Grosso	6,4	6,7	6,7	7,0	7,1	7,4	7,9	8,0	8,3	8,5	8,6	8,5	9,2	9,4	9,8	9,9	10,0
Goiás	6,4	6,5	6,7	7,0	7,2	7,5	7,8	8,2	8,3	8,7	9,1	9,2	9,4	9,5	9,8	10,0	10,3
Distrito Federal	8,1	8,1	8,2	8,4	8,4	8,7	9,2	9,4	9,6	10,0	10,1	10,3	10,4	10,6	10,7	11,0	11,1
Regiões Metropolitanas																	
Belém	7,8	8,0	8,2	8,1	8,3	8,2	8,4	8,4	8,6	8,8	9,0	9,3	9,4	9,4	9,7	9,9	10,0
Fortaleza	6,6	6,7	6,8	7,0	7,1	7,7	8,3	8,3	8,5	8,8	9,0	9,3	9,4	9,6	9,7	9,8	9,9
Recife	7,0	7,2	7,1	7,4	7,5	8,0	8,2	8,3	8,6	8,7	8,9	9,1	9,3	9,7	9,7	10,0	10,1
Salvador	7,2	7,4	7,6	7,7	7,8	8,2	8,5	8,6	8,9	9,0	9,4	9,4	9,7	9,6	9,8	10,0	10,0
Belo Horizonte	7,4	7,6	7,5	7,8	7,9	8,6	8,9	9,2	9,4	9,6	9,9	9,8	10,1	10,3	10,3	10,4	10,4
Rio de Janeiro	8,2	8,2	8,3	8,4	8,7	8,7	9,0	9,4	9,4	9,7	9,8	10,0	10,2	10,1	10,2	10,3	10,5
São Paulo	8,1	8,2	8,4	8,7	8,8	9,3	9,5	9,7	9,9	10,1	10,3	10,4	10,5	10,6	10,8	11,0	10,9
Curitiba	7,7	7,7	8,0	8,1	8,6	8,8	9,3	9,5	9,8	10,1	10,2	10,0	10,3	10,4	10,3	10,5	10,5
Porto Alegre	8,0	8,2	8,2	8,3	8,5	8,7	9,0	9,4	9,6	9,5	9,7	9,8	10,0	10,1	10,2	10,1	10,2

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 2001, 2006, 2011, 2012 e 2013
Por raça/cor – Em anos de estudo

Unidade da federação	Branços					Pretos					Pardos				
	2001	2006	2011	2012	2013	2001	2006	2011	2012	2013	2001	2006	2011	2012	2013
BRASIL	8,7	9,8	10,4	10,6	10,7	6,6	8,2	8,8	9,0	9,2	6,6	7,9	8,9	9,1	9,2
Região Norte	8,1	8,8	9,6	9,8	10,0	6,8	7,5	8,2	8,8	8,7	7,1	7,7	8,4	8,7	9,0
Rondônia	7,8	8,2	9,8	9,7	9,9	6,5	6,9	8,6	9,0	9,0	6,9	7,8	8,8	9,1	9,0
Acre	8,3	8,1	9,0	9,8	10,1	6,4	6,3	8,3	9,0	8,6	7,1	7,6	8,7	9,0	9,0
Amazonas	8,7	9,5	10,0	10,0	10,5	7,0	8,8	7,9	9,4	9,0	7,5	8,3	8,6	9,0	9,1
Roraima	8,8	9,8	10,7	11,3	10,9	6,0	8,1	9,7	10,1	9,6	7,3	8,7	10,2	10,3	10,1
Pará	7,8	8,4	9,1	9,5	9,5	7,0	7,4	7,6	8,5	8,3	6,8	7,2	8,0	8,2	8,7
Amapá	9,5	10,2	10,4	10,4	10,9	6,9	9,4	10,0	9,2	10,3	8,4	9,2	9,4	9,4	9,4
Tocantins	7,7	9,3	10,3	10,3	10,7	5,4	6,5	9,2	9,0	9,8	7,0	8,0	9,1	9,3	9,4
Região Nordeste	7,3	8,3	9,3	9,6	9,7	5,7	7,5	8,3	8,5	8,8	5,7	7,2	8,3	8,6	8,7
Maranhão	7,3	7,7	8,8	9,2	9,6	5,3	7,5	8,6	8,2	8,5	5,6	7,0	8,1	8,3	8,5
Piauí	7,0	8,6	9,3	9,0	9,6	5,6	7,4	8,2	8,9	8,7	5,2	6,7	8,2	8,4	8,6
Ceará	7,5	8,8	9,9	9,9	10,2	5,1	7,6	7,2	9,0	8,7	5,9	7,7	8,7	8,9	9,1
Rio Grande do Norte	7,5	8,6	9,8	9,7	10,0	5,5	7,5	7,5	8,2	8,8	6,0	7,5	8,6	8,8	9,0
Paraíba	7,1	7,9	9,3	9,5	9,7	4,5	5,4	6,5	8,2	8,5	5,0	6,6	8,3	8,6	8,7
Pernambuco	7,5	8,3	9,3	9,6	9,7	5,8	7,3	8,6	8,3	8,8	6,0	7,1	8,1	8,5	8,9
Alagoas	6,3	8,0	9,2	9,5	9,2	4,5	6,4	6,3	7,3	7,4	4,6	5,8	7,9	7,9	8,0
Sergipe	7,9	8,1	8,8	9,1	9,4	6,7	7,8	8,4	8,9	8,6	6,3	7,3	8,7	8,8	8,8
Bahia	7,2	8,4	9,1	9,7	9,7	6,0	7,8	8,6	8,7	9,0	5,9	7,4	8,4	8,7	8,6
Região Sudeste	9,2	10,3	10,8	11,0	11,0	7,1	8,7	9,3	9,4	9,4	7,5	8,8	9,5	9,7	9,7
Minas Gerais	8,5	9,8	10,3	10,7	10,7	6,5	8,2	9,0	9,1	9,3	7,1	8,4	9,1	9,3	9,6
Espírito Santo	8,4	10,0	10,4	10,8	10,9	5,9	8,0	9,3	8,9	8,7	7,2	8,5	9,1	9,6	9,4
Rio de Janeiro	9,2	10,2	10,7	11,0	11,1	6,9	8,6	8,9	9,1	9,2	7,6	9,0	9,4	9,6	9,7
São Paulo	9,5	10,5	11,0	11,1	11,1	7,9	9,3	9,8	9,8	9,8	7,8	9,2	10,0	9,9	9,9
Região Sul	8,6	9,9	10,4	10,6	10,6	6,9	8,3	8,9	9,0	9,3	6,9	8,1	9,0	9,0	9,1
Paraná	8,8	10,2	10,6	10,8	10,7	6,4	8,6	8,6	9,4	9,4	7,0	8,3	9,1	9,2	9,3
Santa Catarina	8,7	9,9	10,5	10,7	10,8	6,8	7,7	9,6	9,4	9,6	6,7	8,3	9,1	9,2	8,8
Rio Grande do Sul	8,4	9,7	10,1	10,3	10,3	7,1	8,4	8,8	8,8	9,2	6,6	7,8	8,6	8,5	8,9
Região Centro-Oeste	8,8	10,0	10,7	10,9	10,9	6,8	8,5	9,2	9,3	9,7	7,1	8,5	9,5	9,7	9,8
Mato Grosso do Sul	8,6	9,7	10,3	10,6	10,4	6,5	8,6	8,3	8,3	8,9	6,9	7,8	9,0	9,4	9,1
Mato Grosso	8,4	9,6	10,5	10,8	10,7	7,7	7,9	8,9	8,9	10,0	6,8	8,2	9,5	9,4	9,6
Goiás	8,5	9,8	10,6	10,8	10,9	6,2	8,3	9,4	9,2	9,4	6,9	8,5	9,3	9,5	9,9
Distrito Federal	9,8	10,9	11,5	11,7	11,7	7,1	9,5	10,4	10,3	10,6	8,0	9,5	10,1	10,5	10,7
Regiões Metropolitanas															
Belém	8,9	9,7	10,4	10,8	10,5	7,6	8,1	8,8	9,6	9,2	7,9	8,8	9,5	9,6	9,9
Fortaleza	8,5	9,9	10,5	10,2	10,6	6,0	8,5	9,2	9,4	9,3	7,1	8,6	9,2	9,5	9,7
Recife	9,0	9,8	10,5	10,8	10,8	7,4	8,2	9,1	9,3	9,4	7,4	8,5	9,4	9,6	9,9
Salvador	9,9	10,7	11,1	11,3	11,1	7,4	8,9	9,3	9,4	9,4	8,0	9,4	9,7	10,0	10,0
Belo Horizonte	9,3	10,7	11,1	11,3	11,2	7,4	8,9	9,3	9,7	9,7	8,0	9,3	9,9	10,0	9,9
Rio de Janeiro	9,5	10,5	11,0	11,2	11,3	7,2	8,7	9,0	9,2	9,4	7,8	9,2	9,6	9,8	10,0
São Paulo	9,8	10,8	11,3	11,4	11,5	7,9	9,4	10,1	10,3	10,0	8,2	9,4	10,1	10,3	10,0
Curitiba	9,1	10,6	10,7	11,0	10,8	8,1	8,8	9,0	10,1	9,8	7,2	9,0	9,3	9,2	9,3
Porto Alegre	9,0	10,1	10,4	10,4	10,4	7,7	8,7	9,1	9,1	9,4	6,4	8,3	9,0	8,9	8,9

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (7).

ALFABETIZAÇÃO – 15 ANOS OU MAIS

META DO PNE

*Elevar a taxa de **alfabetização** da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.*

A tabela e o gráfico abaixo retratam realidades que se complementam e que são igualmente contempladas pelo PNE. Enquanto a Pnad, do IBGE, mostra uma taxa de analfabetismo absoluto, autodeclarado, de 8,5%, o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), do Instituto Paulo Montenegro, registra um percentual bem mais elevado de analfabetos ou pessoas que têm nível “rudimentar” de alfabetismo.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Brasil e regiões – 2001-2013 (Em %)

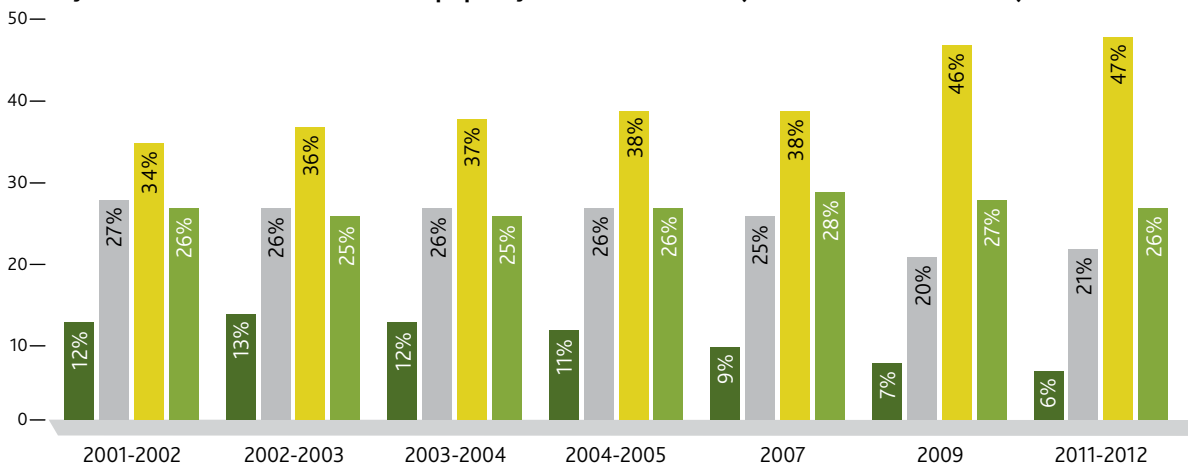
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Brasil	87,6	88,1	88,4	88,5	88,9	89,5	89,9	90,0	90,3	91,4	91,3	91,5
Norte	88,8	89,6	89,5	87,0	88,1	88,3	88,6	88,8	89,0	89,8	90,0	90,5
Nordeste	75,7	76,6	76,8	77,5	78,0	79,2	80,0	80,5	81,2	83,1	82,6	83,1
Sudeste	92,5	92,8	93,2	93,4	93,4	94,0	94,2	94,2	94,3	95,2	95,2	95,2
Sul	92,9	93,3	93,6	93,7	94,1	94,3	94,5	94,5	94,5	95,1	95,6	95,4
Centro-Oeste	89,8	90,4	90,5	90,8	91,1	91,7	92,0	91,8	92,0	93,7	93,3	93,5

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: ④, ⑤ e ⑥. Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

Saiba mais consultando o Glossário, na pág. 129.

Evolução do alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos (2001-2002 a 2011-2012)



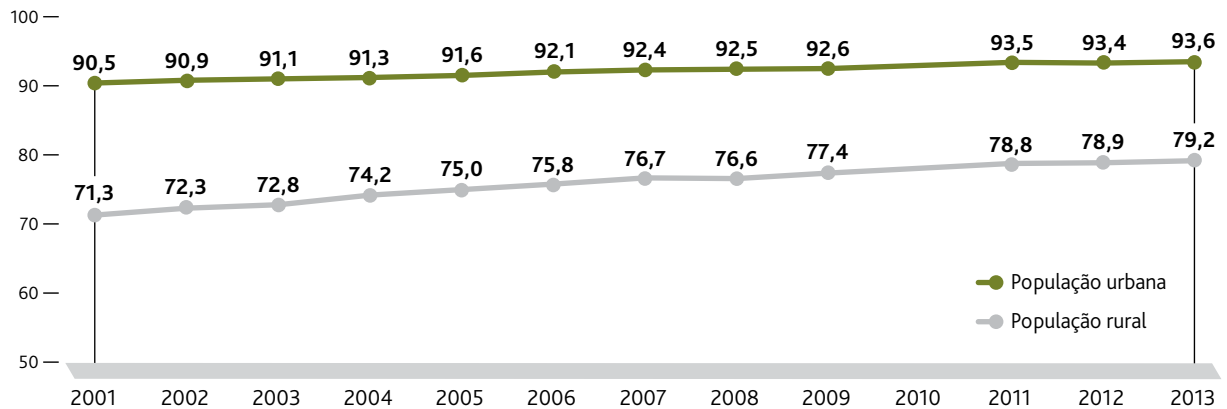
Fonte: Inaf Brasil 2001-2002 a 2011-2012.

Nota: Os resultados até 2005 são apresentados por meio de médias móveis de dois em dois anos de modo a possibilitar a comparabilidade com as edições realizadas nos anos seguintes.

NÍVEIS

■ Analfabeto ■ Rudimentar ■ Básico ■ Pleno

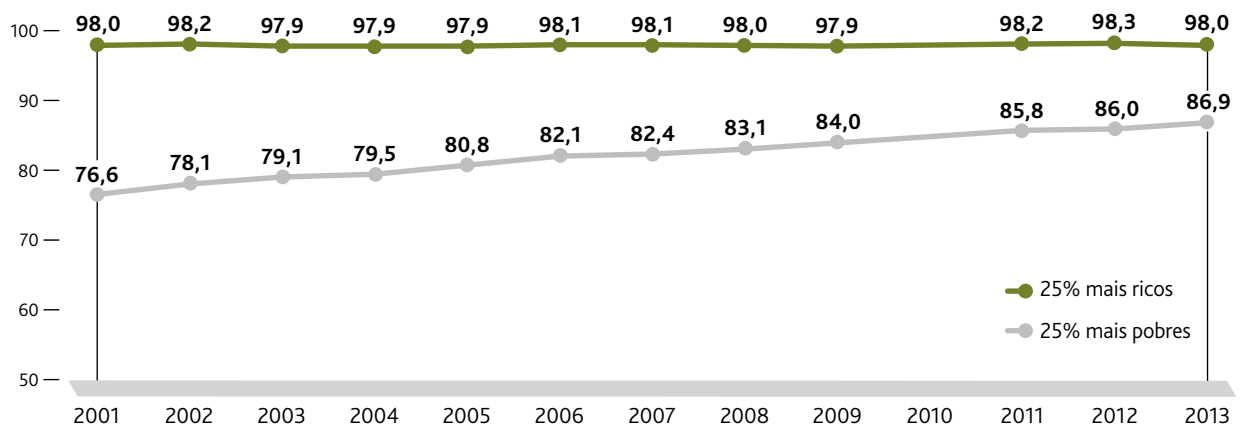
Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Urbana/Rural – 2001-2013 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6). Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Renda familiar per capita – 2001-2013 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (8). Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Por raça/cor – 2001-2013 (Em %)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Brancos	92,3	92,5	92,9	92,8	92,9	93,4	93,8	93,8	94,1	94,7	94,7	94,8
Pretos	81,3	83,3	83,1	83,4	85,3	85,8	85,5	86,6	86,7	87,1	88,1	87,9
Pardos	81,9	82,7	83,1	83,8	84,3	85,2	85,8	86,3	86,5	88,4	88,2	88,6

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (7). Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

A taxa de alfabetização da população 25% mais pobre tem evoluído em ritmo mais acelerado nos últimos anos

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade

Por unidades da federação e regiões metropolitanas – 2001-2013 (Em %)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
BRASIL	87,6	88,1	88,4	88,5	88,9	89,5	89,9	90,0	90,3	91,4	91,3	91,5
Região Norte	88,8	89,6	89,5	87,0	88,1	88,3	88,6	88,8	89,0	89,8	90,0	90,5
Rondônia	89,8	91,4	91,4	89,6	90,1	89,4	90,5	90,8	90,2	90,3	91,4	91,4
Acre	83,3	87,0	83,1	81,9	79,0	82,5	84,3	85,1	83,7	85,6	86,5	85,4
Amazonas	92,3	93,7	93,4	91,0	93,3	92,2	92,1	91,2	92,7	91,6	91,7	92,7
Roraima	88,5	87,9	90,3	89,3	87,5	91,2	89,0	90,3	92,3	90,4	92,6	90,2
Pará	88,8	89,3	89,4	85,4	86,6	86,7	87,3	87,5	87,2	89,4	89,5	89,9
Amapá	92,8	93,8	90,7	91,5	92,6	94,7	92,8	95,3	96,7	92,4	93,3	94,0
Tocantins	81,5	81,9	82,4	82,8	83,7	85,1	85,8	85,6	86,5	87,8	86,6	87,8
Região Nordeste	75,7	76,6	76,8	77,5	78,0	79,2	80,0	80,5	81,2	83,1	82,6	83,1
Maranhão	76,6	77,1	76,2	76,9	77,0	77,2	78,6	80,5	80,9	78,4	79,2	80,1
Piauí	70,6	70,4	71,6	72,7	72,6	73,8	76,6	75,7	76,6	80,7	81,2	80,3
Ceará	75,2	77,4	77,3	78,2	77,4	79,4	80,8	80,9	81,5	83,5	83,7	83,3
Rio Grande do Norte	75,8	77,3	76,6	77,7	78,5	78,2	80,4	80,0	81,9	84,2	84,0	82,8
Paraíba	72,8	72,9	74,8	74,7	74,8	77,3	76,5	76,5	78,4	82,8	81,4	81,8
Pernambuco	78,0	78,4	78,2	78,6	79,4	81,4	81,3	82,0	82,2	84,3	83,3	84,7
Alagoas	69,4	68,8	69,6	70,5	70,7	73,6	74,9	74,3	75,4	78,2	78,2	78,4
Sergipe	78,6	79,8	80,8	80,6	80,3	81,8	83,2	83,1	83,7	84,0	83,7	83,1
Bahia	77,2	78,3	78,7	79,6	81,2	81,4	81,5	82,5	83,1	85,6	84,1	85,1
Região Sudeste	92,5	92,8	93,2	93,4	93,4	94,0	94,2	94,2	94,3	95,2	95,2	95,2
Minas Gerais	88,3	88,9	88,9	90,1	89,9	90,9	91,1	91,3	91,4	92,1	92,6	92,4
Espírito Santo	88,5	89,3	89,7	90,5	91,3	90,5	91,5	91,2	91,5	93,6	93,3	93,4
Rio de Janeiro	94,4	94,8	95,3	95,1	95,1	95,7	95,6	95,6	96,0	96,3	96,2	96,3
São Paulo	94,0	94,1	94,6	94,5	94,6	95,0	95,4	95,3	95,3	96,3	96,2	96,3
Região Sul	92,9	93,3	93,6	93,7	94,1	94,3	94,5	94,5	94,5	95,1	95,6	95,4
Paraná	91,3	92,1	92,2	92,0	92,9	93,4	93,4	93,4	93,3	93,7	94,7	94,7
Santa Catarina	94,1	94,5	95,0	95,2	94,8	94,9	95,6	95,6	95,1	96,1	96,8	96,5
Rio Grande do Sul	93,8	93,7	94,2	94,5	94,8	94,8	95,0	95,0	95,4	95,7	95,7	95,6
Região Centro-Oeste	89,8	90,4	90,5	90,8	91,1	91,7	92,0	91,8	92,0	93,7	93,3	93,5
Mato Grosso do Sul	89,7	91,0	90,4	90,5	90,9	91,5	91,7	91,9	91,3	93,6	93,0	92,8
Mato Grosso	88,8	89,8	89,3	89,9	90,3	90,8	89,9	90,4	89,8	92,6	91,9	92,2
Goiás	88,3	88,7	89,1	89,3	89,8	90,4	91,2	90,7	91,4	92,8	92,7	92,9
Distrito Federal	94,5	94,3	95,5	95,8	95,3	96,2	96,3	96,0	96,6	96,9	96,5	96,8
Regiões Metropolitanas												
Belém	95,8	95,3	94,4	95,0	95,7	96,0	95,6	95,8	95,6	96,8	97,1	96,6
Fortaleza	87,5	88,6	88,0	88,4	88,0	88,8	90,2	89,8	90,4	90,8	90,8	91,3
Recife	89,0	89,5	88,6	89,3	90,4	91,4	91,3	91,1	91,8	92,2	91,9	91,1
Salvador	93,3	92,8	92,9	93,2	93,9	94,4	94,7	95,2	94,6	95,0	95,4	95,4
Belo Horizonte	94,3	94,2	94,1	94,4	94,7	95,0	95,3	95,6	95,3	95,9	96,3	96,0
Rio de Janeiro	95,1	95,8	96,4	95,8	96,1	96,6	96,3	96,4	96,8	97,1	96,8	96,8
São Paulo	94,8	95,1	95,4	95,6	95,4	96,2	96,2	96,3	95,8	97,0	97,0	96,9
Curitiba	95,6	95,7	96,4	95,8	96,2	96,6	96,3	97,0	96,6	95,9	97,0	97,1
Porto Alegre	95,8	95,7	96,3	96,4	96,5	96,5	96,5	96,3	97,0	97,0	97,3	97,4

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6). Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade – Por raça/cor – 2001, 2006, 2011, 2012 e 2013 (Em %)

	Brancos					Pretos					Pardos				
	2001	2006	2011	2012	2013	2001	2006	2011	2012	2013	2001	2006	2011	2012	2013
BRASIL	92,3	93,4	94,7	94,7	94,8	81,3	85,8	87,1	88,1	87,9	81,9	85,2	88,4	88,2	88,6
Região Norte	92,1	92,1	92,8	93,0	93,5	83,0	84,3	85,2	86,2	85,7	87,8	87,3	89,4	89,5	90,2
Rondônia	92,0	92,0	91,8	91,6	93,5	85,5	77,1	81,6	89,9	83,0	88,6	89,3	90,7	91,5	91,3
Acre	85,5	85,6	87,8	91,0	90,2	70,3	71,7	79,9	84,9	78,5	83,2	82,6	86,3	85,6	85,3
Amazonas	94,2	95,1	95,3	93,7	96,3	90,7	92,9	91,2	88,5	89,5	91,5	91,3	91,0	91,7	92,1
Roraima	92,6	93,8	93,2	94,7	93,2	73,2	89,6	81,1	90,0	85,1	88,5	90,5	91,9	92,1	90,6
Pará	92,6	91,2	92,6	93,3	92,8	87,6	86,1	84,9	84,9	85,8	87,4	85,3	88,9	88,9	89,8
Amapá	96,2	97,0	97,3	96,1	95,1	74,8	91,9	92,2	86,7	92,6	94,3	94,1	90,8	93,4	93,9
Tocantins	86,1	91,0	91,2	92,2	91,3	61,2	72,9	83,8	84,7	81,8	80,7	84,3	87,0	84,9	87,1
Região Nordeste	81,0	83,4	86,7	86,5	86,7	70,5	77,2	79,9	80,3	80,5	73,8	77,5	82,0	81,2	81,9
Maranhão	81,6	82,0	83,1	86,1	84,4	72,8	74,1	71,6	72,4	74,7	75,5	76,1	78,3	78,3	80,1
Piauí	77,5	82,5	85,8	83,8	85,2	60,8	67,8	79,7	81,9	80,8	68,8	71,4	78,9	80,2	78,4
Ceará	81,2	84,4	87,9	88,5	86,9	62,6	76,0	70,8	76,3	75,6	72,2	76,8	81,9	81,9	82,2
Rio Grande do Norte	82,0	82,7	87,7	87,5	87,7	71,6	73,5	80,2	79,2	80,3	71,9	75,7	81,7	81,4	79,7
Paraíba	79,6	82,9	86,6	87,4	86,4	55,5	62,1	70,9	74,2	75,2	70,1	74,7	82,3	78,7	79,9
Pernambuco	82,7	84,9	87,5	86,7	88,1	69,5	78,0	81,4	80,5	77,2	75,6	79,4	82,5	81,5	83,8
Alagoas	77,2	81,0	81,5	82,5	82,9	59,4	66,1	68,8	72,0	70,1	66,4	70,0	78,1	77,0	77,5
Sergipe	88,3	86,0	86,8	84,0	84,5	84,0	82,3	80,0	83,7	84,3	74,9	79,7	83,5	83,6	82,3
Bahia	79,9	82,3	87,5	86,1	87,6	73,1	80,6	85,4	83,9	84,9	77,0	81,3	84,9	83,4	84,2
Região Sudeste	94,6	95,6	96,7	96,5	96,6	86,2	90,7	92,4	92,7	92,8	89,1	91,8	93,4	93,8	93,6
Minas Gerais	91,8	93,7	94,7	94,8	94,9	79,9	87,4	88,4	90,4	90,3	85,2	88,6	90,2	91,0	90,5
Espírito Santo	92,2	94,2	95,3	94,8	95,8	78,7	81,9	90,4	88,9	92,9	86,4	88,6	92,7	92,9	91,6
Rio de Janeiro	96,0	97,0	97,4	97,2	97,3	89,1	92,3	94,2	93,7	94,2	93,0	94,9	95,6	95,9	95,7
São Paulo	95,1	95,7	97,2	97,0	97,0	88,7	92,7	94,0	93,8	93,5	91,1	93,4	94,7	94,8	95,3
Região Sul	94,2	95,4	96,1	96,5	96,4	87,2	89,8	90,8	92,7	92,1	85,4	89,4	91,3	92,4	92,2
Paraná	93,4	95,0	95,2	96,1	95,9	83,8	86,9	84,9	89,6	89,2	84,5	89,1	90,8	91,6	92,3
Santa Catarina	94,6	95,8	96,6	97,2	97,0	90,4	87,4	94,8	96,1	93,8	85,2	88,6	92,6	94,8	93,5
Rio Grande do Sul	94,6	95,5	96,5	96,4	96,5	88,2	92,1	93,4	93,5	93,3	87,4	90,5	91,5	92,8	91,4
Região Centro-Oeste	92,9	94,3	95,4	95,2	95,3	82,6	86,9	88,6	89,9	89,5	87,8	90,1	93,0	92,3	92,6
Mato Grosso do Sul	92,3	93,7	95,1	95,3	94,5	81,0	84,3	89,1	89,4	90,4	87,2	89,9	92,6	90,9	91,4
Mato Grosso	93,4	94,6	95,7	94,6	95,2	84,3	83,4	84,2	88,1	84,5	87,0	89,1	92,0	90,7	91,6
Goiás	91,6	93,1	94,2	94,6	94,4	75,9	85,5	88,8	89,6	89,7	86,3	88,5	92,3	91,7	92,2
Distrito Federal	96,4	97,4	98,2	97,2	97,9	91,0	94,9	94,5	92,9	94,9	93,1	95,4	96,1	96,5	96,1
Regiões Metropolitanas															
Belém	92,6	91,2	92,6	93,3	92,8	87,6	86,1	84,9	84,9	85,8	87,4	85,3	88,9	88,9	89,8
Fortaleza	81,2	84,4	87,9	88,5	86,9	62,6	76,0	70,8	76,3	75,6	72,2	76,8	81,9	81,9	82,2
Recife	82,7	84,9	87,5	86,7	88,1	69,5	78,0	81,4	80,5	77,2	75,6	79,4	82,5	81,5	83,8
Salvador	79,9	82,3	87,5	86,1	87,6	73,1	80,6	85,4	83,9	84,9	77,0	81,3	84,9	83,4	84,2
Belo Horizonte	91,8	93,7	94,7	94,8	94,9	79,9	87,4	88,4	90,4	90,3	85,2	88,6	90,2	91,0	90,5
Rio de Janeiro	96,0	97,0	97,4	97,2	97,3	89,1	92,3	94,2	93,7	94,2	93,0	94,9	95,6	95,9	95,7
São Paulo	95,1	95,7	97,2	97,0	97,0	88,7	92,7	94,0	93,8	93,5	91,1	93,4	94,7	94,8	95,3
Curitiba	93,4	95,0	95,2	96,1	95,9	83,8	86,9	84,9	89,6	89,2	84,5	89,1	90,8	91,6	92,3
Porto Alegre	94,6	95,5	96,5	96,4	96,5	88,2	92,1	93,4	93,5	93,3	87,4	90,5	91,5	92,8	91,4

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (7). Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

META DO PNE

*Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de **Educação de Jovens e Adultos** na forma integrada à Educação Profissional, nos ensinos Fundamental e Médio.*

Ao lado de outros grandes desafios educacionais brasileiros, a Educação de Jovens e Adultos integrada à formação profissional também pede um olhar ampliado, que vá além da oferta de vagas.

As estatísticas mostram que, mesmo após o estímulo criado pelo Fundeb, ao ampliar o financiamento dessa modalidade de ensino, as matrículas vêm caindo. Assim, o País segue na contramão da necessidade da população que busca qualificação profissional para encontrar lugar em um mercado competitivo, em busca de trabalhadores cada vez mais preparados e capazes de aprender continuamente.

A discussão precisa avançar na concepção de projetos pedagógicos capazes de atender à grande diversidade de públicos e interesses – e há boas experiências em curso que podem ser mais bem compreendidas e disseminadas.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Total de matrículas e matrículas na EJA integrada à Educação Profissional

Ensinos Fundamental e Médio – Brasil e regiões – 2013

	Total EJA	Nível Fundamental			Nível Médio		
		Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas quando integrado à Educação Profissional	Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas quando integrado à Educação Profissional
Brasil	3.772.670	2.447.792	20.194	0,82	1.324.878	41.269	3,11
Norte	499.605	357.374	2.270	0,64	142.231	4.107	2,89
Nordeste	1.514.727	1.143.437	16.617	1,45	371.290	25.979	7,00
Sudeste	1.149.289	608.140	549	0,09	541.149	6.379	1,18
Sul	356.609	200.791	443	0,22	155.818	3.037	1,95
Centro-Oeste	252.440	138.050	315	0,23	114.390	1.767	1,54

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação de Jovens e Adultos Matrículas por etapa de ensino – Brasil – 2007-2013

Ano	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por etapa de ensino								
	Total geral	Ensino Fundamental					Ensino Médio		
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Integrado à Educação Profissional	Projovem (Urbano)	Total	Médio	Integrado à Educação Profissional
2007	4.985.338	3.367.032	1.160.879	1.974.940	1.618.306	1.608.559	9.747
2008	4.945.424	3.295.240	1.127.077	2.164.187	3.976	...	1.650.184	1.635.245	14.939
2009	4.661.332	3.094.524	1.035.610	2.055.286	3.628	...	1.566.808	1.547.275	19.533
2010	4.287.234	2.860.230	923.197	1.922.907	14.126	...	1.427.004	1.388.852	38.152
2011	4.046.169	2.681.776	935.084	1.722.697	23.995	...	1.364.393	1.322.422	41.971
2012	3.906.877	2.561.013	870.181	1.618.587	18.622	53.623	1.345.864	1.309.871	35.993
2013	3.772.670	2.447.792	832.754	1.551.438	20.194	43.406	1.324.878	1.283.609	41.269
Δ % 2012/2013	-3,44	-4,42	-4,30	-4,15	8,44	-19,05	-1,56	-2,00	14,66

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (16).

Educação de Jovens e Adultos Matrículas no Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2013

	Total	Presencial	Semipresencial	Integrada presencial	Integrada semipresencial
Brasil	2.447.792	2.233.053	194.545	18.923	1.271
Norte	357.374	332.723	22.381	1.925	345
Nordeste	1.143.437	1.096.500	30.320	15.904	713
Sudeste	608.140	488.770	118.821	370	179
Sul	200.791	180.546	19.802	419	24
Centro-Oeste	138.050	134.514	3.221	305	10

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação de Jovens e Adultos Matrículas no Ensino Médio – Brasil e regiões – 2013

	Total	Presencial	Semipresencial	Integrada presencial	Integrada semipresencial
Brasil	1.324.878	1.021.457	262.152	40.117	1.152
Norte	142.231	115.201	22.923	4.107	-
Nordeste	371.290	296.067	49.244	25.427	552
Sudeste	541.149	388.125	146.645	5.948	431
Sul	155.818	112.517	40.264	2.920	117
Centro-Oeste	114.390	109.547	3.076	1.715	52

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação de Jovens e Adultos**Matrícula total na EJA e na EJA integrada à Educação Profissional – Brasil – 2013**

Por unidades da federação

2013							
	Total EJA	Nível Fundamental			Nível Médio		
		Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas quando integrado à Educação Profissional	Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas quando integrado à Educação Profissional
BRASIL	3.772.670	2.447.792	20.194	0,82	1.324.878	41.269	3,11
Norte	499.605	357.374	2.270	0,64	142.231	4.107	2,89
Rondônia	64.618	37.251	0	0,00	27.367	142	0,52
Acre	28.382	21.099	115	0,55	7.283	188	2,58
Amazonas	97.918	72.931	566	0,78	24.987	618	2,47
Roraima	9.797	4.242	0	0,00	5.555	338	6,08
Pará	254.051	194.878	1.440	0,74	59.173	2.124	3,59
Amapá	22.927	16.348	0	0,00	6.579	205	3,12
Tocantins	21.912	10.625	149	1,40	11.287	492	4,36
Nordeste	1.514.727	1.143.437	16.617	1,45	371.290	25.979	7,00
Maranhão	184.908	151.902	436	0,29	33.006	2.574	7,80
Piauí	98.298	70.169	905	1,29	28.129	4.343	15,44
Ceará	186.796	132.303	5.514	4,17	54.493	1.243	2,28
Rio Grande do Norte	90.531	72.529	2.484	3,42	18.002	1.190	6,61
Paraíba	152.299	118.357	351	0,30	33.942	1.369	4,03
Pernambuco	214.615	166.457	3.284	1,97	48.158	1.032	2,14
Alagoas	100.905	86.128	1.091	1,27	14.777	416	2,82
Sergipe	54.224	41.858	831	1,99	12.366	302	2,44
Bahia	432.151	303.734	1.721	0,57	128.417	13.510	10,52
Sudeste	1.149.289	608.140	549	0,09	541.149	6.379	1,18
Minas Gerais	336.458	174.705	214	0,12	161.753	1.398	0,86
Espírito Santo	73.172	42.532	18	0,04	30.640	851	2,78
Rio de Janeiro	276.921	165.302	317	0,19	111.619	3.943	3,53
São Paulo	462.738	225.601	0	0,00	237.137	187	0,08
Sul	356.609	200.791	443	0,22	155.818	3.037	1,95
Paraná	133.214	77.870	0	0,00	55.344	901	1,63
Santa Catarina	76.630	33.580	138	0,41	43.050	484	1,12
Rio Grande do Sul	146.765	89.341	305	0,34	57.424	1.652	2,88
Centro-Oeste	252.440	138.050	315	0,23	114.390	1.767	1,54
Mato Grosso do Sul	41.708	21.217	23	0,11	20.491	158	0,77
Mato Grosso	97.321	52.921	157	0,30	44.400	493	1,11
Goiás	63.923	37.307	84	0,23	26.616	1.116	4,19
Distrito Federal	49.488	26.605	51	0,19	22.883	0	0,00

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Os estados do Nordeste se destacam na oferta de EJA integrada à Educação Profissional



Alunos da EJA fazem trabalho em grupo em Diadema (SP)

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META DO PNE

Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de expansão no segmento público.

A proporção de matrículas do Ensino Profissional Técnico cresceu oito pontos percentuais em relação às matrículas do Ensino Médio regular desde 2007. Ainda que esses números sejam animadores, é preciso que o ritmo de crescimento seja maior para que a meta prevista no PNE seja alcançada.

As estratégias recomendadas pelo plano se concentram em grande parte na expansão da oferta dessa modalidade de ensino, democratizando o acesso por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Alguns resultados já são observados: entre 2011 e 2014, segundo dados oficiais, 8 milhões de matrículas foram realizadas.

A análise da distribuição regional das matrículas mostra que a região Sudeste concentra mais da metade dos jovens brasileiros que cursam a Educação Profissional. Chama a atenção, no entanto, o fato de o total de matrículas na região Nordeste, a segunda mais populosa do País, ser muito semelhante ao registrado na região Sul.

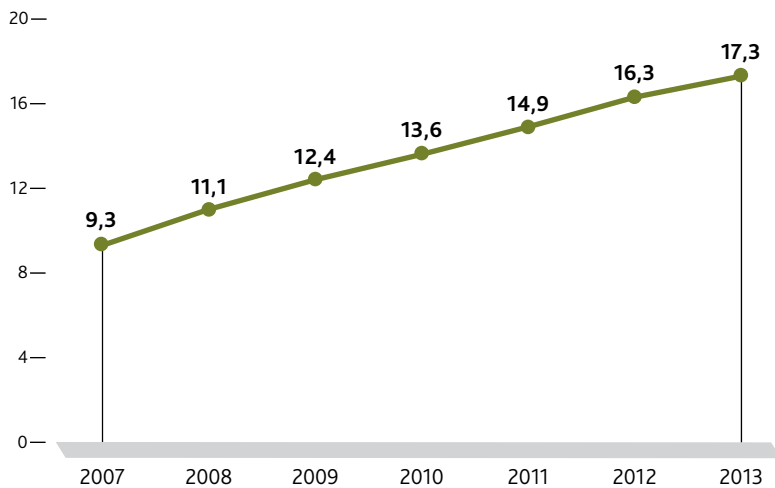
Educação Profissional

Matrículas nas redes pública e privada

Brasil e regiões – 2011-2013

	2011			2012			2013		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Brasil	1.250.900	669.761	581.139	1.362.200	729.750	632.450	1.441.051	749.675	691.376
Norte	64.893	44.161	20.732	77.786	51.382	26.404	84.348	49.163	35.185
Nordeste	232.496	172.802	59.694	271.660	196.719	74.941	290.144	208.864	81.280
Sudeste	664.570	281.232	383.338	708.120	300.081	408.039	745.192	309.840	435.352
Sul	228.397	138.124	90.273	233.081	143.691	89.390	239.570	140.472	99.098
Centro-Oeste	60.544	33.442	27.102	71.553	37.877	33.676	81.797	41.336	40.461

Matrículas da Educação Profissional em relação ao total de matrículas do Ensino Médio – 2007-2013 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED. *Sinopse Estatística da Educação Básica.*

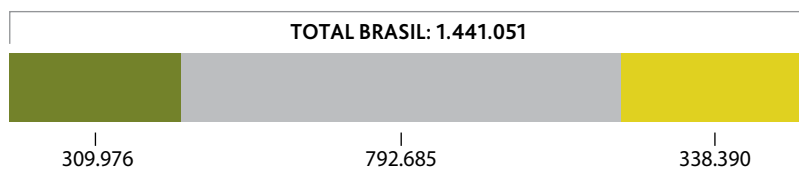
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

A região Sudeste é a única em que as matrículas de Educação Profissional nas escolas da rede privada de ensino superam as da rede pública

Educação Profissional

Matrículas por região e formas de articulação com o Ensino Médio – 2013

	Total Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Concomitante	309.976	14.825	28.918	195.306	45.250	25.677
Subsequente	792.685	47.550	116.028	459.055	133.991	36.061
Integrada	338.390	21.973	145.198	90.831	60.329	20.059
TOTAL	1.441.051					



FORMAS DE ARTICULAÇÃO

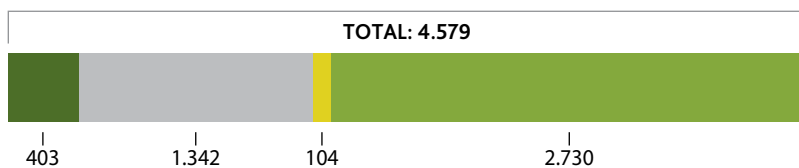
- Concomitante
- Subsequente
- Integrada

Para saber mais sobre essas três formas de articulação, veja o Glossário

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica.*

Educação Profissional

Estabelecimentos por dependência administrativa – 2013



DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

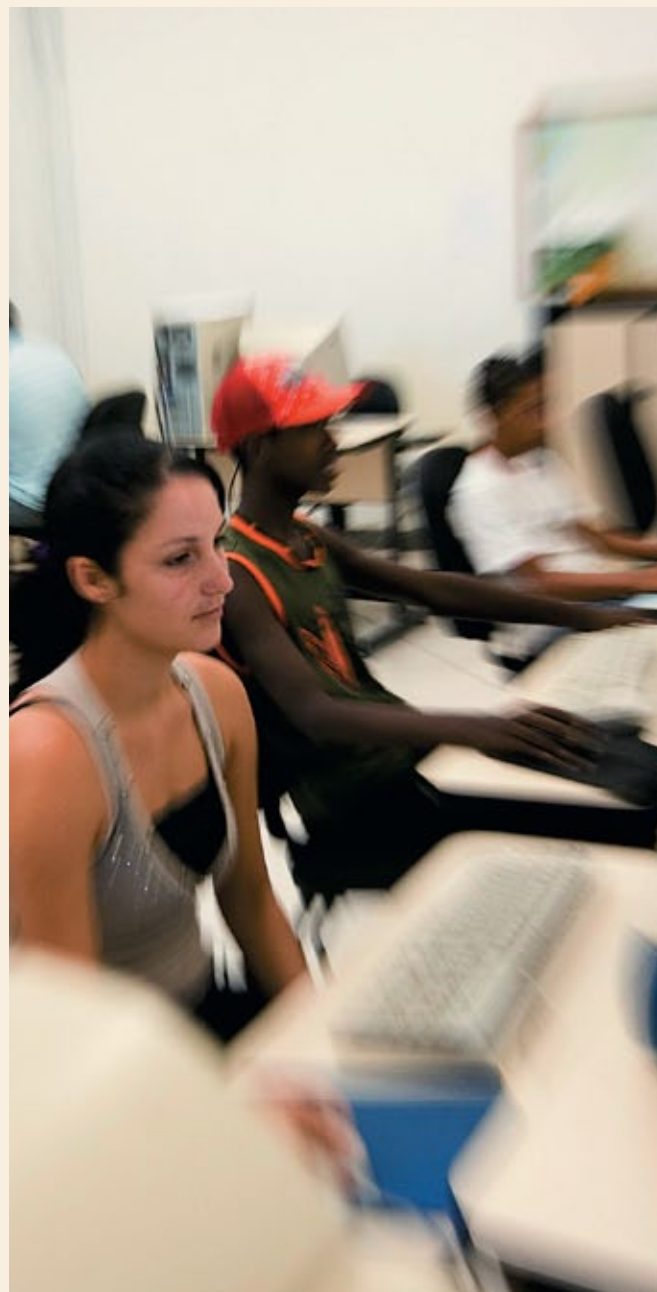
Fonte: MEC/Inep/DEED. *Sinopse Estatística da Educação Básica.*

Nota: (18).

Educação Profissional**Matrículas de Ensino Médio regular e da Educação Profissional**

Por regiões e unidades da federação – 2013

	Matrículas no Ensino Médio	Matrículas na Educação Profissional	(Em %)
BRASIL	8.312.815	1.441.051	17,3
Região Norte	778.489	84.348	10,8
Rondônia	64.982	8.906	13,7
Acre	41.693	3.004	7,2
Amazonas	185.228	24.344	13,1
Roraima	21.916	3.662	16,7
Pará	355.976	28.695	8,1
Amapá	37.536	5.240	14,0
Tocantins	71.158	10.497	14,8
Região Nordeste	2.311.260	290.144	12,6
Maranhão	308.802	17.833	5,8
Piauí	148.150	27.744	18,7
Ceará	399.850	60.571	15,1
Rio Grande do Norte	141.532	24.241	17,1
Paraíba	139.383	15.390	11,0
Pernambuco	386.628	54.040	14,0
Alagoas	129.996	10.612	8,2
Sergipe	81.541	6.177	7,6
Bahia	575.378	73.536	12,8
Região Sudeste	3.446.501	745.192	21,6
Minas Gerais	821.588	160.181	19,5
Espírito Santo	136.558	47.499	34,8
Rio de Janeiro	596.746	140.939	23,6
São Paulo	1.891.609	396.573	21,0
Região Sul	1.146.877	239.570	20,9
Paraná	479.414	85.933	17,9
Santa Catarina	271.429	60.862	22,4
Rio Grande do Sul	396.034	92.775	23,4
Região Centro-Oeste	629.688	81.797	13,0
Mato Grosso do Sul	99.411	20.159	20,3
Mato Grosso	160.544	20.445	12,7
Goiás	260.562	25.975	10,0
Distrito Federal	109.171	15.218	13,9

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Estudantes têm aula de informática no Centro Vocacional Tecnológico de Sabará (MG)

Educação Profissional**Matrículas nas modalidades integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio nas redes pública e privada**

Por regiões e unidades da federação – 2013

	Rede total			Rede pública			Rede privada		
	Integrada	Concomi- tante	Subse- quente	Integrada	Concomi- tante	Subse- quente	Integrada	Concomi- tante	Subse- quente
BRASIL	338.390	309.976	792.685	312.122	109.392	328.161	26.268	200.584	464.524
Região Norte	21.973	14.825	47.550	21.085	2.574	25.504	888	12.251	22.046
Rondônia	3.689	3.357	1.860	3.241	0	532	448	3.357	1.328
Acre	467	726	1.811	467	362	1.574	0	364	237
Amazonas	3.096	1.759	19.489	3.096	1.034	13.331	0	725	6.158
Roraima	2.049	459	1.154	2.049	41	809	0	418	345
Pará	6.374	6.653	15.668	5.934	989	5.294	440	5.664	10.374
Amapá	2.019	346	2.875	2.019	34	1.807	0	312	1.068
Tocantins	4.279	1.525	4.693	4.279	114	2.157	0	1.411	2.536
Região Nordeste	145.198	28.918	116.028	142.203	9.226	57.435	2.995	19.692	58.593
Maranhão	8.957	1.899	6.977	8.027	431	2.540	930	1.468	4.437
Piauí	16.291	4.001	7.452	15.960	3.365	4.705	331	636	2.747
Ceará	39.180	9.283	12.108	39.082	3.531	2.007	98	5.752	10.101
Rio Grande do Norte	8.216	2.835	13.190	8.216	295	5.693	0	2.540	7.497
Paraíba	7.748	1.296	6.346	7.748	499	3.405	0	797	2.941
Pernambuco	12.265	7.048	34.727	12.155	508	14.500	110	6.540	20.227
Alagoas	5.737	879	3.996	5.737	259	1.417	0	620	2.579
Sergipe	1.757	190	4.230	1.619	111	2.714	138	79	1.516
Bahia	45.047	1.487	27.002	43.659	227	20.454	1.388	1.260	6.548
Região Sudeste	90.831	195.306	459.055	71.079	83.825	154.936	19.752	111.481	304.119
Minas Gerais	16.451	47.593	96.137	14.537	11.044	14.644	1.914	36.549	81.493
Espírito Santo	15.878	8.546	23.075	14.050	2.882	9.951	1.828	5.664	13.124
Rio de Janeiro	21.356	52.766	66.817	15.787	17.923	15.175	5.569	34.843	51.642
São Paulo	37.146	86.401	273.026	26.705	51.976	115.166	10.441	34.425	157.860
Região Sul	60.329	45.250	133.991	59.080	8.403	72.989	1.249	36.847	61.002
Paraná	32.864	5.144	47.925	31.877	151	31.379	987	4.993	16.546
Santa Catarina	12.200	20.017	28.645	12.113	3.684	10.546	87	16.333	18.099
Rio Grande do Sul	15.265	20.089	57.421	15.090	4.568	31.064	175	15.521	26.357
Região Centro-Oeste	20.059	25.677	36.061	18.675	5.364	17.297	1.384	20.313	18.764
Mato Grosso do Sul	2.985	7.196	9.978	2.873	3.224	4.619	112	3.972	5.359
Mato Grosso	10.502	3.782	6.161	10.502	471	4.176	0	3.311	1.985
Goiás	5.916	8.835	11.224	4.644	817	2.714	1.272	8.018	8.510
Distrito Federal	656	5.864	8.698	656	852	5.788	0	5.012	2.910

Fonte: MEC/Inep/DEED – Síntese Estatística da Educação Básica.

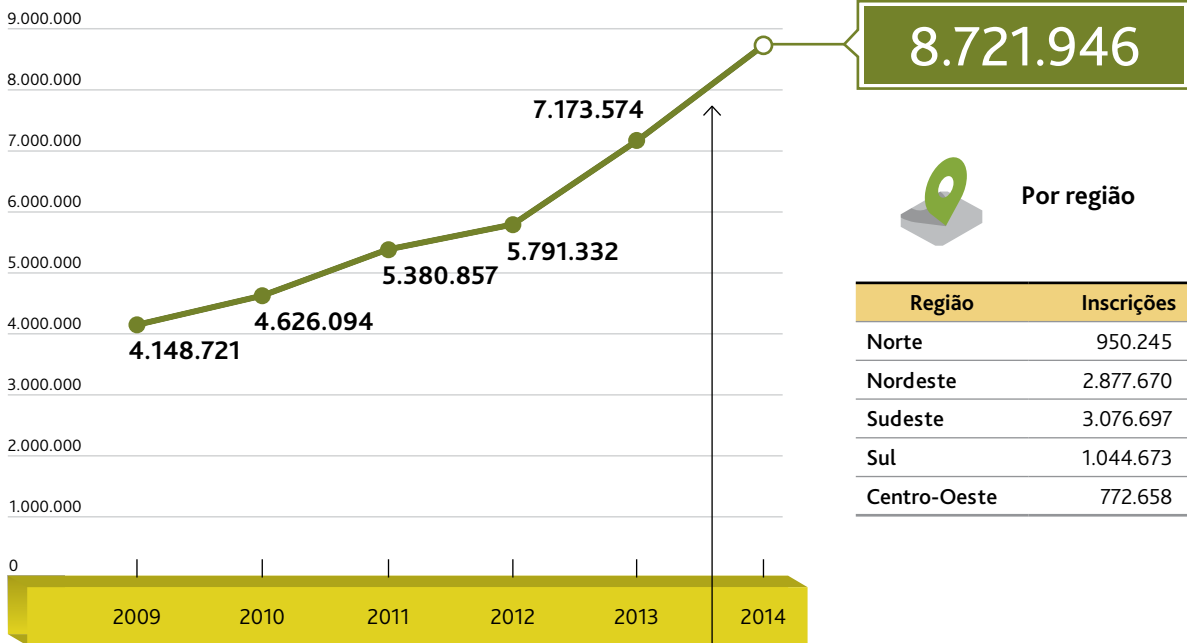
ENEM

Criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes ao fim da Educação Básica, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi assumindo novos papéis e hoje é um importante meio de acesso à Educação Superior.

Cerca de 8,7 milhões de pessoas se inscreveram para realizar o exame em 2014, e 85% dos inscritos estão na faixa etária dos 15 aos 29 anos.



Inscrições confirmadas – Brasil – 2014



Por região

Região	Inscrições
Norte	950.245
Nordeste	2.877.670
Sudeste	3.076.697
Sul	1.044.673
Centro-Oeste	772.658



Novo papel

Em 2009, as notas do Enem passaram a ser usadas para selecionar candidatos a vagas em universidades públicas.



Aumento significativo

O crescimento é de 21,6% em relação ao ano anterior. Em seis anos, o número de inscritos mais que dobrou.

Logística

ENEM 2014

A realização do exame mobiliza um grande número de pessoas e recursos.



18,3 milhões
Provas impressas.



Incluindo versões ampliadas, para leitores, e em braille, para quem tem diferentes graus de deficiência visual.



TOTAL DE INSCRITOS EM 2014

8.721.946

Os resultados do Enem por escola podem ser consultados por todos e estão disponíveis no site do Inep (www.inep.gov.br)

Do total de inscritos em 2014, 4.988.953 comprovaram carência e por isso não pagaram a taxa de R\$ 35,00; 1.421.677 são isentos porque estudam na rede pública e 2.311.316 são pagantes.

Nesta edição, 5.051.206 inscritos declararam-se negros (57,91% do total). Em 2013, o número foi de 4.006.415.

Entre os inscritos, a maioria, 5.067.451, são mulheres, e 3.654.495 são homens.

Entre os participantes, 4.990.025 já concluíram o Ensino Médio, enquanto 1.748.588 deveriam terminá-lo em 2014.



Taxa de Inscrição

57,2% Comprovaram carência

16,3% Isentos

26,5% Pagantes

Sexo

58,1% Mulheres

41,9% Homens

Cor/raça

57,9% Negros

37,7% Brancos

4,4% Outros

Conclusão do Ensino Médio

57,2% Já concluíram o Ensino Médio

20% Deveriam concluí-lo em 2014

22,8% Outros

IDOSOS

Em 2014, 15.500 idosos se inscreveram. No Enem número é 42% maior que o do ano passado, quando 10.900 pessoas na terceira idade se candidataram.



1.699
Municípios onde a prova foi aplicada.



16,6 mil
Locais de prova.



785 mil
trabalharam nos locais de prova.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

METAS DO PNE

*Elevar a taxa bruta de matrícula na **Educação Superior** para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, asseguradas a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.*

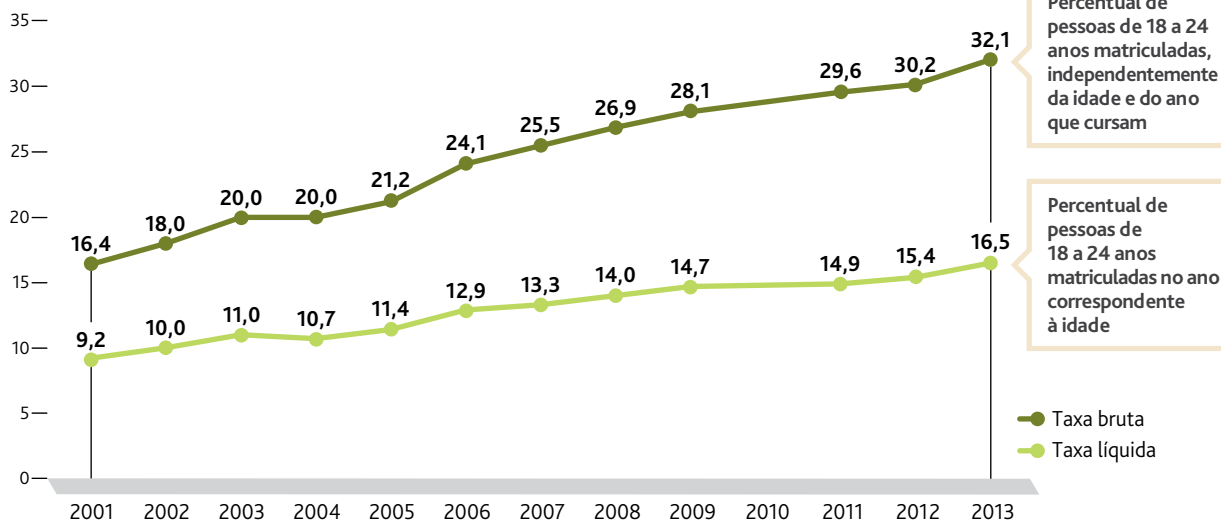
Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores.

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

A taxa de matrícula do Ensino Superior continua em expansão. A meta do PNE impõe, no entanto, o desafio de dobrar os índices atuais. As políticas públicas que dão suporte a esse esforço de ampliação da cobertura devem ser acompanhadas de um debate social amplo, pois da forma como estão desenhadas envolvem investimento elevado e concomitante na expansão de vagas públicas e no financiamento estudantil. O ano de 2014 foi marcado pelo debate dos limites dessa expansão e pela necessidade de que as metas de crescimento sejam acompanhadas por critérios de qualidade no atendimento.

Educação Superior

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos
Taxas bruta e líquida de matrícula – Brasil – 2001-2013



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Educação Superior

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos

Taxa líquida de matrículas por renda – Brasil – 2001-2013

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Total	9,2	10,0	11,0	10,7	11,4	12,9	13,3	14,0	14,7	14,9	15,4	16,5
25% mais pobres	0,7	0,7	0,9	0,8	1,3	1,5	2,0	2,5	2,7	3,9	4,1	5,1
25% a 50%	2,0	2,8	3,5	3,3	4,3	5,3	6,2	6,7	8,0	9,1	9,8	12,0
50% a 75%	7,5	8,6	10,4	11,3	12,7	14,4	15,4	16,0	18,0	17,4	18,8	20,0
25% mais ricos	32,5	34,5	37,2	36,7	37,4	41,4	39,1	39,6	40,6	37,1	38,4	39,3

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (8).

Taxa líquida de matrículas por raça/cor – Brasil – 2001-2013

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Branços	14,4	15,8	17,1	16,5	17,6	19,6	20,2	20,9	21,6	21,4	22,4	23,6
Pretos	2,2	3,2	4,3	4,7	6,2	6,6	6,4	7,3	7,2	7,8	8,0	10,2
Pardos	3,5	4,0	4,6	5,1	5,6	6,4	7,1	7,9	8,7	9,6	10,2	11,1

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (7).

Taxa líquida de matrículas por localidade – Brasil – 2001-2013

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Urbana	10,5	11,5	12,6	12,5	13,3	14,8	15,2	15,9	16,6	16,6	17,2	18,2
Rural	1,4	1,6	1,6	1,7	2,2	2,5	3,1	3,4	4,3	4,0	4,3	6,0

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Não se pode discutir as políticas de expansão da Educação Superior no Brasil sem levar em conta a diminuição da desigualdade que marca o sistema.

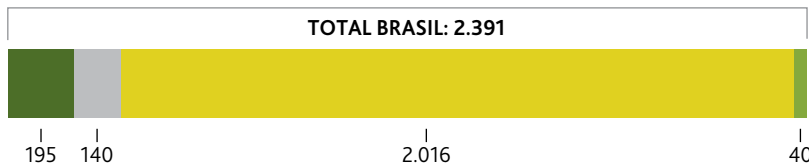
Embora as diferenças indiquem uma tendência lenta de queda, o grupo dos 25% mais ricos ainda apresenta uma taxa líquida de matrícula oito vezes maior do que a dos 25% mais pobres.

Do mesmo modo, há grande disparidade nos indicadores relativos às populações urbana e rural. Para cada três brasileiros das cidades no Ensino Superior, há um residente no campo. Por fim, a taxa de matrícula dos brancos chega a ser mais de duas vezes superior à de pretos e pardos.



Estudantes chegam a local de prova do Enem em São Paulo

Educação Superior
Número de instituições – Brasil – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Superior*.

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

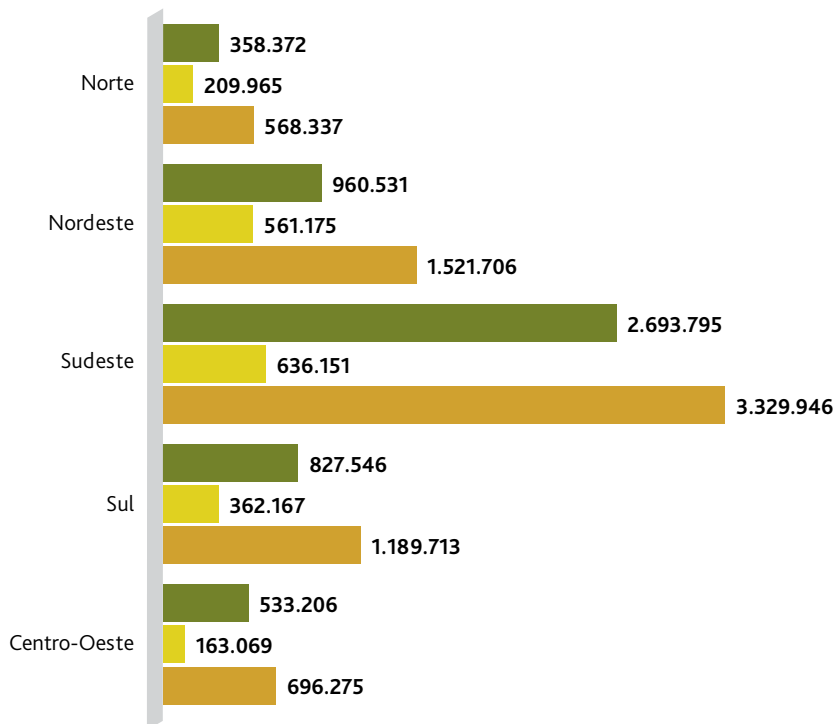
- Universidades
- Centros Universitários
- Faculdades
- Institutos Federais (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)

Educação Superior
Número de instituições por região – 2013

Grandes regiões	Total geral	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF e Cefet
Brasil	2.391	195	140	2.016	40
Norte	146	17	8	114	7
Nordeste	446	39	10	386	11
Sudeste	1.145	79	86	969	11
Sul	413	46	23	338	6
Centro-Oeste	241	14	13	209	5

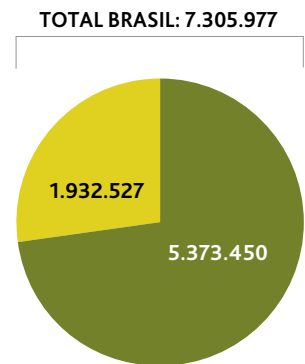
Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Superior*.

Educação Superior
Matrículas por dependência administrativa – Brasil e regiões – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Superior*.

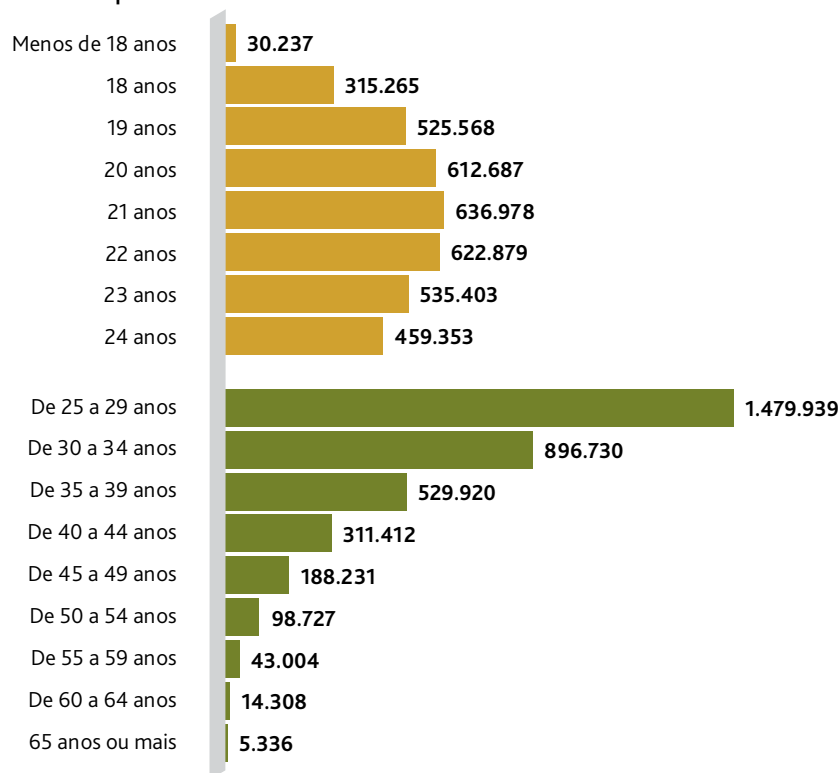
- Privada
- Pública
- Total



A rede privada de ensino responde por 73,5% das matrículas na Educação Superior brasileira

Educação Superior

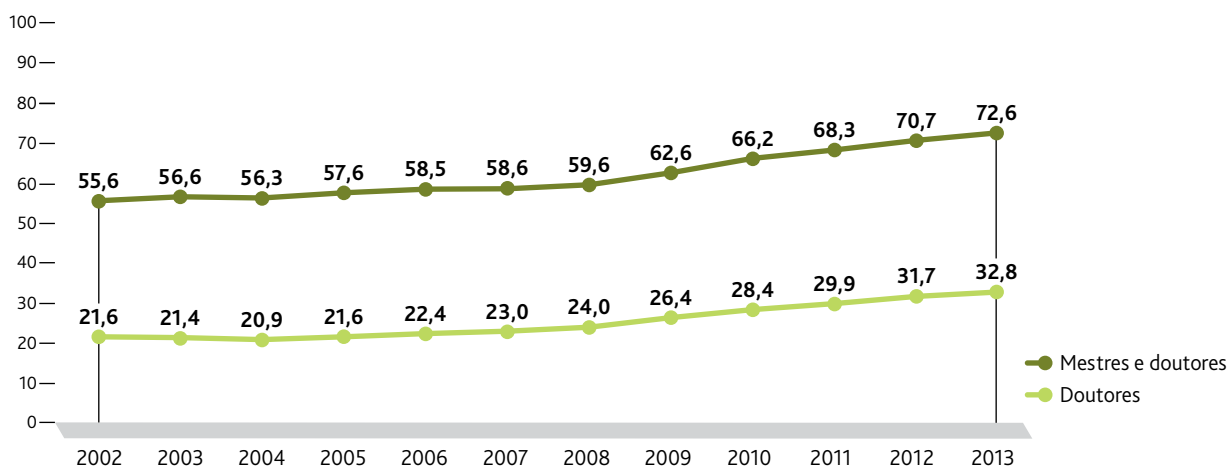
Matriculas por faixa etária – Brasil – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Educação Superior

Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da Educação Superior – Brasil – 2002-2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

A meta do PNE é chegar a 75% de mestres e 35% de doutores na Educação Superior. Nesse caso, os objetivos estão próximos de ser alcançados

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior
Taxa líquida de matrícula – 2001-2013 – Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Total	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
BRASIL	9,2	10,0	11,0	10,7	11,4	12,9	13,3	14,0	14,7	14,9	15,4	16,5
Região Norte	5,3	7,0	6,4	5,7	6,9	7,7	9,0	9,6	10,9	10,8	11,0	12,6
Rondônia	5,2	8,7	9,5	7,7	8,2	9,4	11,6	12,9	14,7	10,9	12,1	14,6
Acre	9,3	7,9	10,6	6,0	9,2	10,6	13,2	10,7	10,1	13,5	16,3	16,0
Amazonas	4,7	8,1	6,7	5,4	7,3	9,0	11,1	10,8	13,4	12,5	11,7	14,3
Roraima	4,9	3,1	7,9	5,2	6,5	9,5	13,8	10,7	20,9	26,8	22,1	19,5
Pará	5,0	6,0	4,9	4,3	5,6	5,4	6,1	7,1	7,1	7,8	8,5	8,9
Amapá	4,7	4,6	9,3	8,6	9,6	12,6	11,4	12,5	13,7	14,4	13,1	18,8
Tocantins	6,2	8,5	6,6	10,2	10,0	10,8	11,0	14,1	17,9	14,6	14,5	17,1
Região Nordeste	5,2	5,2	5,8	5,9	6,1	7,3	7,6	8,3	9,5	10,7	11,4	12,4
Maranhão	4,4	4,1	5,0	5,0	5,2	6,0	6,6	4,3	6,9	6,2	7,3	8,7
Piauí	7,0	5,3	6,7	6,8	7,9	8,5	6,4	9,6	13,7	12,9	13,3	14,5
Ceará	5,9	6,7	6,2	6,6	6,8	8,2	8,5	9,9	9,7	13,1	12,4	12,6
Rio Grande do Norte	6,1	6,4	5,9	5,5	6,6	8,6	10,1	9,9	10,1	11,7	15,1	15,1
Paraíba	5,0	6,5	7,1	6,1	6,3	8,1	7,9	8,6	11,0	15,7	13,0	17,7
Pernambuco	5,7	5,3	5,7	6,3	6,6	7,9	7,5	8,7	9,5	10,5	12,2	13,8
Alagoas	5,7	4,6	5,5	4,1	4,4	5,2	6,8	7,7	11,1	11,9	11,4	13,0
Sergipe	7,3	7,1	7,8	8,0	8,6	10,9	10,4	13,3	15,0	14,0	14,2	17,7
Bahia	4,1	4,2	5,4	5,6	5,5	6,1	6,8	7,5	7,8	8,7	9,9	9,7
Região Sudeste	11,2	12,3	13,3	13,4	14,1	16,1	16,8	17,0	17,3	16,5	16,9	17,6
Minas Gerais	7,0	9,4	10,2	10,9	11,1	13,4	13,6	14,2	15,0	15,5	16,3	17,3
Espírito Santo	9,2	14,6	11,5	12,6	12,3	13,2	16,0	12,7	12,3	15,8	15,0	18,3
Rio de Janeiro	12,6	14,1	15,8	14,8	16,1	19,4	17,4	18,0	18,5	16,4	15,7	17,5
São Paulo	12,8	12,9	14,0	14,2	15,0	16,5	18,1	18,3	18,3	17,1	17,8	17,8
Região Sul	12,8	13,9	16,4	15,7	16,5	17,4	17,0	19,1	19,2	18,9	20,1	21,2
Paraná	12,0	12,4	15,2	17,4	15,4	16,7	17,5	18,7	19,4	19,9	19,2	21,2
Santa Catarina	13,9	14,1	17,0	14,8	18,6	19,0	18,0	20,1	20,5	19,0	22,5	22,8
Rio Grande do Sul	13,0	15,4	17,3	14,6	16,4	17,2	15,8	18,8	18,3	17,7	19,5	20,1
Região Centro-Oeste	9,8	12,1	12,5	12,5	14,0	15,1	16,0	16,6	17,9	19,9	19,4	22,5
Mato Grosso do Sul	10,6	12,8	13,9	12,1	13,8	12,7	15,4	13,3	16,4	18,4	20,7	17,7
Mato Grosso	7,2	9,2	8,0	8,5	10,3	11,8	10,9	16,9	16,2	19,4	16,8	19,3
Goiás	8,9	11,0	12,0	12,2	13,2	14,8	15,2	13,4	16,4	18,2	17,3	22,0
Distrito Federal	14,0	16,9	17,3	18,2	20,2	21,8	24,0	26,3	24,1	25,8	25,7	31,7
Regiões Metropolitanas												
Belém	7,8	9,8	8,4	10,2	10,6	10,6	14,0	14,0	12,8	16,6	15,8	14,7
Fortaleza	10,0	11,1	10,6	11,7	11,6	11,9	12,8	14,5	13,2	16,0	15,5	16,8
Recife	9,8	9,2	9,7	10,8	12,3	13,9	12,5	12,8	14,5	15,0	14,7	17,1
Salvador	9,7	10,3	10,8	12,6	10,3	12,7	14,7	13,9	13,1	16,1	15,8	16,1
Belo Horizonte	8,8	12,0	13,9	13,8	14,0	17,0	16,2	18,5	18,6	17,9	21,0	18,8
Rio de Janeiro	13,2	14,6	17,7	15,7	17,7	21,1	18,8	19,3	20,1	17,5	17,8	19,4
São Paulo	13,8	14,1	14,4	14,6	15,9	17,3	18,9	19,4	19,2	17,4	18,5	18,6
Curitiba	15,5	16,4	18,2	18,2	17,5	19,9	20,8	20,2	21,4	19,8	21,4	21,1
Porto Alegre	15,4	18,7	19,6	17,0	17,4	18,0	18,1	20,8	19,5	20,0	21,3	20,4

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da Educação Superior – 2013
Por unidades da federação

Total	Mestres e doutores	Doutores
BRASIL	72,6	32,8
Região Norte	62,5	21,8
Rondônia	52,3	14,8
Acre	58,4	20,5
Amazonas	65,1	21,2
Roraima	62,1	18,8
Pará	71,1	27,9
Amapá	48,8	12,6
Tocantins	52,3	18,8
Região Nordeste	69,7	28,9
Maranhão	60,9	21,4
Piauí	56,7	17,8
Ceará	75,4	28,8
Rio Grande do Norte	72,8	35,0
Paraíba	79,3	38,5
Pernambuco	70,4	29,9
Alagoas	64,4	25,2
Sergipe	74,5	34,1
Bahia	67,7	27,4
Região Sudeste	75,0	36,9
Minas Gerais	73,1	32,2
Espírito Santo	75,2	29,7
Rio de Janeiro	80,4	43,3
São Paulo	73,9	37,4
Região Sul	76,2	33,3
Paraná	73,8	31,5
Santa Catarina	69,4	26,4
Rio Grande do Sul	84,1	40,5
Região Centro-Oeste	67,2	28,8
Mato Grosso do Sul	72,3	32,1
Mato Grosso	65,7	26,7
Goiás	61,8	23,2
Distrito Federal	73,0	36,3

Fonte: MEC/Inep/DEED – Síntese Estatística da Educação Superior.

Número de mestres e doutores titulados – 2013
Por unidades da federação

Total	Mestres titulados	Doutores titulados
BRASIL	45.067	15.287
Região Norte	1.921	257
Rondônia	110	9
Acre	53	0
Amazonas	585	83
Roraima	48	0
Pará	974	155
Amapá	51	5
Tocantins	100	5
Região Nordeste	8.314	2.026
Maranhão	302	19
Piauí	339	8
Ceará	1.340	272
Rio Grande do Norte	1.001	270
Paraíba	1.131	355
Pernambuco	1.755	555
Alagoas	243	24
Sergipe	525	56
Bahia	1.678	467
Região Sudeste	21.608	9.508
Minas Gerais	4.700	1.569
Espírito Santo	740	86
Rio de Janeiro	5.158	2.099
São Paulo	11.010	5.754
Região Sul	9.647	2.665
Paraná	3.167	720
Santa Catarina	1.947	495
Rio Grande do Sul	4.533	1.450
Região Centro-Oeste	3.577	831
Mato Grosso do Sul	702	65
Mato Grosso	516	33
Goiás	942	229
Distrito Federal	1.417	504

Fonte: GeoCapes.

A meta do PNE é elevar o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação de pelo menos 60 mil mestres e 25 mil doutores por ano

PROFESSORES – FORMAÇÃO

METAS DO PNE

*Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência do PNE, uma política nacional de **formação e valorização** dos profissionais da Educação, assegurando que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.*

*Formar em nível de **pós-graduação** 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.*

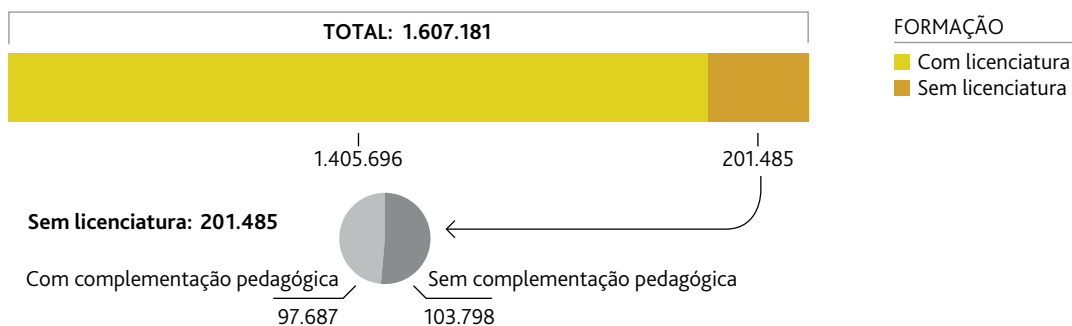
O aprimoramento da formação do professor é essencial para a melhoria da qualidade da Educação, tanto no que se refere à formação inicial como à formação continuada. Dos 2,1 milhões de docentes da Educação Básica, quase um quarto não possui curso superior. Entre os formados, apenas 32,8% atuam na área em que têm licenciatura, no Ensino Fundamental, e apenas 48,3%, no Ensino Médio.

Mas os desafios são ainda maiores do que elevar a formação. Há grandes disparidades regionais e, especialmente, um distanciamento entre as universidades e a Educação Básica, que se traduz em um currículo de Pedagogia pouco aderente à realidade que o professor encontrará na escola.

Total de professores na Educação Básica em 2013:
2.148.023

Professores com formação superior

Professores da Educação Básica com licenciatura, sem licenciatura e com complementação pedagógica – 2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Nota: (19).

Professores na Educação Básica Por etapa e sexo – 2008-2013

2008	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	1.988.161	366.843	1.621.318
Educação Infantil	353.193	342.577	10.616
EF – Anos Iniciais	717.332	64.415	652.917
EF – Anos Finais	785.912	207.384	578.528
Ensino Médio	458.910	165.542	293.368

2010	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.005.734	380.314	1.625.420
Educação Infantil	381.471	10.909	370.562
EF – Anos Iniciais	717.295	66.907	650.388
EF – Anos Finais	795.155	216.703	578.452
Ensino Médio	477.273	176.237	301.036

2012	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.101.408	411.546	1.689.862
Educação Infantil	443.405	13.516	429.889
EF – Anos Iniciais	734.043	72.788	661.255
EF – Anos Finais	801.763	229.694	572.069
Ensino Médio	497.797	190.080	307.717

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

2009	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	1.977.978	365.395	1.612.583
Educação Infantil	369.698	11.284	358.414
EF – Anos Iniciais	721.513	66.416	655.097
EF – Anos Finais	783.194	207.942	575.252
Ensino Médio	461.542	165.784	295.758

2011	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.045.351	395.228	1.650.123
Educação Infantil	408.739	11.897	396.842
EF – Anos Iniciais	724.542	69.606	654.936
EF – Anos Finais	793.891	222.421	571.470
Ensino Médio	488.528	183.973	304.555

2013	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.148.023	423.370	1.724.653
Educação Infantil	474.591	14.596	459.995
EF – Anos Iniciais	736.895	73.573	663.322
EF – Anos Finais	799.873	232.583	567.290
Ensino Médio	509.403	196.177	313.226

Professores na Educação Básica Por nível de escolaridade – 2008-2013

2008	%	Total absoluto
Superior	67,1	1.333.662
Ensino Médio	6,5	129.636
Ensino Médio normal/magistério	25,7	510.824
Ensino Fundamental	0,7	14.039

2010	%	Total absoluto
Superior	68,9	1.381.909
Ensino Médio	8,0	160.553
Ensino Médio normal/magistério	22,5	450.707
Ensino Fundamental	0,6	12.565

2012	%	Total absoluto
Superior	78,1	1.642.195
Ensino Médio	5,5	115.456
Ensino Médio normal/magistério	16,0	335.418
Ensino Fundamental	0,4	8.339

2009	%	Total absoluto
Superior	67,8	1.341.178
Ensino Médio	7,1	139.974
Ensino Médio normal/magistério	24,5	484.346
Ensino Fundamental	0,6	12.480

2011	%	Total absoluto
Superior	74,1	1.515.322
Ensino Médio	6,4	131.082
Ensino Médio normal/magistério	18,9	387.584
Ensino Fundamental	0,6	11.363

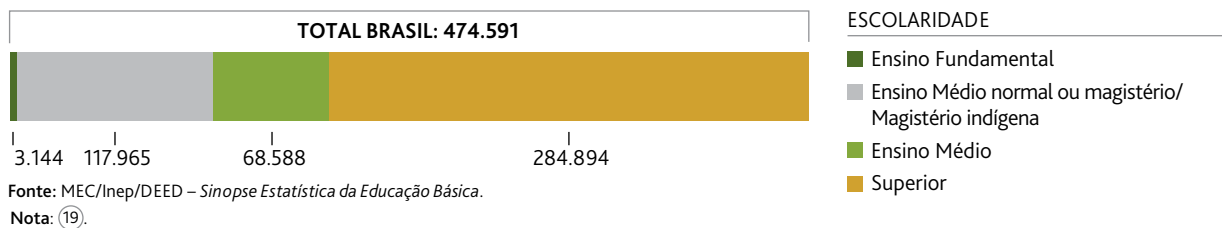
2013	%	Total absoluto
Superior	74,8	1.607.181
Ensino Médio	11,0	236.524
Ensino Médio normal/magistério	13,9	297.880
Ensino Fundamental	0,3	6.438

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

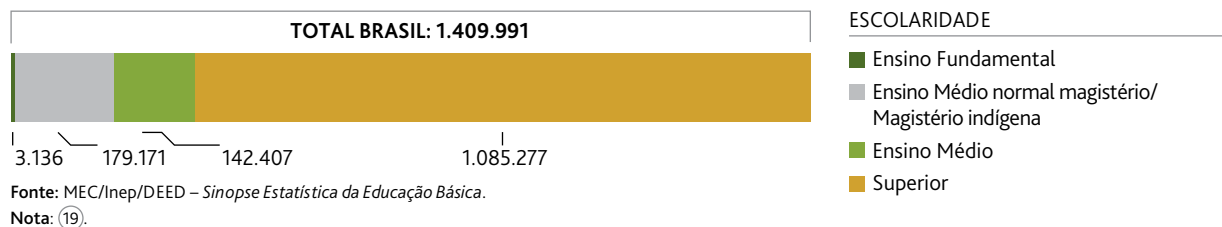
Nota: 19.

Professores

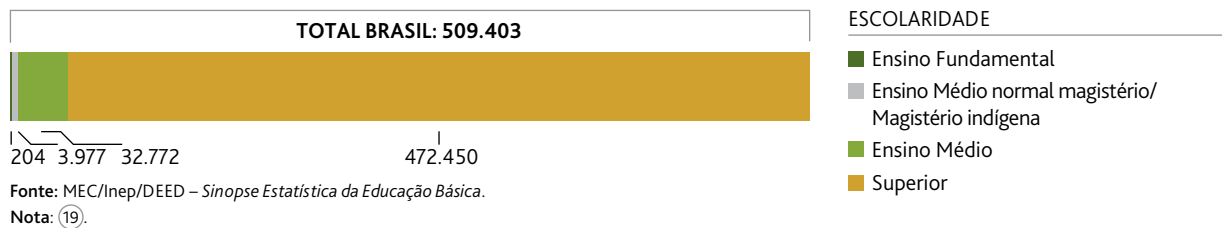
Número de professores da Educação Infantil por escolaridade – 2013

**Professores**

Número de professores do Ensino Fundamental por escolaridade – 2013

**Professores**

Número de professores do Ensino Médio por escolaridade – 2013

**Professores**

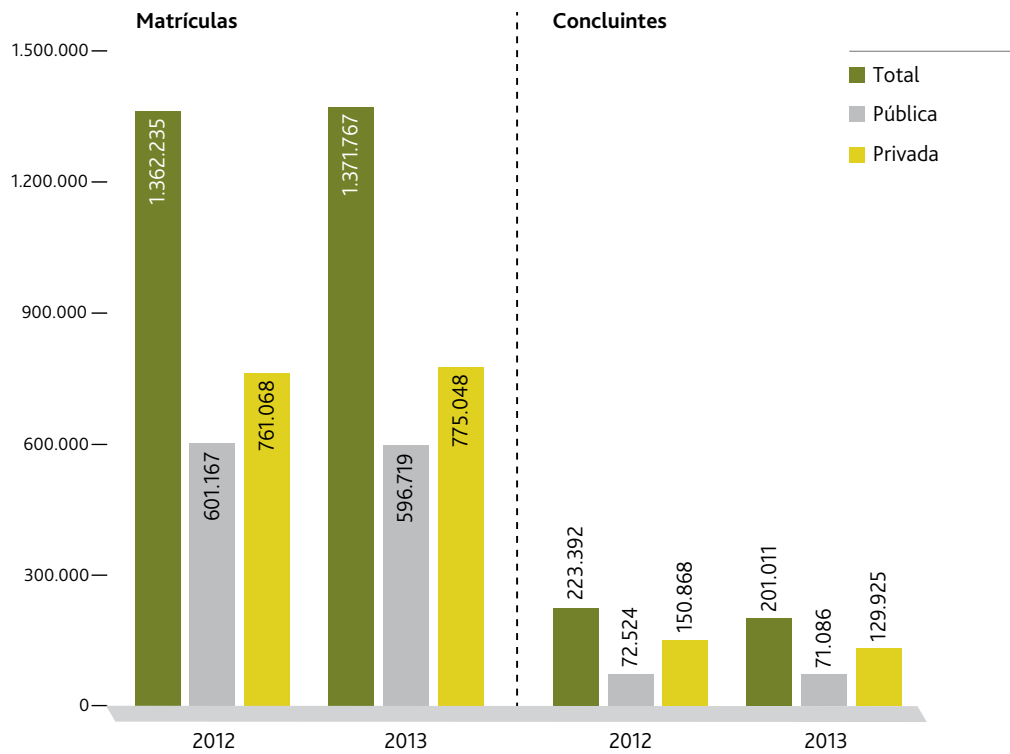
Porcentagem de professores da Educação Básica com pós-graduação Brasil – 2008-2013

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Todas as redes	25,2	24,8	24,9	27,2	29,0	30,0
Federal	80,3	76,0	76,8	78,0	79,2	69,7
Estadual	33,5	32,9	32,0	34,8	35,9	37,1
Municipal	21,2	21,2	21,9	24,8	27,6	29,6
Privada	24,2	23,0	22,1	22,7	23,5	23,0

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

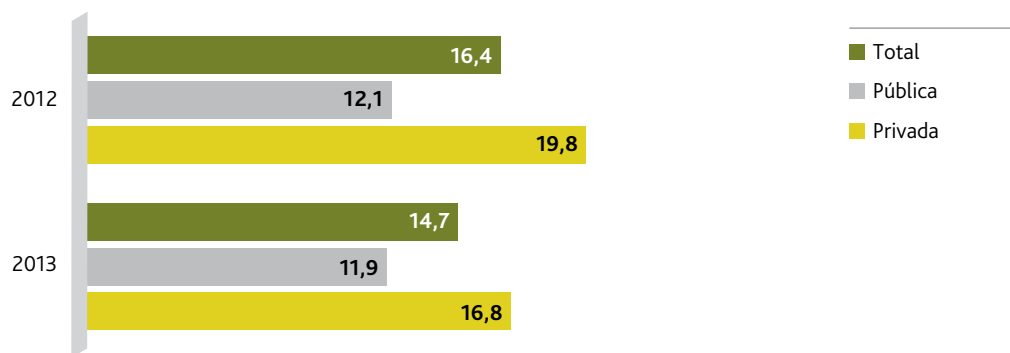
201 mil pessoas se formaram em cursos de graduação da área de Educação em 2013

Número de matrículas e de concluintes em cursos de graduação da área de Educação – Brasil – 2012-2013



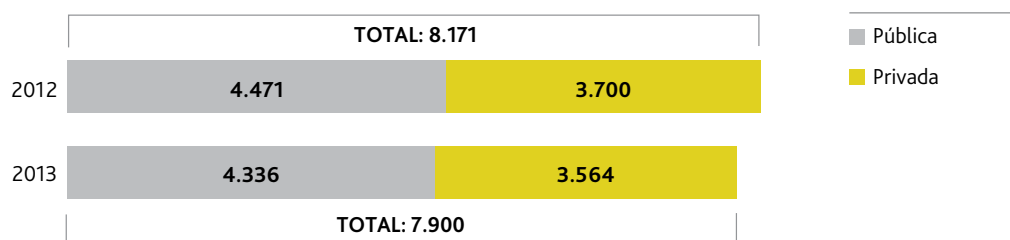
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Proporção de concluintes em relação às matrículas em cursos de graduação da área de Educação – Brasil – 2012-2013 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Cursos de graduação da área de Educação – Brasil – 2012-2013



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Porcentagem de professores da Educação Básica por escolaridade
Por regiões e unidades da federação – 2013 (Em %)

	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Médio normal/magistério	Superior			
				Total	Com licenciatura	Sem licenciatura	Com pós-graduação ¹
BRASIL	0,3	11,0	13,9	74,8	65,4	9,4	30,0
Região Norte	0,6	17,6	16,0	65,7	60,0	5,7	19,0
Rondônia	0,5	6,1	8,1	85,3	77,2	8,1	40,3
Acre	2,6	21,2	9,8	66,4	61,7	4,7	21,9
Amazonas	0,7	17,1	11,5	70,6	65,3	5,3	17,4
Roraima	1,8	19,6	15,8	62,7	57,5	5,1	24,9
Pará	0,4	22,2	21,1	56,3	50,8	5,5	13,2
Amapá	0,1	11,6	20,8	67,6	61,1	6,5	21,6
Tocantins	0,5	8,8	11,2	79,6	74,0	5,6	23,5
Região Nordeste	0,4	16,7	22,9	59,9	51,3	8,6	24,5
Maranhão	0,4	12,9	38,9	47,8	43,0	4,9	17,7
Piauí	0,8	16,2	18,6	64,5	57,7	6,7	22,2
Ceará	0,1	21,6	10,2	68,1	60,1	8,0	23,7
Rio Grande do Norte	0,4	14,3	12,5	72,8	61,4	11,4	25,8
Paraíba	0,4	16,4	18,3	64,9	54,7	10,2	24,7
Pernambuco	0,4	12,7	23,7	63,2	55,3	7,8	25,3
Alagoas	0,5	21,7	25,7	52,2	45,8	6,3	17,7
Sergipe	0,4	9,1	13,4	77,1	66,3	10,8	30,4
Bahia	0,5	19,3	26,0	54,1	42,7	11,5	29,7
Região Sudeste	0,1	6,4	10,8	82,7	72,3	10,4	28,7
Minas Gerais	0,1	7,7	9,3	82,8	73,7	9,1	31,3
Espírito Santo	0,0	6,2	3,1	90,7	77,4	13,3	71,0
Rio de Janeiro	0,3	5,3	24,6	69,8	58,8	11,1	18,9
São Paulo	0,1	6,1	7,3	86,4	75,9	10,5	27,0
Região Sul	0,3	9,6	7,9	82,2	73,2	8,9	48,5
Paraná	0,2	7,8	6,0	86,1	77,8	8,3	60,0
Santa Catarina	0,2	14,9	5,5	79,4	68,7	10,8	46,3
Rio Grande do Sul	0,5	8,1	11,6	79,7	71,3	8,4	37,7
Região Centro-Oeste	0,2	8,9	4,2	86,7	74,5	12,2	34,5
Mato Grosso do Sul	0,1	6,1	3,2	90,6	83,7	6,8	36,6
Mato Grosso	0,5	9,3	2,9	87,3	66,6	20,7	42,3
Goiás	0,2	12,0	5,4	82,4	73,2	9,2	27,1
Distrito Federal	0,0	4,7	4,3	91,0	77,6	13,3	38,5

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

¹ Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (19).

Porcentagem de professores da Educação Básica que possuem licenciatura na área em que atuam

Anos Finais do Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2009-2013 (Em %)

	2009	2010	2011	2012	2013
BRASIL	14,2	15,5	28,7	31,6	32,8
Norte	6,8	7,8	15,0	16,5	18,1
Nordeste	7,4	7,6	14,7	16,9	17,6
Sudeste	24,5	27,5	46,5	50,8	52,9
Sul	19,8	20,0	50,6	51,0	51,0
Centro-Oeste	19,5	21,8	36,6	36,1	35,7

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (20).

Porcentagem de professores da Educação Básica que possuem licenciatura na área em que atuam

Ensino Médio – Brasil e regiões – 2009-2013 (Em %)

	2009	2010	2011	2012	2013
BRASIL	21,0	22,2	41,7	47,2	48,3
Norte	14,3	15,8	37,1	37,9	45,0
Nordeste	14,3	13,5	24,8	34,5	34,0
Sudeste	27,4	30,6	51,7	56,0	58,0
Sul	20,4	20,4	58,8	58,4	58,1
Centro-Oeste	22,7	24,0	41,3	40,5	39,5

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (20).

Licenciatura é o grau universitário que possibilita o exercício do magistério no segundo segmento do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.



Professora acompanha os alunos a um centro de educação ambiental em Aimorés (MG)

Algumas pesquisas no campo educacional relacionam diretamente o sucesso escolar e das redes de ensino com as qualidades apresentadas pelos gestores. Afinal, qual é o lugar da gestão na Educação? Qual é o papel do diretor? De que capacidades precisa um gestor para que possa contribuir com o processo educacional? É uma atividade específica que pressupõe uma formação formal e planejada? O que o diretor, em especial das escolas de Educação Básica, precisa aprender hoje?

Em termos gerais, a gestão pertence ao campo da mediação entre as ideias e a ação concreta. Nesse sentido, toda atividade social humana ocorre com a presença de uma ação de gestão. Nascermos e vivermos em uma sociedade de instituições, somos educados por elas, e quase todos passamos a vida a trabalhar nelas. Sempre percebemos a existência de ideias norteando as atividades, os recursos e os equipamentos à disposição e uma qualidade de relações nas instituições do campo econômico, social ou cultural.

Nas instituições educacionais, a formação dos indivíduos se desenvolve e se organiza em um certo tempo e em determinado espaço físico. Para aproximar o mundo da subjetividade ao da ação do processo educativo também é necessária uma gestão capaz de alcançar os objetivos educacionais a que se propõe.

A função de diretor nas escolas públicas envolve a disputa de concepção e a crítica de um grupo de educadores no que se refere ao envolvimento da visão empresarial na Educação. Também envolve duas atribuições que exigem qualidades e capacidades diferentes. Tais atribuições têm desafiado os formuladores das políticas públicas quanto ao processo de escolha dos diretores das escolas.

A primeira atribuição está relacionada à liderança educacional e à capacidade do diretor de promover uma gestão democrática (conforme inciso VI do artigo 206 da Constituição Federal e referendada no inciso VIII do artigo 3º da LDB - Lei 9.394/96) voltada para o desenvolvimento educacional e pedagógico.

Nessa atribuição, torna-se importante a experiência do diretor como professor (hoje, realidade da maioria dos diretores das escolas públicas). É por isso que, na formação inicial de professores, devem estar contempladas todas as dimensões da formação docente, ou seja, uma visão ampliada da Educação, o desenvolvimento da liderança e o compromisso com a política democrática dos processos de decisão coletiva.

Assim, uma escola terá maior sucesso (na perspectiva da formação humana integral e não apenas de indicadores de resultados de desempenhos específicos, que são também consequências importantes do processo educativo) se o diretor for capaz de envolver o coletivo dos professores e de compartilhar com eles a gestão e o avanço educacio-

nal, valorizando a autoformação dos docentes e a formação ampliada dos estudantes.

A formação do diretor, nessa atribuição, é centrada no caráter educacional, na prática pedagógica, devendo ser assumida pela pessoa mais preparada do ponto de vista educacional e do compromisso democrático. A eleição para diretor de uma escola ganha significados diferentes conforme o amadurecimento da comunidade escolar em reconhecer as capacidades educacionais do indicado a assumir esse papel.

A segunda atribuição é a da gestão administrativa e está relacionada a garantir as condições materiais e financeiras e as relações com a sociedade e os órgãos hierárquicos do sistema ou rede de ensino. As capacidades de planejamento, gestão e administração são fundamentais para o exercício dessa função. Para esse papel, uma perspectiva mais “empresarial” e empreendedora pode garantir condições para realizar os objetivos educacionais das escolas. É uma função predominantemente técnica, de dimensão econômica e jurídica, mas que deve ser submetida à orientação e à decisão do processo educacional desenvolvido pela comunidade escolar. Portanto, exige uma formação específica do campo gerencial e econômico.

Essa dualidade de atribuições e as características quase exclusivamente educacionais dos diretores das escolas públicas têm promovido programas e ações de formação de gestores com predominância na gestão administrativa, mudando o perfil dos gestores educacionais para gerentes preocupados mais com os meios do que com as finalidades educacionais.

Mas haveria a possibilidade de separar essas atribuições na escola. Os diretores poderiam assumir apenas a função e a liderança educacional, cada vez mais compartilhada com a comunidade. E poderiam delegar o setor de gestão administrativa e financeira, sempre subordinado às decisões da liderança educacional, a pessoas com as capacidades gerenciais para viabilizar as condições necessárias.

No cenário brasileiro, com aproximadamente 200 mil diretores de escolas públicas de Educação Básica, parece fundamental estabelecer uma “Política Nacional de Formação de Gestores Educacionais”, que desenvolva novas possibilidades formativas e articule os diversos programas e ações que já vêm sendo realizados. Um dos arranjos possíveis seria constituir uma grande rede de gestores e a criação de “centros de formação”, de âmbito estadual e municipal, de modo que possam promover a troca de experiências e o intercâmbio de informações e práticas de gestão educacional. É importante possibilitar uma formação, presencial e a distância, que atenda às exigências das atribuições administrativas e de liderança educacional, incluindo a valorização da gestão democrática e os conhecimentos ampliados sobre a Educação.



Carlos Artexes Simões

Pedagogo e engenheiro graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Foi coordenador geral do Ensino Médio e diretor de Concepções e Orientações Curriculares na Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

“Uma escola terá maior sucesso se o diretor for capaz de envolver o coletivo dos professores.”

PROFESSORES – REMUNERAÇÃO E CARREIRA

METAS DO PNE

Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o **rendimento médio** ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência do PNE.

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de **planos de carreira** para os profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

A valorização da carreira do professor tem pelo menos dois grandes componentes. O primeiro ponto, presente no PNE, trata da questão salarial. A meta é equiparar a média salarial dos professores à dos demais profissionais com formação superior. Atualmente, um professor ganha, em média, um terço do salário dos profissionais de Exatas, por exemplo.

O enfrentamento dessa questão passa pela construção de planos de carreira que estimulem o professor a avançar em sua profissão, com uma perspectiva de desenvolvimento ao longo do tempo e de remuneração digna no início, meio e fim da vida profissional.

Ao mesmo tempo, a Lei do Piso precisa ser definitivamente implantada, uma vez que ainda não é cumprida por muitos estados e municípios sete anos depois de sua promulgação.

Rendimento médio dos professores da Educação Básica e de profissionais de outras áreas com curso superior – Setores público e privado – Brasil 2002-2013 (Em R\$ – valores de 2013, deflacionados pelo INPC)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Professores da Educação Básica	1.802,98	1.592,60	1.571,55	1.621,51	1.771,08	1.725,02	1.769,14	1.751,48	1.903,37	1.972,68	2.015,53
Profissionais da área de Exatas	6.128,54	5.561,46	5.055,85	5.603,88	5.530,77	5.701,43	5.689,34	5.845,07	5.913,97	5.814,79	6.224,95
Profissionais da área de Humanas	4.402,09	4.043,29	3.919,02	3.725,52	4.128,62	4.322,53	3.895,88	4.163,43	4.118,20	4.136,93	4.180,41
Profissionais da área de Saúde	4.252,95	3.715,03	3.837,61	3.773,76	3.991,96	3.956,02	4.272,61	3.972,79	4.247,06	4.238,89	4.388,27
Média de rendimento dos profissionais com curso superior	3.750,43	3.283,90	3.216,35	3.223,40	3.398,45	3.374,93	3.321,34	3.344,83	3.429,45	3.479,17	3.515,56

Apenas a elevação do salário é ineficaz para garantir a valorização do magistério. É fundamental que estados e municípios ofereçam ou reestruturem os planos de carreira. Da forma como estão hoje, os planos não permitem ao docente “subir na carreira” permanecendo na sala de aula. Para conseguir um melhor patamar salarial, o educador precisa chegar a postos de gestão – e nem sempre um bom professor tem as competências necessárias para se tornar um diretor competente.

Ao mesmo tempo, os mecanismos de progressão estão excessivamente ligados ao tempo de permanência na profissão, pouco recompensando o desenvolvimento profissional, como a formação continuada e a pós-graduação. Os planos tampouco estimulam a fixação do docente na escola.

Segundo dados do MEC de 2012, dos 5,5 mil municípios que elaboraram um Plano de Ações Articuladas (PAR), procedimento necessário para o repasse de recursos não obrigatórios do MEC, 68,2% declararam possuir plano de carreira para os professores.

Municípios com ações de regulamentação e de valorização da carreira do magistério (Em %)

Regiões	Adota medidas de valorização?				
	2006			2009	
	Sim	Não	Sem resposta	Sim	Não
Brasil	33,3	66,7	0,0	49,9	50,1
Norte	30,5	69,3	0,2	41,4	58,6
Nordeste	33,0	67,0	0,0	50,7	49,3
Sudeste	30,9	69,0	0,1	45,7	54,3
Sul	35,7	64,3	0,0	54,5	45,5
Centro-Oeste	39,1	60,9	0,0	58,8	41,2

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Elaboração: Todos Pela Educação.

Docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam – Por etapa de ensino – 2013

	Total	Quantidade de estabelecimentos					
		1		2		3 ou mais	
		%	Total	%	Total	%	Total
Educação Básica	2.148.023	78,1	1.678.432	17,9	385.059	3,9	84.532
Creche	211.694	98,0	207.554	1,9	3.975	0,1	165
Pré-Escola	289.507	96,4	279.021	3,4	9.710	0,3	776
EF – Anos Iniciais	736.895	91,3	673.066	8,1	59.751	0,6	4.078
EF – Anos Finais	799.873	82,2	657.219	15,4	122.954	2,5	19.700
Ensino Médio	509.403	84,6	430.996	12,4	63.126	3,0	15.281
Educação Profissional	73.904	93,2	68.877	5,9	4.386	0,9	641
Educação Especial	29.827	97,9	29.187	2,1	632	0,0	8
EJA	254.479	94,8	241.262	4,7	11.974	0,5	1.243

Fonte: MEC/Inep/DEED – Síntese Estatística da Educação Básica.

Docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam – 2013
 Por unidades da federação

	Docentes na Educação Básica						
	Total	Quantidade de estabelecimentos					
		1		2		3 ou mais	
		%	Total	%	Total	%	Total
BRASIL	2.148.023	78,1	1.678.432	17,9	385.059	3,9	84.532
Região Norte	189.868	81,3	154.365	14,7	27.928	4,0	7.575
Rondônia	17.258	82,6	14.248	14,9	2.563	2,6	447
Acre	10.733	82,4	8.839	16,3	1.754	1,3	140
Amazonas	41.202	79,4	32.704	17,2	7.079	3,4	1.419
Roraima	7.578	84,3	6.391	14,4	1.090	1,3	97
Pará	84.403	78,3	66.126	15,5	13.044	6,2	5.233
Amapá	10.547	91,8	9.687	7,7	815	0,4	45
Tocantins	18.147	90,2	16.370	8,7	1.583	1,1	194
Região Nordeste	619.358	81,5	504.769	15,6	96.884	2,9	17.705
Maranhão	96.865	80,8	78.228	16,4	15.881	2,8	2.756
Piauí	44.314	75,6	33.509	18,5	8.211	5,9	2.594
Ceará	94.163	82,3	77.531	14,8	13.933	2,9	2.699
Rio Grande do Norte	34.686	80,5	27.912	16,0	5.540	3,6	1.234
Paraíba	48.555	79,6	38.655	17,3	8.403	3,1	1.497
Pernambuco	90.473	82,3	74.427	15,4	13.920	2,3	2.126
Alagoas	32.594	81,2	26.473	15,2	4.945	3,6	1.176
Sergipe	22.245	78,0	17.358	18,0	4.005	4,0	882
Bahia	155.463	84,1	130.676	14,2	22.046	1,8	2.741
Região Sudeste	869.013	75,7	658.040	19,7	171.627	4,5	39.346
Minas Gerais	223.513	78,8	176.199	18,9	42.141	2,3	5.173
Espírito Santo	42.487	69,8	29.677	24,6	10.434	5,6	2.376
Rio de Janeiro	159.435	69,5	110.784	22,0	35.153	8,5	13.498
São Paulo	443.578	77,0	341.380	18,9	83.899	4,1	18.299
Região Sul	319.379	74,7	238.537	20,3	64.804	5,0	16.038
Paraná	125.276	72,7	91.071	20,6	25.752	6,7	8.453
Santa Catarina	75.500	77,8	58.729	17,7	13.389	4,5	3.382
Rio Grande do Sul	118.603	74,8	88.737	21,6	25.663	3,5	4.203
Região Centro-Oeste	150.405	81,6	122.721	15,8	23.816	2,6	3.868
Mato Grosso do Sul	28.022	70,8	19.831	24,1	6.749	5,1	1.442
Mato Grosso	34.309	79,3	27.193	18,3	6.289	2,4	827
Goiás	59.631	83,7	49.906	14,1	8.434	2,2	1.291
Distrito Federal	28.443	90,7	25.791	8,2	2.344	1,1	308


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Nota: (21).

470 mil professores lecionam em dois ou mais estabelecimentos de ensino



Professora em sala de aula de escola municipal de Cuiabá (MT)



*“Educação nunca foi despesa.
Sempre foi investimento com
retorno garantido.”*

Sir Arthur Lewis, economista britânico
vencedor do Prêmio Nobel em 1979

GESTÃO E FINANCIAMENTO



Uma das discussões que mais mobilizaram parlamentares, especialistas e a sociedade organizada durante a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) foi a proposta de aumento do investimento total em Educação pública para 10% do PIB. A questão agora é encontrar caminhos concretos para viabilizar o cumprimento da meta.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

METAS DO PNE

*Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da **gestão democrática da Educação**, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.*

A efetivação da gestão democrática passa por diferentes frentes de participação, a começar pelo processo de escolha dos diretores. Os dados mais recentes mostram, por exemplo, que praticamente metade dos diretores escolares é escolhida apenas por indicação, o que favorece critérios políticos de escolha. Da mesma forma, é preciso fortalecer os diferentes conselhos da Educação. Por fim, vale lembrar que o Plano Nacional de Educação valoriza o papel dos Conselhos Municipais de Educação, que devem atuar para que as políticas públicas locais sejam adequadas às diretrizes do PNE.

Forma de eleição do diretor, conforme respostas aos questionários para diretores na Prova Brasil – 2013

Forma de eleição	%
Concursos público apenas	1,2
Eleição apenas	19,4
Indicação apenas	50,0
Processo seletivo apenas	2,7
Processo seletivo e eleição	13,2
Processo seletivo e indicação	5,3
Outra forma	2,9
Sem resposta/anulada	5,3

Fonte: MEC/Inep/Prova Brasil – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Estados que não responderam ao questionário de diretores na Prova Brasil 2013 - Amapá, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

Composição do Conselho Escolar – 2013

Composição	%
Não existe conselho escolar	11,7
Professores, funcionários, alunos e pais/responsáveis	56,1
Professores, funcionários e pais/responsáveis	18,8
Professores, alunos e pais/responsáveis	2,1
Professores, funcionários e alunos	0,8
Professores e pais/responsáveis	1,7
Outros	0,8
Sem resposta/anulada	8,0

Fonte: MEC/Inep/Prova Brasil – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Estados que não responderam ao questionário de diretores na Prova Brasil 2013 - Amapá, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local

Porcentagem de municípios com Conselho Municipal de Educação, segundo as regiões – 2006, 2009 e 2011

Regiões	2006	2009	2011
Brasil	67,6	79,1	84,8
Norte	41,6	58,4	65,0
Nordeste	59,0	75,8	84,0
Sudeste	80,9	87,2	90,0
Sul	72,4	81,9	88,0
Centro-Oeste	65,5	76,0	79,8

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2011.

Porcentagem de municípios com alguns conselhos relacionados à política de Educação, segundo as regiões – 2011

Regiões	Conselho de Controle do Fundeb	Conselhos Escolares	Conselho de Alimentação Escolar	Conselho de Transporte Escolar
Brasil	98,1	76,2	95,3	24,6
Norte	97,3	68,2	92,2	20,5
Nordeste	97,9	83,8	96,0	20,5
Sudeste	98,1	76,7	94,8	22,7
Sul	98,1	63,8	95,3	26,1
Centro-Oeste	99,8	84,8	97,2	47,2

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2011.

Percentual de municípios com secretaria municipal exclusiva para a Educação, segundo as grandes regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2006, 2009 e 2011

Regiões	2006	2009	2011
Brasil	26,3	43,1	52,0
Norte	28,3	53,9	59,5
Nordeste	22,3	44,2	56,4
Sudeste	37,2	51,2	61,6
Sul	19,5	29,4	32,1
Centro-Oeste	17,8	34,3	44,8

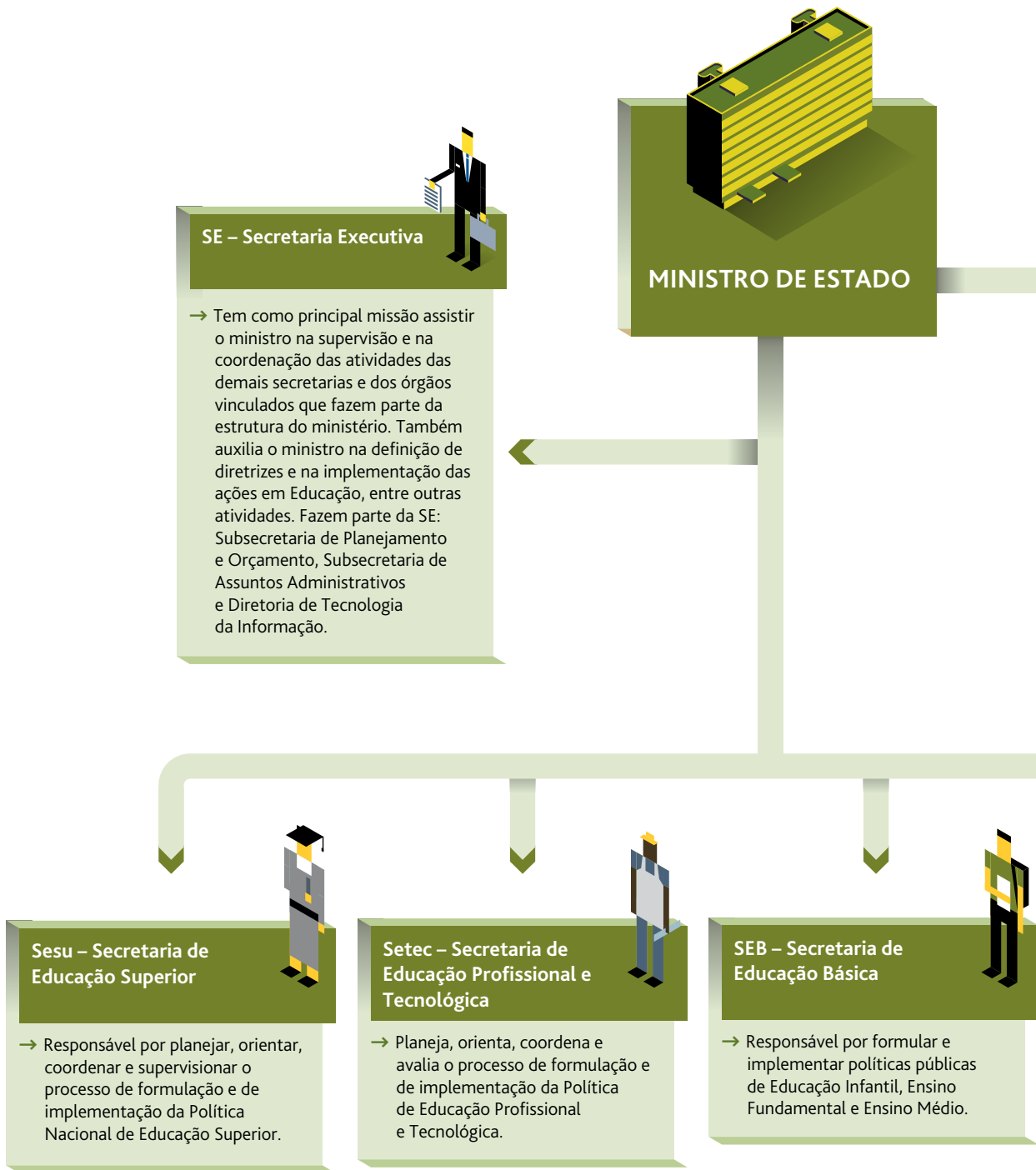
População

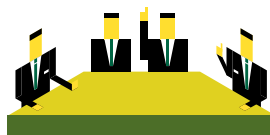
Até 5 mil habitantes	16,3	28,6	38,3
De 5.001 a 10 mil habitantes	17,1	34,1	43,7
De 10.001 a 20 mil habitantes	23,6	42,8	51,8
De 20.001 a 50 mil habitantes	36,4	53,7	65,7
De 50.001 a 100 mil habitantes	52,7	70,6	74,4
De 100.001 a 500 mil habitantes	64,9	79,4	82,4
Mais de 500 mil habitantes	66,7	87,5	89,5

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2011.

10,5% dos municípios com mais de 500 mil habitantes ainda não têm secretaria exclusiva para a Educação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC





Órgãos vinculados

- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
- IBC – Instituto Benjamin Constant
- INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
- Fundaj – Fundação Joaquim Nabuco
- Colégio Pedro II

Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

- Em articulação com os sistemas de ensino, implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais.

Sase – Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino

- Tem como atribuições, entre outras, apoiar o desenvolvimento de ações para a criação de um Sistema Nacional de Educação, aprofundando o regime de cooperação entre os entes federados, e promover a valorização dos profissionais da Educação.

Seres – Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

- Responsável pela regulação e supervisão de Instituições de Educação Superior (IES), públicas e privadas, pertencentes ao Sistema Federal de Educação Superior.

LINHA DO TEMPO

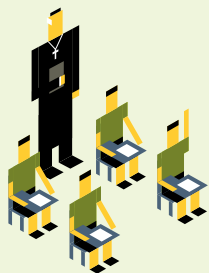
Marcos da busca pela universalização da Educação

A conquista social da Educação para todos chegou com muito atraso ao Brasil, em relação aos vizinhos latino-americanos e aos países europeus. Conheça alguns dos marcos mais significativos dessa trajetória, apontados pelos especialistas Francisco Aparecido Cordão e Carlos Roberto Jamil Cury.

Francisco Aparecido Cordão é licenciado em Filosofia, Teologia e Pedagogia, atuando como consultor e conferencista. Atualmente é membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Carlos Roberto Jamil Cury é pós-doutorado pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Paris. É professor titular na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, da qual também é professor emérito.

Os jesuítas vieram ao Brasil junto com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, e criaram as primeiras "escolas de ler e escrever", ainda de fundo catequético, sendo a primeira em Salvador, em 1549, e a mais importante em São Paulo, em 1554, nos Campos de Piratininga.



1549

A expulsão dos jesuítas teve como consequência a desintegração da instrução pública no Brasil. Nesse ano, foram publicadas as Instruções para os Professores dos Estudos Menores, orientando a ação dos professores nas aulas régias, tendo como inovação curricular a inclusão do ensino da matemática. Poucas aulas régias eram autorizadas, ficando o ensino das primeiras letras a cargo de professores improvisados.

1759

O Ato Adicional 16 delegou a responsabilidade educacional para as províncias e começaram a coexistir duas redes, uma ligada ao poder imperial e outra às províncias, a quem cabia também formar os professores. Na prática, passou para as províncias a Educação inicial. Assim, o Império pôde investir mais na Instrução Secundária, criando o Imperial Colégio Pedro II (1837).



1834

Na Constituição de 1934, quando já estava constatado o atraso brasileiro em relação aos países vizinhos, principalmente com base nos debates em torno do conhecido "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", de 1932, a Educação Pública foi proclamada como direito dos cidadãos e dever do Estado.

1934

1500

1600

1700

1800

1900

1824

O Art. 179 da Constituição Política do Império do Brasil, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em seu Inciso XXXII, definiu que "a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos", dando início a um longo processo de debates sobre a gratuidade do ensino público brasileiro. Entre os cidadãos, não estavam incluídos os escravos.

1891

A Constituição de 1891 definiu a laicidade da Educação, mas foi omissa em relação à gratuidade, que ficou a juízo dos governos estaduais. Nas Constituições estaduais de 1892, poucos estados articularam obrigatoriedade e gratuidade. Apenas São Paulo o fez, com a aprovação da Lei do Ensino Público Paulista.

1937

Na Constituição outorgada pelo Estado Novo, de tendência privatista, a normatização sobre a instrução pública afrouxou novamente. A Educação Primária foi declarada obrigatória e gratuita, mas as obrigações do governo ficaram diluídas. No final da ditadura Vargas, o ministro Gustavo Capanema, então à frente do Ministério da Educação, propôs a Lei Orgânica do Ensino Primário, orientando sua oferta gratuita e obrigatória.





A primeira versão da Constituição promulgada sob o regime militar, em 1967, foi substituída por outra redação ditada pela Emenda Constitucional nº 01/1969. Ao retirar a vinculação de recursos para a Educação, teve início um processo de pauperização do ensino, com baixos salários e pouca infraestrutura escolar. O ensino passou a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos e gratuito nos estabelecimentos públicos de ensino.

1967



A Lei do Fundef foi substituída e teve seu alcance ampliado pela lei que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Trata-se do mais importante mecanismo de redistribuição de recursos vinculados à Educação e a principal medida adotada em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

2007

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 1946, com relação à Educação, praticamente retoma o texto da Constituição de 1934, garantindo recursos vinculados do orçamento da União para cumprir a obrigatoriedade e a gratuidade da Educação Primária e sua continuidade nos níveis posteriores de ensino.

1946

Foi sancionada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, definindo dois níveis para a Educação: o da Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e o da Educação Superior. Foi instituído também o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), passo significativo para garantir a efetiva expansão do Ensino Fundamental.

1996



1930

1940

1950

1960

1970

1980

1990

2000

2010

1961

Foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/1961). De acordo com essa Lei, o Ensino Primário obrigatório devia ter quatro anos de duração.



1988

A nova Constituição estabeleceu a gratuidade e a obrigatoriedade do agora chamado Ensino Fundamental, como dever do Estado e direito público subjetivo do cidadão. O cidadão passa a ter mecanismos jurídicos para exigir o direito à Educação. Foi prevista, ainda, a progressiva universalização do Ensino Médio gratuito.



2009

A Emenda Constitucional nº 59/2009 promoveu alterações no texto da Constituição de 1988, definindo que o dever do Estado para com a Educação será efetivado mediante a garantia da "Educação Básica, obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive a sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria".

2014

Em 25 de junho de 2014 foi sancionada a Lei nº 13.005/2014, que aprova e define o Plano Nacional de Educação, com 20 metas e respectivas estratégias de implantação, a serem cumpridas ao longo de dez anos.



FINANCIAMENTO

METAS DO PNE

Ampliar o investimento governamental em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E SEUS DESAFIOS

O estudo do financiamento de qualquer política pública é fundamental para a análise da adequação entre a demanda da sociedade e a capacidade arrecadatória do Estado.

O financiamento da Educação está sempre em pauta na discussão na arena da política por diversas razões.

Em primeiro lugar a Educação é compreendida como base da construção nacional, por seu caráter formador da cidadania e do desenvolvimento pleno da pessoa ou de profissionais qualificados para o mercado de trabalho. Devemos lembrar também que Educação Básica é uma política universal e pública, devendo ser garantida a todo e qualquer brasileiro.

Ao lado desses dois pontos temos um terceiro: a Educação é uma política pública a ser financiada pelos três entes da federação de forma articulada e com vinculação obrigatória de impostos e transferências, conforme garantido pela Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como constituições estaduais e leis orgânicas municipais.

Ainda que pudéssemos continuar enumerando razões de importância da temática de financiamento da Educação, essas três já nos bastam para entender por que qualquer governante das diferentes unidades da federação brasileira possui a obrigação de implementar políticas educacionais de qualidade e alocar os recursos necessários para o financiamento da área.

Cabe lembrar que, para qualquer estado ou município brasileiro, as despesas com Educação representam uma das parcelas mais relevantes do gasto (em várias unidades, a mais importante função orçamentária), visto que obriga o empenho de, no mínimo, 25% dos impostos e transferências de estados e municípios, além dos recursos de complementação do Fundeb, do salário-educação e de outras verbas vinculadas à Educação.

As tabelas de estimativa de investimento público total e de investimento público direto nos permitem perceber que nos últimos dez anos conseguimos aumentar a proporção de gastos com Educação em relação ao PIB, passando de um patamar de investimento público total de 4,8% em 2002 para 6,4% do PIB em 2012. Esses gastos tiveram uma evolução importante na comparação entre 2002 e 2012, nas três esferas da federação, mas em maior porcentagem por parte dos municípios e da União. Como isso ocorreu?

Ursula Peres

Doutora em Economia, é professora e pesquisadora do Programa de Graduação e Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP).

Estimativa do percentual do investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Público (PIB), por esfera de governo – Brasil 2000-2012

Investimento público direto em relação ao PIB (Em %)				
Ano	Todos os níveis	União	Estados	Municípios
2000	3,9	0,7	1,7	1,5
2001	4,0	0,8	1,7	1,6
2002	4,1	0,7	1,8	1,6
2003	3,9	0,7	1,6	1,6
2004	3,9	0,6	1,6	1,7
2005	3,9	0,7	1,6	1,7
2006	4,3	0,7	1,6	1,7
2007	4,5	0,8	1,9	1,8
2008	4,7	0,8	2,0	1,9
2009	5,0	1,0	2,0	1,9
2010	5,1	1,0	2,0	2,0
2011	5,3	1,1	2,1	2,0
2012	5,5	1,0	2,2	2,3

Fonte: MEC/Inep/DEED, com base em <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/03/19/gasto-direto-da-uniao-em-educacao-publica-e-1-do-pib-ha-4-anos/>

Nota: (22).

Estimativa do percentual do investimento público total em Educação em relação ao Produto Interno Público (PIB), por esfera de governo – Brasil 2000-2012

Investimento público total em relação ao PIB (Em %)				
Ano	Todos os níveis	União	Estados	Municípios
2000	4,7	0,9	2,0	1,8
2001	4,8	0,9	2,0	1,8
2002	4,8	0,9	2,1	1,8
2003	4,6	0,9	1,9	1,8
2004	4,5	0,8	1,8	1,9
2005	4,5	0,8	1,8	1,9
2006	5,0	0,9	2,1	2,0
2007	5,2	1,0	2,1	2,0
2008	5,4	1,0	2,3	2,1
2009	5,7	1,2	2,3	2,2
2010	5,8	1,2	2,3	2,3
2011	6,1	1,3	2,5	2,3
2012	6,4	1,3	2,5	2,6

Fonte: MEC/Inep/DEED, com base em <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/03/19/gasto-direto-da-uniao-em-educacao-publica-e-1-do-pib-ha-4-anos/>

Nota: (23).

“Educação é uma política pública a ser financiada pelos três entes da federação de forma articulada e com vinculação obrigatória de impostos e transferências.”

Do final dos anos 1990 até 2006 estava em vigência o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), cujo objetivo direto foi a focalização de recursos no Ensino Fundamental, e isso indiretamente induziu à municipalização. O foco no repasse vinculado ao número de matrículas resultou no aumento da rede municipal de Ensino Fundamental, com redução da estadual, canalizando os recursos vinculados à Educação. Não houve entrada de novo recurso no período, mas um deslocamento federativo.

A partir da vigência do Fundeb, o foco passou a ser a Educação Básica e os recursos de estados e municípios passaram a ter uma base maior de impostos para um contingente de alunos também ampliado.

Apesar do aumento da subvinculação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), esses recursos já constavam da vinculação constitucional de estados e municípios, não implicando então novos recursos para o sistema de ensino. Há, no entanto, com o Fundeb, uma complementação de 10% do volume de recursos por parte da União, implementada a partir de 2009.

O que se conclui, então, é que o aumento de recursos para a Educação não se dá por aumento de vinculação de recursos.

De 2002 a 2012, o fenômeno mais relevante para explicar esse novo patamar de investimentos em Educação é o aumento da carga tributária líquida. Segundo relatório da SEP/MF (2014)¹, a carga tributária líquida acumulou uma variação positiva de 1,67% entre 2002 e 2012.

Estimativa do percentual do investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por nível de ensino – Brasil 2000-2013

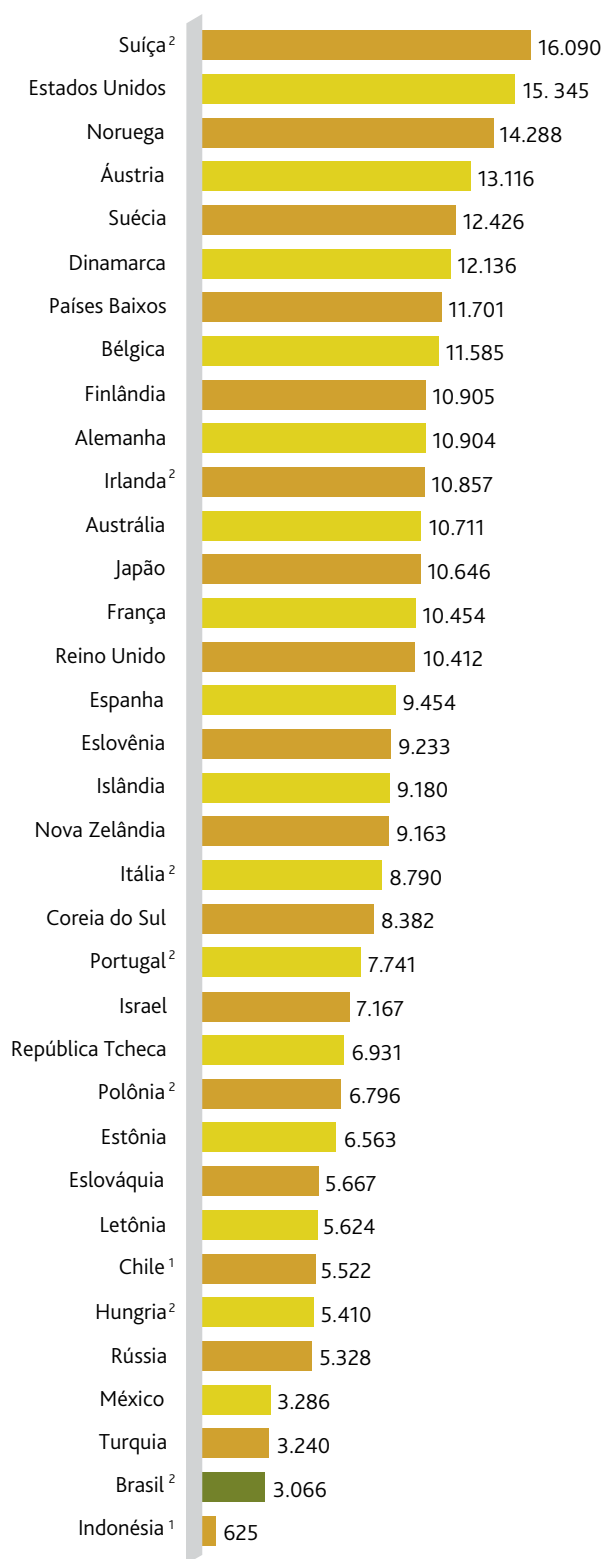
Ano	Investimento público direto em relação ao PIB (Em %)						
	Todos os níveis de ensino	Níveis de Ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
De 1ª a 4ª séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª séries ou Anos Finais						
2000	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7
2001	4,0	3,3	0,3	1,3	1,1	0,6	0,7
2002	4,1	3,3	0,3	1,5	1,1	0,4	0,8
2003	3,9	3,2	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7
2004	3,9	3,2	0,3	1,4	1,1	0,4	0,7
2005	3,9	3,2	0,3	1,4	1,1	0,4	0,7
2006	4,3	3,6	0,3	1,4	1,3	0,6	0,7
2007	4,5	3,8	0,4	1,5	1,4	0,6	0,7
2008	4,7	4,0	0,4	1,5	1,5	0,7	0,7
2009	5,0	4,2	0,4	1,6	1,6	0,7	0,8
2010	5,1	4,3	0,4	1,6	1,5	0,8	0,8
2011	5,3	4,4	0,5	1,6	1,5	0,9	0,9
2012	5,5	4,6	0,6	1,6	1,5	1,0	0,8
2013	5,6	4,7	0,6	1,6	1,5	1,0	0,9

Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep.

Nota: (22).

Gasto anual por estudante, do Ensino Fundamental ao Superior – 2011

Em dólares convertidos pela paridade do poder de compra



Brasil investe pouco mais de 3 mil dólares por ano por estudante do Ensino Fundamental à Educação Superior, o que representa um terço do gasto médio dos países da OCDE

Fonte: OCDE – Education at a Glance – 2014.

1. Ano de referência: 2012.

2. Somente instituições públicas (para a Itália, exceto na Educação terciária).

O aumento percentual de 1,6% do investimento público total em Educação nesse período é condizente com essa variação. Esse fenômeno não havia acontecido, por exemplo, no período de 1995 a 2005, quando a carga tributária aumentou sem que houvesse reflexo no investimento em Educação (CASTRO, 2011)².

Dessa forma, com o aumento da carga tributária foi possível aumentar os recursos da Educação e o controle sobre estes. Importa dizer também que a redução da Desvinculação das Receitas da União em 2009 e sua posterior finalização são importantes para o aumento de gastos da União. Contudo, esse avanço nos colocou em um patamar de investimento direto de 5,5% do PIB e investimento total de 6,4%, considerado ainda muito aquém da necessidade brasileira.

Durante os últimos anos, a discussão em torno do Plano Nacional de Educação (PNE) teve na meta 20, a de aumento do investimento total em Educação, um dos seus pontos mais importantes. A proposta inicial do governo, de que a meta fosse fixada em 7% do PIB, foi alterada para 10% do PIB, até o final do decênio, a partir de 2014, e logrou êxito na votação no Congresso.

Comemorada por toda a comunidade educacional, a meta aprovada representa um avanço em termos de investimentos na área. Nesse momento, porém, são muitas e complexas as dúvidas que se colocam sobre as possibilidades de cumprimento e as implicações dessa meta para a Educação em si.

Estimativa do investimento público direto em Educação por estudante, por nível de ensino – Brasil 2000-2013
(Em R\$ – valores atualizados para 2013 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA)

Ano	Investimento público direto por estudante						
	Todos os níveis de ensino	Níveis de ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
De 1ª a 4ª séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª séries ou Anos Finais						
2000	2.197	1.829	2.307	1.753	1.837	1.765	20.056
2001	2.270	1.893	2.059	1.734	2.001	1.985	19.819
2002	2.253	1.867	1.928	2.043	1.928	1.337	18.355
2003	2.213	1.859	2.198	1.962	1.858	1.483	16.039
2004	2.347	2.007	2.212	2.242	2.072	1.354	15.184
2005	2.499	2.119	2.056	2.402	2.235	1.436	16.361
2006	2.974	2.583	2.247	2.690	2.937	1.995	16.938
2007	3.473	3.024	2.724	3.162	3.338	2.421	17.897
2008	3.931	3.473	2.910	3.643	3.885	2.800	16.542
2009	4.324	3.802	2.915	4.111	4.292	2.953	18.579
2010	4.975	4.374	3.579	4.698	4.708	3.720	19.748
2011	5.442	4.741	4.235	4.863	4.876	4.610	21.041
2012	5.797	5.143	4.993	5.237	5.031	5.246	19.110
2013	6.203	5.495	5.434	5.519	5.459	5.546	21.383

Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep.

Nota: (22).

Tendo em vista que nos últimos dez anos o crescimento do investimento em Educação se deu em função da evolução da carga tributária, a primeira preocupação é saber como continuar avançando no crescimento desse investimento em relação ao PIB em um momento de recrudescimento econômico, no qual o governo federal anuncia medidas austeras.

Os últimos dois anos foram de menor crescimento para estados e municípios. Além da queda de arrecadação própria, houve redução também das transferências correntes. Isso obviamente traz consequências à Educação, cujos recursos são vinculados.

Não bastasse esse ponto, há outro pilar da meta 20 que gera também dúvidas: os recursos que virão com o pré-sal. Além de o mercado internacional de petróleo ser extremamente instável, tem sido discutida em diferentes fóruns a impossibilidade de os recursos do pré-sal atingirem o complemento necessário para alcançar os 10% do PIB. Ainda que a produção nacional seja recorde, as estimativas de recursos da própria Petrobras mostram que não se pode esperar que os royalties do pré-sal bastem para o atingimento da meta definida pelo PNE.

Não há como deixar de mencionar os questionamentos de Amaral (2011)³. O que nos assegura que gastar 10% do PIB em educação até 2020 nos ajudará a resolver os problemas educacionais do Brasil? O fato é que a definição do gasto como percentual do PIB é um avanço, mas é preciso ter em conta a dimensão desse PIB (que pode ficar estagnado por anos) e também o tamanho do alunado.

“A primeira preocupação é saber como continuar avançando no crescimento desse investimento em relação ao PIB.”

Estimativa da proporção relativa do investimento público total em Educação, por nível de ensino – Brasil – 2000-2013

Ano	Proporção do investimento público direto (Em %)						
	Níveis de ensino						
	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior	Todos os níveis de ensino
De 1ª a 4ª séries ou Anos Iniciais			De 5ª a 8ª séries ou Anos Finais				
2000	79,9	8,4	32,2	26,2	13,2	20,1	100,0
2001	80,4	7,8	30,1	27,0	15,4	19,6	100,0
2002	79,6	7,4	34,7	26,9	10,6	20,4	100,0
2003	80,6	8,5	33,2	26,5	12,3	19,4	100,0
2004	81,7	8,9	34,2	27,4	11,2	18,3	100,0
2005	80,8	8,2	33,9	27,6	11,1	19,2	100,0
2006	83,3	7,5	32,0	30,7	13,1	16,7	100,0
2007	83,2	7,9	31,9	29,9	13,5	16,8	100,0
2008	84,1	7,6	31,9	30,7	13,9	15,9	100,0
2009	83,8	7,0	32,3	31,0	13,5	16,2	100,0
2010	83,6	7,6	31,3	29,7	14,9	16,4	100,0
2011	82,4	8,7	29,0	27,3	17,4	17,6	100,0
2012	82,7	10,0	28,6	25,9	18,2	17,3	100,0
2013	81,8	10,5	27,4	25,5	18,5	18,2	100,0

Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep.

Nota: (23).

A tabela relativa ao investimento público direto por estudante nos mostra que nos últimos anos houve aumento no investimento por estudante em todos os níveis de ensino, mais acentuado na Educação Básica, que reduziu a distância em relação à Educação Superior.

O valor global, que envolve todos os níveis de ensino, alcançou um patamar de R\$ 6.203,00 por estudante em 2013, ante R\$ 2.197,00 em 2000. Sem dúvida é uma variação considerável e importante, reflexo do aumento do volume de recursos já apontado. Contudo, é possível relativizar esse valor com a análise comparativa internacional. O Brasil gasta por aluno (do Ensino Fundamental à Educação Superior) um patamar de US\$ 3.066,00, valor inferior ao de diversos países da OCDE, inclusive alguns de menor PIB.

Em termos de financiamento, nossos desafios são enormes a considerar nossa taxa de crescimento do PIB e a necessidade de inclusão de um enorme quantitativo de crianças e jovens no sistema.

Nas contas de Amaral (2011), com base nos dados do IBGE, até 2020 teremos ainda 36% da população em idade educacional, isto é, mais de 75 milhões de alunos. Mesmo investindo 10% do PIB, continuaríamos aplicando um valor por aluno inferior ao de Cuba, Argentina, México e Chile.

Assim, embora dedicar 10% do PIB à Educação seja um enorme esforço para todas as esferas federativas brasileiras, pode ser ainda insuficiente para garantir um investimento adequado. O que nos leva a questionar: mas qual volume desse investimento é adequado? Qual o montante ideal e necessário de financiamento da Educação?

Os dados mostram que, apesar de ter havido um aumento de investimento na Educação Básica a partir de 2006, ainda é muito discrepante o volume destinado ao Ensino Fundamental ante a Educação Infantil e o Ensino Médio. Se considerarmos as diferentes unidades da federação, certamente as discrepâncias serão ainda maiores. Qual deveria ser a melhor proporção de recursos entre os diferentes níveis e modalidades de ensino ao longo do território nacional?

Esse é um ponto fundamental de discussão da meta 20 do PNE. A meta prevê que sejam trabalhados o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e o Custo Aluno-Qualidade (CAQ). A proposta é que em um prazo de dois a três anos avancemos em um debate que já ocorre há décadas sobre parâmetros de financiamento que superem o fundamento único da matrícula e nos permitam buscar para cada nível e modalidade uma composição adequada de recursos para pessoal, custeio e investimentos, considerando diferenças locais e regionais. Com essa discussão poderemos refletir melhor sobre a necessidade de recursos para cada escola, município, unidade da federação e região e ponderar essa necessidade com a meta de vinculação, o tempo e os esforços sociais necessários para atingirmos o patamar desejado.

Há mais perguntas e dúvidas do que respostas, mas é obrigatório refletir sobre financiamento da Educação, pois se trata de uma política pública fundamental. A vinculação de recursos a protege das oscilações da política, mas não garante a adoção de um rumo adequado, caso não esteja compreendida e acordada uma série de outros parâmetros.

“Os dados mostram que ainda é muito discrepante o volume destinado ao Ensino Fundamental ante a Educação Infantil e o Ensino Médio.”

1 SPE – Secretaria de Política Econômica. Carga Tributária Líquida. Ministério da Fazenda. Brasília, 2014. (https://www1.fazenda.gov.br/spe/novo_site/home/index.html)

2 CASTRO, J. A. de. Financiamento da Educação Pública: Evolução dos Gastos. In: Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil / Organizadores: Andréa Barbosa Gouveia, José Marcelino Rezende Pinto, Paulo Roberto Corbucci. Brasília: Ipea, 2011.

3 AMARAL, N. C. O novo PNE e o financiamento da educação no Brasil: os recursos como um percentual do PIB. Seminário de Educação Brasileira 3 (2011).

GLOSSÁRIO

ABANDONO

Configura-se quando o aluno deixa de frequentar a escola durante o andamento de determinado ano letivo (ver também Evasão).

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Estratégia que auxilia alunos e alunas com dificuldades e demandas específicas de aprendizagem. O atendimento e o planejamento individualizados possibilitam identificar as rotas de aprendizagem de cada criança ou jovem. Deve incluir o envolvimento da família.

ALFABETISMO FUNCIONAL

Criado nos Estados Unidos, na década de 1930, o conceito de alfabetismo funcional originalmente indicava a capacidade de entendimento de instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares. Modernamente, o termo designa a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos. Segundo o Instituto Paulo Montenegro, que calcula o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), é considerada alfabetizada funcionalmente a pessoa capaz de utilizar a leitura, a escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas do contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.

ALFABETIZAÇÃO

O processo pelo qual se realizam o ensino e a aprendizagem das noções elementares de escrita, leitura e cálculo, assim como a habilidade de ler e de escrever, com compreensão de uma declaração simples relacionada à vida cotidiana, e de fazer cálculos elementares (ver também Taxa de Alfabetização).

AMBIENTE VIRTUAL

Ambiente acessado por meio de redes digitais de computadores que possibilita a interação entre os agentes envolvidos.

APROVADO

Aluno que concluiu, com sucesso, determinado ano ou série, apresentando os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para cursar no ano seguinte o ano ou série imediatamente posterior.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (APM)

Entidade civil com personalidade jurídica própria, sem caráter lucrativo, formada por pais, professores, alunos e funcionários da escola. Atua junto com o Conselho Escolar no acompanhamento da gestão da unidade escolar, participando de decisões relativas à sua organização e ao seu funcionamento, incluindo aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros.

INAF

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) revela os níveis de alfabetismo funcional da população adulta brasileira. O principal objetivo do Inaf é oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade.

ANALFABETISMO

Estado ou condição de analfabeto. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e com o Censo Demográfico decenal, são consideradas analfabetas as pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples; aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram; as que apenas assinam o próprio nome; e aquelas que se declaram “sem instrução” ou que declaram possuir menos de um ano de instrução.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades de livre escolha de cada escola que se enquadram como complementares ao currículo obrigatório, tais como atividades recreativas, artesanais, artísticas, de esporte, lazer, culturais, de acompanhamento e reforço ao conteúdo escolar, aulas de informática, línguas estrangeiras, Educação para a cidadania e direitos humanos.

AValiação EDUCACIONAL

Avaliação de sistemas de ensino, das instituições escolares e/ou do rendimento dos estudantes, levando em conta as necessidades e ritmos de aprendizagem de cada um. Também pode ser aplicada a um programa ou a um curso de formação, por exemplo, para determinar os resultados obtidos, assim como a qualidade e a eficácia dos métodos adotados.

AValiação NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Avaliação prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), a ser realizada no final do 3º ano do Ensino Fundamental. O objetivo dessa avaliação, coordenada pelo Inep (*ver pág. 50*), será avaliar periodicamente o nível de alfabetização alcançado pelas crianças ao final do ciclo de alfabetização.

BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, na inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Para recebimento do benefício, é exigida frequência escolar mínima das crianças e jovens da família: para estudantes de 6 a 15 anos, a regra é de comparecimento em pelo menos 85% das aulas, enquanto para alunos de 16 e 17 anos é de 75%.

CALENDÁRIO ESCOLAR

Estabelece, dentro do ano letivo, os períodos de aula, as férias, os períodos de recesso e outros eventos.

CAQI – CUSTO ALUNO-QUALIDADE INICIAL

Índice que referencia o investimento público em Educação com base em critérios que assegurem condições iniciais para uma Educação de qualidade, tais como número e remuneração de professores, corpo técnico, infraestrutura e outros. De acordo com estratégia proposta na meta 20 do PNE, o CAQi, quando implantado, deverá ter seu valor ajustado progressivamente até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade.

CEFET – CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Instituição educacional autárquica federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar. Oferece cursos técnicos nas áreas industrial e de serviços.

CENSO DEMOGRÁFICO

Pesquisa realizada pelo IBGE a cada dez anos com o objetivo de reunir informações sobre a totalidade da população brasileira (por exemplo:

DIAS LETIVOS

Dias do calendário escolar dedicados a atividades pedagógicas. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as escolas devem oferecer um mínimo de 200 dias letivos durante um ano.

PIRÂMIDE ETÁRIA

A distribuição da população pelas diversas faixas etárias gera um gráfico conhecido como pirâmide etária ou pirâmide populacional. A comparação entre as pirâmides populacionais dos diferentes censos mostra a evolução da distribuição etária da população.

número de habitantes de determinado local, onde e como vivem, tipo de trabalho que realizam, além de dados sobre sexo, idade, escolaridade e estado civil). Para isso, os pesquisadores visitam todos os domicílios do País e aplicam um questionário-padrão. O censo mais recente foi o de 2010.

CENSO DO ENSINO SUPERIOR

Apura dados referentes ao número de matrículas e de concluintes, inscrições nos vestibulares, ingresso por curso e área de conhecimento, dados sobre os professores – por titulação e regime de trabalho – e sobre os funcionários técnico-administrativos, entre outros.

CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Pesquisa educacional, de caráter censitário, que levanta informações estatístico-educacionais sobre a Educação Básica brasileira. Realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com as secretarias de Educação estaduais e municipais, coleta dados sobre infraestrutura da escola, pessoal docente, matrículas, jornada escolar, rendimento e movimento escolar, por nível, etapa e modalidade de ensino, e é aplicada diretamente em todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados do País por meio de questionário padronizado. As informações coletadas pelo Censo Escolar servem de base para a formulação de políticas públicas e para a distribuição de recursos públicos (merenda e transporte escolar, livros didáticos e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, programa Dinheiro Direto na Escola e Fundeb, entre outros).

CICLOS

Organização das turmas por faixa etária ou desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, com maior flexibilidade quanto ao tempo necessário à aprendizagem. Cada ciclo é constituído por mais de um ano letivo.

CLASSE DE ACELERAÇÃO

Faz parte do programa de aceleração de aprendizagem instituído em 1997 pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de corrigir a distorção do fluxo escolar, ou seja, a defasagem entre a idade e a série que os alunos deveriam estar cursando. Constituem salas idealizadas para ter mais recursos pedagógicos e professores especialmente capacitados, com ensino intensivo e voltado para a recuperação dos alunos.

CLASSE ESPECIAL

Classe que, em escolas regulares, é reservada a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com professores especializados e atividades curriculares adaptadas.

CLASSE MULTISSERIADA

Classe composta por alunos de diferentes séries e ciclos. Existem principalmente nas escolas do meio rural, visando diminuir a evasão escolar, ou em projetos específicos que buscam atrair crianças e adolescentes em situação de rua ou defasados em seus estudos, para que possam aprender e ser motivados a dar continuidade à trajetória escolar.

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Órgão colegiado com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao ministro da Educação, cabendo-lhe, segundo as atribuições legais, formular e avaliar a política nacional de Educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da Educação brasileira. A estrutura se desdobra nas outras esferas administrativas, com os conselhos estaduais e os conselhos municipais de Educação.

CONCLUSÃO

Término de determinado nível de ensino formalizado pela expedição de diploma/certificado de conclusão do curso que habilita o estudante ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

CONSED – CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO

Entidade nacional que representa as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal.

CONSELHO ESCOLAR

Órgão colegiado composto por representantes das comunidades escolar e local (professores, pais, especialistas, entre outros), que tem como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito da escola. Cabe ao conselho, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola.

CURRÍCULO ESCOLAR

Forma de organização dos conteúdos a serem abordados no processo de ensino. Segundo a LDB, “os currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

DEFICIÊNCIA

Diminuição de capacidades de funções e estruturas corporais, limitando a realização de atividades e impondo restrições à participação social. Uma deficiência pode ser física, motora, mental, sensorial ou múltipla.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Instância administrativa à qual a escola está subordinada, na esfera federal, estadual, municipal ou privada. O agrupamento das escolas de uma mesma esfera denomina-se rede. O agrupamento das dependências administrativas das esferas federais, estaduais e municipais denomina-se rede pública.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Conjunto de paradigmas que devem ser observados na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação das propostas pedagógicas em todos os níveis e modalidades de ensino. São definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

COMPOSIÇÃO DO CNE

O Conselho Nacional de Educação é composto por duas câmaras, uma de Educação Básica (CEB) e uma de Educação Superior (CES). Os assuntos de interesse comum, tanto da Educação Básica quanto da Educação Superior, são tratados no âmbito do Conselho Pleno (CP).

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Vale a pena fazer a distinção entre esses dois conceitos. A dificuldade de aprendizagem se refere a um grupo heterogêneo de desordens relacionadas à aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio. A criança com dificuldades de aprendizagem necessita aprender de uma forma diferente da tradicional. Exemplo: a dislexia.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Situação em que o aluno cursa determinado ano/série com idade superior à recomendada. Surge, então, uma defasagem entre a idade do aluno e o ano/série que ele deveria estar cursando. No Brasil, a distorção idade-série se configura quando essa defasagem é igual ou superior a dois anos (ver também Taxa de Distorção Idade-Série).

DOCENTES COM FORMAÇÃO SUPERIOR

Indicador que expressa o percentual de docentes em exercício com escolaridade em nível superior.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Primeiro nível da Educação escolar regular no Brasil (o outro é a Educação Superior). Compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e tem por finalidade oferecer a crianças e jovens formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo os meios para que possam progredir no trabalho e em estudos posteriores.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Processo de ensino por meio do qual formadores e alunos, fisicamente separados, mas mediados por tecnologias, desenvolvem atividades educativas. Entre as tecnologias mais frequentemente utilizadas estão, atualmente, a internet e a televisão. Contudo, a EAD tem uma longa história, da qual fazem parte, por exemplo, o correio e o rádio.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Modalidade de Educação escolar oferecida para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino ou em classes, escolas ou serviços especializados.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Atendimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no sistema educacional regular, com base no reconhecimento das diferenças e da reestruturação da cultura, práticas pedagógicas e metodologias de ensino, de forma a atender às necessidades de todas as crianças e jovens. Por exemplo: na concepção da Educação Inclusiva para surdos, espera-se que os professores e as outras crianças aprendam a língua de sinais.

EDUCAÇÃO INDÍGENA

Programas integrados de ensino e pesquisa para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; e a valorização de suas línguas e ciências; além de garantir aos povos indígenas o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Primeira etapa da Educação Básica regular, oferecida em Creche e Pré-Escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

EDUCAÇÃO

Processo formativo que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho. Segundo a Constituição, a Educação é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Convenção da ONU consagrou o conceito de Educação Inclusiva. Segundo o texto, um dos objetivos da Educação é a participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre, o que exige a construção de escolas capazes de garantir o desenvolvimento integral de todos.

MUDANÇA LEGAL

Originalmente, a Educação Infantil atendia crianças de até seis anos de idade, mas, com a instituição do Ensino Fundamental de nove anos, por meio da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, a Educação Infantil passou a atender crianças de até cinco anos de idade.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Modalidade de Educação escolar para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na idade própria. Habilita o aluno a prosseguir os estudos regulares. Atualmente, a idade mínima para ingresso na EJA é 15 anos completos para os cursos de Ensino Fundamental e 18 anos completos para os cursos de Ensino Médio.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONCOMITANTE

O estudante pode fazer ao mesmo tempo o Ensino Médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa).

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA

O curso é planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com uma mesma matrícula. Como se trata de curso único, realizado de forma integrada e interdependente, não será possível concluir o Ensino Médio de forma independente da conclusão do Ensino Técnico de Nível Médio ou o contrário.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUBSEQUENTE

São cursos oferecidos para conduzir o aluno à habilitação profissional técnica, com carga horária variável em cada módulo. Para ingresso nesses cursos, é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Oferecida em articulação com o ensino regular ou posteriormente, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, em cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional. A Educação Profissional pode ser de nível médio, de graduação ou de pós-graduação.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Abrange a graduação e a pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros.

ENSINO DE TEMPO INTEGRAL

Ensino Fundamental ou Médio regular ministrado em turmas com jornada escolar igual ou superior a sete horas diárias, incluídas nessa jornada tanto as atividades relativas ao currículo obrigatório, como aquelas referentes aos temas transversais e a outras atividades complementares.

ENSINO FUNDAMENTAL

Segunda etapa da Educação Básica regular. Obrigatório e gratuito na escola pública, tem por objetivo a formação básica do cidadão. O Ensino Fundamental de oito anos esteve em vigor até 2010, quando era ofertado para a faixa etária de 7 a 14 anos de idade. Em 2006, a Lei nº 11.274 ampliou a duração do Ensino Fundamental para nove anos, e ele passou a ser ofertado para a faixa etária de 6 a 14 anos de idade.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

O conceito de Educação Integral, por sua vez, remete à formação completa do ser humano, que vai além da assimilação de conhecimentos e informações. Incorpora e valoriza na formação do aluno aspectos relacionados à cultura, aos esportes, às artes, aos direitos humanos, à cultura de paz, entre outros.

ENSINO MÉDIO

Etapa final da Educação Básica regular, com duração mínima de três anos. Tem por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do aluno, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

ENSINO PRESENCIAL

Pressupõe a presença física do professor e dos alunos no mesmo ambiente. O conceito de ensino presencial passou a ser utilizado a partir do surgimento de novas tecnologias que permitiram o desenvolvimento da Educação a distância (ensino não presencial).

ENSINO REGULAR

Modalidade da Educação Básica oferecida sistematicamente e conforme a legislação vigente pelos sistemas de ensino nos diferentes níveis/etapas (Infantil, Fundamental e Médio), não abrangendo as modalidades que requerem um tratamento pedagógico específico (Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos).

EQUIDADE

Pode ser definida como uma adaptação das regras e/ou políticas a situações específicas, a fim de deixá-las mais justas. Também pode ser definida como a oferta de oportunidades iguais por meio de ações que reconhecem a diversidade entre os grupos políticos e indivíduos.

ESCOLARIDADE

Níveis de Educação escolar que uma pessoa concluiu. Por exemplo: se um aluno finaliza o Ensino Médio, isso significa que o seu grau de escolaridade é a Educação Básica, uma vez que ele passou por Pré-Escola, Ensino Fundamental e, finalmente, Ensino Médio.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Unidade organizacional que, sob uma única dependência administrativa e uma única direção, ministra ensino coletivo sistematicamente, podendo ocupar um ou mais prédios e funcionar em um ou mais turnos. O mesmo que “escola”, “estabelecimento escolar”, “unidade de ensino” e “unidade escolar”.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

Conjunto de normas que define os direitos e deveres de crianças e adolescentes, assim como os direitos, deveres e obrigações do Estado, da família e da sociedade em relação a eles. Adota a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente.

EVASÃO

Configura-se quando o aluno, após ter sido matriculado em determinado ano letivo, não se matricula na escola no ano seguinte, independentemente de sua condição de rendimento escolar ter sido de aprovado ou de reprovado (ver também Abandono).

ENSINO SEMIPRESENCIAL

Ensino realizado em parte de forma presencial e em parte de forma virtual ou a distância, por meio de tecnologias de comunicação.

ESCOLARIDADE MÉDIA EM ANOS DE ESTUDO

Escolaridade média (em anos) da população com mais de dez anos de idade. É calculada com base apenas nos anos e níveis concluídos com aprovação, desconsiderando-se as reprovações.

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

Criado em 1998, é uma avaliação do desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica e dos que concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. Utilizado como critério de seleção à bolsa do Prouni e por universidades como critério de seleção para o ingresso na Educação Superior, complementando ou substituindo o vestibular. Em 2009, foi reformulado pelo MEC e passou a ser utilizado como prova de seleção unificada nos processos seletivos das instituições públicas de Educação Superior.

FLUXO ESCOLAR

Progressão dos alunos entre anos letivos consecutivos, em determinado nível de ensino. O fluxo escolar considera a aprovação do aluno, a reprovação do aluno ou a situação em que ele abandona a escola.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

É o aperfeiçoamento profissional do professor, que ocorre dentro da escola, preferencialmente por meio de reuniões de trabalho pedagógico coletivo do corpo docente, sob orientação do coordenador pedagógico. Na formação continuada, além de estudar as didáticas específicas de cada disciplina, coordenador pedagógico e professores devem utilizar instrumentos como a observação de sala de aula, a tematização da prática e a dupla conceitualização, sempre tendo o trabalho de sala de aula como objeto de análise e avaliação, com o objetivo de garantir a aprendizagem das crianças.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Autarquia federal vinculada ao MEC, responsável pela gestão do Fundeb e dos programas de apoio à Educação Básica.

FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O Fundeb, criado em 2006, substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e se tornou um dos mais importantes mecanismos de distribuição dos recursos destinados à Educação Básica no Brasil. Enquanto o Fundef se restringia ao financiamento do Ensino Fundamental, o Fundeb contempla toda a Educação Básica. O mecanismo de financiamento é composto pela arrecadação estadual de impostos, complementada pelo governo federal. A distribuição dos recursos é feita com base no número total de alunos matriculados, o que contribui para a redução das desigualdades.

GASTO ANUAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA

Investimento público direto em Educação Básica, expresso como porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB).

GASTO MÉDIO POR ALUNO

Investimento médio em Educação por aluno no sistema educacional, em determinado nível de ensino.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Caracterizada pela participação dos profissionais da Educação e da comunidade na elaboração do projeto político-pedagógico da escola.

CORREÇÃO DE FLUXO

Medidas, estratégias ou programas que objetivam a recuperação dos atrasos escolares, decorrentes, em geral, da repetência e da evasão, tendo em vista a adequação do aluno ao ano/série recomendado à sua idade.

LIVRO DIDÁTICO

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma das principais ações do FNDE. O PNLD é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino: Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

PÚBLICO E PRIVADO

O investimento público direto considera apenas o que se destina à Educação pública, enquanto o investimento público total inclui os sistemas público e privado.

Essa participação se dá por meio de conselhos, fóruns, associações de pais e mestres, grêmios, assembleias, entre outros.

GESTÃO ESCOLAR

Organização, mobilização e articulação dos recursos materiais e humanos necessários para assegurar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, assim como a efetiva aprendizagem dos alunos. Conceito bem mais amplo que o de administração escolar. A gestão escolar se dá em oito dimensões - infra-estrutura, desempenho, administração, finanças, comunidade, pessoal, secretaria, pedagógico - que devem convergir, de forma integrada, para garantir a aprendizagem dos alunos.

GRADUAÇÃO

Curso da Educação Superior destinado a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. Busca a formação acadêmica e/ou a habilitação para o exercício profissional em determinada área do conhecimento. Os cursos de graduação são oferecidos por faculdades e universidades, com duração média de quatro anos.

IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Criado em 2007, é calculado com base nos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e nas médias de desempenho nas avaliações do Saeb, para as unidades da federação e para o País, e da Prova Brasil, para os municípios. Com base no Ideb, o MEC estabeleceu metas para o País e para todas as unidades da federação, a serem alcançadas até 2021.

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Índice que sintetiza informações de renda (PIB *per capita*), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e Educação (índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

IDH-M – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

O IDH-M baseia-se nas mesmas três dimensões do IDH e adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora avaliem as mesmas questões, os indicadores levados em conta no IDH-M são mais adequados ao desenvolvimento dos municípios brasileiros.

IDI – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Indicador desenvolvido pelo Unicef, que incorpora variáveis como oferta de serviços de saúde; oferta de serviços de Educação e cuidado e proteção que a família deve proporcionar à criança nos primeiros anos. O índice é calculado com base nos seguintes indicadores: escolaridade da mãe e do pai, matrícula de crianças de 4 a 6 anos na Pré-Escola e acesso a serviços de saúde (pré-natal e vacinação).

INFRAESTRUTURA

Inclui o perfil físico (número de salas e capacidade de atendimento, existência ou não de biblioteca, laboratórios, salas com TV/vídeo, microcomputadores, conexão à internet, quadras de esportes etc.), além de itens como abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitá-

POSIÇÃO DO BRASIL

O Brasil ocupa a 85ª posição entre 187 países avaliados pelo índice. O IDH do País em 2012 ficou em 0,73. O país com mais alto IDH em 2012 foi a Noruega, que alcançou a marca de 0,955. Os cinco primeiros colocados do ranking são, pela ordem, Noruega, Austrália, Estados Unidos, Holanda e Alemanha.

rio, entre outros. O mesmo que “infraestrutura da escola”. A infraestrutura é determinante para a capacidade de um estabelecimento de ensino de acolher os alunos, em termos de instalações, material e pessoal, por isso, são essenciais também os recursos de acessibilidade.

INTERDISCIPLINARIDADE

Articulação entre diferentes disciplinas por meio de relações dialógicas entre os conteúdos. A integração entre as disciplinas neutraliza a fragmentação do conhecimento.

INTERVALO DE CONFIANÇA

Nos levantamentos estatísticos, as amostras não representam perfeitamente toda a população estudada. Por isso, os indicadores baseados em amostras apresentam erro. É possível, porém, obter um intervalo dentro do qual o verdadeiro valor do indicador se encontra. Normalmente calcula-se esse intervalo de modo que a probabilidade de que ele contenha o verdadeiro valor (o de toda a população desejada) seja de 95%.

ITEM

Denominação adotada para as questões que compõem as provas das avaliações educacionais no País, como a Prova Brasil. Essa nomenclatura deve-se ao entendimento de que o termo item refere-se a questões que abordam com preponderância uma única dimensão do conhecimento.

JORNADA ESCOLAR

Tempo diário de permanência do aluno na escola.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Principal legislação educacional brasileira, define e regulariza o ensino no País. A LDB vigente foi sancionada em 1996.

MATRÍCULA

Registro formal de inscrição do aluno em um estabelecimento de ensino em determinado nível ou etapa de uma modalidade de ensino.

MATRÍCULA INICIAL

Total de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola, em uma dada série de um determinado ano letivo, no Dia Nacional do Censo Escolar.

MATRÍCULA POR IDADE

Total de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola segundo a idade.

MATRÍCULA TOTAL

Balanco do total de alunos matriculados ao fim de um determinado ano letivo, considerando-se os movimentos escolares ocorridos no decorrer do ano, em função de transferências, admissões, reclassificações, abandonos e falecimentos.

MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO

Média que expressa a escolaridade média, em anos, da população com mais de 10 anos de idade, podendo ser calculada por grupos etários.

AMOSTRA ESTATÍSTICA

Conjunto de elementos extraídos de um universo maior (a “população”). Esse conjunto é formado pelos indivíduos, acontecimentos ou outros objetos de estudo que se pretende descrever ou para os quais se busca generalizar conclusões ou resultados.

ANOS DE ESTUDO

Classificação estabelecida em função da série e do grau mais elevado alcançado por uma determinada pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a um ano de estudo.

MÉDIA DIÁRIA DE HORAS-AULA

Tempo médio diário de permanência dos alunos na escola, por ano ou etapa de ensino.

NÍVEIS DE ENSINO

A LDB estabelece dois níveis principais de Educação escolar: a Educação Básica (que compreende as etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a Educação Superior. Há ainda as modalidades, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que podem abarcar diferentes níveis e etapas.

NÚMERO MÉDIO ESPERADO DE ANOS CONCLUÍDOS

Número médio de anos que um aluno conclui com aprovação, considerando as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

OBJETOS EDUCACIONAIS DIGITAIS

Designa diferentes recursos digitais que possam ser usados para apoiar a aprendizagem, o que inclui vídeos, animações, sites, programas.

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

Compromisso assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)

Levantamento anual de informações sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados.

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Ministério da Educação em 2007, colocou à disposição dos estados, municípios e Distrito Federal instrumentos de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da Educação, como o Plano de Ações Articuladas (PAR). Trata-se de um diagnóstico da situação educacional local acompanhado de um planejamento de investimentos em melhorias.

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Total de crianças e jovens, com idade entre 4 a 17 anos, matriculadas ou não em um estabelecimento de ensino.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

A soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região ou país.

PROFESSOR LEIGO

Aquele que leciona sem ter a escolaridade que o habilita ao exercício do magistério no nível de ensino em que atua.

HORA-AULA

Parâmetro de duração de uma aula, geralmente inferior a 60 minutos. Também serve para o cálculo de salários. Para a Educação Básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê 800 horas em 200 dias de ano letivo, em que podem ser realizadas também atividades educacionais fora da sala de aula. A LDB, porém, refere-se à chamada hora-relógio e não à hora-aula.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE)

Conjunto de ações, programas e metas lançados pelo governo federal em 2007, com o objetivo de melhorar a qualidade da Educação no Brasil. Suas ações se baseiam em diagnósticos detalhados e compromissos firmados entre as três esferas de governo.

PROFICIÊNCIA

Conjunto de habilidades demonstradas efetivamente pelo desempenho dos alunos (por exemplo: o que sabem, compreendem e são capazes de fazer).

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)

Criado em 1995, é o programa que coordena o repasse de recursos financeiros às escolas públicas da Educação Básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, e às escolas privadas de Educação Especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

O objetivo é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da Educação Básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, conforme o Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES (PISA)

Programa internacional de avaliação comparada, desenvolvido e coordenado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e aplicado a estudantes de 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países (*veja página 74*).

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Criado em 1995, garante merenda aos alunos das escolas públicas e filantrópicas.

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)

Promove a transferência de recursos financeiros para despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes dos veículos utilizados para o transporte escolar. Inclui o pagamento de serviços contratados.

PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA (PNBE)

Criado em 1997, promove o acesso à cultura e o incentivo à leitura por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência.

PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROINFÂNCIA)

Foi criado em 2007 para transferir recursos financeiros, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos municípios, visando à construção e à aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas.

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL (PROINFO INTEGRADO)

Voltado para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribui-

PRÉ-ESCOLA

Etapa da Educação Infantil que presta atendimento a crianças de 4 e 5 anos de idade, segundo a Lei nº 11.274, de 6/2/2006, que altera a LDB. Antes, o atendimento na Pré-Escola ocorria na faixa etária de 4 a 6 anos.

ção dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)

Visa desenvolver atividades de Educação e saúde em territórios definidos segundo a área de abrangência da Estratégia Saúde da Família (Ministério da Saúde), por meio da articulação entre escola e Unidade Básica de Saúde, com ações de avaliação das condições de saúde dos alunos da escola pública, de prevenção e promoção da saúde e capacitação dos profissionais da Educação e da saúde.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

Oferece bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de Educação Superior. Contempla estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou particular com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, com base nas notas obtidas no Enem.

PROGRESSÃO CONTINUADA

Forma de organização aplicada, em geral, à etapa do Ensino Fundamental. Nesse caso, o ensino é dividido em ciclos com duração superior a um ano. Durante esses ciclos, não é prevista a repetência dos alunos, mas, sim, a recuperação dos conteúdos por meio de aulas de reforço. A outra maneira de organizar o ensino é por séries e, nesse caso, pode haver a reprovação dos alunos que não atingiram as habilidades esperadas ao final de cada ano letivo.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Documento por meio do qual a escola define que cidadão quer formar, que conteúdos e valores pretende trabalhar e como vai ser organizado para isso. Deve ser elaborado com base na realidade local e com a participação da comunidade. E deve ser revisto e atualizado periodicamente.

PROVA ABC (AVALIAÇÃO BRASILEIRA DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO)

Avaliação da alfabetização de crianças concluintes do 3º ano/2ª série do Ensino Fundamental em leitura, escrita e matemática, realizada pelo Todos Pela Educação, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro/Ibope, Fundação Cesgranrio e Inep. Foi aplicada pela primeira vez no primeiro semestre de 2011 a cerca de 6 mil alunos de escolas municipais, estaduais e particulares de todas as capitais do País. A última edição foi realizada em 2012 e não está prevista nenhuma nova edição.

PROVA BRASIL

Avaliação diagnóstica aplicada a cada dois anos pelo Inep aos alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental da rede pública de ensino. Tem como foco aferir a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro. É aplicada de forma censitária no Ensino Fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federal, de área rural e urbana, em escolas com no mínimo 20 alunos matriculados no ano avaliado. Oferece resultados por escola, município, unidade da federação e País.

QUALIDADE

Os resultados da Prova Brasil combinados aos dados de aprovação compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

PROVA NACIONAL DE CONCURSO PARA O INGRESSO NA CARREIRA DOCENTE

Exame anual, aplicado de forma descentralizada em todo o País. Tem o objetivo de subsidiar os estados, o Distrito Federal e os municípios na realização de concursos públicos para a contratação de docentes para a Educação Básica.

RAÇA/COR

Para o IBGE, trata-se da característica declarada pelas pessoas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

REDE

Termo utilizado para designar o agrupamento das dependências administrativas em pública (federal, estadual e municipal) ou privada.

REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Diferentemente do que o senso comum pode imaginar, comunidades quilombolas não significam apenas antigos redutos de escravos foragidos. Segundo a antropologia, designam contemporaneamente todos os grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, tal como ocorre nas comunidades de descendentes dos escravos.

RENDA FAMILIAR PER CAPITA

Resultado da divisão entre a soma de todos os rendimentos recebidos no mês por aqueles que compõem a família (renda familiar bruta) e o número de integrantes da família.

RENDIMENTO ESCOLAR

Resultado obtido pelo aluno ao final de um ano letivo em relação aos requisitos de aproveitamento e frequência. Com base no rendimento escolar, o aluno pode ser aprovado, reprovado ou afastado por abandono.

REPETENTE

Aluno que, em determinado ano letivo, encontra-se matriculado na mesma série/ano em que esteve matriculado no ano letivo anterior.

REPROVADO

Aluno que, ao final de um ano letivo, não apresenta os requisitos mínimos de aproveitamento e frequência para ser promovido à série/ano posterior.

SALÁRIO EDUCAÇÃO

Contribuição social criada em 1964 e atualmente destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a Educação Básica. Corresponde a 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas pelas empresas aos seus empregados. Uma parte do montante arrecadado fica com a União (cerca de 40%) e o restante é distribuído igualmente entre Estados e municípios, de forma proporcional ao número de alunos matriculados na Educação Básica nas respectivas redes públicas de ensino.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)

Avaliação, realizada de forma amostral, com foco na qualidade dos sistemas educacionais do Brasil como um todo, das regiões geográficas

e das unidades federadas (estados e Distrito Federal). É aplicada pelo Inep a cada dois anos a uma amostra representativa dos alunos regularmente matriculados no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de nove anos e do 3º ano do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas, localizadas em área urbana ou rural.

SISTEMA DE ENSINO

Conjunto de órgãos, instituições e atividades de Educação e ensino organizado de acordo com normas legalmente estabelecidas.

SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Sistema integrado pelos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, com normas comuns fixadas na Constituição Federal, leis federais e atos normativos do CNE, cabendo à União a coordenação da política nacional de Educação, a articulação dos níveis e sistemas de ensino e as funções normativas, redistributiva e supletiva.

TAXA DE ABANDONO

Percentual de alunos da matrícula total que, num dado ano, deixam de frequentar a escola durante o ano letivo.

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO

Relação entre população alfabetizada e a população total, contada a partir do término da idade de obrigatoriedade escolar.

TAXA DE ANALFABETISMO

Percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária em uma dada região ou no País. Usualmente o analfabetismo é avaliado considerando-se a faixa etária de 15 anos ou mais.

TAXA DE APROVAÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total que, ao fim do ano letivo, concluíram, com sucesso, determinado ano, apresentando os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para cursar, no ano seguinte, o ano imediatamente posterior.

TAXA DE ATENDIMENTO

Indicador que permite avaliar o acesso da população ao sistema educacional. Mostra o percentual da população em idade escolar que frequenta a escola, independentemente de nível ou modalidade de ensino. É calculada para as faixas etárias de 0 a 5, 6 a 14, 15 a 17 e 18 a 24 anos, assim como de 4 a 17 anos, compreendendo a escolaridade obrigatória.

TAXA BRUTA DE MATRÍCULA

Número de crianças matriculadas em cada nível de ensino independentemente da idade, dividido pela população da faixa etária que oficialmente corresponde ao mesmo nível.

TAXA DE CONCLUSÃO

Percentual de alunos que ingressam no ano inicial de determinado nível de ensino e que, independentemente do tempo despendido para a conclusão, conseguem finalizá-lo, estando aptos ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

NA PNAD

A taxa de analfabetismo é levantada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Sobre os moradores de um domicílio, pergunta-se se sabem ler e escrever, além de outros itens relativos à Educação. Ou seja, a alfabetização é declaratória: o entrevistado fala de si próprio e das demais pessoas da casa.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-CONCLUSÃO

Esse indicador, por sua vez, mostra o percentual de alunos que concluem determinado nível de ensino com idade superior à recomendada, considerando-se, no sistema educacional brasileiro, a idade de 15 anos para a conclusão do Ensino Fundamental e a de 18 anos para a conclusão do Ensino Médio.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Percentual de alunos, em cada nível de ensino, que apresentam defasagem de dois anos ou mais em relação à idade recomendada para a série/ano que estão cursando. No sistema educacional brasileiro, a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do Ensino Fundamental e concluir a etapa aos 14 anos. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no Ensino Médio.

TAXA DE EVASÃO

Percentual de alunos da matrícula total de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, não se matriculam na escola.

TAXAS DE FLUXO ESCOLAR

Grupo de taxas que avaliam a progressão dos alunos entre anos letivos consecutivos; é constituído pelas taxas de promoção, de repetência e de evasão.

TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA

Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino recomendado a essa faixa etária. É calculada para as faixas etárias de 6 a 14 anos e 15 a 17 anos, que correspondem, respectivamente, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

TAXA DE PROMOÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total, de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, se matriculam no ano posterior.

TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR

Grupo de taxas que avaliam o aluno quanto ao preenchimento ou não dos requisitos de aproveitamento e frequência ao final de um ano letivo; é composto pelas taxas de aprovação, de reprovação e de abandono.

TAXA DE REPETÊNCIA

Percentual de alunos da matrícula total, de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, se matriculam no mesmo ano do ano anterior.

TAXA DE REPROVAÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total que, num dado ano, ao fim do ano letivo, não apresentam os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para serem promovidos ao ano posterior.

TEMPO MÉDIO ESPERADO DE PERMANÊNCIA NO SISTEMA

É o tempo médio esperado que um aluno permaneça no sistema educacional, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

TEMPO MÉDIO ESPERADO PARA A CONCLUSÃO

Tempo médio esperado que um aluno deve levar para concluir um nível de ensino, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

TEORIA DE RESPOSTA AO ITEM (TRI)

A Teoria de Resposta ao Item engloba um conjunto de modelos matemáticos utilizados para o cálculo das proficiências dos alunos

DEFASAGEM

Ocorre entre alunos que estão atrasados na escola, ou seja, que estão acima da faixa etária prevista para a série/ano em que estudam.

NA EDUCAÇÃO

A TRI é utilizada nos sistemas de avaliação educacional no Brasil, como a Prova Brasil. É reconhecida internacionalmente.

em um teste. Tomando como unidade básica de análise cada item isoladamente, a TRI relaciona a probabilidade de acerto do item com a competência do aluno. Essa relação tem sempre um caráter crescente. Dessa forma, quanto maior a competência do respondente, maior a sua probabilidade de acertar o item. Os principais benefícios trazidos por essa teoria são a garantia de comparabilidade dos resultados entre os anos de aplicação da avaliação (condição obrigatória para a verificação dos movimentos de melhoria ou de queda de rendimento do sistema educacional) e o auxílio ao desenvolvimento de uma interpretação pedagógica dos resultados, isto é, um diagnóstico dos conhecimentos e habilidades que os alunos demonstraram conhecer e realizar, e também daqueles que ainda precisam ser reforçados.

TURMA

Grupo de alunos reunidos em uma sala de aula, que podem receber um mesmo conteúdo (turma comum a um ano, ciclo ou disciplina) ou conteúdos distintos (turma multisseriada).

TURMA MULTISSERIADA

Turma que reúne alunos de diferentes etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com alunos da Pré-Escola e do Ensino Fundamental.

TURNO

Cada uma das divisões do horário de funcionamento da jornada escolar, que podem ser agrupadas por horário de início de funcionamento: turno diurno (início antes das 17h); turno noturno (início a partir das 17h); turno matutino (início antes das 12h) e turno vespertino (início a partir das 12h). Eventualmente, a escola oferece turnos intermediários entre os turnos usuais.

UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Significa, na prática, assegurar a todos igualdade de oportunidades educacionais.

UNDIME – UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Entidade nacional que congrega os dirigentes municipais de Educação, com seções nos estados.

VAGA

Disponibilidade de matrícula em um estabelecimento de ensino para ingresso de aluno.

METODOLOGIA

Fruto da parceria da Editora Moderna com o movimento Todos Pela Educação, o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2015 busca oferecer um panorama amplo do cenário educacional do País.

O ponto de partida do trabalho que realiza, de reunião, elaboração, organização, apresentação e, em alguns casos, “tradução” de números da Educação brasileira, são os dados oficiais mais recentes disponíveis, de fontes primárias amplamente reconhecidas, entre elas o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), apurados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Censo Escolar e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), sob responsabilidade do Ministério da Educação.

Com os microdados dessas fontes em mãos, são realizados cruzamentos e tabulações e geradas séries históricas que possibilitam uma leitura analítica das informações estatísticas, levando a uma compreensão detalhada do cenário educacional brasileiro.

Busca-se, portanto, aliar rigor técnico a um formato de apresentação acessível, de maneira que os gráficos e tabelas do Anuário sejam de utilidade para diferentes públicos.

Para o melhor entendimento dos números reunidos neste Anuário, algumas observações são importantes:

- Com base nos microdados disponíveis, por exemplo, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), são realizadas novas leituras e organizadas séries históricas a partir de 2001.
- Isso se traduz, por exemplo, em desagregações por raça e quartis de renda para indicadores como taxa de atendimento e taxa líquida de matrícula para diferentes grupos de idade ou, ainda, para a escolaridade média da população de 18 a 29 anos.
- Alguns desses cálculos foram ajustados na terceira edição deste Anuário, em 2014, passando a levar em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar. Esse critério foi mantido na presente edição e, com isso, em alguns gráficos e tabelas há diferenças em relação aos números da edição 2013.
- Nos gráficos e tabelas baseados nas informações da Pnad, não há dados para os anos de 2000 e 2010. A cada fim de década, a Pnad dá lugar à realização do Censo Demográfico.
- As notas técnicas estão reunidas na página ao lado e são indicadas pelo número correspondente nos gráficos e tabelas do Anuário.

NOTAS TÉCNICAS

- ① São excluídos os estabelecimentos que não estão em atividade no ano ou que não têm turmas de escolarização.
- ② O mesmo estabelecimento pode ter mais de uma etapa/modalidade de ensino. As seguintes etapas são consideradas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.
- ③ O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. Apenas são consideradas as turmas de escolarização, excluindo turmas de atendimento e de atendimento educacional especializado. As seguintes etapas são consideradas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Ensino Fundamental inclui matrículas das turmas do Ensino Fundamental de 8 e 9 anos. Educação de Jovens e Adultos inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e integrada à Educação Profissional de nível médio.
- ④ As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.
- ⑤ A partir de 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da PNAD. Assim, até 2003 os dados da região Norte são referentes apenas a área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos da urbana e rural do Norte.
- ⑥ Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001 - 2009.
- ⑦ As categorias raça/cor - conforme auto-declaração do respondente - Brancos, Pretos e Pardos não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não ter observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística.
- ⑧ Renda familiar *per capita* calculada a partir de todos os rendimentos de todos os membros das famílias exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas de menos de 10 anos de idade.
- ⑨ Inclui matrículas de turma unificada na etapa correspondente.
- ⑩ A taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental série exclui as matrículas de Educação de Jovens e Adultos, objeto da meta 10 do PNE, e inclui as matrículas declaradas como Classe de Alfabetização, categoria existente nos instrumentos do IBGE, apesar de extinta no sistema educacional.
- ⑪ A série exclui as matrículas de Educação de Jovens e Adultos, objeto da meta 10 do PNE.
- ⑫ Intervalo do turno matutino: das 6h às 12:59.
Intervalo do turno vespertino: das 13h às 16h59.
Intervalo do turno noturno: das 17h às 22h59 e de 0h às 05h59.
- ⑬ Foram considerados apenas os alunos cuja matrícula na turma de escolarização é na rede pública e que a soma do tempo de permanência na turma de escolarização e na turma de atividade complementar atinja pelo menos 7 horas diárias.
- ⑭ Rendimento total do trabalho (todos os trabalhos) deflacionada pelo INPC de setembro de 2013 para pessoas cuja condição de ocupação na semana de referência era ocupado e com rendimento diferente de zero.
- ⑮ Rendimento total do trabalho (todos os trabalhos) deflacionada pelo INPC de setembro de 2013 para pessoas cuja condição de ocupação na semana de referência era ocupado e com rendimento diferente de zero.
- ⑯ Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).
Educação de Jovens e Adultos: inclui matrículas de EJA presencial e semipresencial.
O Projovem passou a ser coletado em 2012.
- ⑰ Inclui matrículas da Educação de Jovens e Adultos presencial, semipresencial e integrada à educação profissional.
- ⑱ O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino. Inclui estabelecimentos que oferecem educação profissional concomitante, subsequente e integrada.
- ⑲ A partir de 2013, o Inep passou a utilizar uma nova metodologia na divulgação dos dados consolidados de docentes com formação superior. Além de ter a escolaridade declarada como Superior, é também necessário que a situação de um de seus cursos superior seja concluído.
- ⑳ São considerados os professores de matemática, língua portuguesa, história, geografia, ciências, filosofia, educação física, artes ou língua estrangeira. Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado.
- ㉑ Professores são contados uma única vez em cada Unidade da Federação (UF), porém podem atuar em mais de uma UF.
- ㉒ 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras;
2 - Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
3 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado);
4 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (Presencial e a distância) (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações Lato Sensu);
5 - Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;
6 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional, os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola;
7 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizada como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada

estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente;

8 - A partir de 2006, utilizaram-se como fontes de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre

Orçamento Público em Educação - Siope -, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

9 - Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi/STN - para todos os anos;

10 - Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC; - Secretaria do Tesouro Nacional (STN); - FNDE; - Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); - Caixa Econômica Federal (CEF); - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

- 23 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais (inclusive, a estimativa para complemento da aposentadoria futura do pessoal ativo), outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras;
- 2 - Estão computados nos cálculos os recursos para bolsa de estudo, financiamento estudantil e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
- 3 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado);

4 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (Presencial e a distância) (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações Lato Sensu);

5 - Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;

6 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional, os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola;

7 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizada como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente;

8 - A partir de 2006, utilizaram-se como fontes de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação - Siope -, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

9 - Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi/STN - para todos os anos;

10 - Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC; - Secretaria do Tesouro Nacional (STN); - FNDE; - Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); - Caixa Econômica Federal (CEF); - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ÍNDICE REMISSIVO

A

ABC, Prova. Ver Prova ABC

Acesso 20, 21, 23, 26, 31, 37, 42, 44, 65, 90, 94, 121, 130, 133, 134, 137, 140, 143

Acre 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Alagoas 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Alfabetização

15 anos ou mais 11, 82-85

até 8 anos 50-53

funcional 82, 129

Alunos com deficiência 31, 37, 44, 45, 46, 49, 94, 131, 132, 133

Amapá 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Amazonas 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Anos

de estudo 40, 76, 77, 80, 81, 135, 138,

Iniciais e Finais do Ensino Fundamental 30, 31, 37, 40, 41, 42, 43, 55, 59, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 87, 103, 107, 111, 123, 124, 126, 127, 136, 147, 148

Aprovação, taxa de 64, 65, 143, 144

Atendimento, taxa de 18, 34, 79, 143, 146

Atividades complementares 56, 130, 134,

Atraso escolar 71, 136

Avaliação

Nacional da Alfabetização (ANA) 50, 130

B

Bahia 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Biblioteca 31, 37, 55, 56, 137, 140

C

Carreira 11, 12, 110, 111, 142

Ceará 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Centro-Oeste 22, 24, 25, 29, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 76, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 100, 101, 106, 107, 111, 112, 117

Classes comuns 41, 43, 46, 47, 48, 49

Concluintes 105, 139, 141

Conclusão 28, 62, 95, 132, 134, 143, 144

Conselho

Escolar 116, 117, 129, 132

Nacional de Educação 1, 15, 119, 120, 131, 133, 143

Coordenador pedagógico 136

Creche 18, 20, 21, 22, 23, 24, 40, 111, 133

Crianças

de 0 a 3 anos 18, 20, 24

porcentagem que frequenta a escola 18, 20, 24

de 4 e 5 anos 18, 19, 20, 22, 25, 26, 79, 140

porcentagem que frequenta a escola 19, 20, 25

e jovens de 6 a 14 anos 28, 29, 33, 79, 134, 144

porcentagem que está matriculada 28, 29, 33

D

Deficiência 31, 37, 44, 45, 46, 49, 94, 131, 132, 133

caminhar 45

enxergar 45

mental/intelectual 45, 132

ouvir 44

Desempenho 13, 50, 60, 74, 94, 116, 136, 137, 140

Desigualdade 18, 27, 76, 97

Diretores 108, 109, 111, 116

Distorção idade-série, taxa de 66, 67, 132

Distrito Federal 8, 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 102, 106, 112, 121, 132, 139, 140, 142, 147, 148

Docentes 10, 11, 13, 50, 96, 99, 101, 102, 108, 109, 111, 112, 131, 133, 136, 142, 147

Doutores 96, 99, 101

E

Educação

Básica 10, 11, 12, 13, 14, 26, 41, 42, 43, 44, 54, 55, 58, 59, 60, 62, 70, 94, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 142, 143

de Jovens e Adultos 10, 11, 36, 41, 42, 43, 86, 87, 88, 89, 111, 119, 134, 135, 139, 147

em áreas remanescentes de quilombos 42, 142

em tempo integral 54, 55, 56, 58, 59, 60, 134

Especial/Inclusiva 31, 44, 45, 46, 47, 48, 49

Infantil 9, 10, 11, 18, 21, 22, 23, 26, 27, 40, 42, 43, 47, 55, 59, 103, 104, 118, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 133, 139, 140, 145, 147

no campo 31, 40, 41, 42, 65, 76, 97, 119

Profissional 10, 11, 36, 40, 41, 42, 43, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 111, 118, 134, 147

Superior 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 118, 119, 121, 123, 125, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 136, 137, 139, 141, 147

Enem 94, 95, 97, 136, 141

Ensino

Fundamental 10, 11, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 47, 50, 53, 55, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 79, 86, 87, 88, 102, 103, 104, 106, 107, 118, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147

Médio 10, 11, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 55, 59, 61, 62, 63, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 79, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 102, 103, 104, 106, 107, 109, 111, 118, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 141, 142, 143, 144, 147

Superior. Ver Educação Superior

Escolaridade 40, 60, 76, 77, 80, 81, 103, 104, 106, 110, 130, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 146, 147

Escrita 26, 27, 50, 52, 53, 129, 132, 141

Espírito Santo 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Estabelecimentos 11, 21, 23, 30, 31, 36, 37, 40, 42, 43, 55, 91, 111, 112, 121, 131, 132, 135, 137, 138, 139, 145, 147

F

Financiamento 15, 61, 86, 96, 115, 122, 128, 136, 142, 147

Fluxo escolar 62, 64, 65, 66, 67, 131, 136, 139, 144

G

Gestão 10, 12, 13, 15, 61, 65, 108, 109, 111, 116, 129, 136, 137

Goiás 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Graduação. Ver Ensino Superior

I

Ideb 62, 63, 65, 68, 69, 137, 141

Informática, laboratório de 31, 37, 55

Integral, tempo. Ver Tempo integral

Internet, acesso à 31, 37

Investimento público. Ver Financiamento

J

Jovens

de 15 a 17 anos 34, 35, 36

L

Lei

de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 60, 108, 121, 122, 130, 132, 138, 139, 140

do Piso 110

Leitura 4, 19, 23, 26, 27, 31, 37, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 61, 70, 74, 75, 129, 132, 140, 141, 146

M

Maranhão 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Matemática 50, 52, 53, 57, 61, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 120, 129, 141, 147

Mato Grosso 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Mato Grosso do Sul 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Matrículas

Educação em Tempo Integral 54, 55, 57, 58, 59

Educação Especial 10, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

Educação Infantil 10, 21, 22, 40, 42, 43, 47, 55, 59

Educação Profissional 10, 36, 40, 41, 42, 43, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93

Educação Superior 96, 97, 98, 99, 100

EJA 10, 36, 41, 42, 43, 86, 87, 88

Ensino Fundamental 10, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 40, 42, 43, 47, 55, 59, 86, 87, 88

Ensino Médio 10, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 47, 55, 59, 87, 92

por turno 37

Mestres 96, 99, 101, 129, 137

Minas Gerais 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Mobilidade reduzida 31, 37

N

Nordeste 22, 24, 25, 29, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 100, 101, 106, 107, 111, 112, 117

Norte 22, 24, 25, 29, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 100, 101, 106, 107, 111, 112, 117, 147

P

Pará 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Paraíba 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Paraná 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Pernambuco 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Piauí 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes 60, 67, 74, 75, 140

Plano Nacional de Educação (PNE) 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 26, 28, 31, 34, 37, 40, 42, 44, 45, 50, 54, 60, 62, 65, 76, 82, 86, 90, 96, 99, 101, 102, 110, 115, 116, 121, 122, 126, 127, 128, 132, 147

População 11, 28, 34, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 96, 97, 100, 117, 128, 129, 130, 135, 138, 139, 143, 144, 146

Pré-Escola 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 40, 75, 111, 135, 137, 140, 145

Produto Interno Bruto (PIB) 115, 122, 124, 126, 127, 128, 136, 137, 139

Professor 11, 26, 27, 46, 75, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 116, 120, 122, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 139, 141, 147

Prova ABC 50-53, 141

Q

Quilombos. Ver Educação em áreas remanescentes de quilombos

R

Recursos disponíveis nas escolas 23, 31, 37, 55

Rede privada 5, 10, 11, 21, 22, 30, 36, 53, 62, 63, 72, 90, 91, 93, 98, 104, 105, 110, 119, 131, 132, 140, 141, 142

Rede pública 5, 10, 11, 12, 23, 31, 37, 51, 52, 53, 55, 57, 60, 62, 63, 69, 72, 91, 93, 95, 110, 120, 131, 132, 141, 147

Reprovação. *Ver* Fluxo escolar

Rio de Janeiro 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Rio Grande do Norte 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Rio Grande do Sul 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Rondônia 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Roraima 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

S

Saeb - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica 4, 52, 53, 70, 72, 137, 142, 146

Santa Catarina 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

São Paulo 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 79, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 97, 100, 101, 106, 112, 120

Sergipe 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Sudeste 22, 24, 25, 29, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 100, 101, 106, 107, 111, 112, 117

Sul 22, 24, 25, 29, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 75, 76, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 100, 101, 106, 107, 111, 112, 117

Superdotação 44, 46, 49, 133

T

Taxa

de abandono 64, 65, 143, 144

de aprovação. *Ver* Aprovação

de atendimento. *Ver* Atendimento

de matrículas. *Ver* Matrículas

de reprovação 64, 65, 144

líquida de matrícula 28, 32, 33, 34, 35, 38, 97, 100, 144, 146, 147

Tempo integral 54, 55, 56, 58, 59, 60, 134

Tocantins 24, 25, 32, 33, 38, 39, 48, 49, 58, 59, 68, 69, 80, 81, 84, 85, 88, 92, 93, 100, 101, 106, 112

Créditos das fotos:

- Pág. 6** Radius Images/Latinstock
Pág. 9 João Marcos Rosa/Nitro Imagens/Latinstock
Pág. 12 Blend Images/Alamy/Latinstock
Pág. 15 Acervo pessoal
Pág. 17 Leo Drumond/Nitro Imagens/Latinstock
Pág. 19 Leo Drumond/Agência Nitro/Latinstock
Pág. 23 Leo Drumond/Nitro Imagens/Latinstock
Pág. 27 Acervo pessoal
Pág. 29 John Stanmeyer/VII/Corbis/Latinstock
Pág. 46 Eduardo Zappia/Pulsar Imagens
Pág. 51 João Marcos Rosa/Nitro Imagens/Latinstock
Pág. 56 AAD Worldwide Travel Images/Alamy/Latinstock
Pág. 61 Acervo pessoal
Pág. 78 Fernando Stankuns/SambaPhoto
Pág. 89 Reinaldo Marques/Futura Press
Pág. 92 Bruno Magalhães/Nitro Imagens/Latinstock
Pág. 97 Adriano Vizoni/Folhapress
Pág. 107 João Marcos Rosa/Nitro Imagens/Latinstock
Pág. 109 Acervo pessoal
Pág. 113 Leo Drumond/Nitro Imagens/Latinstock
Pág. 115 Leo Drumond/Nitro Imagens/Latinstock

Fontes importantes de consulta:

- Inep:** <http://www.inep.gov.br>
MEC: <http://www.mec.gov.br>
IBGE: <http://www.ibge.gov.br>
Todos Pela Educação: <http://www.todospelaeducacao.org.br>
Observatório do PNE: <http://www.observatoriodopne.org.br>



A cada edição, o *Anuário Brasileiro da Educação Básica* se consolida como ferramenta de consulta para jornalistas, pesquisadores e gestores de políticas públicas. Busca, assim, contribuir para o debate sobre os rumos do ensino no País, disponibilizando dados de fontes primárias, informações e interpretações que possibilitam compreender melhor o cenário atual e as perspectivas futuras, principalmente a partir do marco do Plano Nacional de Educação (PNE).

Esta publicação reúne indicadores que oferecem um retrato abrangente da Educação Básica, nas diversas etapas e modalidades de ensino, levando em conta os contextos regionais e socioeconômicos. Artigos de especialistas e infográficos sobre temas relevantes completam esta obra de referência, que amplia a discussão social de um dos temas mais decisivos para o futuro do Brasil: a Educação.



TODOS PELA EDUCAÇÃO

www.todospelaeducacao.org.br



MODERNA

www.moderna.com.br